



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

SÉRGIO MIGUEL CASAIS MACHADO DA SILVA

**AS EMPENAS LATERAIS E A SUA IMPORTÂNCIA NA
PAISAGEM URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS
CIDADES DE SALVADOR E DO PORTO**

Salvador

2017

SÉRGIO MIGUEL CASAIS MACHADO DA SILVA

**AS EMPENAS LATERAIS E A SUA IMPORTÂNCIA NA
PAISAGEM URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS
CIDADES DE SALVADOR E DO PORTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Conservação e Restauro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Fernandes Cardoso

Salvador

2017

S586 Silva, Sergio Miguel Casais Machado da.

As empenas laterais e a sua importância na paisagem urbana dos centros históricos das cidades de Salvador e do Porto / Sergio Miguel Casais Machado da Silva. 2017.

277 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Fernandes Cardoso.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2017.

1. Fachadas - Arquitetura. 2. Arquitetura - Edifícios - Pelourinho (Salvador, BA) - Centro Histórico - Porto (Portugal). I. Cardoso, Luiz Antonio Fernandes.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 72

SÉRGIO MIGUEL CASAIS MACHADO DA SILVA

**AS EMPENAS LATERAIS E A SUA IMPORTÂNCIA NA PAISAGEM
URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES DE
SALVADOR E DO PORTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Conservação e Restauro.

Aprovada em ___/___/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Antonio Fernandes Cardoso
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Junior
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Eugênio de Ávila Lins
Membro Externo
Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais
Universidade Federal da Bahia

A

Luísa, pela dedicação e altruísmo.

Edgar, pela memória.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é o culminar de um percurso iniciado em 2015. Embora seja o resultado de um projeto pessoal, este trabalho tem um enorme sentido coletivo. Foram várias as pessoas que foram importantes ao longo destes dois anos, bem como o apoio e disponibilidade de um conjunto de instituições. Neste momento, aproveito a oportunidade para prestar o meu agradecimento.

Ao Professor Luiz Antonio Fernandes Cardoso, meu orientador, pela sua excelência, pela sua importância na minha aquisição de competências de pesquisa e qualificação académica, bem como pela sua confiança em todo o percurso.

À Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e ao Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, pelas suas infra-estruturas e pela qualidade e estima dos seus profissionais.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Ao seu corpo docente de mestrado académico, pela sua qualidade e pela partilha dos seus conhecimentos científicos e experiência profissional. À Maria e ao Luís pela sua simpatia e apoio.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão de bolsa com o termo de outorga nºBOL0766/2015, cuja vigência iniciou em junho de 2015 e terminou em dezembro de 2016.

Ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, ao Arquivo Histórico Municipal de Salvador, à Fundação Instituto Feminino da Bahia, ao Museu Tempostal, ao Arquivo Histórico Municipal do Porto, ao Centro Português de Fotografia, à Biblioteca Pública Municipal do Porto, à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto e à Faculdade de Arquitetura da Universidade Lusíada do Porto, pela sua disponibilidade na consulta dos seus acervos e na coleta de dados.

Ao Professor André Lissonger e à Laís pela sua importância na concretização das minhas atividades de tirocínio docente.

Ao Professor Joaquim Jaime Ferreira Alves, pelo tempo dedicado e pelas suas reflexões e contribuições.

Ao Arquiteto António Moura, pela disponibilidade e pela partilha dos seus conhecimentos técnicos e experiência profissional relativamente às suas intervenções arquitetónicas no centro histórico do Porto.

Aos meus companheiros de turma. Ao Denis e ao Antonio Marcos pelas tardes de discussão.

À Luísa pela sua dedicação, esforço e empenho em todos os dias desta jornada.

Aos meus pais, Rosa e Edgar, tia e primos, que, mesmo à distância, estiveram sempre presentes.

À Olívia pela sua fraternidade e zelo.

Ao Miguel, José, Paulo, Romeu, Pedro e Rui pela amizade.

A todos muito obrigado pela sua contribuição, direta e indireta, para o meu crescimento humano e profissional.

“ ...
Eu sou aquela mulher
que ficou velha,
esquecida,
nos teus larguinhos e nos teus becos tristes,
contando estórias,
fazendo adivinhação.
Cantando teu passado.
Cantando teu futuro.
Eu vivo nas tuas igrejas
e sobrados
e telhados
e paredes.

Eu sou aquele teu velho muro
verde de avencas
onde se debruça
um antigo jasmineiro,
cheiroso
na ruinha pobre e suja.
Eu sou estas casas
encostadas
cochichando umas com as outras.
... ” *

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar a importância das empenas laterais nas paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto. A seleção das cidades de Salvador e do Porto teve como objetivo procurar eventuais semelhanças ou diferenças entre as duas permanências urbanas. O objeto de estudo concentrou-se, prevalentemente, nas empenas que estão localizadas na meação entre edifícios vizinhos contíguos e cujas edificações fossem representativas da arquitetura civil dos dois contextos urbanos. Procurou-se identificar os fatores que poderão ter contribuído para a sua visibilidade e em que medida as empenas laterais colaboram para a relação que se estabelece entre os espaços urbanos e em quem com eles interage. Como metodologia realizaram-se levantamentos documentais, desenvolvidos através da análise de documentos antigos, tais como editais e posturas, literatura científica acerca do tema, bem como através da análise de fontes iconográficas, tais como gravuras, mapas e fotografias antigas, realizando-se ainda visitas aos locais das áreas objeto de estudo para observação direta e obtenção de registros fotográficos. Os resultados da pesquisa evidenciaram um conjunto de semelhanças entre as duas permanências urbanas, fruto das suas características geográficas e da mesma tradição urbanística de fazer cidade, tal como a adaptabilidade dos traçados das vias e das quadras à topografia e a inconstância dos gabaritos dos edifícios, fatores que se consideram determinantes para a visibilidade das empenas. As empenas laterais, em função da sua exposição, revelam nos revestimentos de proteção das suas superfícies uma aproximação entre os dois contextos, nomeadamente na utilização de determinados materiais e técnicas construtivas. Em alguns exemplares, os padrões formais estabelecidos pelas suas formas e texturas, reforçados pela visibilidade que estabelecem com os espaços públicos e o observador, evidenciaram o protagonismo das empenas na imagem de ambas as cidades. Por último, de acordo com as suas propriedades visuais e formais, foi apresentada uma proposta de categorização de empenas laterais, com o objetivo de entender o seu significado e a sua relação com as paisagens urbanas de Salvador e do Porto.

Palavras-chave:

Empenas Laterais, Centros Históricos, Salvador, Porto, *Gestalt* Urbana.

ABSTRACT

The present research aimed to evaluate the importance of the gables in the urban landscapes of the historic centers of Salvador and Porto. The selection of the cities of Salvador and Porto aimed to find similarities or differences between the two urban settlements. The gables surveyed are present, predominantly, in the boundary between adjoining buildings representative of the civil architecture of the two urban contexts. It was researched factors that contributed to their visibility, and in what way that gables collaborate to the relationship that is established between the urban spaces and in who interacts with them. The methodology was established by documental surveys, developed through the analysis of old documents, such as notices and postures, scientific literature on the subject, as well as through the analysis of iconographic sources, such as engravings, maps and old photographs, and field visits at the areas of the objects of study for direct observation and photographic registrations. The survey results showed several similarities between the two urban places, fruit of their geographic characteristics and the influence of the same urban tradition of making city, such as the adaptability of the streets and the blocks with the topography and the inconstancy of the buildings height, factors that are considered important to the visibility of the gables. The gables, in function of their exposure, reveal in their building coatings an approach between the two contexts, in particular on the use of certain materials and constructive techniques. In some examples, the formal standards set by their shapes and textures, reinforced by their visibility established with the public spaces and the observer, showed the role of the gables in the image of both cities. Finally, according to their visual and formal properties, it was presented a proposal of categorization of gables, in order to understand their significance and their relationship with the urban landscapes of Salvador and Porto.

Kew-words:

Gables, Historic Centers, Salvador, Porto, Urban Gestalt.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Vista a partir do Minhocão	42
Figura 2 Exemplo de empena escalonada	55
Figura 3 Perspectiva isométrica	56
Figura 4 Edifício na Rua Francisco Muniz Barreto, Salvador	57
Figura 5 Edifício nas Escadas do Barredo, Porto	57
Figura 6 Mapa geral e parcial de Salvador	64
Figura 7 Mapa geral e parcial do Porto	65
Figura 8 Planta parcial da cidade de Salvador	67
Figura 9 Planta com a evolução física de Salvador	68
Figura 10 Planta atribuída a Teixeira Albernaz, Salvador	69
Figura 11 Fragmento da gravura de Hessel Gerritsz, Salvador	71
Figura 12 Fragmento da gravura de Arnoldus Montanus, Salvador	72
Figura 13 Fragmento da fotografia de Benjamin Mulock, Salvador	75
Figura 14 Fotografia do Paço Arquiepiscopal, Braga, Minho	76
Figura 15 Fragmento da fotografia de Benjamin Mulock, Salvador	77
Figura 16 Fragmento da fotografia de Benjamin Mulock, Salvador	77
Figura 17 Cartão postal da Igreja de Sant'Anna e seu entorno, Salvador	79
Figura 18 Fragmento da fotografia de Camillo Vedani, Salvador	80
Figura 19 Fotografia na Rua Direita de Santo Antônio, Salvador	81
Figura 20 Cartão postal da Rua de São Pedro, Salvador	82
Figura 21 Rua S. José de Cima, no Bairro do Barbalho, Salvador	83
Figura 22 Planta do centro da cidade de Salvador	85
Figura 23 Fotografia com um conjunto de ruínas, Salvador	86
Figura 24 Fotografia com um conjunto de ruínas recuperadas, Salvador	87
Figura 25 Cartão postal da 1ª e 4ª etapas da 1ª fase do PRCHS, Salvador	89
Figura 26 Vista da Ladeira do Carmo e da Rua do Passo, Salvador	90
Figura 27 Vista do Largo do Pelourinho, Salvador	91
Figura 28 Esquema da povoação castreja no Morro da Sé, Porto	93
Figura 29 Esquema urbano da cidade do Porto	95
Figura 30 Fragmento da planta da cidade do Porto	97
Figura 31 Casario setecentista e oitocentista de Miragaia, Porto	100
Figura 32 Planta da cidade do Porto	101

Figura 33 Fragmento da planta da cidade do Porto	102
Figura 34 Gravura de Teodoro Maldonado da cidade do Porto	104
Figura 35 Fragmento da gravura de Teodoro Maldonado da cidade do Porto	105
Figura 36 Fotografia com vista para o Carmo e os Clérigos, Porto	106
Figura 37 Mapa geral e parcial da cidade do Porto	110
Figura 38 Vista da paisagem urbana do casario no entorno da Sé, Porto	111
Figura 39 Vista da Avenida D. Afonso Henriques, Porto	113
Figura 40 Vista da Rua Mouzinho da Silveira, Porto	114
Figura 41 Fotografias das obras de beneficiação do Barredo, Porto	116
Figura 42 Rua S. Francisco de Borja na Ribeira-Barredo, Porto	116
Figura 43 Casario entre a Rua da Vitória e a Rua de Belmonte, Porto	120
Figura 44 Detalhamento construtivo	125
Figura 45 Detalhamento construtivo	125
Figura 46 Detalhamento construtivo	125
Figura 47 Detalhamento construtivo	125
Figura 48 Fragmentos com simulação de texturas	125
Figura 49 Fragmentos com simulação de texturas	125
Figura 50 Vista da Rua Azevedo Coutinho, Fão, cidade de Esposende, Minho	129
Figura 51 Mapa com a média da precipitação total na Península Ibérica	130
Figura 52 Mapa parcial do centro histórico de Salvador	138
Figura 53 Mapa do centro histórico do Porto	139
Figura 54 Exercício A_Vista aérea	148
Figura 55 Estação A	148
Figura 56 Estação B	148
Figura 57 Estação C	148
Figura 58 Exercício B_Vista aérea	150
Figura 59 Estação A	150
Figura 60 Estação B	150
Figura 61 Estação C	150
Figura 62 Exercício C_Vista aérea	153
Figura 63 Estação A	153
Figura 64 Estação B	153
Figura 65 Estação C	153

Figura 66 Exercício D_Vista aérea	155
Figura 67 Estação A	155
Figura 68 Estação B	155
Figura 69 Estação C	155
Figura 70 Exercício E_Vista aérea	158
Figura 71 Estação A	158
Figura 72 Estação B	158
Figura 73 Estação C	158
Figura 74 Exercício F_Vista aérea	160
Figura 75 Estação A	160
Figura 76 Estação B	160
Figura 77 Estação C	160
Figura 78 Exercício G_Vista aérea	166
Figura 79 Vista da Ladeira do Carmo, Salvador	166
Figura 80 Simulação da figura 79	166
Figura 81 Exercício H_Vista aérea	170
Figura 82 Vista do Morro da Sé, Porto	170
Figura 83 Simulação da figura 82	170
Figura 84 Exercício I_Vista aérea	174
Figura 85 Vista do conjunto urbano do Largo do Pelourinho, Salvador	174
Figura 86 Simulação da figura 85	174
Figura 87 Exercício J_Vista aérea	183
Figura 88 Vista do casario da Rua do Passo e da Ladeira do Carmo, Salvador	183
Figura 89 Simulação da figura 88	183
Figura 90 Exercício K_Vista aérea	185
Figura 91 Vista do centro histórico do Porto	185
Figura 92 Simulação da figura 91	185
Figura 93 Recorte da empena lateral	190
Figura 94 Confinamento da empena lateral	190
Figura 95 Tratamento de superfície da empena lateral	190
Figura 96 Destaque da empena lateral	190
Figura 97 Empena lateral com recorte comum	194
Figura 98 Empena lateral com recorte comum	194
Figura 99 Empena lateral com recorte comum	194

Figura 100 Empena lateral com recorte comum	194
Figura 101 Empena lateral com recorte comum	194
Figura 102 Empena lateral com recorte comum	194
Figura 103 Empena lateral com recorte comum	194
Figura 104 Empena lateral com recorte comum	194
Figura 105 Empena lateral com recorte comum	196
Figura 106 Empena lateral com recorte comum	196
Figura 107 Empena lateral com recorte comum	196
Figura 108 Empena lateral com recorte comum	196
Figura 109 Empena lateral com recorte singular	196
Figura 110 Empena lateral com recorte comum	196
Figura 111 Empena lateral com recorte singular	196
Figura 112 Empena lateral com recorte singular	196
Figura 113 Empena lateral mutilada com recorte singular	197
Figura 114 Empena lateral com recorte singular	197
Figura 115 Empena lateral mutilada com recorte singular	197
Figura 116 Empena lateral com recorte singular	197
Figura 117 Empena lateral mutilada com recorte singular	197
Figura 118 Empena lateral com recorte singular	197
Figura 119 Empena lateral com recorte singular	197
Figura 120 Empena lateral com confinamento integral completo	200
Figura 121 Empena lateral com confinamento integral completo	200
Figura 122 Empena lateral com confinamento integral incompleto	200
Figura 123 Empena lateral com confinamento integral incompleto	200
Figura 124 Empena lateral com confinamento parcial	200
Figura 125 Empena lateral com confinamento parcial	200
Figura 126 Empena lateral com confinamento parcial	201
Figura 127 Empena lateral com confinamento parcial	201
Figura 128 Empena lateral de confinamento radical	202
Figura 129 Empena lateral com tratamento de superfície lisa e cega	205
Figura 130 Empena lateral com tratamento de superfície lisa e cega	205
Figura 131 Empena lateral com tratamento de superfície lisa e vazada	205
Figura 132 Empena lateral com tratamento de superfície lisa e vazada	205
Figura 133 Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega	205

Figura 134	Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega	205
Figura 135	Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e vazada	205
Figura 136	Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega	205
Figura 137	Empena lateral com tratamento de superfície mista	206
Figura 138	Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega	206
Figura 139	Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega	206
Figura 140	Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e vazada	206
Figura 141	Empena lateral com tratamento de superfície lisa e vazada	206
Figura 142	Vista do casario da Rua do Passo, Salvador	207
Figura 143	Empena lateral com tratamento de superfície lisa, cega e figurativa	210
Figura 144	Empena lateral com tratamento de superfície lisa, cega e figurativa	210
Figura 145	Vista do conjunto edificado da Rua Nova da Alfândega, Porto	211
Figura 146	Fotografia das obras no Barredo, Porto	212
Figura 147	Postal com panorama do centro histórico do Porto	213
Figura 148	Vista da empena de edifício na Avenida Vímara Peres, Porto	214
Figura 149	Bairro da Sé antes das intervenções da DGMEN, Porto	215
Figura 150	Empena lateral com destaque não funcional	216
Figura 151	Empena lateral com destaque não funcional	216
Figura 152	Empena lateral com destaque não funcional	216
Figura 153	Vista da Rua da Vitória, Porto	218
Figura 154	Empena lateral com destaque funcional	219
Figura 155	Empena lateral com destaque funcional	219
Figura 156	Vista da Rua das Laranjeiras, Salvador	224
Figura 157	Vista do Largo do Terreiro, Porto	224
Figura 158	Vista de sobrado na Rua Direita de Santo Antônio, Salvador	227
Figura 159	Vista de edifício na Rua do Infante D. Henrique, Porto	228
Figura 160	Empena lateral com perda de consistência parcial	229
Figura 161	Proposta de consolidação do material de revestimento	229
Figura 162	Vista parcial do conjunto urbano da Rua do Passo, Salvador	230
Figura 163	Revestimentos de empena e de pedras de espera	231
Figura 164	Vista da Rua de Cimo de Vila, Porto	233
Figura 165	Vista parcial do conjunto urbano na Rua de Miragaia, Porto	233
Figura 166	Vista parcial do conjunto urbano da área da Vitória, Porto	235
Figura 167	Empena lateral mutilada	237

Figura 168 Proposta de consolidação da empena	237
Figura 169 Fotografia do cruzamento da Rua das Laranjeiras, Salvador	240
Figura 170 Fotografia das quadras do entorno do Terreiro de Jesus, Salvador	240
Figura 171 Vista da empena lateral a partir da Rua das Laranjeiras, Salvador	241
Figura 172 Vista parcial da empena a partir do interior da quadra, Salvador	241
Figura 173 Vista a partir do Largo do Pelourinho, Salvador	244
Figura 174 Fragmentos da planta topográfica da cidade do Porto	247
Figura 175 Cheias da Ribeira, Porto	247
Figura 176 Vista do conjunto edificado do Cais da Ribeira, Porto	248
Figura 177 Vista da empena lateral da Rua de Cimo do Muro, Porto	249
Figura 178 Vista da empena lateral da Rua de Cimo do Muro, Porto	249
Figura 179 Vista a partir da Rua Campo Mártires da Pátria, Porto	252

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 | Tabela com a estrutura dos critérios das empenas laterais

221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRRU	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
AHMP	Arquivo Histórico Municipal do Porto
AHMS	Arquivo Histórico Municipal de Salvador
APCP	Áreas de Proteção Cultural e Paisagística
APCPR	Áreas de Proteção Contíguas às de Proteção Rigorosa
APR	Áreas de Proteção Rigorosa
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CEAB	Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia
CMP	Câmara Municipal do Porto
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPF	Centro Português de Fotografia
CRMP	Código Regulamentar do Município do Porto
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direção Geral do Patrimônio Cultural
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FGM	Fundação Gregório de Mattos
FIFB	Fundação Instituto Feminino da Bahia
FPAC	Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia (Brasil)
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
JOP	Junta das Obras Públicas
LOUOS	Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador
MT	Museu Temporal
PCH	Programa de Cidades Históricas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador
PERSH	Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador
PMS	Prefeitura Municipal do Salvador
PPGAU	Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

PRCHS	Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador
RGEU	Regulamento Geral das Edificações Urbanas
RPDMP	Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto
SIPA	Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	41
2	AS EMPENAS E OS CENTROS HISTÓRICOS	51
2.1	CONCEITO DE EMPENA: LEGISLAÇÃO URBANA E CONCEITO TÉCNICO...	51
2.2	CENTROS HISTÓRICOS DE SALVADOR E DO PORTO	59
2.2.1	Centros históricos: Noções e Dimensões.....	59
2.2.2	Centros históricos: Poligonais de Tombamento e Classificação	62
2.3	TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR E SUA INFLUÊNCIA NAS EMPENAS LATERAIS	66
2.4	TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO E SUA INFLUÊNCIA NAS EMPENAS LATERAIS	92
2.5	TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DE SALVADOR E DO PORTO E SUA INFLUÊNCIA NAS EMPENAS LATERAIS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	121
2.6	O REVESTIMENTO DE EMPENAS EM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL E A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA EM SALVADOR E NO NOROESTE DE PORTUGAL.....	128
3	CONTRIBUIÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS PARA A PAISAGEM URBANA E SUA RELAÇÃO COM O OBSERVADOR	137
3.1	DEFINIÇÃO E CONCEITOS DE <i>GESTALT</i>	139
3.2	<i>GESTALT</i> URBANA	141
3.3	EXERCÍCIOS DE ANÁLISE	146
3.3.1	Sequências Urbanas	147
3.3.2	Linear vs Pictórico e Planar vs Recessional.....	163
3.3.3	Relação de Figura-Fundo.....	177
4	PROPOSTA PARA UMA CATEGORIZAÇÃO DE EMPENAS LATERAIS	189
4.1	CRITÉRIOS	189
4.1.1	Recorte.....	192
4.1.2	Confinamento	199
4.1.3	Tratamento de Superfície	203
4.1.4	Destaque	215
4.2	CATEGORIAS	221

4.2.1	Empenas Consolidadas.....	223
4.2.2	Empenas Semi-Fragilizadas.....	225
4.2.3	Empenas Fragilizadas.....	232
4.3	EXEMPLOS.....	238
4.3.1	Centro Histórico de Salvador: Empena Consolidada	239
4.3.2	Centro Histórico de Salvador: Prancha Geral da Empena Consolidada	242
4.3.3	Centro Histórico de Salvador: Empena Fragilizada.....	243
4.3.4	Centro Histórico de Salvador: Prancha Geral com Proposta de Intervenção para a Empena Fragilizada.	245
4.3.5	Centro Histórico do Porto: Empena Consolidada	246
4.3.6	Centro Histórico do Porto: Prancha Geral da Empena Consolidada.....	250
4.3.7	Centro Histórico do Porto: Empena Fragilizada	251
4.3.8	Centro Histórico do Porto: Prancha Geral com duas Propostas de Intervenção para a Empena Fragilizada.	254
5	CONCLUSÃO.....	255
	REFERÊNCIAS	262
	ANEXO I Requerimento da licença de obra nº1166/1925	272
	ANEXO II Requerimento da licença de obra nº602/1927	273
	ANEXO III Requerimento da licença de obra nº1684/1909	274
	ANEXO IV Requerimento da licença de obra nº305/1923.....	275
	ANEXO V Entrevista ao arquiteto António Moura.....	276

1 INTRODUÇÃO

Ao percorrer as ruas dos centros históricos das cidades de Salvador e do Porto, não é possível deixar de reconhecer uma certa familiaridade entre os dois espaços urbanos. Essa percepção certamente será fundamentada através das raízes culturais comuns das duas permanências urbanas, associadas à tradição lusa no modo de se fazer cidade. A transmissão desses estímulos é estabelecida, em parte, entre os elementos morfológicos urbanos que compõem o espaço urbano e o observador que com eles interage. Entre os elementos que compõem o espaço urbano que transmitem essa sensação de familiaridade destacam-se as vias, as quadras e os edifícios. Por sua vez, a associação entre os edifícios e o observador é mais rápida e imediata através das suas fachadas principais com os seus vãos, esquadrias, balcões e guarda-corpos, bem como com as suas coberturas. Já as empenas ou fachadas laterais estabelecem regularmente uma relação mais indireta com o observador.

Durante a minha atuação profissional enquanto arquiteto, sobretudo nos projetos de reabilitação urbana no centro histórico do Porto, constatei que são inúmeros os edifícios que apresentam empenas laterais, ora nos que fazem parte dos próprios projetos, ora nos edifícios vizinhos contíguos. Em muitos dos exemplos com os quais me deparei, senti que essas empenas acabam por adquirir um certo carácter de “marginalidade”, como se fossem um elemento arquitetônico pouco valorizado na constituição da paisagem urbana, eventualmente pela sua reduzida relação com os logradouros públicos. A questão é que em centros históricos com topografias acidentadas, como são os casos de Salvador e do Porto, essas empenas, na maioria das situações, acabam por adquirir visibilidade e estabelecer uma relação com o observador.

Nas situações em que a visibilidade das empenas se manifesta com maior protagonismo, é estabelecida uma relação com o observador distinta da relação que se estabelece quando a paisagem urbana se apresenta apenas na presença das fachadas principais. Nesse momento, as empenas laterais cooperam para a paisagem urbana que é registrada pelo observador e, embora misturando-se com os demais elementos arquitetônicos (coberturas, fachadas principais), acabam por adquirir uma presença com maior grau de percepção.

Essas relações podem tornar-se intensas em função do grau de visibilidade e de protagonismo que as empenas podem assumir com os espaços urbanos. Veja-se o exemplo das empenas do entorno do Elevado Presidente João Goulart, popularmente conhecido por Minhocão, importante via expressa urbana da cidade de São Paulo. As dimensões e relações privilegiadas que as empenas laterais estabelecem com a via serviram de base para a criação do projeto Corredor Verde do Minhocão, da responsabilidade do Movimento 90°, grupo dedicado à instalação de jardins verticais com impacto na paisagem urbana (ver figura 1). Entre os objetivos pretende-se a melhoria da paisagem urbana através da transformação de empenas cegas em parques e jardins verticais.



Figura 1 | Vista a partir do Minhocão com empena lateral de edifício na Rua Sebastião Pereira, revestida com jardim vertical. Fotografia de Felipe Gabriel e M.90° [201-] (fonte Movimento 90°. Disponível em: <<http://movimento90.com/parquesverticais/>>. Acesso em 21 jun. 2017)

A Prefeitura de São Paulo, sensível ao tema, aprovou legislação específica para a execução de jardins verticais com o objetivo de melhorar as condições urbanas, ambientais e paisagísticas da cidade, através do Decreto nº56 630, de 19 de novembro de 2015. Não entrando no mérito do tema, apenas se pretende exemplificar como em determinadas situações as empenas poderão ser um

elemento arquitetônico de discussão e reflexão, em parte devido à sua participação no ambiente urbano.

Em outro contexto urbano, Robert Venturi (1977) na sua obra *Learning From Las Vegas*, fala da importância das empenas dos edifícios da *Upper Strip* em *Las Vegas*, cuja percepção, sendo estabelecida fundamentalmente através dos automóveis e à distância, faz com que haja um especial interesse em comunicar conteúdos publicitários que atraiam a atenção do observador e, neste caso, também no seu papel enquanto condutor.

No contexto das cidades históricas, o exemplo da Ladeira de Santa Efigênia, na cidade de Ouro Preto, reúne um conjunto de características entre as quais, o traçado da via a acompanhar a topografia desnivelada, o tipo de parcelamento urbano, bem como o tipo de ocupação dos lotes com os seus edifícios encostados entre si, que contribuem para a cooperação das empenas laterais na paisagem urbana e para a qual as mesmas adquirem protagonismo. Considera-se que esse destaque da Ladeira de Santa Efigênia resulte, em parte, pela visibilidade e pelo efeito de direcionamento produzido pelas empenas laterais.

No quadro da arquitetura brasileira, Morales de los Rios (1922 apud FREYRE, 2016, p.272) e Smith (1969) abordam a presença das empenas na arquitetura do Recife. Já Reis Filho (2014), ao indagar acerca da tradição em construir as edificações sobre os limites laterais dos lotes, refere-se ao revestimento em telha cerâmica capa-canal das empenas que ficavam expostas. Klüppel (2009), no seu trabalho sobre a relação da arquitetura habitacional brasileira e o clima, aborda essa questão no contexto da cidade de Salvador, enquanto que Galvão e Marocci (1989), nos seus estudos acerca dos sobrados e as cores da antiga cidade de Salvador, além de referirem a presença das telhas cerâmicas como material de revestimento de empenas, mencionam a questão da cor nas empenas quando estas eram revestidas com argamassas.

No quadro da arquitetura portuguesa, Teixeira (2004), no seu estudo da casa burguesa portuense, descreve os sistemas construtivos e materiais de revestimento das superfícies exteriores das paredes de meação, referindo-se à utilização de telha cerâmica capa-canal e soletos de ardósia, e, posteriormente, a argamassas saibrosas e chapas zincadas onduladas, e Ascensão (2011), no seu estudo acerca das fachadas do centro histórico do Porto, aborda a questão do impacto das empenas na imagem da cidade. A autora menciona a sua visibilidade como um

problema na imagem da cidade, referindo que a sua presença não resulta de um determinado estilo arquitetônico, mas sim de uma necessidade construtiva. A autora propõe um conjunto de recomendações para atenuar a visibilidade das empenas, que considera serem uma barreira na imagem da cidade. Entre as medidas, propõe a utilização das empenas enquanto suporte para a criação de jardins verticais, à semelhança do projeto Corredor Verde do Minhocão, bem como suporte para instalações artísticas e instalações luminosas, que designa como fachadas multimedia. Perante a posição de Ascenção (2011), considera-se que a abordagem das empenas e o seu impacto na imagem da cidade é pertinente, embora acredita-se que, ao contrário da autora, a sua presença no contexto dos centros históricos não constitua um problema para a imagem da cidade. Ao invés, acredita-se que as empenas são um testemunho de uma tradição do modo de se fazer cidade, e é com base na importância das empenas laterais enquanto elemento morfológico urbano, que se pretende desenvolver o presente trabalho.

Não se tendo conhecimento da existência de um estudo específico que se debruce em uma análise conjunta das empenas laterais de Salvador e do Porto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar e discutir a importância das empenas laterais na paisagem urbana dos centros históricos de Salvador e do Porto. Neste sentido, os objetivos específicos são: (1) analisar as razões que contribuem para a visibilidade das empenas laterais, (2) identificar a relação entre os seus processos de transformação e expansão urbana e as suas empenas, (3) analisar as semelhanças e diferenças entre os dois centros históricos, no que se refere às empenas e àquilo que as caracteriza, (4) analisar quais as relações que se estabelecem entre as empenas laterais e o observador que se movimenta pelos seus espaços urbanos, (5) verificar a existência de diferentes níveis de efeitos entre as empenas e quem as observa, e (6) desenvolver uma proposta de categorização de empenas.

Dessa forma, o presente trabalho está organizado em três seções: (1) as empenas e os centros históricos, (2) contribuição das empenas para a paisagem urbana e sua relação com o observador, e (3) proposta para uma categorização de empenas laterais.

A primeira seção faz dois enquadramentos das empenas laterais enquanto elementos arquitetônicos. Um enquadramento é estabelecido de acordo com a legislação brasileira e portuguesa, e o outro é estabelecido pelos conceitos técnicos.

Sobre os processos de transformação e expansão urbana do centro histórico de Salvador analisar-se-á a perspectiva de Moreira (2001) acerca do projeto fundador da cidade de Salvador e da influência do renascimento. Em paralelo, estudar-se-á a abordagem de Teixeira e Valla (1999) sobre o urbanismo e as influências medievo-renascentista dos traçados de Salvador. Procurar-se-á entender a perspectiva do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB) (1979), acerca da evolução física de Salvador, estabelecendo relação com as contribuições de Reis Filho (1968) sobre o desenvolvimento urbano de Salvador, bem como com a visão de Cardoso e Baeta (2015) com relação à construção da sua paisagem urbana até ao final do século XIX. Neste seguimento, abordar-se-á o ponto de vista de Vasconcelos (2002), sobre as transformações de Salvador até ao final do século XX.

Com relação à cidade do Porto, irá analisar-se o trabalho de Ferrão (1997), que aborda a expansão urbana desde a nucleação original até aos processos de transformação urbana almadinos até ao século XIX. Neste sentido, irá estudar-se a perspectiva de Berrance (1993), acerca das fachadas das habitações correntes do período almadino, entre o que foi planejado e o que foi executado. Adicionalmente, procurar-se-á analisar a obra de Fernandes (1999), relativa à relação entre as formas dos edifícios residenciais e a forma da cidade. Em seguimento, verificar-se-á as propostas de entendimento de Oliveira e Galhano (2003), sobre as casas e telhados do Porto. Em continuidade serão analisadas as intervenções do Comissariado para a Reversão Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB) (2000) e será estudado o documento estratégico da Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana (Porto Vivo - SRU) (2012), relativo à definição da poligonal da área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto, bem como às suas ações de requalificação urbana.

Com o objetivo de estudar eventuais semelhanças entre as duas áreas objeto de estudo do presente trabalho, irá analisar-se a perspectiva histórica de Azevedo (1949), acerca do povoamento de Salvador e suas características sociais e culturais, bem como a visão de Smith (1961; 1969), sobre dois dos seus estudos, um sobre as casas do Porto e um sobre a arquitetura civil no Brasil.

A segunda seção diz respeito à participação das empenas laterais nas paisagens urbanas através das suas influências formais e perceptivas. Procurar-se-á entender até que ponto existem tendências formais nas empenas laterais que podem estabelecer efeitos no observador e que permitam compreender melhor a

relação entre as empenas e a consciência de quem se movimenta pelas duas áreas objeto de estudo.

De acordo com esses objetivos serão estudadas as propostas de entendimento de Kohlsdorf (1975; 1996), sobre as qualidades psicológicas da *Gestalt* Urbana e sobre a apreensão da forma urbana. Pretende-se analisar as empenas laterais, enquanto elemento morfológico urbano, nas propostas de caráter mais generalizado que a autora apresenta. Em seguimento, será analisada a visão de Lynch (1997), relativa à *legibilidade* enquanto qualidade psicológica associada à imagem da cidade.

Serão apresentados um conjunto de exercícios de análise para estudar de que modo as empenas laterais se podem relacionar com o observador, bem como a sua importância para a constituição das paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto. Assim sendo, a estrutura do primeiro exercício será baseada nas abordagens de Cullen (1979) e Kohlsdorf (1975), acerca das sequências urbanas. Os segundo e terceiro exercícios serão estruturados de modo assumidamente artificial através da manipulação de registros fotográficos. Para a análise do segundo exercício será estudada a abordagem de Barros (2011), sobre alguns pares dicotômicos de Heinrich Wölfflin inspirados na “Teoria da Visibilidade Pura”, que analisam determinadas manifestações artísticas associadas a certos padrões formais através do fenômeno da visão. Na análise do terceiro exercício abordar-se-á a visão de Arnheim (1980) sobre o seu entendimento do axioma gestáltico Figura-Fundo, bem como a proposta de entendimento de Lamas (2004) acerca do sentido figurativo da cidade enquanto obra de arte coletiva e da perspectiva de Brandi (2004) acerca do tecido figurativo nas obras de arte. Essas referências têm como objetivo entender os centros históricos de Salvador e do Porto como obras de arte coletivas e as empenas laterais como elementos que cooperam no seu sentido figurativo.

Na terceira e última seção, de acordo com a importância e significado que se considera que as empenas possam ser detentoras, propõe-se um conjunto de categorias de empenas laterais baseadas em critérios relativos às suas propriedades físicas e visuais. Nesse sentido, irá analisar-se os estudos de Ching (2003; 2008), acerca dos seus conceitos técnicos sobre as empenas e as propriedades visuais das formas dos objetos.

É pertinente salientar que essa categorização não tem como objetivo a catalogação das empenas, mas sim poder contribuir para a análise e valorização das empenas laterais enquanto elemento arquitetônico das cidades, chamando à atenção para a sua preservação e salvaguarda. Para terminar será apresentado um conjunto de quatro exemplos de empenas laterais com uma visibilidade significativa. Dois dos exemplares consideram-se ser empenas consolidadas e os outros dois consideram-se ser empenas fragilizadas. Nas empenas fragilizadas são apresentadas sugestões de intervenção para atenuar aspectos que se consideram comprometidos. Será apresentado um exemplo de empena consolidada e um de empena fragilizada para cada uma das áreas objeto de estudo.

Para a elaboração do presente trabalho foi adotada a seguinte metodologia:

- Seleção de empenas nas cidades de Salvador e do Porto que reunissem uma série de requisitos, entre os quais: (1) pertencer a conjuntos edificados consolidados dos seus centros históricos, (2) possuir visibilidade nos espaços urbanos, e (3) evidenciar uma relação de proximidade e intensidade com o observador.
- A coleta de dados foi efetuada por meio de um conjunto de recursos, sendo eles: (1) por observação direta, efetuada através de deslocações às áreas objeto de estudo, envolvendo três visitas a Portugal. A pesquisa de campo permitiu selecionar as amostras, bem como analisar com maior amplitude e compreensão o objeto de estudo, sobretudo na relação que as empenas estabelecem com o seu entorno e com o observador, e (2) execução de registros fotográficos das empenas selecionadas.
- Levantamento documental desenvolvido através da consulta de acervos públicos e privados, entre os quais posturas, editais, regulamentos, dicionários técnicos, livros, revistas, teses, dissertações, gravuras, mapas, postais, fotografias e projetos arquitetônicos, nas duas áreas objeto de estudo: (1) em Salvador foram consultados os acervos da biblioteca e dos arquivos fotográficos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), os arquivos fotográficos do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS), os arquivos postais da Fundação Instituto Feminino da Bahia (FIFB) e do Museu Tempostal (MT), bem como o acervo da biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), e (2) na cidade do Porto foram consultados os acervos da biblioteca e os acervos fotográfico

e postal do Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), os acervos fotográficos do Centro Português de Fotografia (CPF), o acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, os acervos das bibliotecas da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Faculdade de Arquitetura da Universidade Lusíada do Porto e o acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Paralelamente foram efetuadas duas entrevistas. Uma com o Professor Joaquim Jaime Ferreira Alves, cuja contribuição permitiu ampliar a discussão do tema acerca da visibilidade das empenas e outra com o Arquiteto António Moura, cujo subsídio possibilitou maior compreensão relativamente à autenticidade do centro histórico do Porto, bem como com relação às suas intervenções no âmbito do CRUARB.

- Tratamento, análise e discussão dos dados coletados, com o objetivo de revelar a importância do objeto de estudo nas paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto, através da apresentação das empenas laterais sob a forma de critérios relativos às propriedades visuais das suas formas e dos seus sistemas construtivos. Dessa forma, pretende-se constituir um instrumento de análise que possa contribuir para a orientação de futuras intervenções, ampliando o debate sobre a conservação e preservação destas superfícies, enquanto elementos que integram o patrimônio cultural dos centros históricos de Salvador e do Porto.
- Elaboração de figuras realizadas pelo autor para ilustração dos estudos apresentados.
- Elaboração de desenhos das empenas para os quais foram utilizados os seguintes recursos de hardware: (1) câmara fotográfica digital Canon Powershot G15 , e (2) laptop Toshiba Satellite Pro C850-1G4. Os recursos de software utilizados foram: (1) programa de desenho assistido por computador Autodesk AutoCAD versão 2017, e (2) programa de edição de imagem Adobe Photoshop CC versão 2015.
- Elaboração do projeto de qualificação, com o ajustamento do projeto inicial, de acordo com o acompanhamento do orientador.
- Elaboração da segunda qualificação, de acordo com as orientações da banca de qualificação e acompanhamento do orientador.

- Elaboração da dissertação, de acordo com as orientações da banca de qualificação e acompanhamento do orientador.

Espera-se que o presente trabalho contribua para o reconhecimento da importância das empenas laterais nas paisagens urbanas dos centros históricos, não apenas àquelas a que se refere este trabalho, mas um reconhecimento generalizado das empenas que, enquanto elementos morfológicos urbanos, cooperam e participam na composição das suas paisagens urbanas.

Acredita-se que a partir desse reconhecimento, será possível proteger e salvaguardar as empenas laterais como elementos que integram o patrimônio cultural dos centros históricos, à semelhança do que acontece hoje com relação às fachadas principais.

Sintetizando, deseja-se que o presente trabalho contribua para a valorização das empenas laterais enquanto elemento arquitetônico que participa na composição das paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto.

2 AS EMPENAS E OS CENTROS HISTÓRICOS

2.1 CONCEITO DE EMPENA: LEGISLAÇÃO URBANA E CONCEITO TÉCNICO.

Nesta subsecção pretendeu-se sintetizar um conceito de empena, de acordo com a legislação em vigor e as definições técnicas de arquitetura. Na legislação foram abordadas as ferramentas de gestão territorial e urbanismo do Brasil e de Portugal. O ordenamento do território e urbanismo de ambos os países compreende leis de âmbito geral e leis de âmbito específico. No caso do Brasil deve entender-se de âmbito geral as leis estaduais e federais e as de âmbito específico as leis municipais. No caso de Portugal, as leis de âmbito geral são as que dizem respeito a todo o território nacional e as de âmbito específico são as que dizem respeito às câmaras municipais.

Considera-se que na legislação geral de ambos os países, as referências diretas às empenas são reduzidas, dentre as quais menciona-se um conceito técnico de carácter geral numa lei portuguesa¹, que refere:

Uma empena é cada uma das fachadas laterais de um edifício, geralmente cega (sem janelas nem portas), através das quais o edifício pode encostar aos edifícios contíguos.
(ficha nº24, do Quadro nº2, do Decreto Regulamentar 9/2009, 2009)

No entanto, as referências relativas às paredes exteriores de edificações construídas na divisa entre lotes contíguos, são rigorosas e detalhadas em ambos os países. São utilizadas várias designações para o mesmo objeto, entre as quais: paredes divisórias, paredes-meias, meação em paredes e paredes comuns.

No Código Civil do Brasil², na seção dos direitos de vizinhança, na subsecção do direito de construir, é feita referência direta às paredes divisórias que estão implantadas em terrenos contíguos. São designadas por paredes divisórias, paredes-meias ou meação de paredes. É regulada a impossibilidade de fenestração nessas paredes, à exceção de aberturas para luz ou ventilação com uma dimensão máxima de 10cm de largura e 20cm de altura. O mesmo documento determina a possibilidade das paredes serem alteadas e a impossibilidade de encosto de

¹ O Decreto-Regulamentar nº9/2009 de 29 de Maio é uma lei geral que estabelece os conceitos técnicos de ordenamento do território e urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial em Portugal.

² Artigos 1 299. a 1 308. da Lei nº10 406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF.

aparelhos suscetíveis de criar prejuízo aos vizinhos. No Código Civil de Portugal³, na seção da propriedade de imóveis, na subseção de paredes e muros de meação, é feita referência direta à comunhão forçada e compropriedade⁴ de parede divisória entre dois edifícios. Os termos utilizados são paredes divisórias e paredes comuns. Nele é identificada a possibilidade das duas edificações contíguas não se desenvolverem à mesma altura e é permitida a edificação, alteamento, reparação e reconstrução em paredes comuns. Define a possibilidade de abertura de vãos (com ou sem esquadrias), para introdução de luz e ventilação naturais, com o expresse consentimento do proprietário vizinho.

No Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)⁵ Português, o artigo 30.º refere que as paredes em elevação devem ser revestidas com materiais com características técnicas que resistam à intempérie e, no caso de estarem expostas a ventos chuvosos, devem ser impermeáveis. No ponto 3 do artigo 71.º é feita menção às seteiras em paredes confinantes com prédios contíguos. Nesta lei não foram encontradas designações específicas sobre as empenas, mas depreende-se que o âmbito dos artigos mencionados a elas digam respeito. Ainda na legislação geral portuguesa, conforme descrito anteriormente, na lei que define os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo⁶, encontrou-se uma descrição específica para as empenas.

Em relação à legislação específica consultada nos dois países, foi encontrada uma quantidade mais significativa de referências diretas às empenas, como é o exemplo da legislação sobre a publicidade em locais expostos ao público. Observa-se ainda a referência direta ao cuidado que as empenas devem merecer com relação à sua visibilidade. Mesmo quando não são feitas referências diretas às empenas, depreende-se que estão integradas no caráter coletivo das definições técnicas, nomeadamente na volumetria, nas visuais externas, no tratamento das fachadas e na abertura de vãos.

No contexto brasileiro, na Prefeitura Municipal do Salvador (PMS), a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (LOUOS)⁷, nas áreas ou imóveis sujeitos à legislação específica de preservação ou

³ Artigos 1 370º a 1 375º do Decreto-lei nº47 344, de 25 de novembro de 1966. Diário do Governo, Lisboa.

⁴ Diz-se compropriedade quando sobre uma mesma coisa a titularidade do direito de propriedade é simultânea a duas ou mais pessoas (Artigo 1403º do Código Civil Português).

⁵ Decreto-Lei nº38 382, de 7 de agosto de 1951. Diário do Governo, Lisboa.

⁶ Decreto-Regulamentar nº9/2009, de 29 de maio de 2009. Diário da República, Lisboa.

⁷ Lei nº9 148/2016, de 13 de setembro de 2016. PMS, Salvador.

tombamento, remete para os órgãos competentes as exigências relativas aos condicionamentos dos recuos, dos gabaritos de altura, da volumetria, do agenciamento de fachadas e tratamento dos telhados. As entidades que tutelam o patrimônio são a Fundação Gregório de Mattos (FGM), vinculada à PMS enquanto entidade pública municipal; o IPAC, enquanto autarquia estadual; e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enquanto autarquia federal. Já o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU)⁸, na subseção relativa às Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), refere que é diretriz geral a:

IV - preservação e valorização dos sítios, dos monumentos e seu entorno quanto a modificações na morfologia, volumetria das edificações, visuais internas e externas, ambiência e silhueta urbana. (ponto IV do artigo 270. do PDDU, 2016)

A Lei das APCP⁹, nas restrições de uso e ocupação, sem especificar diretamente as empenas, refere que:

Com objetivo de manter rigorosamente a visibilidade, a tipologia e as demais características originais das primitivas edificações, todas as intervenções efetuadas nos imóveis tombados isoladamente, áreas tombadas e nas Áreas de Preservação Rigorosa estão sujeitas às limitações quanto:

- a) à determinação de recuo, afastamento, gabarito e volumetria;
- b) ao tratamento das fachadas e da cobertura;
- c) à abertura ou fechamento de envasaduras e a proporção de cheios e vazios.

(alíneas a) a c) do artigo 117º da Lei nº3 289/83)

Mais uma vez, embora não seja feita referência direta às empenas, considera-se que as mesmas estão integradas nas características originais das primitivas edificações. Além disso, depreende-se que as normas específicas estabelecidas pelas entidades que tutelam o patrimônio atendem às regras quanto à modificação da morfologia das cumeeiras e, por inferência, das empenas das edificações primitivas.

Na legislação brasileira sobre mensagens em logradouros e em locais expostos ao público¹⁰, encontrou-se um conceito técnico genérico sobre as empenas, referindo:

Empena - fachada(s) que não apresenta(m) envasadura(s).

⁸ Lei nº9 069/2016, de 1 de julho de 2016. PMS, Salvador.

⁹ Lei nº3 289/83, de 21 de setembro. PMS, Salvador.

¹⁰ Decreto nº12 642, de 28 de abril. PMS, Salvador.

(ponto XIII do artigo 3.º do Decreto nº12642/2000)

Nesta lei as empenas são classificadas como elemento de suporte para mensagens devido à sua exposição pública, definindo as exigências para se poder cumprir tal fim. Acredita-se que esta classificação tenha como objeto principal as empenas resultantes de operações urbanísticas mais contemporâneas.

No cenário português, na legislação específica da Câmara Municipal do Porto (CMP), o Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto (RPDMP)¹¹, lei que estabelece as regras a que devem obedecer as operações urbanísticas no território do concelho, na seção da edificabilidade em logradouros e interior de quadras, menciona que:

Quando os afastamentos do edifício correspondente à ampliação [...] admite-se o encosto aos limites laterais quando adossado a empenas existentes em prédios confinantes.
(alínea c) do ponto 2 do artigo 17º do RPDMP, 2006)

Na versão atual do Código Regulamentar do Município do Porto (CRMP)¹², encontram-se orientações relativamente à visibilidade das empenas e à sua relação com o entorno. Na seção da edificação e urbanização, na subseção relativa à composição e tratamento das fachadas, sobre as empenas laterais é referido que:

Os paramentos das empenas laterais não colmatáveis por encostos de construções existentes ou futuras devem ter tratamento adequado, com preocupações de ordem estética.
(artigo B-1/10º do CRMP, 2017)

Ainda no CRMP, na seção da publicidade, a exemplo do que acontece na legislação brasileira, na subseção relativa às condições especiais para fixação e inscrição de mensagens publicitárias em fachadas e empenas, são definidas as regras que deverão ser respeitadas:

A mensagem publicitária não pode exceder os limites laterais do plano da fachada ou empena.
(ponto 2 do artigo D-2/9º do CRMP, 2017)

Na perspectiva dos dicionários técnicos, considera-se que as descrições sobre as empenas são mais detalhadas do que na legislação, eventualmente fruto do aprofundamento da discussão na literatura académica e científica sobre o tema. Em comparação, observa-se que na legislação, por vezes, verificam-se omissões e

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros nº19/2006, de 3 de fevereiro de 2006. Diário da República, Lisboa.

¹² Código Regulamentar do Município do Porto, de 30 de março de 2017. CMP, Porto.

conceitos mais simplificados. No entanto, constata-se que a transposição dos conceitos técnicos para os conceitos legais é adequada.

De acordo com Ching (2003), sobre os princípios fundamentais da arquitetura, o frontão na arquitetura clássica é descrito como a empena larga e baixa que encima a colunata da fachada. O autor menciona ainda que as pernas de uma tesoura de um telhado também podem ser designadas como empenas. Para Albernaz e Lima (1998), as pernas das tesouras de telhado, podendo ser designadas por empenas, são encobertas pelas cornijas inclinadas dos frontões.

Segundo Ching (2003, p.250), as empenas correspondem à parte triangular de uma parede que intercepta a extremidade de um telhado em vertente, compreendida entre a cornija ou beirais e a cumeeira (figura 2). Para o autor, as paredes de empena que ocultam as pendentes dos telhados de duas águas podem ser inclinadas ou escalonadas¹³ e ser providas de janelas, conforme figura 2. As empenas com degraus das casas típicas holandesas designam-se como “Klokgevel” (SMITH, 1969, p.72).



Figura 2 | Exemplo de empena escalonada. Esta designação refere-se às empenas que são providas de redentes ou degraus. Segundo Ching (2003), o vão é designado como janela de empena. (CHING, 2003, p.18)

Segundo a descrição técnica do Dicionário Ilustrado da Arquitetura (ALBERNAZ; LIMA, 1998), no ponto 1 das empenas, é referido que estas são as paredes que possuem um vértice onde se apoia a cumeeira nos edifícios com telhados de duas águas e, no ponto 2, são também as paredes laterais de um edifício, particularmente quando construída na divisa do lote e impossibilitada de possuir vãos de portas e janelas (ver figura 3). De acordo com Albernaz e Lima

¹³ Quando a empena é provida de redentes ou degraus.

(1998), as empenas com as características referidas no ponto 1 podem ser designadas por oitões. No caso de ter envasaduras de portas e janelas é chamada empena vazada (ver figura 4) e quando não possui qualquer abertura é designada por empena cega (ver figura 5).

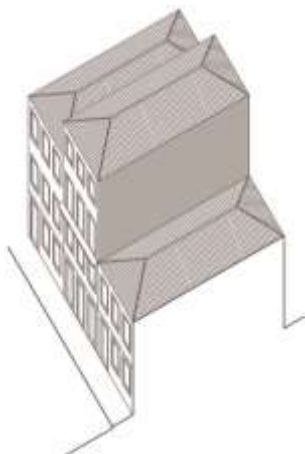


Figura 3 | Perspectiva isométrica com a simulação de um conjunto de edifícios contíguos na cidade do Porto, nos quais é possível observar uma empena lateral. (ilustração realizada pelo autor, jul. 2017)

De acordo com Costa (1955, f.13, p.6), as empenas são as paredes exteriores laterais quando o edifício fica encostado a outro ou no meio de outros, e que ficam expostas à ação do tempo, independentemente da sua configuração geométrica e da existência ou não de envasaduras, referindo ser possível a existência de frestas¹⁴ (COSTA, 1955, f.14, p.7-8),

Segundo Vauthier (1943, n.7, p.153-154), quando nas suas cartas de meados do século XIX menciona a espessura clássica das empenas no Brasil, refere-se a elas como “parede singela ou de hum tijolo”.

Considera-se assim adequado que o conceito de empena contemple duas situações distintas: (1) a primeira refere-se à parte triangular de uma parede, compreendida entre a cornija ou os beirais e a cumeeira, quer seja em empenas laterais, quer seja em fachadas principais, conforme pode ser observado na figura 2; e (2) a segunda é relativa às paredes de meiação cujas superfícies ficam expostas, produzindo assim empenas laterais, conforme as figuras 3 a 5.

¹⁴ O autor classifica as frestas como aberturas estreitas para entrada de luz em espaços interiores, também conhecidas por “seteiras”. O autor refere ainda que antigamente as empenas também eram designadas por outões (COSTA, 1955, f.14, p.6).



Figura 4 | Edifício na Rua Francisco Muniz Barreto (antiga Rua das Laranjeiras), Salvador. Empena vazada e revestida com telha cerâmica capa-canal¹⁵. (foto do autor, out./2016)



Figura 5 | Edifício nas Escadas do Barredo, Porto. Empena cega revestida com soletos de ardósia. (foto do autor, dez./2016)

¹⁵ Na bibliografia consultada encontrou-se um universo alargado de nomes para designar este tipo de telha cerâmica. Como critério de uniformização adotar-se-á a designação de telha cerâmica capa-canal. No contexto brasileiro, encontraram-se referências como telha canudo ou telha colonial. A No contexto português encontraram-se referências como telha canudo, telha de meia cana, telha romana ou telha caleira. A telha cerâmica capa-canal caracteriza-se por ter uma forma troncocónica cortada por um plano paralelo ao eixo que, aplicada em telhados inclinados forma fileiras côncavas e convexas no sentido das vertentes, em que as fileiras côncavas servem como canais sobre os quais drenam as águas pluviais (SEGURADO, s/d).

Considera-se pertinente acrescentar a estes argumentos que as superfícies das empenas, além de poderem resultar do encosto entre edificações contíguas com gabaritos distintos ou de edificações isoladas, devem ter tratamento adequado, quer de ordem estética, quer de ordem funcional.

De acordo com Smith (1969), quando indaga acerca das tradições construtivas das casas no Recife:

[...] As empenas dessas casas são de ponto alto, como se dá com as empenas em degraus de que já falamos. Assim se procedia, à imitação da Holanda, a fim de aumentar o espaço habitável sob o telhado. Não se deve entretanto esquecer que, neste caso, as empenas não dão para a rua, pertencem às fachadas laterais da casa, à semelhança das velhas moradas portuguesas de Olinda. (SMITH, 1969, p.72)

Segundo Oliveira e Galhano (2003), quando descrevem as águas dos telhados do Porto:

[...] Os telhados até ao século XIX são sempre de quatro águas estreitas, terminando com largos beirais salientes [...] depois dessa data são geralmente de duas águas, com as empenas nas paredes laterais, rematando à frente em platibanda. (OLIVEIRA; GALHANO, 2003, p.282)

No decorrer da pesquisa bibliográfica não se encontrou relação direta entre os dois significados. Embora sendo apenas uma hipótese, admite-se a possibilidade das paredes laterais serem designadas como empenas, tenham elas um coroamento tendencialmente triangular (figura 4) ou coroamento plano (figura 5), pela transposição do significado da empena na arquitetura clássica para as paredes laterais que terminavam em vértice, acabando o termo por se generalizar para todas as paredes laterais com o decurso do tempo. As empenas com configuração triangular ou tendencialmente triangular, são comuns quando uma edificação implantada na divida do lote tem telhado de duas águas e as vertentes para as fachadas principal (via) e posterior (quintal), produzindo assim uma parede em cujo vértice apoia a cumeeira (ver figura 4). Este fenômeno é comum na arquitetura civil do período colonial na cidade de Salvador, conforme será abordado no restante das seções e subseções do presente trabalho.

No presente trabalho não serão abordadas as empenas em fachadas principais. O objeto de estudo é acerca das empenas laterais que resultam do encosto entre edificações contíguas com gabaritos distintos e que ficam expostas à

intempérie, admitindo-se também aquelas que se podem desenvolver até ao solo. Esta escolha deveu-se ao fato de se considerar que são estas superfícies, típicas na arquitetura civil, que “costuram” as paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto. A referência às costuras tem dois significados, o material e o simbólico. O significado material ou formal deve-se à natureza de continuidade que estas superfícies estabelecem entre as fachadas, coberturas e demais elementos arquitetônicos do conjunto dos edifícios. Quanto ao simbólico deve-se ao seu caráter híbrido, de elemento de fronteira entre a atmosfera pública determinada pelas vias e as fachadas principais e a atmosfera privada determinada pelos quintais e as fachadas posteriores, bem como enquanto elemento de fronteira entre duas edificações vizinhas que partilham um mesmo elemento construtivo.

2.2 CENTROS HISTÓRICOS DE SALVADOR E DO PORTO

No conjunto das próximas subseções pretendeu-se aclarar o porquê da escolha dos centros históricos enquanto recorte espacial, abordando as suas noções e as suas dimensões espaciais, sociais e culturais, bem como refletir em que medida elas são pertinentes para o presente trabalho. Posteriormente, serão apresentadas as transformações urbanas dos territórios que hoje, pode-se afirmar, representam os centros históricos de Salvador e do Porto. A expansão e desenvolvimento urbanos das cidades estudadas será, em parte, dedicada aos processos de transformação arquitetônica e urbanística que ambas sofreram e em que medida esses fenómenos poderão ter produzido efeito na presença e visibilidade das empenas.

2.2.1 Centros históricos: Noções e Dimensões

Segundo Merlin e Choay (1996), a noção de centro histórico corresponde ao núcleo antigo de uma cidade que esteve sujeita a processos de transformação. Os autores mencionam que o termo é recente e ambíguo e que ele decorre dos estudos de arte e história sobre o desenvolvimento das cidades. Entre as características que podem contribuir para a definição de centro histórico, os autores referem a estrutura das suas vias e do seu parcelamento, bem como pela presença de um número de monumentos simbólicos, ou até a totalidade ou quase totalidade de um determinado aglomerado. Depreende-se assim que a noção de centro histórico, além dos valores

imateriais, está associada à arquitetura e ao urbanismo do lugar, onde é possível observar e identificar edifícios ou aglomerados urbanos representativos de determinados períodos históricos e/ou estilos arquitetônicos, que testemunham valores como memória, antiguidade e identidade. De acordo com os autores, os limites espaciais são reconhecidos com maior facilidade quando esses conjuntos edificados representam uma ação urbana executada em um único momento ou quando estão delimitados por estruturas de natureza militar (fortificações, cercas, muralhas), ou por determinado local natural. Acrescentando-se que no caso das delimitações por estruturas militares, elas podem corresponder a uma condição presente ou passada. Há significativos exemplos de centros históricos com uma morfologia urbana condicionada por uma antiga cerca muralhada que simplesmente deixou de existir. No caso da cidade do Porto, a morfologia urbana atual evidencia o traçado da muralha gótico-medieval do século XIV, a Cerca Nova. Atualmente é possível observar um núcleo composto por traçados tendencialmente irregulares das vias e das quadras, com suas edificações a ocupar a totalidade dos lotes e que corresponde à cidade velha intramuros. O contraste com a maior regularidade das vias e das quadras extramuros forma um limite de contacto entre esse núcleo e as demais áreas de expansão, denunciando o traçado da antiga muralha, entretanto majoritariamente demolida. Apesar de restarem apenas pequenos trechos, a muralha deixou as suas marcas na cidade tal como refere Fernandes (1999).

Durante o século XIX, a era industrial marca o momento em que as cidades europeias sofreram profundas alterações, mas em Portugal e no Brasil esse processo iniciou-se tardiamente. Em Portugal e Brasil as alterações iniciaram-se nas últimas décadas do século XIX, mas as mudanças mais significativas verificaram-se predominantemente no século XX. Novas variáveis concorrem para essas transformações, sobretudo em questões de mobilidade, tais como infraestruturas viárias, ferroviárias e portuárias (SANT'ANNA, 2014). As intervenções urbanas durante esse período não se concentraram apenas nos centros das cidades, havendo intervenções que permitiram que as cidades se expandissem rapidamente. Essas intervenções, para além da transformação dos centros das cidades, acabaram por contribuir para a distinção entre os velhos centros e as áreas urbanas mais recentes.

No início do século XX, Alois Riegl, autor austríaco que refletiu aprofundadamente sobre as transformações urbanas da Viena do século XIX,

quando se referia ao valor artístico e ao valor histórico dos monumentos, define como histórico tudo o que foi e que, nos seus dias, tinha deixado de o ser. Segundo Riegl (2014), o valor histórico seria proporcionalmente maior quanto maior fosse a integridade e quanto mais intacto estivesse.

Em 1913, Gustavo Giovannoni, ao expor a posição dos conservadores sobre os procedimentos adequados para a renovação dos velhos centros, relatava que eles têm fisionomias próprias, fruto das construções ao longo dos séculos (GIOVANNONI, 2013). O autor, citando Buls, refere que a parte antiga das cidades distingue-se da parte nova através do traçado das suas ruas, que se assemelham às artérias e as veias de um organismo vivo. De acordo com Giovannoni (2013), a arquitetura menor presente em conjuntos edificados domésticos, pode ser detentora de valor histórico e artístico quando contribui para o aspecto típico das cidades.

Quando Roberto Pane (1959) fala sobre as relações entre as cidades de hoje e as cidades de ontem, manifestando a sua preocupação em alargar o tema da preservação para além dos monumentos mais simbólicos, caracteriza os centros antigos como sendo as áreas onde se manifesta a riquíssima estratificação do passado. Brandi (2004), quando fala sobre a historicidade da obra de arte, se considerar-se as arquiteturas menores dos centros das cidades a que Giovannoni se refere como sendo obras de arte, faz referência às adições feitas ao longo dos séculos. Para Brandi (2014), do ponto de vista histórico, essas “camadas” são novas evidências do fazer humano, tendo o mesmo direito de serem conservadas.

Embora as questões associadas ao património histórico se iniciem na Europa do século XIX, é já no decorrer do século XX que se assiste à integração dos conjuntos edificados das cidades tradicionais, compostos pelas suas obras menores, pelos traçados das suas vias e pelos seus habitantes, na esfera da defesa patrimonial (CHOAY, 2006). Um aspecto importante salientado pela autora é relativo à influência que o património tem sobre a comunidade que o valida. Ele atua como elemento de memória, preservando e reforçando a identidade da comunidade.

Em relação às cartas patrimoniais, a Carta de Veneza¹⁶, celebrada em 1964, define, entre outros, como monumentos históricos os sítios urbanos que testemunham uma civilização particular, uma evolução significativa ou acontecimentos históricos, referindo-se também às edificações mais modestas que

¹⁶ Carta sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, produzida no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza, em maio de 1964.

acabam por adquirir, com o passar do tempo, uma dimensão cultural. Em 1987, a Carta de Washington¹⁷ atribui aos centros históricos e ao seu entorno natural ou construído, a capacidade deles exprimirem os valores intrínsecos das civilizações que os construíram. Esta carta refere ainda que estes espaços são, por si só, um documento histórico, ampliando o debate da preservação dos centros históricos à população que o habita, vive e trabalha. A Carta de Washington defende que é essa população quem mais genuinamente está comprometida com esses territórios.

2.2.2 Centros históricos: Poligonais de Tombamento e Classificação

Para o presente trabalho, os objetos de estudo concentram-se majoritariamente em locais que são reconhecidos como sendo centros históricos, interessando por isso identificá-los nesses contextos. Essas áreas, no caso de Salvador são tombadas e no caso do Porto são classificadas. No contexto brasileiro, o tombamento federal¹⁸ é um instrumento jurídico ao dispor da Federação, que tem como objetivo a proteção e conservação do patrimônio cultural brasileiro. Uma consequência direta do tombamento é a preservação dos bens materiais, quer móveis, quer imóveis, considerados portadores de valor cultural. Os bens podem ser inscritos em quatro categorias: (1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (2) Livro do Tombo Histórico, (3) Livro do Tombo das Belas Artes, e (4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O tombamento federal é da tutela do IPHAN e pode abranger a propriedade pública, bem como a privada. Entre as suas competências, o IPHAN pode promover obras de conservação e restauro dos bens tombados, pode monitorar o seu estado de conservação, bem como tem a responsabilidade de emitir parecer sobre as obras de intervenção que se pretendam efetuar, sempre com o objetivo da defesa dos valores patrimoniais dos bens tombados.

No contexto português, a classificação¹⁹ é um instrumento jurídico que, tal como no contexto brasileiro, tem como objetivo a proteção e valorização do patrimônio cultural, nomeadamente na classificação dos bens materiais, quer

¹⁷ Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas, com texto aprovado em Toledo, em reunião decorrida em setembro de 1986, e ratificado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em Washington, em outubro de 1987.

¹⁸ O Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937 é uma lei federal que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro.

¹⁹ A Lei nº13/85, de 6 de julho, é uma lei geral que estabelece o regime de proteção e valorização do patrimônio cultural português, tendo sido atualizada pela Lei nº107/2001, de 8 de setembro.

móveis, quer imóveis. Quanto aos bens imóveis estes podem ser classificados em: (1) monumento, (2) conjunto, e (3) sítio, podendo ser classificados como de interesse municipal, público ou nacional. Quer os bens imóveis classificados, quer em vias de classificação, beneficiam de um entorno de proteção. A entidade responsável pela classificação é a Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) e, tal como no Brasil, o procedimento pode abranger quer a propriedade pública, quer a privada. Entre as suas competências, a DGPC pode promover intervenções através da elaboração de estudos sobre o estado de conservação e elaboração de projetos de conservação e restauro, bem como emitir parecer sobre projetos que estejam inseridos dentro das áreas classificadas.

No caso da cidade de Salvador, a área objeto de estudo concentra-se dentro da poligonal de tombamento federal do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Salvador, conforme a figura 6. A entidade responsável pelo tombamento do conjunto urbano é o IPHAN, através do processo nº1093, aberto no ano de 1983 e inscrito nos livros do tomo em junho de 1984. A poligonal de tombamento do IPHAN encontra-se no interior das APCP, definida pela Lei Municipal nº3289/83, de 21 de setembro de 1983. As APCP são subdivididas em duas áreas: as Áreas de Proteção Rigorosa (APR) e as Áreas de Proteção Contíguas às de Proteção Rigorosa (APCPR). A área inscrita na lista de patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1985, corresponde à APR e a área do entorno de proteção à área inscrita como patrimônio mundial corresponde à APCPR (ver figura 6).

No caso da cidade do Porto, a área objeto de estudo concentra-se, prevalentemente, na poligonal do centro histórico classificado como monumento nacional, conforme a figura 7.

O centro histórico do Porto é classificado pelo governo português como monumento nacional através do Aviso nº15173/2010, de 30 de Julho de 2010, ao abrigo do art. 15º, nº7, da Lei nº107/2001, de 8 de setembro de 2001, por ter sido inscrita na lista de patrimônio mundial pela UNESCO. Além da poligonal do centro histórico, foi reconhecida, na mesma lei, a zona especial de proteção. A poligonal da área classificada como monumento nacional coincide com a área inscrita na lista de patrimônio mundial pela UNESCO, no ano de 1996, bem como a zona especial de proteção coincide com o entorno de proteção inscrito na lista de patrimônio mundial.

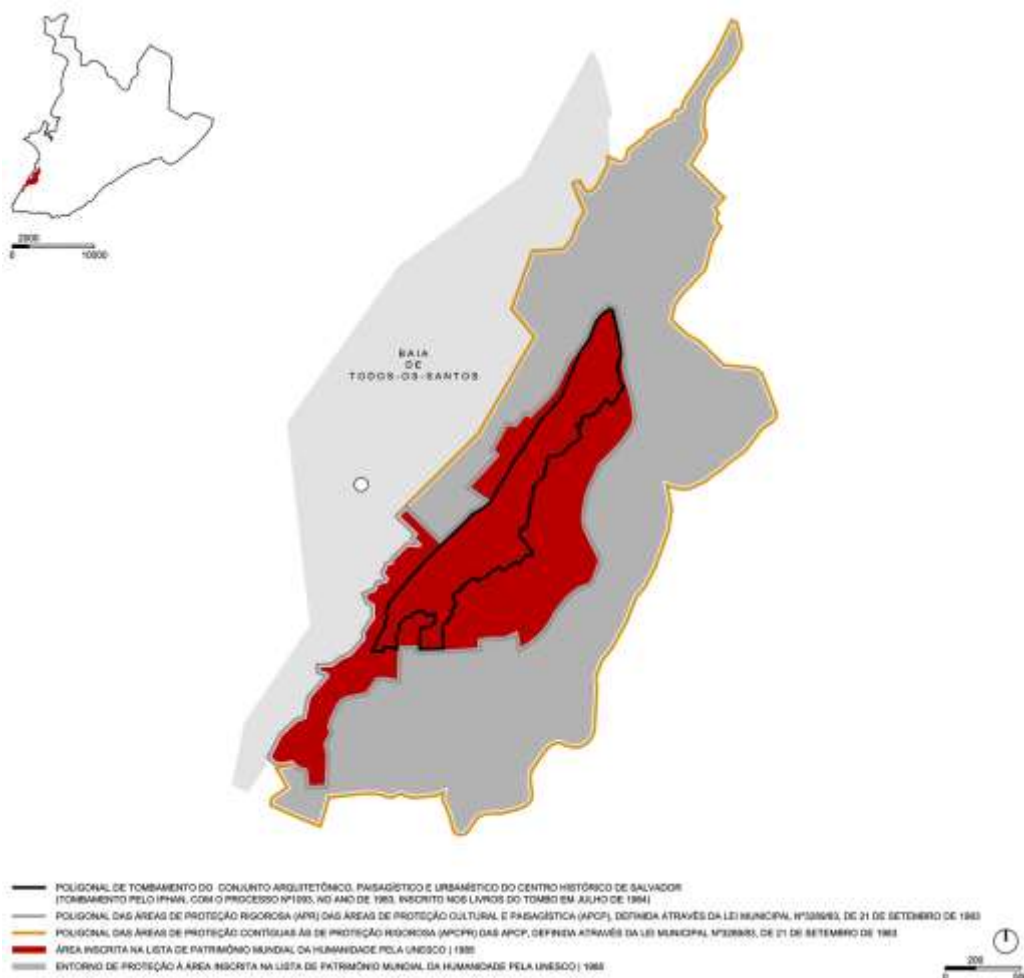


Figura 6 | Mapa geral da cidade de Salvador com a indicação do centro histórico e mapa parcial da cidade com as poligonais do tombamento do IPHAN, a ACP da Lei Municipal nº3289/83, designadamente a APR da ACP e a APCPR da ACP e da área inscrita na lista de patrimônio mundial pela UNESCO²⁰ e o respectivo entorno de proteção.

Ilustração realizada pelo autor a partir do mapa de ocupação urbana e ambiente construído, realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER (fonte: CONDER. Disponível em:

<<http://www.centroantigo.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>>.

Acesso em 14 out. 2017) e do mapa da área inscrita como patrimônio mundial pela UNESCO (fonte: UNESCO. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/309/documents/>>. Acesso em 14 out.2017).

Anteriormente à inscrição na lista de patrimônio mundial, o governo português, através do Decreto nº67/97, de 31 de dezembro de 1997, classificou uma área mais abrangente como Imóvel de Interesse Público, com o nome de Zona Histórica do Porto (ver figura 7). A poligonal definida no Decreto nº67/97, de 31 de dezembro de 1997, teve por base a poligonal definida no Decreto-Regulamentar nº14/94, de 17 de junho, que estabeleceu a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbana (ACRRU), com o objetivo de fazer coincidir com a zona de intervenção do CRUAR²¹. À época, o CRUAR era um organismo sob a tutela da

²⁰ Relativamente à área inscrita na lista de patrimônio mundial, existe uma diferença entre a delimitação proposta em 1984 e a que atualmente se encontra na página web da UNESCO.

²¹ O CRUAR criado em 1974, após a revolução democrática, sob tutela do Estado e, a partir de 1982, a sua tutela passou a ser da responsabilidade da CMP. De acordo com Loza (2000), este organismo desempenhou um papel muito importante na preservação e reabilitação de edifícios isolados, conjuntos de edifícios, criação de equipamento urbanos, vias e praças do centro histórico, entendendo além da dimensão territorial, as dimensões social, histórica e cultural. A sua atividade foi

CMP, que tinha a responsabilidade da preservação e valorização do patrimônio cultural inserido nessa área. Entre as suas competências destaca-se a elaboração de projetos e estudos para a recuperação do ambiente urbano construído, com o objetivo da melhoria das condições de vida das comunidades locais.

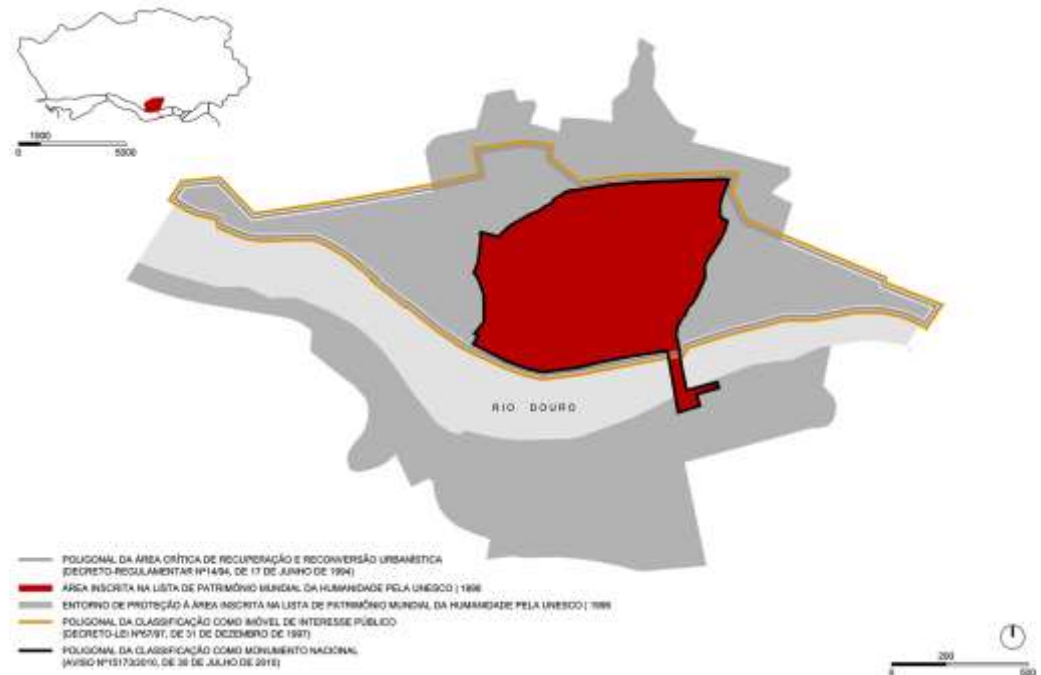


Figura 7 | Mapa geral da cidade do Porto com a indicação do centro histórico do Porto e mapa parcial da cidade com a poligonal da ACRRU, da classificação da zona histórica do Porto como imóvel de interesse público, da classificação do centro histórico do Porto como monumento nacional, e da área inscrita na lista de patrimônio mundial pela UNESCO e o respectivo entorno de proteção. Ilustração realizada pelo autor a partir do mapa da ACRRU (fonte: Diário da República Portuguesa, Decreto-Regulamentar nº14/94), do mapa da Zona Histórica do Porto (fonte: Diário da República Portuguesa, Decreto nº67/97, Anexo IV), e do mapa do Centro Histórico do Porto e da Zona Especial de Proteção (fonte: Diário da República Portuguesa, Aviso nº15173/2010, Anexo I).

No entanto, não interessa limitar, nem tampouco circunscrever, tais objetos apenas ao recorte espacial que a noção de centros históricos oferece. Embora o presente estudo seja sobre os centros históricos de Salvador e do Porto, a reflexão pretende ser flexível, ultrapassando as ambiguidades territoriais que a marcação desses limites provoca. Entre os exemplos a estudar pretende-se também apresentar casos daqueles que, não estando inseridos dentro dos limites dos centros históricos, com ele dialogam, quer pela proximidade, quer pela visibilidade. Isso deriva, em grande medida, do fato da paisagem urbana ser estabelecida por relações de enquadramento e de continuidade, o que interessa ao tema a estudar.

2.3 TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR E SUA INFLUÊNCIA NAS EMPENAS LATERAIS

Nesta subseção, tal como referido anteriormente, não interessa circunscrever o centro histórico de Salvador a uma área totalmente definida e isolada. Pretende-se abordar o crescimento da cidade, bem como a sua morfologia urbana, fazendo referência às suas características topográficas, às formas arquitetônicas e urbanísticas, bem como a marcos sociais e econômicos. A abordagem não pretende encaminhar a discussão para aquilo que é arquitetura ou urbanismo num dado limite, considerando-se mais relevante encarar a cidade como uma totalidade, como artefato produzido pelas atividades humanas que se concentraram neste território específico no transcorrer dos tempos.

A cidade de Salvador ocupa uma posição geográfica aproximadamente central na costa atlântica brasileira, sendo banhada pelo Oceano Atlântico e pela Baía de Todos-os-Santos. De acordo com Azevedo (1949, p.41), a região em que se veio a fundar a cidade de Salvador era habitada por populações indígenas. Segundo Cardoso e Baeta (2015, p.102), essas populações não evidenciavam vestígios de cultura urbanística.

A construção do primeiro núcleo urbano da cidade de Salvador, em 1549, foi fruto de uma decisão político-administrativa da Coroa Portuguesa (CEAB, 1979), cujo objetivo seria estabelecer um regime de governação geral dos territórios colonizados, em substituição do fracassado sistema de donatarias. Dessa forma, considera-se que tratando-se de um processo de célere urbanização baseado na ocupação, dominação e exploração territorial, os modelos urbanos utilizados corresponderam a um modo de saber e de fazer importados de Portugal.

A seleção do local e implantação da cidade obedeceu a princípios previamente estabelecidos. Os critérios militares obedeciam à necessidade de defesa territorial em meio ao interesse de outras nações colonizadoras. Os critérios ambientais correspondiam às preocupações do espírito da época, tais como a ventilação e a presença de água potável. O lugar escolhido localizou-se num trecho da falha geológica que demarca a face nascente da Baía de Todos-os-Santos. Esta falha geológica, com direção sudoeste-nordeste, funcionava como uma defesa natural, formando uma escarpa com cerca de 65m de altura em relação ao nível médio do mar (ver figura 8) (CEAB, 1979).



Figura 8 | Planta parcial com o relevo da falha geológica na cidade de Salvador, no trecho entre a Praça Tomé de Sousa e o Terreiro de Jesus (à cota alta). (fonte: CONDER, 1978, p.18)

Junto à Baía havia uma pequena faixa de terra que permitia a ancoragem das esquadras e das embarcações comerciais (REIS FILHO, 1968). Nesse local havia a presença de várias fontes de água e na área nascente havia uma declividade com o nome de Vale do Rio das Tripas que formava um fosso natural dificultando a acessibilidade (CARDOSO; BAETA, 2015).

Estavam assim reunidas as condições para o assentamento da Cabeça do Brasil: (1) sítio abrigado para o porto marítimo, e (2) promontório protegido para a construção da cidade e da sua cerca murada. Com relação a essas características, a construção da cidade de Salvador manteve a tradição urbanística portuguesa em se desenvolver a duas cotas: alta e baixa.

Num primeiro momento, o aglomerado correspondia aos trechos entre a Misericórdia e a Praça Castro Alves na cidade alta e, na cidade baixa, aos trechos entre a Praça Cairu e a Preguiça (CEAB, 1979). De acordo com Moreira (2001, p.127), as suas formas de distribuição espacial em quadras e lotes correspondiam a um traçado “tendencialmente regular”. O projeto civilizador correspondeu a uma obra de arte da cultura do Renascimento (MOREIRA, 2001, p.125), sendo atribuída a

autoria do projeto a Miguel de Arruda²². De acordo com Teixeira e Valla (1999), o fato da ortogonalidade não ser rígida deveu-se à adaptação dos traçados às características topográficas do terreno (ver figura 9). Os autores identificam dois tipos de parcelamento distintos: (1) um com as quadras mais retangulares apresentando características mais próximas das cidades medievais planejadas, e (2) um com as quadras mais quadradas.

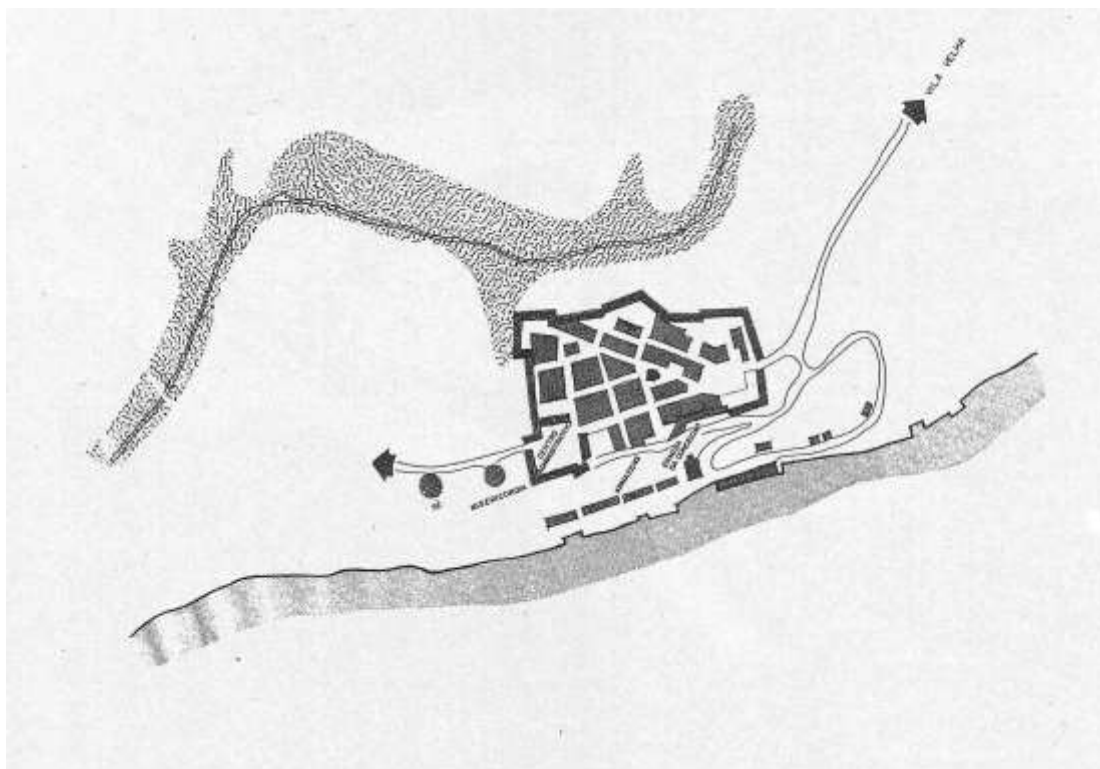


Figura 9 | Planta com a evolução física de Salvador (1551), com a indicação do perímetro da cerca murada, os edifícios e os logradouros no seu interior e as áreas de mar (poente) e de pântanos (nascente).
(fonte: Universidade Federal da Bahia, FAUFBA, CEAB, FGM, 1998, p.37)

A expansão urbana de Salvador apresentava uma forma alongada, desenvolvida em dois trechos paralelos (cidade baixa e alta), segundo um eixo unidirecional no sentido sudoeste-nordeste, devido às condicionantes topográficas (CEAB, 1979, p.30). No início do século XVII, Salvador apresentava as quadras e vias devidamente consolidadas entre as Portas de S. Bento e do Carmo, sendo o traçado das quadras e das vias tendencialmente regular e ortogonal (TEIXEIRA; VALLA, 1999), conforme se pode observar na figura 10. Do traçado urbano destacavam-se duas praças geometrizadas: a Praça do Palácio e o Terreiro de Jesus.

²² Miguel de Arruda (1500-1563), filho de Francisco de Arruda, da dinastia de mestres-pedreiros tardo-góticos e manuelinos e que, na 3ª e 4ª geração, entram na linguagem artística do Renascimento (MOREIRA, 2001)

Durante o século XVII, a cidade alta, de acordo com o seu eixo unidirecional, expandir-se-á a sul para São Bento e a norte para o Carmo (ver figura 10). A cidade alta ficava compreendida entre as gargantas do Taboão e da Barroquinha (CARDOSO; BAETA, 2015). As formas de distribuição espacial assentes sobre a colina encontraram dificuldades para ultrapassar as grotas e as ribanceiras que a contornavam (REIS FILHO, 1968).



Figura 10 | Planta atribuída a Teixeira Albernaz, que ilustra a cópia do Livro que dá Razão do Estado do Brasil (1612).
(fonte: OLIVEIRA, 2004, p.65)

No entanto, continuam a apresentar um traçado adaptado às características topográficas do local. Enquanto na cota baixa, o desenvolvimento urbano é praticamente plano, na cota alta, devido à falha geológica com os seus relevos variados, o desenvolvimento urbano acompanhou a topografia acidentada. Acerca da flexibilidade da adaptação dos assentamentos urbanos às características geográficas, Cardoso e Baeta (2015) referem a geração de significativos e fascinantes panoramas, ricos em dinamismo e dramaticidade. Considera-se que a adaptabilidade das construções às características topográficas são um fator determinante para a visibilidade das empenas nos panoramas urbanos, contribuindo estas para os efeitos que os autores mencionam.

Se se enquadrar a cidade de Salvador na descrição que Reis Filho (1968) faz sobre as cidades brasileiras de origem colonial, a sua arquitetura resultou do tipo de quadras e edifícios de frente de rua, cujas origens encontram-se nas cidades medievo-renascentistas europeias. Segundo o mesmo autor, referindo-se às cidades brasileiras e portuguesas da época, elas apresentavam ruas com um aspecto sempre igual, com as edificações construídas sobre o alinhamento dos logradouros

públicos e sobre os limites laterais dos lotes. No entanto, a ocupação dos lotes até aos limites laterais não garantia que a edificação seguinte fosse à mesma altura. Para Fernandes (1999, p.171), quando se refere à construção da casa burguesa portuense sobre os limites laterais, menciona que seria um modelo de construção que representava a convicção de que a sua repetição permitiria construir a cidade. Na opinião de Freyre (2016, p.307), o fato das casas de menores dimensões das grandes cidades se encostarem umas às outras, devia-se a motivos econômicos. Para Reis Filho (2014), em princípio, era esperado que, quando se edificava uma casa, a seguinte a ser construída se encostasse a ela, com o objetivo de assim se obter estabilidade e proteção entre as construções. A observação de Reis Filho (2014, p.26) é pertinente, no sentido em que se pode considerar então a possibilidade da expansão urbana de Salvador, seguindo orientações e regras urbanísticas apenas ao nível do alinhamento das edificações e dos traçados das vias, ser flexível ao nível das volumetrias. Dessa forma, acredita-se que a presença das empenas em razão da falta de constância dos gabaritos entre as edificações que se encostam umas às outras, possa dever-se a motivos econômicos e à flexibilidade das orientações urbanísticas. Considera-se assim que a visibilidade das empenas derive, em larga medida, das condições geográficas locais, sendo reforçada pela falta de constância dos gabaritos das edificações.

Ainda no século XVII, a comunicação entre a cidade alta e a cidade baixa, que de acordo com Reis Filho (1968), era uma verdadeira cidade comercial, era feita através de várias ladeiras e guindastes destinados ao transporte de cargas. Esse século foi particularmente atribulado em termos militares, chegando os holandeses a tomar posse da cidade. Esses acontecimentos acabariam por contribuir para a criação de um sistema de defesa territorial, através da construção de um conjunto de fortificações que se somariam às já existentes. Os relatos dos viajantes que estiveram nas primeiras cidades brasileiras, entre os séculos XVI e XVII, descrevem as casas de Salvador como altas e grandes (FROGER, 1700 apud FREYRE, 2016), que para uns seriam cerca de duas mil, entre dois e três pavimentos (FRÉZIER, 1716 apud FREYRE, 2016). De acordo com Freyre (2016, p. 304), eram raros os casos de sobrados com quatro e cinco pavimentos. A partir de meados do século XVII, com a intensificação da vida urbana, os edifícios residenciais além de aumentarem significativamente de número, vêm os seus sistemas construtivos

melhorar (REIS FILHO, 1968). As paredes das edificações são em pedra ou tijolo, revestidas com cal e os telhados com telha cerâmica capa-canal.

Ao estudar-se a iconografia da cidade Salvador do século XVII, é possível constatar que a maioria dos sistemas de cobertura eram compostos por telhados de duas águas. Salienta-se que as vertentes das edificações são, na sua maioria, direcionadas para as fachadas principal e posterior, independentemente das fachadas terem testada larga ou estreita (ver figuras 11 e 12), verificando-se que as empenas laterais apresentavam um coroamento angular.



Figura 11 | Fragmento da gravura com o título Sanct Salvador de Hessel Gerritsz, 1627.

Na silhueta da colina é possível observar um conjunto de edifícios com coberturas compostas por telhados de duas águas.

(fonte: Guia Geográfico Cidade do Salvador. Disponível em:

<<http://www.cidade-salvador.com/seculo17/gerritsz/mapa-gerritsz.htm>>. Acesso em 5 mai. 2017).

No entanto, ao analisar-se o fragmento da gravura de Arnoldus Montanus, da segunda metade do século XVII, no trecho próximo à Porta de São Bento conforme assinalado na figura 12, é possível observar um conjunto de edifícios com as vertentes direcionadas para os limites laterais, apresentando a empena na fachada principal. Até onde foi possível efetuar a pesquisa, não foi possível comprovar que este exemplo se trate de uma evidência ou da eventual possibilidade de se tratar de uma concepção do autor da gravura. Na opinião de Reis Filho (2014), o objetivo das vertentes estarem direcionadas para a rua e para o quintal deve-se ao fato da

drenagem das águas das chuvas ser mais rápida e eficaz, acreditando-se assim que o modelo das vertentes para os limites laterais possa ter caído em desuso perante a eficiência do primeiro modelo. Além da eficácia na drenagem das águas pluviais, o modelo das coberturas com telhados de duas águas a verter para a via pública e para o quintal, representa um modelo com maior adaptabilidade aos terrenos, sejam eles nivelados, sejam desnivelados.

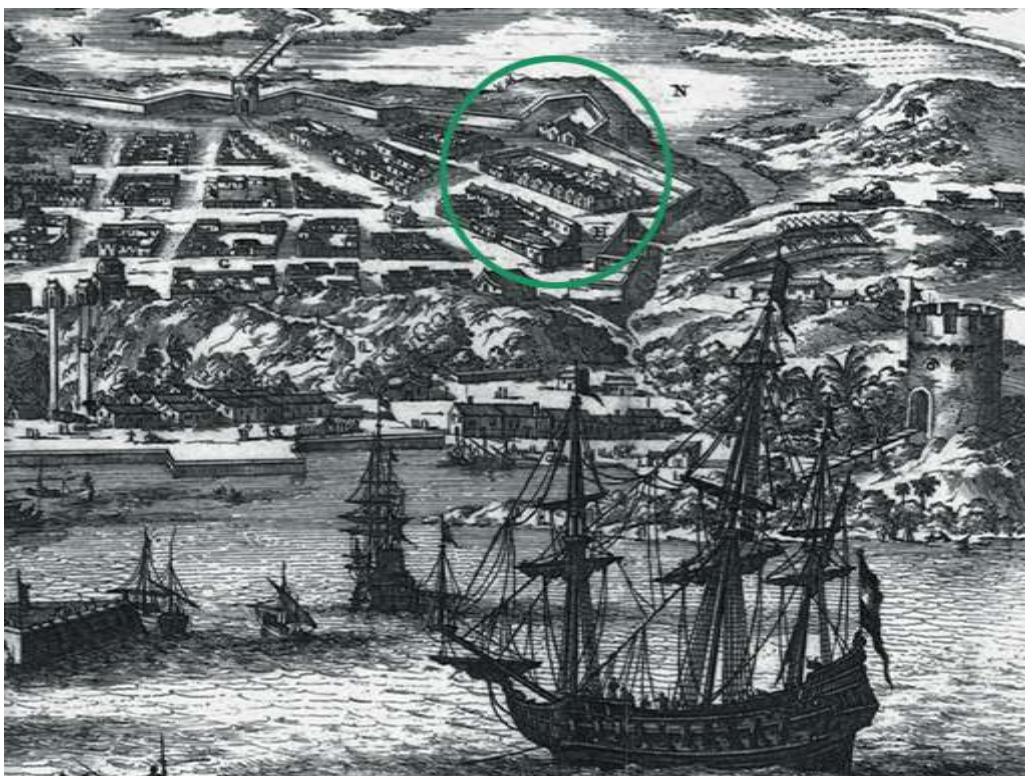


Figura 12 | Fragmento da gravura com o título *Urbs Salvador* de Arnoldus Montanus, que se encontra publicada na obra *De Nieuwe En Onbekende Weereld Of Beschryving Van America En't Zuid-Land*. 1671. O círculo assinala uma quadra em que a maioria das edificações apresenta coberturas com telhados de duas águas a verter para os limites laterais dos lotes. Ilustração realizada pelo autor a partir da gravura com o título *Urbs Salvador* de Arnoldus Montanus. (fonte Guia Geográfico Cidade do Salvador. Disponível em: <<http://www.cidade-salvador.com/seculo17/montanus/urbs-salvador.htm>>. Acesso em 5 mai. 2017).

No século XVIII, a cidade continua a sua expansão, consolidando-se todo o tecido urbano compreendido entre as gargantas da Barroquinha e do Tabuão. O tecido urbano das partes mais concentradas de Salvador tinha como característica o fato de ser homogêneo, com origem num processo ancestral de divisão e ocupação do território. O modelo de ocupação era invariavelmente o mesmo, quer os terrenos fossem planos ou inclinados, resultando de um processo de implantação edilícia ligado a uma longa tradição lusitana (CARDOSO; BAETA, 2015). O aglomerado urbano da cidade alta cresce para o seu entorno, consolidando-se a sul para São

Bento e Piedade, a norte para Santo Antônio Além do Carmo e depois para a Soledade, e a nascente para a outra cumeada, Santana.

Na cidade baixa, consolidou-se o tecido urbano na estreita faixa entre Conceição da Praia e o Pilar, ampliando-se a sul (Preguiça) e a norte (Água de Meninos). Na cidade alta, a morfologia urbana admitia novos núcleos além do seu eixo direcional único, estendendo-se sobre colinas vizinhas (SANTOS, 1959), enquanto na cidade baixa, devido às barreiras naturais, manteve-se evidente o eixo unidirecional (CEAB, 1979). Em meados do século XVIII, na cidade baixa é executado um aterro para a criação do Cais da Farinha, cuja estrutura urbana foi composta por um conjunto de edifícios semelhantes e alinhados (CARDOSO; BAETA, 2015).

O crescimento demográfico durante este século foi lento devido a dois fatores: (1) a descoberta de ouro no Estado de Minas e nas terras altas da Chapada Diamantina, e (2) a decisão da corte portuguesa em transferir a capital do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro (SANTOS, 1959). Considera-se importante referir um aspecto social deste século acerca da população vinda de Portugal. De acordo com Azevedo (1949, p.95), os registros genealógicos de Frei Jaboaão anotados por A. Costa acerca dos fidalgos e homens de distinção portugueses, referem que cerca de 55% destes eram do norte de Portugal e, entre os nortistas, cerca de 85% eram da província de Entre-Douro e Minho. Segundo o autor, nas primeiras quatro décadas do século XVIII, a relação entre os portos de Salvador e do Porto é muito acentuada, chegando a ser superior à de Lisboa. Tal como Cardoso e Baeta (2015) referem, os portugueses vêm dos mais diversos locais de Portugal, mas fica claro que uma parte significativa é oriunda da região de Entre-Douro e Minho.

Segundo Smith (1969), a atribuição do nome São Pedro de Rates²³ à primeira construção de Garcia d'Ávila²⁴, comprova que parte dos portugueses que povoaram a Bahia, bem como outras regiões do Brasil, eram originários da região de Entre-Douro e Minho. O autor quando defende as ligações entre a região do Minho e as suas influências na arquitetura corrente do período colonial menciona que:

João Rodrigues, empreiteiro do Salvador mencionado por documento de 26 de Junho de 1549, era natural de Ponte de Lima e Cardim diz

²³ São Pedro de Rates atualmente é uma freguesia do concelho da Póvoa do Varzim, distrito do Porto. À época da fundação da cidade de Salvador, pertencia à província de Entre-Douro e Minho, distando cerca de 30km em relação à cidade de Braga, que era a capital da província e cerca de 40km em relação à cidade do Porto.

²⁴ Garcia d'Ávila nasceu em São Pedro de Rates, em Portugal, e viveu e faleceu na Bahia.

que em 1584, homens de Viana do Castelo eram “senhores de Pernambuco”. Ambas as localidades se encontram no Minho. (SMITH, 1969, p.38)

Considera-se que uma das influências a que Smith (1969) se possa referir é à utilização de telha cerâmica capa-canal como material de revestimento de empenas²⁵ que, segundo o autor, na descrição que faz acerca das sacadas nas empenas das casas do Recife presentes em fontes iconográficas, o revestimento em telha cerâmica tinha como função a proteção das sacadas, dando como exemplo as existentes em Olinda. Na pesquisa iconográfica e bibliográfica efetuada, foi possível constatar a utilização de telhas cerâmicas como material de revestimento de empenas, sacadas, mirantes e trapeiras, prevalentemente em cidades do noroeste de Portugal, nas regiões do Douro-Litoral e do Minho, entre as quais o Porto, Braga, Guimarães, Viana do Castelo e Esposende, havendo evidências dessa técnica construtiva em outras regiões de Portugal, nomeadamente na região de Trás-os-Montes, no nordeste (OLIVEIRA; GALHANO, 2003) e nas regiões das Beiras, no centro (AMARAL, 1988 apud KLÜPPEL, 2009).

De acordo com Reis Filho (2014), esse sistema construtivo tinha como objetivo garantir a proteção das edificações contra as águas das chuvas (ver figura 13). Na opinião de Reis Filho (2014, p.26), a simplicidade das técnicas, entre as quais o revestimento das empenas em telha cerâmica capa-canal, denunciava o primitivismo tecnológico da sociedade colonial, manifestada pela abundância de mão-de-obra devido ao trabalho escravo mas ausente de aperfeiçoamentos. Considera-se que esta posição é questionável, na medida em que o revestimento das empenas com telha cerâmica capa-canal, comum em Portugal e no Brasil, tinha como objetivo específico proteger as superfícies em relação aos fatores climáticos. No caso de Salvador, um número considerável de empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal estão orientadas a sul e a sudeste, depreendendo-se assim que essa localização se deva à proteção em relação às chuvas dos ventos alísios²⁶ (KLÜPPEL, 2009). Dessa forma, acredita-se que a sua utilização seja um testemunho do conhecimento das técnicas construtivas e das características dos

²⁵ O revestimento de empenas em telha cerâmica é composto por fileiras de telhas fixas à parede de suporte, dispostas com o seu lado maior paralelo ao plano vertical da fachada principal, sobrepondo-se umas sobre as outras, quer no sentido horizontal, quer no vertical.

²⁶ Os ventos alísios são ventos constantes que ocorrem de forma sistemática e cujas características apresentam padrões gerais. São ventos que sopram dos trópicos e das zonas polares em direção à linha do equador, transportando umidade e provocando chuvas nas áreas onde se encontram com massas de ar e outros ventos. De acordo com Klüppel (2009), os ventos alísios em Salvador são predominantemente de sudeste e são os ventos dominantes durante a maior parte do ano.

materiais disponíveis à época, que fossem capazes de assegurar uma proteção mais adequada às intempéries, comprovando também o seu conhecimento das características climáticas do território. Assim sendo, considera-se que esse domínio em relação aos sistemas construtivos, materiais e clima, não deverá ser entendido como primitivo.



Figura 13 | Fragmento da fotografia de Benjamin Mulock de 1860, com vista da Ladeira do Carmo e do Convento a partir do Largo do Pelourinho. É possível observar a acentuada visibilidade das empenas da Ladeira do Carmo. Salienta-se a existência de duas empenas laterais revestidas em telha cerâmica capa-canal, orientadas a sul (lado esquerdo da imagem). Essas empenas laterais pertenciam aos sobrados com os números 16 e 20 da Ladeira do Carmo. (fonte: FERREZ, 1988, p.50 e 51).

De acordo com Klüppel (2009, p.279), a origem do revestimento de empenas com telhas cerâmicas é provavelmente romana, referindo à presença desse sistema construtivo no antigo porto de Óstia em Itália. Segundo Teixeira (2004, p.74), o revestimento em telha cerâmica das coberturas em Portugal remonta à ocupação romana, período em que os construtores romanos recorriam às *tegulae* e às *imbrice*²⁷. Considera-se assim que a hipótese colocada por Klüppel, acerca da origem do revestimento das empenas em telha cerâmica, é consistente, na medida em que a utilização das telhas cerâmicas como material de revestimento pertence a uma tradição construtiva romana que poderá ter permanecido como tradição

²⁷ As *tegulae* e as *imbrice* são telhas cerâmicas. As *tegulae* apresentavam uma configuração plana com bordaduras laterais, encostando-se umas sobre as outras. Sobre as bordaduras laterais das *tegulae* eram sobrepostas as *imbrice*, com uma configuração de meia cana, que protegia as juntas entre as *tegulae*. As *tegulae* formavam canais para escoamento das águas pluviais.

construtiva lusitana, resultado dos séculos de permanência romana na Península Ibérica. Conforme se irá abordar na subseção seguinte, este sistema construtivo também era comum em Portugal, sobretudo nas regiões do norte, como é o caso da figura 14, com um exemplo da cidade de Braga.



Figura 14 | Fotografia da autoria do estúdio Fotografia Alvão, Lda., do Paço Arquiepiscopal, instalações do arquivo distrital e biblioteca de Braga, Minho [1920-1950]. É possível observar a aplicação da telha cerâmica capa-canal nas fachadas posteriores, empenas, chaminés e coberturas. À semelhança de exemplos registrados na cidade de Guimarães, as telhas cerâmicas apresentam cor branca devido à sua caição. As superfícies visíveis das telhas eram da sua parte côncava e as juntas verticais entre telhas eram preenchidas com argamassa. Atualmente a configuração das fachadas e das coberturas sofreu alterações, bem como os revestimentos em telha cerâmica capa-canal foram substituídos por argamassas. (fonte: CPF. Cota PT-CPF-ALV-001120)

Já no início do século XIX, em 1808, o porto de Salvador, à semelhança do que aconteceu com todos os portos do Brasil, foi aberto ao comércio com outras nações amigas (CEAB, 1979). A decisão de abertura dos portos, aliada ao desenvolvimento das ferrovias do Estado da Bahia e ao aumento da produção agrícola, confirmaram o papel metropolitano de Salvador (SANTOS, 1959). Na cidade baixa assiste-se à transformação da sua paisagem urbana devido à execução de novos aterros. O Cais das Amarras será composto por um conjunto de edifícios em estilo pombalino (VASCONCELOS, 2002, p.239), com uma elevada regularidade compositiva (ver figura 15).

Segundo Cardoso e Baeta, este conjunto arquitetônico de matriz iluminista, assinalará o caráter cenográfico do frontispício de Salvador, composto por uma série de edifícios homogêneos à cota baixa e uma massa natural verdejante preenchendo

a falha geológica coroada por uma linha horizontal de edifícios. Além do cenário monumental deste enquadramento urbano, a cidade baixa oferecia outros panoramas, por ventura com menor dramaticidade e monumentalidade. São exemplos os enquadramentos sul e norte que produziam cenários cuja paisagem urbana é ritmada pelos inúmeros vértices das empenas laterais de duas águas, em claro contraste com a racionalidade do frontispício conforme figura 16.



Figura 15 | Fragmento da fotografia de Benjamin Mulock de 1860, com o panorama da cidade de Salvador vista a partir da Baía de Todos-os-Santos. É possível observar-se empenas laterais dos sobrados, quer à cota baixa, quer à cota alta, terminando em vértice na cumeeira. (fonte: FERREZ, 1988, p.32 e 33)



Figura 16 | Fragmento da fotografia de Benjamin Mulock de 1860, com vista da cidade baixa, onde se constata a prevalência das formas triangulares das empenas laterais dos edifícios. É possível observar uma inusitada empena lateral esconsa e, entre os materiais de revestimento das empenas, registra-se a prevalência das argamassas e um exemplar revestido em telha cerâmica capa-canal. (fonte: FERREZ, 1988, p.34 e 35)

Segundo Vasconcelos (2002), as alterações mais significativas no centro da cidade alta foram produzidas pela introdução dos transportes públicos, facilitando o

crescimento espacial da cidade, em continuidade com o processo de alargamento do quadro urbano da segunda metade do século XIX (SANTOS, 1959).

Durante o século XIX começa a urbanizar-se o vale onde se situa a atual Baixa dos Sapateiros. Do ponto de vista das empenas laterais, enquanto elemento compositivo da paisagem urbana de Salvador, considera-se que são preponderantes para a sua visibilidade as características topográficas das cumeadas e vales do seu território, bem como as características urbanísticas relativas ao parcelamento e ocupação dos lotes, a adaptarem-se por sua vez às características topográficas.

Cardoso e Baeta (2015), quando mencionam a construção da cenografia urbana da cidade alta através da presença de seus monumentos mais significativos, referem o protagonismo da igreja na cenografia urbana do século XIX. Ao analisar-se as fontes iconográficas e os registros fotográficos desse período, considera-se adequada a interpretação de que o protagonismo dos monumentos religiosos a que os autores fazem referência, é estabelecido em contraponto com a homogeneidade da arquitetura civil. De acordo com Lamas (2004), as habitações que compõem as formas urbanas medievais nas quais os edifícios singulares se destacam, são estruturas modestas e anónimas. Assim sendo, considera-se que são as estruturas modestas e anónimas a que Lamas (2004) se refere, que constituem a arquitetura civil que o presente trabalho tem como objetivo estudar.

De acordo com Rossi (2001), no seu estudo sobre a estrutura dos fatos urbanos²⁸, são apresentados dois conceitos entre os elementos que constituem e compõem a cidade: as *áreas-residência* e os *elementos primários*. Para o autor, a *área-residência*, pertencendo à esfera privada, deve ser entendida como as unidades ordinárias do conjunto urbano que são destinadas à habitação, que podem ter um papel determinante na morfologia da cidade e que podem adquirir um caráter próprio, e cujas tipologias e tipos construtivos que as identificam são indissociáveis da forma urbana. Quanto aos *elementos primários*, o autor considera que os monumentos estão inseridos neste conceito e que, pertencendo à esfera pública, são elementos urbanos relevantes cuja participação na transformação da cidade apresenta-se de forma permanente, tendo a qualidade de serem fatos urbanos que podem originar uma morfologia de cidade, podendo funcionar como estruturas de aglomeração.

²⁸ Para o autor, os fatos urbanos são complexos e importantes para a compreensão da totalidade da cidade. As dimensões arquitetônicas, urbanísticas, geográficas, sociais e econômicas do processo de transformação da cidade ajudam a compreender os fatos urbanos, seja o fato urbano um edifício singular, um conjunto edificado, uma via ou uma praça.

Ao observar-se a figura 17, considera-se então que os monumentos enquanto *elementos primários*, na sua maioria singulares por si só, vêm a sua qualidade de fatos urbanos e protagonismo reforçados pelas relações que estabelecem com os edifícios modestos e anónimos da arquitetura civil enquanto fatos urbanos inseridos no conceito das *áreas-residência*. Dessa forma, acredita-se que nos fatos urbanos inseridos no conceito de *áreas-residência* do objeto de estudo, as empenas contribuem para a sua morfologia urbana. Se as empenas são um elemento arquitetônico que, em conjunto com as fachadas e coberturas, definem aquilo a que se pode identificar como a volumetria de um edifício e, por sua vez, considerando que um edifício pode ser identificado como um elemento morfológico do espaço urbano (LAMAS, 2004), acredita-se que as empenas no caso de Salvador contribuem de forma ativa para a constituição de sua morfologia urbana. Assim sendo, considera-se que essas empenas, na sua multiplicidade de formas, texturas e ritmos, cooperam para a dramaticidade desses cenários urbanos, conforme é o exemplo da figura 17.



Figura 17 | Cartão postal de 1903 da Igreja de Sant'Anna e seu entorno, apresentando um panorama urbano com prevalência de empenas laterais com configuração tendencialmente triangular, ora vazadas, ora cegas. (fonte: FIFB. Cota CP-15.418)

Ao analisar os registros fotográficos, é possível observar nas superfícies das empenas tonalidades de cinza que sugerem a utilização de cores (ver figuras 13, 16

e 17). Entre as demais empenas observadas, registram-se alguns exemplares revestidos com telha cerâmica capa-canal (figuras 13 e 16) e um conjunto significativo de empenas cujas superfícies apresentam-se enegrecidas por biodegradação, conforme é possível observar nas figuras 13 e 18. Considera-se também que, embora as empenas cegas sejam prevalentes, há um conjunto significativo de empenas laterais com vãos, desde pequenas aberturas de ventilação (figura 13), até vãos com proporções e esquadrias em tudo semelhantes aos das fachadas principais (figura 18).



Figura 18 | Fragmento da fotografia de Camillo Vedani de 1860.

É possível observar a presença acentuada de empenas laterais com configurações tendencialmente triangulares. Verifica-se a existência de edifícios com coberturas em telhados de duas águas e com pisos suplementares recuados. Salienta-se a prevalência de empenas pintadas à cor branca, em contraste com as fachadas principais, predominantemente coloridas. (fonte: FERREZ, 1988, p.92 e 93)

Segundo Galvão e Marocci (1989), ao analisar as cores utilizadas para a pintura das fachadas dos meados do século XIX, mencionam que as empenas, muitas vezes, eram pintadas de branco e com menor frequência que as fachadas principais, conforme as figuras 13 e 18. As autoras admitem a possibilidade disso dever-se à sua menor visibilidade e à dificuldade de acesso. Acrescentam ainda que a presença de empenas laterais revestidas com telhas cerâmicas evitava repinturas

e aumentava a proteção destas superfícies em relação às intempéries (GALVÃO; MAROCCI, 1989, p.84-85).

No final do século XIX, na cidade alta, devido ao processo de modernização e internacionalização da cidade, assiste-se à introdução de alguns edifícios de caráter monumental de estilo eclético. A exemplo de outras vias, os edifícios da Rua Direita de Santo Antônio sofreram adaptações ao gosto eclético (CARDOSO; BAETA, 2015). Aqui é possível constatar as considerações que Reis Filho (2014) faz acerca da ocupação dos lotes ser feita até aos limites laterais, na expectativa que a edificação seguinte acompanhasse a volumetria da anterior, fato que nem sempre acontecia. Com relação a isso, devido ao enquadramento urbano da via, algumas empenas acabaram por ter maior visibilidade, tornando-se elementos arquitetônicos com protagonismo na paisagem urbana, conforme é possível observar na figura 19.



Figura 19 | Fotografia na Rua Direita de Santo Antônio, com uma empena cega revestida em telha cerâmica capa-canal. A superfície visível da telha cerâmica é a parte convexa e as juntas verticais entre telhas são colmatadas com argamassa. Destaca-se a existência de um piso suplementar recuado com introdução de uma inadequada esquadria envidraçada. A configuração triangular da empena é atenuada por essa quebra na vertente orientada para a fachada principal. (foto do autor, out./2016)

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o processo de industrialização produziu significativas alterações sociais, culturais, econômicas e urbanísticas. A introdução de meios de transporte público através de bondes e a

utilização do automóvel como meio de transporte individual produziram significativas alterações na paisagem urbana, sobretudo em relação ao traçado e dimensionamento das vias. Além disso, a industrialização foi responsável pela introdução de um novo material de revestimento nas edificações, a chapa zincada ondulada²⁹. Uma das aplicações da chapa zincada ondulada na construção civil era como sistema de revestimento das empenas dos sobrados que ficavam expostas às intempéries (ver figuras 20 e 21).



Figura 20 | Cartão postal de 1900 da Rua de São Pedro, atualmente inexistente devido à introdução da Avenida Sete de Setembro. Vista em direção ao Convento de São Bento. Pelo formato e textura da empena sul do sobrado com três pavimentos do lado direito da rua, acredita-se que o revestimento fosse em chapa zincada ondulada. (fonte: FIFB. Cota CP-15.660)

Foi possível registrar, por observação direta em visitas à área objeto de estudo que, embora pouco significativos, existem exemplares no centro histórico que preservam esse sistema construtivo. Entre os poucos exemplares que apresentam empenas laterais revestidas em chapa zincada ondulada, alguns podem ser observados em sobrados na Rua Direita de Santo Antônio e, já fora do centro histórico de Salvador, foi possível observar na Soledade, conforme a figura 21.

²⁹ As chapas metálicas tiveram o seu início na revolução industrial. São peças produzidas através da fundição de metais, cujo processo químico reduz a oxidação e aumenta a impermeabilidade. Segundo Segurando (s/d), as chapas aplicadas nas construções podiam ser galvanizadas ou zincadas, e com as suas superfícies lisas ou onduladas, com dimensões retangulares que variavam desde 1,82m de altura por 0,91m de largura, podendo ir até 3,0m de altura por 1,0m de largura, podendo, no caso das onduladas, variar o seu comprimento de onda. No caso da cidade do Porto, de acordo com Teixeira (2004), o revestimento das empenas laterais através deste sistema construtivo inicia-se a partir do século XIX, e era comum ser executado com chapas zincadas onduladas.



Figura 21 | Rua S. José de Cima no Bairro do Barbalho. É possível constatar na empena sul do sobrado de três pavimentos do lado direito da rua o revestimento em chapa zincada ondulada. Salienta-se a variedade das formas dos vãos presentes na empena lateral. Pelo ritmo e tratamento dos vãos circulares do desvão da cobertura, acredita-se que estes possam fazer parte do projeto original. Já o restante dos vãos, revelando certa aleatoriedade compositiva e formatos diversos, denunciam uma eventual execução posterior. (foto realizada por Luiz Antonio Fernandes Cardoso, out./2010)

Acredita-se que a persistência de empenas revestidas em chapa zincada ondulada em sobrados da Rua Direita de Santo Antônio, possa dever-se ao fato da poligonal de tombamento anterior à poligonal de tombamento definida em 1983 pelo IPHAN, ir apenas até à Cruz do Pascoal. Considera-se que o seu eventual desuso possa dever-se a questões de ordem conceitual, visto a chapa ondulada poder representar, devido ao seu caráter inovador, um material dissonante e, porventura, espúrio ao espírito da arquitetura tradicional do centro histórico. Outra das possibilidades para o seu eventual desuso pode ser relativo ao comportamento das propriedades físicas e químicas das chapas em relação às condições climáticas de Salvador. As características climáticas de Salvador, se as superfícies metálicas não forem devidamente protegidas, favorecem o aceleração das várias etapas do desgaste metálico: (1) oxidação, (2) corrosão, e (3) ferrugem.

De acordo com Vasconcelos (2002), na cidade alta, entre as partes sul e central da freguesia da Sé, as alterações produzidas nas primeiras décadas do século XX manifestam-se no alargamento de algumas vias, entre as quais a antiga Rua Direita do Palácio, atualmente Rua Chile, e no processo de verticalização das

edificações das quadras sul da cidade alta. No entanto, o autor destaca que a maior alteração produzida durante este período foi a demolição da Sé e de duas quadras centrais, no ano de 1933, para introdução de linhas de bondes elétricos.

Na cidade alta, as áreas a sul sofreram alterações com a execução da Avenida Sete de Setembro, enquanto as áreas a norte, do Passo e de Santo Antônio, sofreram poucas reformas urbanas. Enquanto isso, na cidade baixa, nas últimas décadas do século XIX foi executado um novo aterro resultando na construção de um novo porto. O processo de verticalização verifica-se também na cidade baixa na área correspondente ao novo aterro, “escondendo” os edifícios dos séculos anteriores.

De acordo com Bierrenbach (2011), entre os anos 20 e 50 do século XX, são introduzidos vários edifícios de arquitetura déco (ex: Edifício Jornal A Tarde, da Construtora E. Kemnit & Cia, nos 1924-1930 e Edifício Sulacap, de Roberto Capello, 1942-1946), e entre os anos 30 e 70 do mesmo século, são introduzidos edifícios de arquitetura moderna (ex: Edifício Caramuru, de Paulo Antunes Ribeiro, 1946-49), quer na cidade alta, entre a Praça Castro Alves e a Praça da Sé, quer na cidade baixa, no bairro do Comércio.

Enquanto na cidade alta, no trecho compreendido entre a Praça Castro Alves e a Praça Municipal, estabelece-se um comércio de luxo, na cidade baixa, no trecho entre a Praça Cayru e a Praça Riachuelo, estabelecem-se serviços e comércio retalhista.

Ainda no século XIX, na cidade alta, começa a assistir-se a um processo de substituição da população residente por uma população com menor renda (FERNANDES; VASCONCELOS, 2002, p.242). A população que residia nessa área da cidade desloca-se para novas áreas urbanas da cidade como a Vitória, atraídas pelos novos padrões de habitação. A ocupação dos sobrados por uma população de menor renda é de tal forma intensa que os sobrados acabam por se designar como “cortiços”. Enquanto isso, na parte correspondente ao Santo Antônio a população residente, devido à menor capacidade econômica, permaneceu no local mantendo-se comprometida com o lugar.

De acordo com Santos (1959), no final da década de 50, as áreas do centro histórico, nos trechos compreendidos entre a Praça da Sé e o Largo do Pelourinho, na Barroquinha, no Passo, bem como nas Ladeiras da Montanha e da Preguiça, são identificadas como áreas de deterioração (ver figura 22).

Segundo Vasconcelos (2002), a criação do Centro Administrativo da Bahia na década de 70, ao transferir uma série de equipamentos e serviços públicos para fora do centro histórico, assim como a construção de unidades comerciais em novas áreas centrais de Salvador, provocaram um efeito negativo, quer na cota alta, quer na baixa. Essas transformações urbanas levaram ao declínio do comércio tradicional e dos serviços, retirando-lhe o caráter de centro único (SANT'ANNA, 2003). Segundo a autora, já desde o final dos anos 60, áreas como Maciel, Passo, Saldanha e trechos da Barroquinha, à cota alta da cidade, apresentavam uma deterioração física e social acentuada.



Figura 22 | Planta do centro da cidade de Salvador com os usos da ocupação do espaço urbano, com as áreas de deterioração assinaladas a verde. (fonte: SANTOS, 1959, s/n.)

No final dos anos 60 e na década de 70, são promovidas intervenções de conservação e renovação do patrimônio cultural do centro histórico de Salvador, efetuadas pela Fundação de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPAC), entidade fundada em 1967, que posteriormente dará origem ao IPAC. No âmbito do Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1973, são executadas intervenções de restauração de monumentos e sobrados, incluindo a instalação de equipamentos públicos destinados à comunidade local (ex: posto médico, creche e escolas) (FPAC, 1979).

Na opinião de Couto et al. (2000), na década de 80 as intervenções são pouco significativas, assistindo o centro histórico a um abandono e arruinamento dos seus prédios (IPAC, 1995). No entanto, considera-se importante salientar as ações do IPAC durante a década de 80, nomeadamente a elaboração de projetos de recuperação de estruturas do centro histórico de Salvador, desenvolvidos sob o título “Centro Histórico de Salvador”. Os projetos tinham como objetivos: (1) contrariar o processo de arruinamento das edificações, (2) desenvolver o turismo, (3) promover emprego para a população local. Entre as obras realizadas destaca-se a intervenção em cinco ruínas para a instalação da Escola do Mestre Pastinha, no cruzamento entre a Rua J. Castro Rabelo e a Rua João de Deus, na qual é possível observar o tratamento de uma empena orientada a sudeste com revestimento em telha cerâmica capa-canal, conforme as figuras 23 e 24 (IPAC, 1984). Nessa empena lateral, o revestimento em telha cerâmica, ao contrário de empenas mais antigas (ver figuras 4 e 19), apresenta ambas as partes côncavas e convexas visíveis, com prevalência das partes côncavas sobre as convexas devido à sua sobreposição, formando fileiras verticais sem a presença de argamassas.



Figura 23 | Fotografia com um conjunto de ruínas entre a Rua J. Castro Rabelo e a Rua João de Deus (fonte: IPAC, 1984).



Figura 24 | Fotografia com um conjunto de ruínas recuperadas entre a Rua J. Castro Rabelo e a Rua João de Deus. Empena sudeste refeita com revestimento em telha cerâmica capa-canal. (fonte: IPAC, 1984).

Ainda durante os anos 80, é promovido o Projeto Quarteirões da Humanidade, sob orientação da arquiteta Lina Bo Bardi e do arquiteto João Filgueiras Lima, desenvolvido no âmbito do Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador (PERSH) (SOUZA; VIEIRA, 2010, p.94). O projeto resulta na intervenção em um conjunto de três sobrados e duas ruínas, localizados na Ladeira da Misericórdia. Considera-se importante salientar a inovação tecnológica introduzida pela arquiteta Lina Bo Bardi nas intervenções dos sobrados da Ladeira da Misericórdia. Além da morfologia “orgânica” que contrasta com o tipo de parcelamento e ocupação do lote da cidade tradicional, a autora utiliza estruturalmente o concreto plissado, cujo resultado manifesta-se também nas empenas. Esse material e textura apresentam-se como uma novidade nas empenas do centro histórico de Salvador.

É já na década de 90 que são executadas profundas obras na cidade alta, através do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS). De acordo com Sant’Anna (2003), o programa dividiu-se em três fases. A primeira, entre 1992 e 1995, era compreendida de forma genérica entre o Terreiro de Jesus e a Ladeira do Carmo. Esta fase, dividida em várias etapas de intervenção, transformou

o interior de algumas quadras em praças internas, numa clara estratégia comercial, bem como turística.

Considera-se que as intervenções nessas quadras, produzindo espaços de permanência a que Cullen (1971) se refere como enclaves³⁰, foram desvirtuados em relação à filosofia dos projetos propostos nos anos 70 que, ao contrário de eventos culturais para turistas, defendia o aproveitamento dos espaços interiores dessas quadras para reforço das relações de vizinhança da população residente.

No entanto, considera-se pertinente salientar que essas intervenções, do ponto de vista da espacialidade urbana, acabaram por atribuir um protagonismo inesperado às empenas laterais, outrora só visíveis dos logradouros públicos.

Entre os documentos observados, destaca-se uma tabela de cores das prospeções das fachadas, que possivelmente serviu de base documental para a seleção das cores utilizadas nas várias etapas de intervenção da primeira fase (IPAC, 1995, p.88). De acordo com Couto (2000), o estudo das cores das fachadas foi estabelecido por pesquisa histórica e prospeção estratigráfica das paredes. Considera-se importante salientar que essa estratégia resultou num acentuado protagonismo cromático das empenas, refletindo-se na composição da paisagem urbana das áreas integrantes do PRCHS, conforme se pode observar na figura 25.

As empenas presentes na figura 25 apresentam uma gama diversificada de cores, em tons amarelos, azuis, verdes e rosas. Acredita-se que essa opção pela utilização generalizada de cor nas empenas apresentou-se como uma novidade. Pela análise de fontes iconográficas do século XIX (ver figuras 13 e 18), embora podendo identificar-se a utilização de cor em empenas, tal como é possível observar em um dos sobrados do lado direito da Ladeira do Carmo da figura 13, a maioria das empenas apresenta-se em tons brancos, conforme a mesma figura, bem como na figura 18. Dessa forma, considera-se que a utilização de outras cores que não o branco em empenas laterais, pudesse derivar de um critério individual de cada proprietário, num período em que tendencialmente essas superfícies seriam brancas. Ao observar-se a figura 25, uma leitura que se poderia admitir é a de que as empenas pudessem ser majoritariamente coloridas, o que se acredita não corresponder à realidade, sobretudo se se observar os registros fotográficos do século XIX, conforme as figuras 13,17 e 19, nos quais é possível verificar que

³⁰ Segundo Cullen (1971) os enclaves são espaços interiores abertos para o exterior, cuja ambiência é mais serena em contraste com a intensidade dos arruamentos públicos.

embora algumas das empenas possam ser coloridas, a maioria são pintadas de branco. Atualmente, a maioria dessas empenas, sobretudo as que estão compreendidas entre a Rua Frei Vicente e a Rua João de Deus, encontram-se pintadas de branco, à semelhança do que acontece em outras empenas, como é o caso dos sobrados na Ladeira do Carmo, conforme a figura 26.



Figura 25 | Cartão postal com o conjunto arquitetônico das quadras que foram alvo de intervenção, na 1ª e 4ª etapa da 1ª fase do PRCHS. Fotografia Carlos Alberto Hora [Postado em 1993] (fonte: MT. Referência MT.4.017)

Considera-se assim que as empenas da área objeto de estudo, enquanto elemento arquitetônico que coopera para a identificação dos edifícios enquanto elementos morfológicos do espaço urbano (LAMAS, 2004), estão sujeitas aos processos de transformação operados pelas intervenções que foram sendo realizadas no centro histórico de Salvador e, devido à sua visibilidade e protagonismo na paisagem urbana, revelam-se como importante testemunho, quer histórico, quer artístico. Acredita-se que intervenções como a instalação da Escola do Mestre Pastinha, na qual foi reconstruída uma empena revestida em telha cerâmica capa-canal, manifestam uma preocupação com a autenticidade da cidade tradicional, fazendo com que uma intervenção assumidamente contemporânea se apresente através da interpretação da história da arquitetura da cidade, evocando a sua memória e os seus valores culturais.

No caso da intervenção efetuada na 1ª fase do PRCHS, com a pintura de um conjunto de empenas com as mesmas cores das fachadas principais, acredita-se que se poderá correr o risco dessa manifestação cromática representar um equívoco na imagem da cidade tradicional, apresentando-se na paisagem urbana através de uma carta cromática e de um conceito que jamais poderão ter feito parte da imagem do centro histórico de Salvador.



Figura 26 | Vista do conjunto edificado da Ladeira do Carmo e da Rua do Passo. Observa-se prevalentemente empenas orientadas a sul revestidas com argamassas pintadas e um exemplar revestida em telha cerâmica capa-canal. As empenas laterais pintadas são majoritariamente à cor branca. (foto do autor, mar./2015)

Em suma, o centro histórico de Salvador, tal como Reis Filho (1968) refere, representa um modelo de urbanismo cujas origens encontram-se nas cidades medievo-renascentistas europeias. O parcelamento e ocupação do solo, bem como a adaptabilidade das edificações às características topográficas, esquemas representativos das antigas tradições urbanísticas portuguesas, serão determinantes para a formação da sua paisagem urbana. As características geográficas da cidade de Salvador e a falta de constância dos gabaritos das edificações que se encostam entre si, quer em arruamentos nivelados, quer desnivelados, contribuíram para a exposição e visibilidade das empenas laterais.

A prevalência de coberturas compostas por telhados de duas águas com as vertentes para a frente (rua) – fundo (quintal), e a introdução de pisos suplementares, ora recuados apenas em relação à fachada principal, ora recuados em relação às duas fachadas (principal e posterior), serão determinantes para a configuração da maioria das suas empenas laterais, ora cegas, ora vazadas. Nesse sentido, constata-se que o coroamento das empenas laterais é prevalentemente angular, ora triangular, ora tendencialmente triangular. No entanto, verifica-se que existe um conjunto de sobrados no centro histórico de Salvador que apresentam mutilações nas empenas laterais, conforme os exemplos da figura 27.



Figura 27 | Vista do Largo do Pelourinho em direção à Rua Alfredo de Brito. Empenas laterais orientadas a nordeste, com coroamento angular e revestidas com argamassa pintadas à cor verde e à cor branco. A morfologia da empena de primeiro plano apresenta um piso suplementar recuado em relação à fachada principal e a empena de segundo plano, onde está instalado o Hotel do Pelourinho, apresenta uma interrupção provocada pela introdução de um pátio no interior do lote. (foto do autor, out./2016)

Na empena lateral em primeiro plano, pintada à cor branco, a introdução do piso suplementar recuado alterou a pendente entre o beiral da fachada principal e a cumeeira do telhado, produzindo duas vertentes distintas para ser possível a introdução de um plano vertical com vãos. Com relação à empena em segundo plano, pintada à cor verde, no sobrado onde está instalado o Hotel do Pelourinho, a introdução de um pátio no interior do lote e no limite lateral do edifício, provocou a

interrupção da empena lateral. Considera-se que estas intervenções produzem alterações relevantes na morfologia das empenas, podendo ser classificadas como mutilações, comprometendo os valores de autenticidade e integridade do centro histórico de Salvador.

Considera-se que a utilização de materiais de revestimento das empenas laterais entre os quais as argamassas pintadas, majoritariamente à cor branco, a utilização de telha cerâmica capa-canal e, em número pouco significativo, em chapa zincada ondulada, contribuíram para a morfologia das empenas laterais da arquitetura civil do centro histórico de Salvador.

Nesse seguimento, acredita-se que o tratamento das superfícies das empenas laterais evidencie o transcorrer do tempo no modo de se fazer a cidade do tecido urbano ordinário. Considera-se exemplo disso a permanência de um sistema construtivo que poderá remontar à cultura romana, fruto de uma tradição arquitetônica portuguesa no revestimento de paredes exteriores em telha cerâmica capa-canal, bem como a introdução de um sistema construtivo associado a processos de produção industrial, como são os exemplares revestidos em chapa zincada ondulada.

2.4 TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO E SUA INFLUÊNCIA NAS EMPENAS LATERAIS

Nesta subseção, tal como o exemplo da cidade de Salvador, interessa abordar de forma sintética a evolução e transformações do centro histórico do Porto através do sentido coletivo dos seus principais fatos urbanos (ROSSI, 2001, p.71-72).

A cidade do Porto localiza-se no noroeste de Portugal, sobre o Rio Douro e o Oceano Atlântico. A cidade tem fronteira fluvial entre a Foz do Rio Douro e a este do rio e tem fronteira marítima entre a Foz do Rio Douro e a norte do oceano. O fato de ser banhada pelo Oceano Atlântico e ter uma extensa área fluvial permitiram o estabelecimento de um porto fluvial protegido e vigiado, a cerca de 5km a este da foz do Rio Douro. Essas condições geográficas foram determinantes para o desenvolvimento da cidade como porta atlântica regional (AHDLCCE, 1995). O território onde está implantado o centro “histórico” apresenta uma topografia acidentada, composta por dois morros, o da Sé/Penaventosa a uma cota de 75,0m e

o da Vitória a uma cota de 86,0m, conforme é possível observar na figura 28. Entre os morros há um vale que desemboca no Rio Douro e no qual ainda hoje corre um curso de água, o Rio da Vila, encanado desde o final do século XIX. Na vertente poente do morro da Vitória, desembocava outro curso de água, o Rio Frio, atualmente também se encontra encanado.

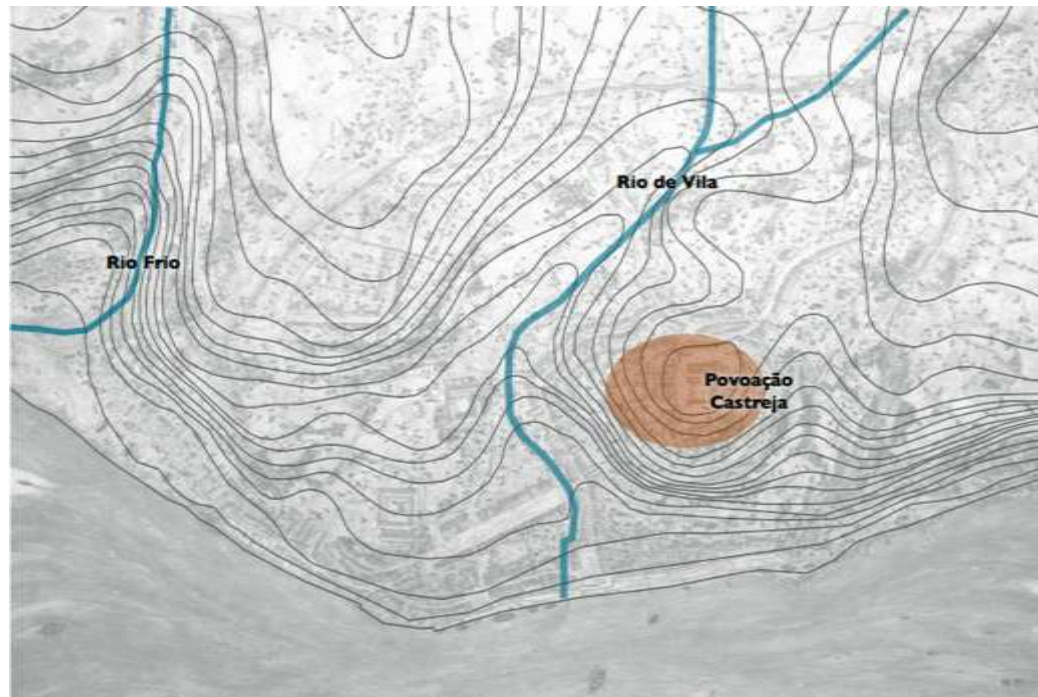


Figura 28 | Esquema da povoação castreja no Morro da Sé/Penaventosa, com a indicação do Rio da Vila e do Rio Frio que desaguam no Rio Douro. Entre os dois rios localiza-se o Morro da Vitória. (fonte: TEIXEIRA, 2010, p.18)

Ao contrário da cidade de Salvador, o início da urbis portuense não correspondeu a um processo tão definido e objetivo. O seu início resultou do estabelecimento de uma comunidade cujos objetivos baseavam-se na resposta às suas necessidades vitais de sobrevivência. Ela decorre de sucessivas ocupações territoriais até ser definida como uma verdadeira permanência urbana. O atual centro histórico do Porto, de acordo com achados arqueológicos, teve origem em um assentamento castrejo³¹. A nucleação estava localizada próxima ao morro da Sé/Pena Ventosa e respeitava as premissas dos castros. Após a dominação romana do território, a partir do séc. II a.C., a nucleação manteve-se no morro da Sé/Penaventosa, expandindo-se até à cota baixa junto ao atual Cais da Ribeira

³¹ De acordo com Ferrão (1997, p. 129), os assentamentos castrejos ou castros foram povoados fortificados, localizados preferencialmente nos topos dos montes, para dessa forma controlarem e protegerem os territórios e as povoações. Inicialmente habitados pelos fluxos migratórios decorridos nos dois primeiros milénios a.C., foram reutilizados pelas ocupações celtas e posteriormente pela ocupação romana.

(AHDLCE, 1995). Durante a ocupação romana da Península Ibérica, foram executadas importantes vias de comunicação entre os seus centros administrativos, sendo uma delas a via que ligava Felicitas Julia Olissipo (atual Lisboa) a Bracara Augusta (Braga). Durante esse período, o percurso dessa via romana atravessava o povoado, fazendo com que à cota baixa existisse um ponto de atravessamento do Rio Douro que seguia para sul (Felicitas Julia Olissipo) ou para norte (Bracara Augusta) (FERRÃO, 1997).

Após a queda do Império Romano do Ocidente, a cidade é ocupada por povos do norte da Europa, entre os quais Alanos, Vândalos e Suevos. É certa a existência de uma cerca murada no morro da Sé, mas a identificação da sua autoria não é unânime, havendo quem defenda que a estrutura militar seja de origem romana e outros que defendem ser de origem posterior. Segundo Ferrão (1997), pode-se pressupor a existência de uma estrutura urbana bipolar, composta por um ribeirão sem fortificação e com algumas construções, funcionando como atracadouro de atravessamento do Rio Douro e no alto da Penaventosa/Sé um núcleo urbano fortificado com uma população reduzida. O trecho inicial da estrada romana (atual Rua dos Mercadores) unia os dois núcleos. Esta situação relativa à existência de vias que comunicam entre as cotas alta e baixa das cidades, verificar-se-á mais tarde em Salvador, conforme descrito na subseção anterior. Considera-se assim haver uma analogia entre as características geográficas das duas cidades. Características essas que se acredita serem relevantes para a visibilidade das empenas.

Em 1123, a Rainha D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, atribui o foral³² ao bispo D. Hugo sobre o couto³³. Com essa atribuição o bispo passou a administrar e proteger o território, bem como a aplicar impostos sobre a povoação e a gerenciar essas receitas. Com ele a cidade inicia o seu desenvolvimento como burgo episcopal (AHDLCE, 1995). Neste século a estrutura urbana que se desenvolvia no interior da muralha era composta pela residência episcopal, o mercado e a judiaria. Fora do burgo, a área atual da Ribeira começa a consolidar-se na praia do Rio da Vila, onde os navios atracavam (AHDLCE, 1995). Considera-se então que nesse período, além do burgo alto, onde se concentrava o poder religioso e administrativo, a cidade começa a expandir-se para a cota baixa, aglomerado ribeirão dedicado às

³² Carta régia de doação territorial que permitia a administração de determinado território e atribuindo-lhe determinadas regalias, bem como pressupunha a exploração fiscal do local.

³³ Propriedade que se torna defesa e cuja entrada podia ser proibida aos funcionários régios.

atividades portuária e comercial. Entre os séculos XII e XIII é construída no Morro da Sé a Catedral e durante o século XIII são estabelecidos os conventos de S. Francisco e de S. Domingos, ambos executados fora dos limites do burgo amuralhado. Até ao século XIV a cidade do Porto torna-se disputa de vários poderes entre fidalgos e religiosos. De acordo com Ferrão (1997), no ano de 1339 é decretada a proibição da nobreza residir no burgo da cidade. Embora nesse século as fronteiras territoriais portuguesas estivessem estabilizadas, não era incomum haver incursões castelhanas. Em razão dessa circunstância é mandada executar uma nova muralha, a Cerca Nova ou Muralha Gótica (ver figura 29).

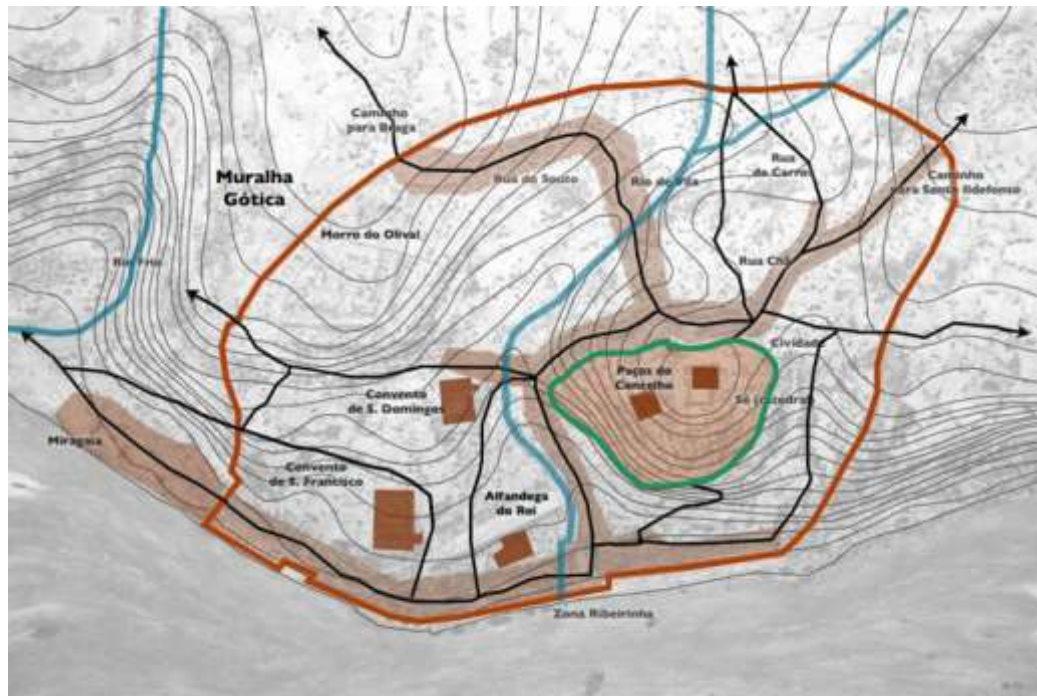


Figura 29 | Esquema urbano da cidade entre 1355 e 1386, com a localização da Cerca Velha (assinalada a verde), no Morro da Sé/Penaventosa e a Cerca Nova (assinalada a laranja), abrangendo o Morro da Sé/Penaventosa e o Morro da Vitória (na legenda designado como Morro do Olival). Os conventos de S. Domingos e de S. Francisco passam a estar integrados dentro da muralha gótica. Ilustração realizada pelo autor a partir do mapa com o esquema urbano da cidade entre 1355 e 1386, no trabalho de dissertação: Porto, 1114-1518: A Construção da Cidade Medieval (fonte: TEIXEIRA, 2010, p.60).

A Cerca Nova abrangia a nucleação original do morro da Sé/Penaventosa, a nucleação que nos últimos séculos crescera na margem do Rio Douro, além de aglomerados edificadas que haviam crescido para além da muralha antiga e terrenos adjacentes sobretudo a poente e norte (CMP, 2014). A área de Miragaia ficava extramuros. A muralha tinha 17 pontos de acesso, entre portas e pequenas portas para serventia de mercadorias (em Portugal também conhecidos como postigos), sendo 10 deles diretos para o rio. As portas estavam situadas nas estradas que

comunicavam com as áreas urbanas mais importantes do Norte, entre as quais Braga, Guimarães, Bouças (atual Matosinhos) e Penafiel.

No final do séc. XIV, serão executadas um conjunto de vias com traçado regular, entre as quais a Rua de São Bento da Vitória, a Rua de São Miguel e a Rua Nova ou Rua Formosa (mais tarde Rua dos Ingleses e atualmente Rua do Infante D. Henrique), que ligava o convento de S. Francisco à Rua dos Mercadores (ver figura 30). Esta rua terá uma grande importância no traçado urbano, devido à sua largura e regularidade em contraste com as sinuosas e estreitas ruas medievais e também devido à determinação de padrões formais que as edificações deveriam obedecer (AHDLCE, 1995).

No século XV, com a expansão ultramarina de Portugal, segundo Ferrão (1997), a cidade do Porto torna-se sede da indústria naval. Nesse momento, a cidade dividia-se em três eixos: a Baixa (entre a Ribeira e a Reboleira³⁴), a Alta (morro da Sé) e o Olival (morro da Vitória), conforme é possível observar na figura 29. A Ribeira detinha o poder econômico das atividades mercantis, a Sé representava o poder religioso (Catedral) e o poder administrativo (Casa de Câmara), e o Olival, aglomerado mais disperso e afastado que começava a se formar na outra colina do vale do Rio da Vila, era o território onde se desenvolviam as atividades agrícolas e onde vivia a comunidade judaica (Ferrão, 1997). O crescimento das atividades marítimas e portuárias teve influência na transformação da cidade medieval. No final do reinado de D. Manuel I, já no século XVI, foram abertas a Rua das Flores e a Rua de Belmonte com traçado tendencialmente mais regular a contrariar o traçado medieval (ver figura 30). Estas novas artérias atribuem uma monumentalidade renascentista ao local, sendo pontuadas por uma série de emblemáticos edifícios como o Convento de São Bento de Avé Maria (atual Estação de São Bento), a Igreja da Misericórdia e vários palácios pertencentes a uma Nobreza à qual já era permitida viver dentro da cidade intramuros (AHDLCE, 1995). Na Rua das Flores instala-se a burguesia em edifícios estreitos alinhados sobre a via pública (FERRÃO, 1997).

Considera-se que, embora os traçados de influência renascentista sejam uma inovação no cenário urbano, o processo de se construir a cidade continua a

³⁴ Desconhece-se a toponímia da atual Rua da Reboleira. Pondera-se a possibilidade da sua denominação estar associada ao fato de ter sido uma área arborizada, havendo historiadores como Eugénio Freitas que defendem a teoria de poder significar uma mata densa ou de castanheiros-bravos (SANTOS, 2010). A autora equaciona a possibilidade da madeira presente nesta área ter sido utilizada nos ofícios da construção naval e tanoaria, sustentando essa possibilidade ao mencionar que as instalações dos artesãos tanoeiros localizavam-se na Rua da Reboleira.

manifestar um modo de pensar gótico-medieval, com as edificações encostadas umas às outras e alinhadas sobre as vias. Segundo Ferrão (1997), o material de construção mais comum nas edificações religiosas e civis era o granito da região, que abundava nos arrabaldes e subúrbios do Porto (COSTA, 1789).

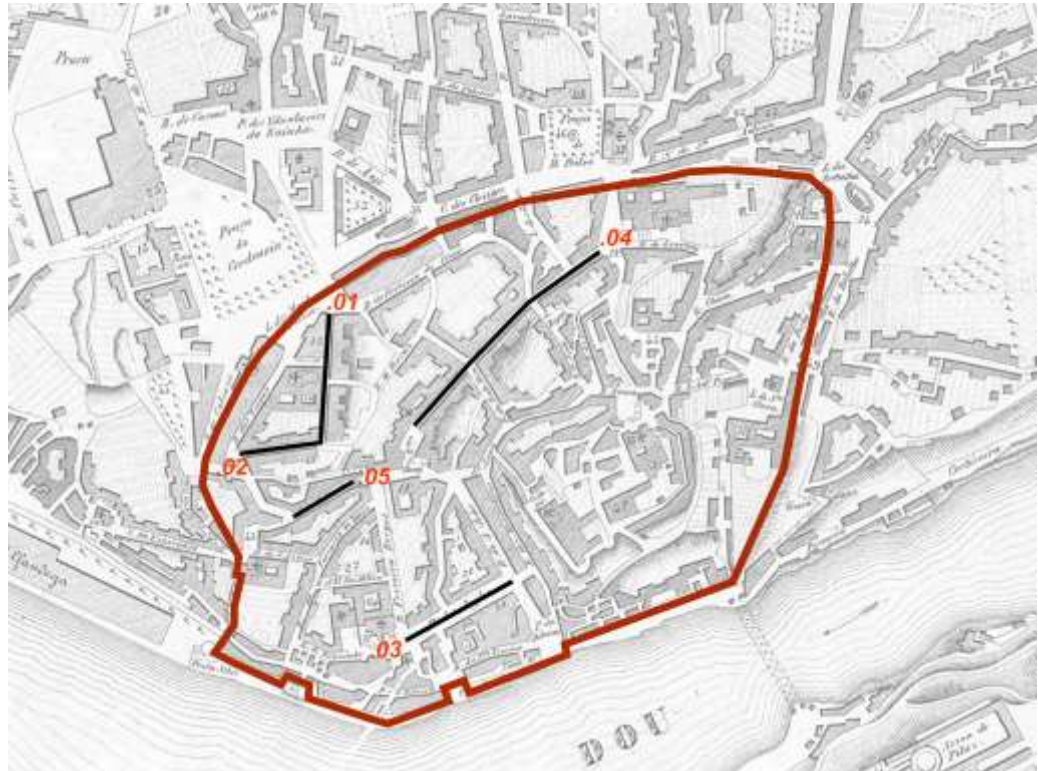


Figura 30 | Fragmento da planta da cidade do Porto elaborada por Perry Vidal em 1844. A linha contínua assinala o perímetro original da Cerca Nova e os arruamentos estão agrupados com a seguinte sequência: (01) Rua São Bento da Vitória, (02) Rua de São Miguel, (03) Rua Nova, (04) Rua das Flores, e (05) Rua de Belmonte. Ilustração realizada pelo autor a partir da planta da cidade do Porto elaborada por Perry Vidal em 1844. (fonte: BNP. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/>>. Acesso em 30 abr. 2017).

Neste período já era possível a nobreza residir na cidade, surgindo a casa nobre de testada larga, com dois pavimentos e construída em pedra de granito. No entanto, a tipologia edilícia mais representativa da morfologia urbana era a casa dos burgueses e artesãos. Eram edificações estreitas, com dois ou três pavimentos e, raras vezes, com um número maior (FERRÃO, 1997). O pavimento térreo era em granito e os superiores em taipa, num sistema construtivo que o autor menciona ser semelhante ao enxaimel ou “fachwerk”³⁵. Segundo Oliveira e Galhano (2003), este sistema construtivo tinha vantagens relativamente ao granito por ser mais econômico e mais rápido de executar, tendo sido utilizado nos séculos posteriores para a

³⁵ De acordo com Oliveira e Galhano (2003) o “fachwerk” era um sistema construtivo comum nos países do norte da Europa, constituída por uma grelha estrutural em madeira, composta por barrotes horizontais e verticais cortados por diagonais, tipo Cruz de Santo André, com os espaços preenchidos por tijolo e barro, tradicionalmente revestido em argamassa. No Brasil, este sistema construtivo é designado como enxaimel.

ampliação do número de pavimentos dos sobrados, através de pisos suplementares recuados ou não, bem como de águas-furtadas, trapeiras ou mirantes. Para Fernandes (1999), esta tipologia edilícia é representativa da cidade mercantilista, localizada dentro da área intramuros (Ribeira-Barredo, Sé, Vitória) e em Miragaia, já extramuros. Para o autor, a forma urbana é estabelecida por um traçado e dimensionamento de vias sem planejamento urbano, com quadras de formas e dimensões irregulares e as edificações ocupando a totalidade dos lotes. De acordo com Fernandes (1999), a configuração dessas quadras e a ocupação total do lote representavam um modelo que se adaptava com maior facilidade ao terreno, fosse ele tendencialmente plano ou desnivelado. O autor menciona ainda que o processo de parcelamento dentro das muralhas obedecia a critérios de economia do solo. Segundo Fernandes (1999), a fachada posterior tinha um tratamento mais elementar e econômico.

Tal como na cidade de Salvador, acredita-se que as preocupações urbanas em fazer cidade estavam concentradas sobretudo nas fachadas principais, enquanto o restante dos elementos morfológicos arquitetônicos (ex: fachadas posteriores) revelavam outro tipo de preocupações, sobretudo de natureza mais pragmática. Acredita-se que o tratamento mais elementar e econômico das fachadas posteriores fosse igual nas empenas laterais, perante a sua pouca visibilidade e dificuldade de acesso.

De acordo com Ferrão (1997), o crescimento demográfico durante o século XVI foi pouco acentuado. O autor refere a possibilidade desse fenómeno ter-se devido ao processo de colonização da expansão ultramarina. Considera-se pertinente esta observação pois a criação da cidade de Salvador como Cabeça do Brasil insere-se no recorte temporal a que Ferrão (1997) se refere.

No último quarto do século, observa-se uma alteração da escala visual da cidade que se acentua com a construção de edifícios religiosos: a Igreja e Colégio de São Lourenço, executado pelos Jesuítas, o Convento de São João Novo e o Convento de São Bento da Vitória são alguns dos principais exemplos. O Reinado da Dinastia Filipina (1580-1640) é marcado por uma crise nacional e por um conjunto de convulsões. No entanto, houve um significativo investimento em obras na zona ribeirinha na cidade do Porto (FERRÃO, 1997).

De acordo com Ferrão (1997, p.150), durante o séc. XVII a cidade assiste ao crescimento da sua população sem que esse fator se manifeste na criação de novos

polos de urbanização. Ao contrário do desenvolvimento da cidade de Salvador, isso representava apenas a densificação dos núcleos intramuros. Segundo Ferrão (1997), as edificações da arquitetura civil deste século continuam a caracterizar-se por estar inseridas em lotes estreitos e alinhadas sobre as vias, adaptando-se à topografia do território, tendo dois a três pavimentos, raramente com quatro, e telhados de quatro águas. Eram construídas em granito com utilização de cal nas fachadas. A prevalência dos telhados de quatro águas, em contraponto com os telhados dos países do Norte da Europa, poderia ter razões econômicas, já que os telhados de duas águas com as vertentes orientadas para as fachadas principal e posterior exigiriam mais pedra nas paredes laterais (TEIXEIRA, 2004). De acordo com o autor, os telhados de quatro águas, que resultavam na ausência de empena na fachada da rua, embora exigissem maior quantidade de madeira, acabavam por ser mais econômicos devido à abundância dessa matéria-prima.

No século XVIII, a cidade intramuros torna-se densamente povoada (FERNANDES, 1999), expandindo-se extramuros para os territórios a oeste, Miragaia (ver figura 31), e para norte e este, Santo Ildefonso (FERRÃO, 1997). De acordo com Fernandes (1999), durante este século e o seguinte, as ampliações com dois ou mais pavimentos das casas burguesas da cidade mercantilista dos séculos anteriores, serão executadas em estruturas integralmente em madeira e taipa, sobre as paredes de granito existentes. A utilização destas estruturas em madeira era mais econômica, bem como mais fácil de transportar e trabalhar. No entanto, era uma solução construtiva mais frágil em relação às intempéries (TEIXEIRA, 2004). Segundo o autor, essas paredes exteriores de tabique³⁶, simples ou reforçado, eram revestidas com argamassa pelo interior e pelo exterior, sendo adicionado sebo ou colas naturais nas argamassas exteriores para aumentar as suas propriedades hidrófugas.

Em meados do século XVIII, João Almada e Melo, primo do Marquês do Pombal, tornou-se o governador de armas da cidade do Porto e com ele foi criada a Junta das Obras Públicas (JOP), com o objetivo de reestruturar o centro da cidade intramuros e planejar a expansão urbana extramuros. A estrutura urbana da expansão extramuros foi estabelecida através do desenvolvimento radioconcêntrico

³⁶ Segurado (s/d) refere que os tabiques mais comuns são divisórias compostas por uma estrutura em madeira que pode ser fixa inferiormente a um vigamento e superiormente a um frechal, sobre a qual são fixas tábuas verticais (costaneiras) com espaçamento de 1cm entre si. Sobre as tábuas verticais são fixas em ambas as faces ripas horizontais de madeira (fasquiado) com poucos centímetros de espaçamento entre si.

da cidade (FERRÃO, 1997), promovendo a adequação funcional entre as novas vias longitudinais (norte-sul) e transversais (nascente-poente), conforme é possível observar na figura 32.



Figura 31 | Casario setecentista e oitocentista de Miragaia. Fotografia Alvão [1920-1950]. Em primeiro plano empena com coroamento plano, orientada a sudeste sendo revestida com telha cerâmica capa-canal. A superfície visível da telha é a parte côncava, ao contrário do que prevalece em Salvador. (fonte: CPF. Cota PT-CPF-ALV-007164)

Assim, os vários caminhos existentes de ligação com outras cidades, tais como Braga, Guimarães e Penafiel, tornam-se vias de traçado regular com fachadas ordenadas e alinhadas sobre os logradouros públicos, as quais deveriam obedecer a critérios compositivos baseados na regularidade e uniformidade, manifestando uma estratégia de produção do espaço urbano no qual a cidade começa a surgir com uma divisão moderna, funcional e social (FERNANDES, 1999). De acordo com as quatro fases de urbanização a que Berrance (1993) se refere, entre as vias radiais de expansão urbana para as áreas a nascente e a norte, destacam-se na primeira fase a abertura da Rua Nova do Almada (atual Rua do Almada) e na terceira fase a Rua Direita de Santo Ildefonso (atual Rua de Santo Ildefonso), a Rua de Santa Catarina e Rua de Cedofeita (ver figura 32).

Na reestruturação urbana do velho centro intramuros, executada na segunda fase de urbanização, destacam-se a Rua de São João e a reformulação da Praça da

Ribeira (executada parcialmente), para comunicação com as novas áreas que se desenvolviam à cota alta na área de expansão extramuros. Na quarta fase de urbanização, entre a cidade intramuros e as áreas de expansão, são executadas a Rua de Santo António (atual Rua 31 de Janeiro) e a Rua dos Clérigos (ver figura 33).

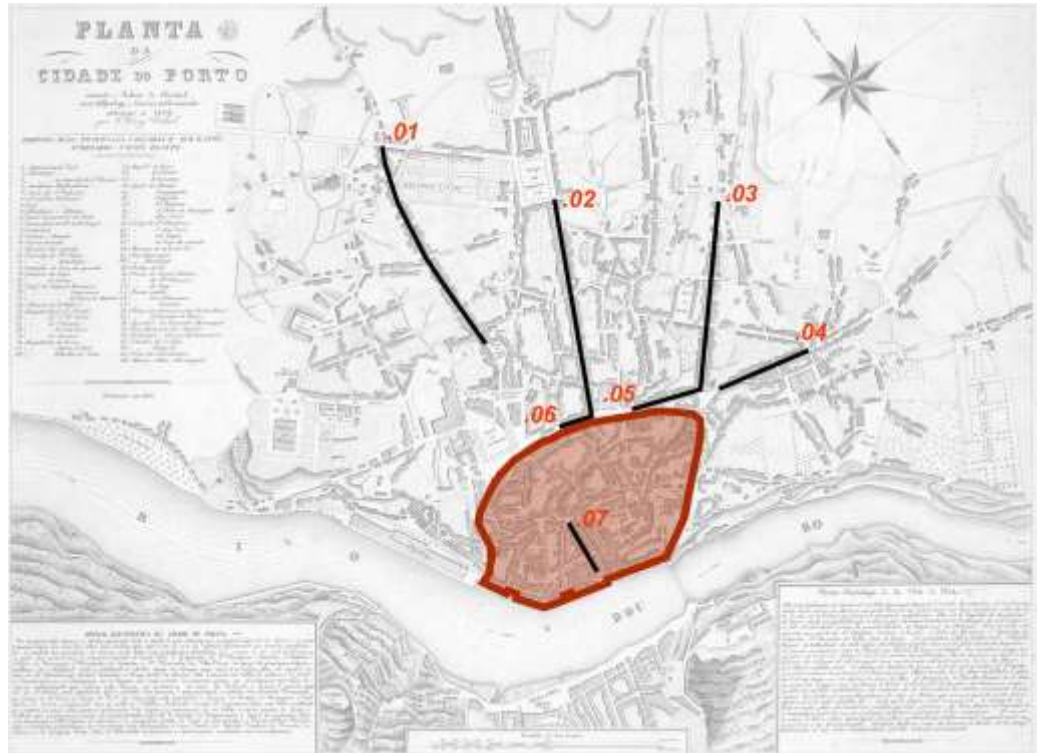


Figura 32 | Planta da cidade do Porto elaborada por Perry Vidal em 1844. A mancha assinala a antiga cidade intramuros, e as linhas contínuas representam algumas das vias mais significativas planejadas pela JOP, para o processo de expansão urbana extramuros. (01) Rua de Cedofeita, (02) Rua Nova do Almada, (03) Rua de Santa Catarina, (04) Rua Direita de Santo Ildefonso, (05) Rua de Santo António, (06) Rua dos Clérigos, e (07) Rua de São João. Ilustração realizada pelo autor a partir da planta da cidade do Porto elaborada por Perry Vidal em 1844 (fonte: BNP. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/>>. Acesso em 30 abr. 2017).

As ações da JOP, ao contrário do caráter impositivo das ações pombalinas em Lisboa, estabeleciam sugestões abertas que iam definindo a nova malha urbana e cujos planos eram acompanhados por propostas de composição das fachadas com a regularização dos gabaritos e sistematização dos elementos arquitetônicos, nomeadamente os cheios e vazios, os balcões e os guarda-corpos. Segundo Ferrão (1997), o fato dessa estratégia ser sugestiva possa dever-se à topografia acidentada e à exteriorização das novas áreas de expansão. Acredita-se que o autor quando alude à exteriorização das áreas, se esteja a referir ao direito de propriedade dos terrenos extramuros, com o qual a Coroa tinha dificuldades de administração face aos interesses dos proprietários privados e eclesiásticos (BERRANCE, 1993). O parcelamento proposto em lotes de testada estreita e grande profundidade mantém

a antiga tradição urbana portuguesa. As inovações introduzidas dizem respeito à regularidade dos lotes, à introdução de quintais, ao aumento do número de pavimentos, que agora vão até ao número de cinco.

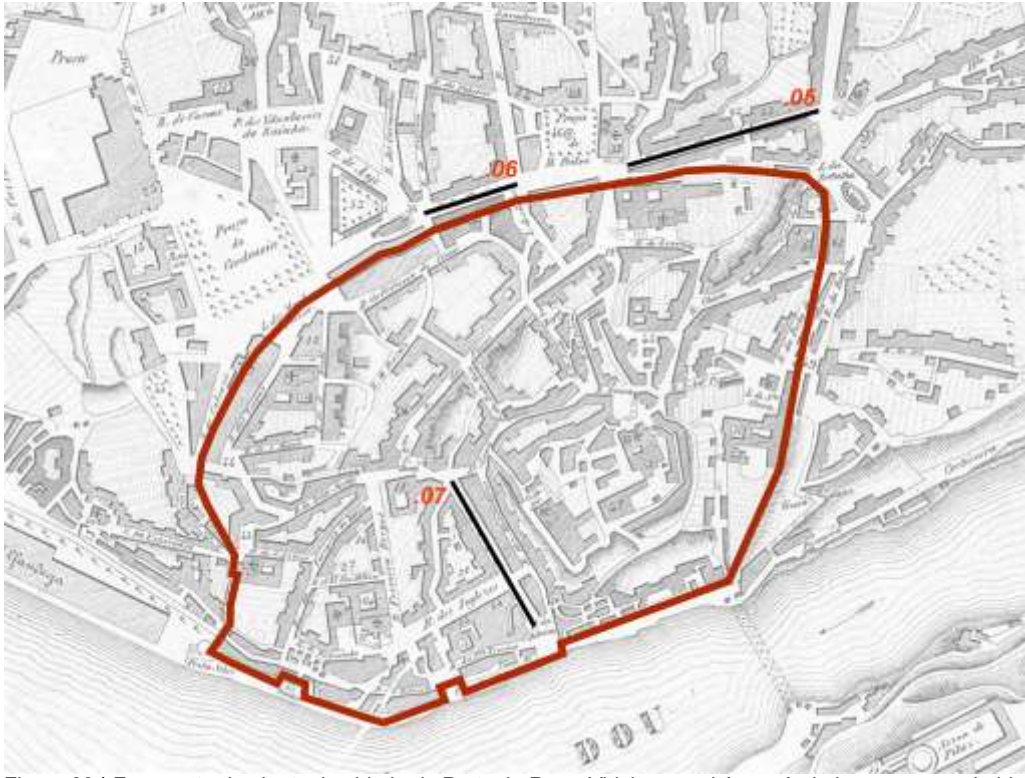


Figura 33 | Fragmento da planta da cidade do Porto de Perry Vidal, no qual é possível observar a regularidade dos traçados propostos dentro da cidade intramuros ou nas suas vizinhanças, para melhoramento da relação entre as cotas alta e baixa. (05) Rua Direita de Santo António, (06) Rua dos Clérigos, e (07) Rua de São João. Ilustração realizada pelo autor a partir da planta da cidade do Porto elaborada por Perry Vidal em 1844 (fonte BNP. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/>>. Acesso em 30 abr. 2017).

No estudo desenvolvido por Berrance (1993), sobre a evolução das fachadas das habitações almadinas, observa-se que a execução das propostas de conjunto com a uniformização e sistematização dos elementos arquitetónicos, nem sempre foram respeitadas. É possível observar edificações com gabaritos distintos entre lotes vizinhos, expondo dessa forma as paredes laterais, permitindo a visibilidade e protagonismo das empenas. Segundo Berrance (1993), a heterogeneidade das volumetrias pode ter origem no fato das propostas da JOP não terem sido impositivas. Como a construção das edificações era da responsabilidade de cada proprietário privado, acredita-se que os seus interesses prioritários se concentrassem em construir a edificação de acordo com as suas necessidades espaciais, enquanto a preocupação em respeitar a unidade de conjunto das fachadas seria uma questão secundária. Poderá acrescer a esse pensamento

pragmático o fator econômico, já que a burguesia portuense que construía estas edificações tinha um sentido utilitário da vida. A edificação estreita representava economia de terreno e de manutenção, além de ser o local onde a família se concentrava, trabalhando no pavimento térreo destinado, ora a comércio, ora a armazém, ora a oficina, e residindo nos pavimentos superiores (OLIVEIRA; GALHANO, 2003). Os autores observam que a maioria dos edifícios da arquitetura civil do centro histórico e das áreas de expansão urbana representam soluções verticalizadas, salientando que se encostam entre si ao longo das vias e com número variável de pavimentos. Destacam também a existência, em menor número, de edificações com fachadas largas e horizontais em claro contraste com as verticalizadas.

Os materiais de construção continuam a ser o granito, a madeira e o ferro, mantendo-se os telhados de quatro águas (FERNANDES, 1999). O granito azul, mais duro, era aplicado nas alvenarias das paredes estruturais pronto a ser revestido com rebocos, enquanto o granito amarelo, mais fácil de trabalhar, era aplicado nas molduras dos vãos e demais elementos decorativos das fachadas (TEIXEIRA, 2004). A madeira de castanho e de carvalho era utilizada nas estruturas dos pavimentos e das coberturas, enquanto o pinho nacional era utilizado nas estruturas das paredes divisórias, assoalhos e esquadrias. Por vezes, eram utilizadas outras madeiras tais como o pinho de Riga, o pinho manso e a casquinha. De acordo com o autor, o ferro era aplicado nos guarda-corpos dos balcões, nas ferragens das esquadrias, canalizações e elementos decorativos. As paredes de meação em granito, quando ficavam expostas, eram impermeabilizadas por uma camada de asfalto e revestidas por telha cerâmica capa-canal, sendo substituídas, a partir do século XIX, por revestimentos em chapa zincada ondulada (TEIXEIRA, 2004).

É significativo ao longo do século XVIII o reforço do papel da cidade do Porto na organização das trocas comerciais das suas regiões vizinhas com o exterior. Em boa parte isso pode associar-se à comercialização do vinho do Porto, através do Tratado de Methuen (1703), celebrado entre Portugal e a Inglaterra (FERNANDES, 2005). Na cidade do Porto registra-se um crescimento exponencial de comerciantes, sobretudo ingleses dedicados à exportação de vinho, bem como o início das atividades industriais, com a construção de uma série de fábricas. Além das atividades comerciais vinícolas, durante este século é descoberto ouro no Brasil, do qual o território português saiu favorecido. De acordo com Ferrão (1997), estas

transformações socioeconômicas irão acentuar a presença da colônia inglesa na cidade e a ascensão da burguesia portuense. Ainda durante o século XVIII, assiste-se à introdução da arquitetura barroca na cidade. Entre os exemplares, majoritariamente religiosos, destacam-se a Igreja e Torre dos Clérigos, da autoria de Nicolau Nasoni. As obras reforçaram a monumentalidade e dramaticidade dos panoramas da cidade, conforme se pode observar nas figuras 34 a 36.



Figura 34 | Gravura de Teodoro Maldonado da cidade do Porto. 1789.

Ao contrário da ocupação dispersa dos terrenos extramuros, a cidade intramuros apresenta acentuada densificação de edifícios. A paisagem urbana é composta por uma densa malha de edifícios de arquitetura civil, pontuada por um conjunto significativo de edifícios religiosos, os quais destacam-se pela sua escala, proporções e torres. Salienta-se a monumentalidade através da Torre da Igreja dos Clérigos e da Sé, na qual é possível registrar na fachada a presença de balaustradas e cúpulas de matriz barroca (em maior detalhe na figura 35). (fonte BNP. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/>>. Acesso em 30 abr. 2017).

Ao analisar a iconografia existente da cidade do Porto (VITORINO, 1938), constata-se que as edificações surgem majoritariamente adjacentes umas às outras e com coberturas compostas por telhados de quatro águas que, de acordo com Oliveira e Galhano (2003), até ao século XIX eram de quatro águas com beirais salientes. Da análise das fontes iconográficas verifica-se que as coberturas dos telhados são prevalentemente de quatro águas, sendo possível registrar a presença de telhados com duas águas (ver figuras 35 e 36).

Nas gravuras observadas é possível registrar a implantação das edificações em terrenos com uma topografia acidentada e em vias sinuosas, fazendo com que as empenas fiquem frequentemente expostas. Tal como acontece em Salvador,

existe um conjunto de edifícios que, pela sua escala e valor artístico, adquirem protagonismo por si só, embora se considere que a sua monumentalidade se vê reforçada através do contraste que se estabelece entre a densa malha composta pelos inúmeros edifícios de arquitetura civil e os vários edifícios religiosos com suas maiores volumetrias e suas torres (ver figuras 35 e 36).



Figura 35 | Fragmento da gravura de Teodoro Maldonado da cidade do Porto. 1789.

À semelhança de outras gravuras sobre a cidade do Porto, é possível observar que as coberturas dos edifícios da arquitetura civil são, na maior parte dos casos, compostas por telhados de quatro águas. Há ainda exemplares com telhados de duas águas a verter para os limites laterais e um conjunto menor de telhados de duas águas a verter para a frente-fundo. Quando as edificações estão implantadas em terrenos nivelados, os gabaritos são mais constantes, ao contrário das edificações implantadas em locais desnivelados nos quais se observa maior inconstância dos gabaritos. Considera-se que os terrenos desnivelados contribuem de forma determinante para a presença das empenas, sendo a sua visibilidade reforçada pela inconstância dos gabaritos. (fonte: BNP. Disponível em: < <http://catalogo.bnportugal.pt/>>. Acesso em 30 abr. 2017).

No período oitocentista, a que Fernandes (1999) se refere como Porto Liberal, os modelos da arquitetura civil portuense mantêm a antiga tradição do lote estreito e profundo com a edificação alinhada sobre a via. No entanto, entre as inovações na tipologia edilícia destacam-se a introdução de edificações com tipologia monofuncional destinadas apenas ao habitar, bem como as alterações na organização e introdução de novos espaços interiores e exteriores. À época, além de se manter a tradição em construir edificações polifuncionais que mantêm no pavimento térreo o comércio e nos superiores a habitação (OLIVEIRA; GALHANO, 2003), é introduzido um novo género de edificações destinadas apenas ao habitar.

Esse género de sobrados apresentam duas soluções distintas, uma em que os sobrados têm dois a quatro pavimentos, com duas frentes e paredes de meiação, e uma outra em sobrados de gosto neopalladiano, comumente conhecidos por palacetes, com quatro frentes e implantados em lotes de maiores dimensões (FERNANDES, 1999).

De acordo com Fernandes (1999), a primeira solução deste género de edifícios monofuncionais localiza-se no semicírculo formado em torno da Cerca Nova, admitindo-se corresponder ao processo de consolidação urbana das estratégias de expansão urbana almadina do século anterior. Nesta solução os lotes têm uma configuração retangular com uma testada entre 5,5m a 6,0m e os edifícios tem profundidades que podem variar entre os 15,0m e os 20,0m. Quanto ao restante das inovações destacam-se: (1) aumento dos pés-direitos, (2) introdução de instalações sanitárias nas fachadas posteriores, (3) a posição da cozinha deixa de ser no último pavimento ou sótão, passando para o primeiro pavimento, e (4) a introdução de quintais destinados a jardim ou pomar, passando a cozinha a ter uma relação direta com o espaço exterior do lote. Segundo Fernandes (1999), o interesse pelos quintais urbanos estava associado à influência da colônia inglesa do Porto.



Figura 36 | Vista do Porto na direção do Carmo e dos Clérigos. Fotografia de Frederick William Flower [1849-1859]. Em primeiro plano uma empena de oitão revestida com telha cerâmica capa-canal, com a silhueta da cidade marcada pela Torre dos Clérigos. (fonte: Museu do Chiado, 1994, p.69.)

Segundo Oliveira e Galhano (2003), é a partir do século XIX que surgem os telhados de duas águas orientados para a rua-quintal, apresentando as suas

empenas laterais com coroamento angular e terminando na fachada principal prevalentemente com platibanda (ver figura 36). Os autores referem ainda que, por vezes, essas empenas laterais ou oitões eram bastante elevadas. As platibandas são introduzidas em meados do século XIX e tornam-se prática corrente a partir da última década do mesmo século. De acordo com os autores, a configuração desses telhados permitia o aproveitamento dos sótãos sem aumento das paredes das fachadas principal e posterior. O aproveitamento era feito através da introdução de águas-furtadas, mirantes ou pisos suplementares, revestidos em telha, ardósia ou chapa (OLIVEIRA; GALHANO, 2003). Entre os pisos suplementares havia dois modelos, os que se apresentavam recuados em relação ao plano vertical das fachadas principais e os que estavam alinhados.

Acredita-se que estas soluções construtivas contribuíram para o enriquecimento da visibilidade das empenas devido a duas circunstâncias. A primeira é que essas intervenções, sobretudo na introdução dos pisos suplementares, representavam um aumento volumétrico efetivo das paredes dos limites laterais dos edifícios, e a segunda é que sendo essas iniciativas de natureza individual, não era garantido que os edifícios vizinhos também aumentassem e colmatassem as empenas.

Segundo Teixeira (2004), a execução dos telhados de duas águas pode dever-se à introdução da telha plana com encaixes, permitindo vertentes mais prolongadas (figura 36). Considera-se que este argumento poderá ter validade no contexto português, mas se for transposto para a realidade brasileira já não será tão consistente. Os sistemas de cobertura com telhados de duas águas em telha cerâmica capa-canal, com vertentes prolongadas para as ruas e quintais, há muito que eram uma prática em Salvador.

Acredita-se que a introdução dos telhados de duas águas na cidade do Porto possa ter origem nos portugueses regressados do Brasil, que viam nesse sistema um modelo mais adequado às condições encontradas em Portugal. Considera-se que este tema seria merecedor de pesquisas confirmatórias mais aprofundadas. As questões econômicas a que Teixeira (2004) se refere quanto aos custos na elevação das paredes laterais em pedra, poderiam não ser um impeditivo para este novo perfil social enriquecido.

Considera-se assim que a introdução de coberturas compostas por telhados de duas águas com o vértice de cumeeira nas empenas laterais produziu efeitos na

paisagem urbana. A paisagem urbana do Porto passou assim a apresentar várias soluções construtivas de coberturas com influência direta na configuração formal das empenas laterais. As empenas laterais apresentam coroamentos diversos, desde planos a angulares, verificando-se também a existência de coroamentos mistos com partes planas e angulares.

De acordo com Teixeira (2004), as paredes de meiação em alvenaria de granito ou em tabique misto (sistema enxaimel), quando ficavam expostas à intempérie, era comum serem revestidas através de dois sistemas construtivos. Um sistema construtivo era composto por revestimento em telha cerâmica capa-canal e o outro era composto por revestimento em soletos³⁷ de ardósia³⁸, ambos fixos com pregos a um ripado de madeira que, por sua vez, era fixo à parede de suporte e, no caso das telhas cerâmicas, a fixação era complementada com a utilização de argamassa de cal, areia e saibro. Segundo o autor, a partir do século XIX, começa a ser inserida uma camada de asfalto entre a superfície das paredes de meiação e os materiais de revestimento, com o objetivo de assegurar maior grau de impermeabilização. Também no mesmo século é introduzido um novo material de revestimento das empenas, a chapa zincada ondulada, que irá progressivamente substituir os revestimentos em telha cerâmica capa-canal e em soletos de ardósia (TEIXEIRA, 2004).

Na análise documental efetuada no AHMP³⁹, acerca das licenças de obras, verificou-se que até ao final do século XIX, a maioria dos pedidos de licença são quase sempre compostos apenas pelo desenho da fachada confrontante com a via pública. Considera-se que essa evidência manifeste a preocupação em construir-se os edifícios mais concentrados na produção da imagem da cidade em relação às vias, do que nas questões com menor visibilidade, como é o caso das fachadas posteriores e as empenas laterais. Por inferência, acredita-se que no caso das empenas que ficassem expostas e adquirissem visibilidade, as suas superfícies

³⁷ Segundo Segurado (s/d), a origem da palavra soleto pode derivar da "corrupção" da palavra inglesa *slate*, que em português se pronuncia como seleite.

³⁸ De acordo com Segurado (s/d), a ardósia é uma pedra natural da família dos xistos, de estrutura lamelar, podendo separar-se em folhas resistentes, compacto e de cor negra. A sua aplicação mais comum é como material de revestimento de coberturas e de paredes, em peças com dimensões semelhantes às telhas e de espessura fina, popularmente conhecidas como soletos. Segundo o autor as superfícies são planas, havendo um conjunto de vários formatos, desde retangulares simples, a retangulares terminando em arco de círculo, a retangulares terminando em ogiva (ver figura 5) ou terminando em poligonais. Em Portugal, a ardósia encontra-se principalmente em Valongo, no norte do país (SEGURADO, s/d). A cerca de 20km da cidade do Porto, na freguesia de Campo, da cidade de Valongo, ainda hoje são extraídas ardósias das pedreiras, ou louseiras. A indústria de extração da ardósia ou lousa começou em meados do século XIX através de empresas inglesas que exportavam para Inglaterra a matéria-prima.

³⁹ O AHMP é uma instituição da tutela da CMP onde, entre outros acervos, se encontra o acervo dos processos das licenças de obras públicas e privadas do município do Porto, desde que há registro até à década de 30 do século XX.

teriam apenas um tratamento de natureza pragmática, mais preocupado na proteção contra as intempéries e menos preocupado com a sua potencial interferência na composição da paisagem urbana.

A partir do início do século XX, verificou-se que as licenças de obras já eram compostas com mais elementos de instrução, tais como memória descritiva, bem como desenhos das plantas, cortes e fachadas das edificações e, posteriormente, com plantas topográficas. Em função disso, foi possível analisar as licenças de obras nas quais constam trabalhos em empenas laterais. Da análise constatou-se que frequentemente haviam trabalhos de reparação em empenas (ver anexos I e II) e trabalhos de revestimento de empenas em chapa zincada (ver anexo II). Com menor frequência observaram-se trabalhos de impermeabilização com asfalto, aplicação de rebocos e caiação (anexo II), aplicação de revestimentos com telha cerâmica (anexo III) ou ardósia (anexo IV). Observou-se também uma licença de obra para abertura de pequenos vãos de ventilação em empenas.

Tal como em Salvador, o centro histórico do Porto, a partir de meados do século XIX, assistiu a um conjunto de intervenções urbanísticas com o objetivo de melhorar a mobilidade entre as cotas alta e baixa com vias mais largas e monumentais, fruto do processo de industrialização e da revolução dos transportes públicos.

Durante a segunda metade do século XIX, a praia de Miragaia foi aterrada, alterando profundamente a relação da nucleação urbana com a via onde está instalada a nova alfândega (ver figura 37). Essa via, a Rua Nova da Alfândega, estabelece a ligação a nascente com a Rua Nova da cidade intramuros e a poente com a Foz do Douro (FERNANDES; VASCONCELOS, 2002). A ligação com a Rua Nova obrigou à demolição de um conjunto de quadras de matriz medieval. No final do século XIX, foi executada a ponte D. Luís, da autoria de Théophile Seyrig, com tabuleiros de ligação superior e inferior à cidade de Gaia, bem como a abertura da Rua Mouzinho da Silveira (ver figura 37).

Estas estruturas viárias tinham como objetivo estabelecer e melhorar a comunicação entre as cotas alta e baixa da cidade (FERNANDES, 2005). A Rua Mouzinho da Silveira, além da sua importância viária e peatonal, destaca-se pelo seu traçado regular em evidente contraste com a irregularidade dos arruamentos de matriz medieval.

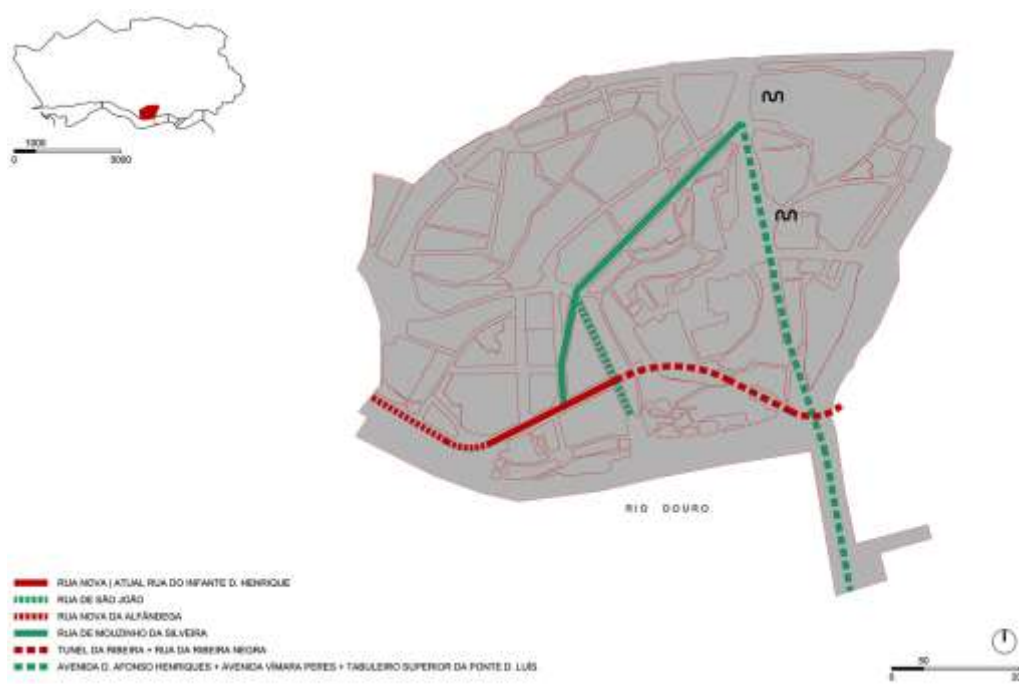


Figura 37 | Mapa geral da cidade do Porto com a indicação do centro histórico do Porto e planta parcial com a área do centro histórico do Porto classificada como monumento nacional, com as principais infraestruturas viárias entre a cota baixa e alta. A vermelho são assinaladas as comunicações à cota baixa (sentido nascente-poente) e a verde assinaladas as comunicações entre as cotas baixa-intermédia-alta (sentido norte-sul). Ilustração realizada pelo autor a partir do mapa com o limite da área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto. (fonte: PORTO VIVO - SRU, 2012, p.11).

De acordo com (FERNANDES; VASCONCELOS, 2002), entre 1915 e 1916 é executada a Avenida dos Aliados, da autoria do arquiteto inglês Barry Parker, criando um amplo espaço público ladeado por edifícios de matriz eclética e rematado por uma edificação onde está sediada até hoje a CMP. Formalmente, a Avenida dos Aliados é um prolongamento da antiga Praça de D. Pedro (atual Praça da Liberdade), onde estava instalada a antiga Casa da Câmara. A antiga praça, localizada no limite norte da Cerca Nova, na ligação entre a Rua dos Clérigos e a Rua de Santo António, conforme se pode observar na figura 33, deu lugar a um espaço público de maiores dimensões como símbolo do poder público municipal. A Praça da Liberdade comunica diretamente com a Rua Mouzinho da Silveira, no cruzamento onde está implantada a atual Estação Ferroviária de São Bento. A construção desta estação ferroviária, executada no final do século XIX, da autoria do arquiteto Marques da Silva, implicou a demolição do antigo Mosteiro de São Bento de Avé Maria (SMITH, 1961; E. FERNANDES, 2010).

A exemplo do que sucedeu na cidade de Salvador, entre o final dos anos 30 e o início dos anos 40 do século XX, foram promovidas um conjunto de intervenções higienistas no Morro da Sé através da demolição de um conjunto de quadras, com o

argumento que essas edificações prejudicavam as vistas e diminuíam a monumentalidade da Catedral (J. FERNANDES, 2010). As intervenções foram promovidas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)⁴⁰, e no local onde foram demolidas as quadras foi introduzido um amplo espaço público, o Terreiro da Sé. Na figura 38, é possível observar, junto à Catedral, as edificações ainda antes de serem demolidas. Considera-se que essa operação descaracterizou a atmosfera medieval, bem como representou uma importante perda documental da história da cidade.



Figura 38 | Vista da paisagem urbana do casario no entorno da Sé, antes das intervenções da DGMEN.

Fotografia Alvão [1920-1950].

É possível constatar a predominância de coberturas com telhados de quatro águas, embora num plano mais aproximado, do lado esquerdo da imagem, seja possível observar uma cobertura com telhado de duas águas sobre a qual é produzida uma empena revestida em telha cerâmica capa-canal. Do lado direito desse sobrado, a uma cota inferior, é possível registrar um sobrado que apresenta as empenas revestidas com telha cerâmica, em que as suas superfícies visíveis são apresentadas pela parte côncava. As características geográficas e a ocupação dos lotes com os edifícios encostados entre si produzem um conjunto de empenas que se mimetizam com as coberturas e fachadas principais. Considera-se que essa “diluição” seja estimulada pelo universo de materiais de revestimento, entre os quais a telha cerâmica capa-canal, os soletos de ardósia, as chapas zincadas onduladas, as alvenarias de granito e os rebocos.

(fonte: CPF. Cota PT-CPF-ALV-004752)

Entre meados dos anos 40 e 50, na cota baixa foi executado um túnel rodoviário, permitindo a ligação entre a Rua do Infante D. Henrique (a antiga Rua Nova) e a ligação inferior da ponte D. Luís com a cidade de Gaia (ver figura 37). Esta

⁴⁰ A DGEMN, de acordo com Cardoso e Santos (2013), foi criada em 1929 já depois de instalada a Ditadura Militar de 1926. A sua criação tinha como objetivos, entre outros, projetar, executar e fiscalizar as obras de conservação e restauro de monumentos nacionais. Durante a vigência do Estado Novo implementou uma política de intervenções patrimoniais (CARDOSO; SANTOS, 2013), sendo oficialmente extinta em 2007.

operação urbanística implicou a demolição de algumas edificações à cota baixa da cidade.

No mesmo período, foi executada a abertura da Avenida D. Afonso Henriques e da Avenida Vímara Peres, criando um eixo viário entre a Estação de São Bento (à cota intermédia) com o tabuleiro superior da ponte D. Luís (à cota alta), conforme figura 37. A abertura da Avenida D. Afonso Henriques, além da demolição de um conjunto significativo de quadras da antiga nucleação intramuros, implicou um corte no maciço granítico do Morro da Cividade (PORTO VIVO - SRU, 2012).

Considera-se que, tal como sucedeu com as intervenções higienistas junto à Sé do Porto, esta intervenção foi gravosa, quer do ponto de vista do património cultural que foi irremediavelmente perdido, quer do ponto de vista da alteração da atmosfera típica das vias estreitas e irregulares, testemunho das influências de matriz medieval. Dessa forma, acredita-se que Avenida D. Afonso Henriques apresenta-se como um corte físico nesse traçado, como uma interrupção da malha urbana da antiga cidade intramuros, que era estabelecida por quadras irregulares com pequenos lotes densamente ocupados e estreitas vias.

Atualmente, o limite nascente da Avenida apresenta o maciço rochoso do antigo Morro da Cividade, enquanto o limite poente apresenta também parte do maciço rochoso delimitado pela Rua do Corpo da Guarda e o alinhamento de edifícios de traçado e volumetrias irregulares, contrastando com a regularidade do traçado da Avenida (ver figura 39). Essas fachadas, anteriormente consolidadas e inseridas no traçado irregular da antiga cidade intramuros, revelam um protagonismo urbano que apenas reforça a tensão provocada pelo corte do Morro. Esse protagonismo, devido à topografia acidentada e à inconstância dos gabaritos das edificações revela um conjunto diversificado de empenas, com múltiplas formas e materiais de revestimento.

Considera-se que o conjunto das intervenções urbanísticas descritas, nomeadamente a execução da Rua Mouzinho da Silveira e a Avenida D. Afonso Henriques, introduziram perspectivas em escala monumental no centro histórico, em contraste com os traçados irregulares e estreitos de influência medieval (ver figuras 39 e 40).



Figura 39 | Vista da Avenida D. Afonso Henriques a partir da Estação Ferroviária de São Bento, com enquadramento do Morro da Sé e da Catedral. A Avenida D. Afonso Henriques desenvolve-se do canto inferior direito para a esquerda da imagem. Ao centro da imagem encontra-se a Rua do Corpo da Guarda de traçado irregular. A esquerda dessa rua observa-se parte do maciço rochoso do antigo Morro da Cividade e à direita da rua, os edifícios das quadras que foram preservadas (foto do autor, ago./2016).

A paisagem urbana, obtida através de lugares privilegiados de observação, evidencia as relações entre as edificações dos traçados urbanos mais recentes e os mais antigos. As empenas laterais dos traçados mais recentes e regulares sugerem um efeito perspectivo mais ordenado e organizado em planos paralelos, conforme se pode observar na figura 40, ao invés das empenas dos traçados mais antigos e irregulares que sugerem um efeito perspectivo mais difuso e diagonal, tal como se pode observar na figura 38. Por sua vez, acredita-se que a figura 39 evidencie esse contraste entre os traçados regulares mais recentes e os traçados irregulares da antiga cidade intramuros.

Já na década de 70, a constituição de um organismo de reabilitação urbana, o CRUARB, favoreceu uma considerável melhoria das condições de uma parte significativa do parque habitacional e da qualidade e conforto do espaço público do centro histórico. Inicialmente circunscrito apenas às áreas da Ribeira e Barredo (à cota baixa da cidade, na freguesia de São Nicolau), rapidamente alarga o seu âmbito, ampliando as suas intervenções a outras áreas: na freguesia da Sé com o projeto-piloto do bairro da Sé (à cota alta), na freguesia de Miragaia com a Operação

Miragaia (à cota baixa), e na freguesia da Vitória com a Operação Vitória (à cota alta) (PINTO; SANTOS, 2010).



Figura 40 | Vista da Rua Mouzinho da Silveira em direção à Estação de São Bento. A escala e regularidade da via atribui uma monumentalidade que contrasta com os traçados irregulares e estreitos de influência medieval. A regularidade da via e a falta de constância dos gabaritos dos edifícios produzem uma sequência de empenas que se organizam em planos paralelos entre si. (fonte: New Oporto Apartments. Disponível em: <<https://www.hoteis.com/ho-635083/new-oporto-apartments-mouzinho-porto-portugal/>>. Acesso em 15 jul. 2017)

Entre as obras analisadas na publicação do CRUARB relativa aos 25 anos de intervenções de reabilitação urbana sobre a sua tutela, pode-se observar um quadro alargado de materiais e cores utilizados nos revestimentos das empenas. Entre os materiais e sistemas construtivos observados registram-se revestimentos de empenas com soletos de ardósia, telha cerâmica capa-canal, chapas zincadas onduladas regularmente pintadas em tons de vermelho-escuro, argamassas de recobrimento das alvenarias de granito pintadas frequentemente em tons amarelos e, por vezes, em tons rosa, havendo empenas sem qualquer tipo de revestimento, apresentando-se em alvenaria de granito aparente. De acordo com o arquiteto António Moura, responsável por um conjunto significativo de projetos de reabilitação urbana no centro histórico do Porto, inseridos nas ações do CRUARB, na elaboração dos seus projetos havia a utilização de um manual, elaborado por si, ao qual dedicava atenção ao revestimento das empenas laterais. Segundo o autor, no seu trabalho de pesquisa histórica, os três revestimentos mais tradicionais seriam a telha cerâmica capa-canal, cuja permanência seria a mais antiga e, posteriormente, os soletos de ardósia e a chapa zincada ondulada (ver anexo V). Assim, em várias das suas obras, registra-se o retomar da telha cerâmica capa-canal como material

de revestimento de empenas laterais, sistema construtivo que outrora era tradicional no centro histórico do Porto. Entre os exemplares encontrados, registra-se um conjunto significativo de sobrados na área da Ribeira-Barredo, que apresentam as empenas revestidas em telha cerâmica, conforme se pode observar nas figuras 41 e 42, na Rua Francisco S. Francisco de Borja.

Conforme descrito anteriormente, a partir do século XIX o revestimento de empenas laterais em telha cerâmica capa-canal foi sendo progressivamente substituído por revestimentos em chapas zincadas onduladas, em parte devido à sua rapidez e facilidade de execução, mas também devido à redução dos custos com a mão-de-obra e da menor necessidade de manutenção. Considera-se assim relevante a estratégia das ações do CRUARB no retomar de um sistema construtivo tradicional, no resgatar dos valores culturais. Considera-se importante salientar que, ao contrário do que se pode observar nos registros iconográficos do século XIX (figura 38) e em demais empenas laterais revestidas em telha cerâmica capa-canal (figura 31), cuja composição era estabelecida pela colocação das telhas ao alto e dispostas apenas com a parte côncava orientada para o exterior e juntas verticais entre as telhas preenchidas com argamassas, nas intervenções do CRUARB as empenas revestidas em telha cerâmica, passam a evidenciar ambas as partes côncava e convexa das telhas, formando fiadas verticais sem a presença de argamassas, à semelhança da intervenção na Escola do Mestre Pastinha no centro histórico de Salvador (figura 24).

No que diz respeito às cores, tema de importância crucial nas estratégias de conservação e restauro do patrimônio, não se encontrou bibliografia específica acerca do tema na cidade do Porto. Segundo Aguiar (2002), a cor do território era a base da cor das culturas tradicionais, na medida em que seria a manifestação cromática dos materiais disponíveis. A pintura ordinária dos edifícios seria através dos pigmentos provenientes das terras no entorno das cidades, conferindo-lhes assim o caráter do lugar através da sua cultura cromática (AGUIAR, 2002). O autor menciona um documento espanhol do século XVII⁴¹, que faz referências a produtos de pintura portugueses, nomeadamente à qualidade dos brancos obtidos através de cal, bem como dos ocres claros e escuros.

⁴¹ "El arte de la pintura, su antigüedad y grandeza" de Francisco de Pacheco, de 1649 (AGUIAR, 2002, p.289).



Figura 41 | Fotografias das obras de beneficiação do Barredo. CMP [1968].
(fonte: AHMP. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/284084/?q=CAIS+DA+RIBEIRA>>. Acesso em 2 nov. 2016).



Figura 42 | Vista atual da Rua S. Francisco de Borja na Ribeira-Barredo, após as intervenções do CRUARB, com um conjunto de empenas laterais orientadas a poente. É possível registrar a manutenção dos materiais de revestimento no conjunto de empenas do lado esquerdo, entre os quais os soletos de ardósia. No mesmo conjunto é possível observar uma empena em granito sem qualquer material de revestimento. Na parte central do conjunto edificado destaca-se o revestimento de uma empena em telha cerâmica capa-canal, que anteriormente era em granito aparente. Outro aspecto que é importante realçar é relativo ao sistema construtivo de aplicação das telhas. Ao contrário do que se pode observar nos registos iconográficos do século XIX, as superfícies visíveis das telhas são compostas pelas partes côncava e convexa, formando fiadas verticais sem a presença de argamassas. (foto do autor, dez./2016)

De acordo com Appleton (2003, p.60), no seu estudo sobre reabilitação de edifícios antigos em Portugal, o acabamento mais comum nas paredes exteriores de edifícios antigos seria a caiação a branco ou tinta de cal com cores obtidas através da adição de pigmentos ou corantes naturais. Segundo o autor, além do branco as cores mais correntes seriam o ocre e o rosa, alcançados através da adição de óxidos de ferro e o azul.

A partir da década de 40 do século XX, as intervenções da DGEMN em conjuntos urbanos antigos defendiam a aplicação generalizada da cor branca, com o argumento da uniformização da imagem urbana (CARDOSO; SANTOS, 2013). Nesse sentido, o branco torna-se a cor de referência para cidades como Lisboa e para todo o sul de Portugal (AGUIAR, 2002, p.326). De acordo com o autor, partindo desses pressupostos higienistas, o branco torna-se a cor para o histórico e o não-histórico.

As intervenções mais significativas da DGEMN no centro histórico do Porto foram na Catedral e no respectivo entorno, bem como na intervenção em um edifício habitacional da Rua da Alfândega Velha. Assim sendo, depreende-se que a estratégia da uniformização da cor branca por parte da DGEMN, não terá tido um resultado consolidado no centro histórico do Porto.

Segundo o arquiteto António Moura, as argamassas dos revestimentos exteriores das edificações do centro histórico do Porto seriam predominantemente em tons amarelo-ocre, enquanto as edificações nos cantos das quadras seriam em tons óxido-de-ferro, como elementos de marcação espacial. Essa teoria é fundamentada através de amostras que foram coletadas nas suas obras, preferencialmente junto aos beirais, em áreas menos degradadas pela ação dos agentes naturais e químicos.

De acordo com o autor, a primeira camada de argamassa de recobrimento das alvenarias era, predominantemente, pintada de amarelo-ocre. Nesse sentido, depreende-se que as empenas laterais, nos casos em que eram revestidas com argamassas de cal e areia em continuidade com o revestimento das fachadas principais, apresentariam a mesma carta cromática, admitindo-se assim a possibilidade da presença dos amarelo-ocre e óxido-de-ferro em empenas laterais.

Atualmente, por observação direta em visitas ao local, foi possível registrar, entre outros exemplares, uma empena na Rua Mouzinho da Silveira com cor em tom verde-escuro, em continuidade com a mesma cor utilizada na fachada principal.

Considera-se que a utilização de cores inovadoras no contexto do centro histórico do Porto possa contribuir para uma prática descontextualizada da cultura cromática da cidade histórica.

No século presente, assiste-se a ações de requalificação dos espaços públicos do centro histórico por parte da CMP e do Estado Português, através da Sociedade Porto 2001 (Porto 2001)⁴² e da Porto Vivo - SRU⁴³.

As intervenções da Porto 2001 no centro histórico do Porto foram, predominantemente, em ações de requalificação do espaço público. Além das intervenções no espaço público, salienta-se a execução do Funicular dos Guindais, semelhante ao Plano Inclinado Gonçalves, infraestrutura urbana que liga a cota alta à cota baixa da cidade.

Entre as intervenções coordenadas pela Porto Vivo - SRU, salientam-se duas ações inseridas no Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Patrimônio Mundial da Humanidade: (1) o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé_CH.1, e (2) o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores_CH.2. Acredita-se que essas intervenções, predominantemente orientadas para a requalificação urbana, contribuíram para a melhoria dos espaços públicos e da mobilidade urbana no centro histórico.

A partir do século XXI e com maior intensidade nos anos mais recentes, o centro histórico tem assistido a um intensivo processo de reabilitação urbana. De acordo com os regulamentos urbanísticos atuais, quer de âmbito geral, quer de âmbito específico, as obras de intervenção em edifícios existentes em áreas de reabilitação urbana, dependendo do tipo de operação urbanística, poderão não obedecer a um conjunto de disposições para melhoria do seu conforto ambiental⁴⁴.

⁴² A Sociedade Porto 2001, constituída por capitais públicos, foi a entidade responsável pela implementação do programa Polis no município do Porto, que teve início formal em 15 de Maio de 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000 - RCM), prolongando-se até ao ano de 2006. Os pressupostos consistiram na requalificação do espaço/edifícios públicos, na revitalização do comércio/serviços, na revitalização do parque habitacional e na reformulação da mobilidade, com a criação de quatro áreas de intervenção: o Percurso da Água (Parque urbano na área ocidental da cidade), o Porto Moderno e Contemporâneo (na Boavista), os Caminhos do Romântico (na freguesia de Massarelos, a poente do centro Histórico) e o Porto Histórico e Monumental (no centro histórico e no seu entorno imediato). Paralelamente, uma das responsabilidades da Porto 2001 foi a requalificação urbana, no âmbito da organização da cidade do Porto como capital europeia da cultura em 2001 (PINTO; SANTOS, 2010). De acordo com as autoras, as intervenções de requalificação urbana no centro histórico e no seu entorno imediato foram na área da Batalha (limite nordeste da antiga cerca nova), no eixo Bonjardim-Santa Catarina, no eixo Cedofeita-Mártires da Liberdade-Almada e nas Avenidas dos Aliados e D. Afonso Henriques.

⁴³ A Porto Vivo - SRU teve início formal em 27 de novembro de 2004, sendo constituída por capitais públicos. Além da missão de promover a reabilitação urbana na ACRRU do Porto (ver figura 7), compete à Porto Vivo - SRU o controlo prévio das operações urbanísticas dentro da área inscrita na lista de património mundial da UNESCO. Em 2008 elaborou um plano de gestão com a definição do seu âmbito, das suas responsabilidades e objetivos. Em 2012 elaborou um documento estratégico com a poligonal da área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto. Entre as suas ações estão compreendidas, entre outras, intervenções de reabilitação do património construído e requalificação de espaços públicos.

⁴⁴ O Decreto-Lei nº53/2014, de 8 de abril, é uma lei geral que estabelece o regime de exceção e temporário à reabilitação urbana em operações urbanísticas em edifícios com mais de 30 anos ou inseridos em áreas de reabilitação urbana. O ponto 1 do art.º 6 refere que: "As operações urbanísticas identificadas no n.º 2 do artigo 2.º estão dispensadas do cumprimento dos

No entanto, nas operações urbanísticas em que haja essa exigência legal, nomeadamente nas intervenções que impliquem alterações estruturais, bem como de fachadas ou gabaritos, e sempre que não seja possível resolver através da face interior das paredes exteriores, poderão ser admitidos sistemas construtivos compostos por revestimentos nas empenas laterais com o objetivo de assegurar uma isolação que cumpra os requisitos mínimos regulamentares.

De acordo com Appleton (2003, p.215-221), existem várias soluções construtivas para a isolação das empenas. Uma das soluções é através da aplicação de material isolante térmico⁴⁵ no espaço de ar entre os materiais de revestimento (ex: soletos de ardósia, chapas zincadas onduladas) e as paredes estruturais. Quando não são aplicados revestimentos independentes das paredes estruturais, podem aplicar-se rebocos leves isolantes, compostos por argamassas às quais são adicionados inertes de poliestireno e cortiça. Uma última solução, utilizada com frequência, é a aplicação de um sistema com elevada capacidade de impermeabilização e isolação, designado como sistema ETICS⁴⁶.

Considera-se que este sistema atribui uma aparência áspera e plana às superfícies, contrastando com a textura aveludada e com pequenas deformações das argamassas tradicionais. Embora se revele como um sistema de isolação extremamente eficiente, as suas superfícies transmitem uma aparência de perfeição, homogeneidade e monotonia que contraria a aparência das edificações que testemunham um modo tradicional de se fazer cidade, com as suas superfícies plenas de pequenas irregularidades e “imperfeições” que, sobre a influência da radiação solar, produzem efeitos de sombra e reflexos únicos, conforme é possível constatar em algumas das empenas da figura 43.

Ao observar-se a figura 43, verifica-se um contraste entre a empena revestida e pintada à cor amarelo e as demais empenas. O tratamento da superfície da empena pintada à cor amarelo, com uma aparência plana e dura, destaca-se pelo

requisitos mínimos de eficiência energética e qualidade térmica, nas situações em que existam incompatibilidades de ordem técnica, funcional ou de valor arquitetónico, desde que justificadas mediante termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto.”

As operações urbanísticas identificadas no n.º 2 do artigo 2.º são: a_ obras de conservação; b_ obras de alteração; c_ obras de reconstrução; d_ obras de construção ou de ampliação, na medida em que sejam condicionadas por circunstâncias preexistentes que impossibilitem o cumprimento da legislação técnica aplicável, desde que não ultrapassem os alinhamentos e a cêrcea superior das edificações confinantes mais elevadas e não agravem as condições de salubridade ou segurança de outras edificações; e_ alterações de utilização.

⁴⁵ Entre os materiais isolantes térmicos mais comuns estão o poliestireno expandido (placas de isopor), o poliestireno extrudado e poliuretano projetado.

⁴⁶ O sistema ETICS (External Thermal Insulation Composite Systems) é um sistema patenteado composto por placas rígidas de poliestireno expandido ou extrudado, revestidas por finas camadas de argamassas delgadas, armadas com rede de fibra de vidro (PRIMO, 2008).

seu caráter de novidade, em contraste com a aparência perene do restante das empenas laterais, sejam elas revestidas com soletos de ardósia, chapa zincada ondulada ou argamassas pintadas de branco.



Figura 43 | Casario entre a Rua da Vitória e a Rua de Belmonte, na divisa entre a Vitória (cota alta) e São Nicolau (cota baixa), com um conjunto de empenas orientadas a nascente apresentando vários formatos e materiais de revestimento. Destaca-se a empena que apresenta argamassas descoladas do suporte evidenciando o negro da camada de asfalto de impermeabilização e a empena revestida e pintada à cor amarelo, revelando uma superfície plana e dura. (foto realizada pelo autor, ago./2016)

Em suma, o centro histórico do Porto, tal como em Salvador, desenvolve-se em duas cotas, alta e baixa. No entanto, a sua expansão urbana corresponde num primeiro momento a um desenvolvimento centrífugo da cidade medieval dentro da cerca nova e, num segundo momento, através de um desenvolvimento radioconcêntrico das áreas de expansão urbana extramuros. Ao contrário de Salvador, a diferença entre as duas cotas não é produzida por uma falha geológica, mas sim por dois morros e um vale na margem direita do Rio Douro. Durante séculos, o centro da cidade assistiu a processos de parcelamento e ocupação do solo distintos, sobretudo na forma das quadras, das vias e dos lotes, bem como assistiu a diferentes modelos de tipologia edilícia que foram sendo introduzidos desde a habitação mercantil até à habitação liberal (FERNANDES, 1999).

No entanto, o alinhamento das construções sobre as vias, a forma como as edificações se encostam sucessivamente umas às outras e a adaptabilidade às características dos terrenos, mantêm-se como fatores preponderantes na composição da sua paisagem urbana. No caso da cidade do Porto, a utilização prevalente de telhados de quatro águas em relação aos de duas águas e o aproveitamento dos telhados das coberturas para instalação de mirantes e pisos suplementares, quer recuados, quer alinhados em relação à fachada principal, são determinantes para as formas das empenas laterais. A utilização do granito aparente, quer de forma intencional, quer de forma acidental por perda de consistência dos materiais de revestimento, bem como a utilização de argamassas pintadas prevalentemente em tons amarelos, de soletos de ardósia, de chapas zincadas onduladas à cor natural (cinzento) e pintadas prevalentemente em tons vermelhos, a telha cerâmica capa-canal e, mais recentemente, o sistema ETICS, como revestimentos das paredes de meação, caracterizam a heterogeneidade do tratamento das superfícies das empenas laterais dos edifícios representativos da arquitetura civil do centro histórico do Porto.

2.5 TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DE SALVADOR E DO PORTO E SUA INFLUÊNCIA NAS EMPENAS LATERAIS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Do estudo sobre as transformações urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto, considera-se que as duas permanências urbanas apresentam especificidades únicas e exclusivas, tornando os dois espaços urbanos distintos. No entanto, foi possível constatar um conjunto de características semelhantes que aproximam Salvador e o Porto.

Entre os aspectos que aproximam as duas áreas objeto de estudo, salientam-se as topografias acentuadamente desniveladas nas quais estão implantadas, dando origem a duas permanências urbanas em cotas distintas: a alta e a baixa. Outra semelhança entre os dois contextos urbanos é relativa ao parcelamento e ocupação urbana, com as edificações alinhadas sobre as vias, sejam elas planas ou desniveladas, adaptando-se assim às características do terreno. Acresce a este conjunto de características compostas pelo parcelamento, ocupação, alinhamento e adaptabilidade, o fato das edificações surgirem encostadas entre si sem qualquer

critério de uniformização dos gabaritos, evidenciando a antiga tradição portuguesa em fazer cidade. No caso da cidade do Porto, a falta de constância dos gabaritos é descrita por Oliveira e Galhano (2003) como “antinomia⁴⁷ estreme e exclusiva”, referindo-se à aparente desordem da sua paisagem urbana.

Entre os aspectos que evidenciam diferenças destaca-se a transformação urbana dos seus núcleos originais. No caso de Salvador, a transformação e expansão urbana ocorreu através de um eixo unidirecional (CEAB, 1979, p.30), e no caso do Porto ocorreu numa primeira fase através de um processo de expansão urbana centrífugo e, numa segunda fase, através de um desenvolvimento radioconcêntrico (FERRÃO, 1997). Outro aspecto que as distingue é relativo ao traçado das vias. No centro histórico de Salvador constata-se que o traçado é tendencialmente regular, ao contrário do centro histórico do Porto, em que se verifica um traçado mais irregular e com largura reduzida das vias, resultado de uma matriz de influência medieval em fazer cidade. Após intervenções urbanas pontuais com vias tendencialmente regulares, só na fase de expansão radioconcêntrica do Porto é que se adotou efetivamente um modelo de regularidade (ver figura 32), mas que nunca chegou a ter um resultado semelhante a Salvador. As edificações do centro histórico do Porto, devido ao traçado das vias, parcelamento e ocupação dos lotes, compõem uma nucleação com maior densidade construtiva com vias mais sinuosas e estreitas, ao contrário do centro histórico de Salvador, cujas vias são mais regulares e amplas.

Considera-se que outra característica que difere as duas permanências urbanas é relativa às edificações do centro histórico do Porto terem, prevalentemente, gabaritos maiores que as de Salvador.

Acredita-se que outro aspecto que distingue os dois centros históricos é relativo ao sistema construtivo das coberturas, que no caso de Salvador são regularmente compostas por telhados de duas águas a encaminhar as águas para a rua-quintal, enquanto no Porto o sistema de coberturas é, predominantemente, composto por telhados com quatro ou mais águas. No caso do Porto, essa solução construtiva implica o encaminhamento das águas pluviais das águas-mestras para as paredes laterais, havendo necessidade de introduzir calhas para drenagem das águas das chuvas, a fim de se evitar que as águas vertam sobre os telhados vizinhos ou fiquem depositadas entre as vertentes ou empenas adjacentes.

⁴⁷ Contradição de princípios, ideias ou leis (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).

Segundo Teixeira (2004, p.167), na sua obra acerca do sistema construtivo da casa burguesa do Porto, a drenagem horizontal das calhas nas paredes de meiação poderia ter sido executada através de telhas caleiras ou romanas⁴⁸. O autor defende esse argumento mencionando a sua evidência em alguma arquitetura tradicional sem, no entanto, apresentar exemplos. A partir de meados do século XIX, as telhas cerâmicas aplicadas nas calhas começam a ser substituídas por chapa zincada (TEIXEIRA, 2004). Conforme descrito anteriormente, será a partir do século XIX que se assiste à introdução dos telhados de duas águas na cidade do Porto, com as suas vertentes orientadas para a frente-fundo (OLIVEIRA; GALHANO, 2013).

Considera-se que o conjunto das características anteriormente descritas torna as duas morfologias urbanas únicas e exclusivas. No entanto, a visibilidade e protagonismo das empenas laterais nos dois centros históricos é, por si só, uma especificidade que ambos partilham. Acredita-se assim que a própria visibilidade das empenas laterais aproxima os dois contextos urbanos. Da análise efetuada depreende-se que a visibilidade das empenas laterais é estabelecida sobretudo pelas topografias acidentadas de Salvador e do Porto, bem como pela falta de constância dos gabaritos das edificações. No entanto, considera-se que a visibilidade e protagonismo das empenas, além de resultar dos fatores previamente descritos, decorre de uma expansão urbana mais preocupada com os traçados das vias e a relação das fachadas principais com os logradouros públicos e menos concentrada na totalidade urbana⁴⁹.

Paradoxalmente, considera-se que as empenas laterais acabam por contribuir para a diferença entre as duas paisagens urbanas. Formalmente, as empenas laterais de Salvador, devido à predominância de coberturas com telhados de duas águas com vertentes para a via-quintal, apresentam majoritariamente um coroamento angular, enquanto no Porto, embora se verifique um número significativo de empenas com coroamento angular, devido à introdução de coberturas com telhados de duas águas a partir do século XIX, a prevalência de coberturas com telhados de quatro águas faz com que predominem empenas laterais com uma

⁴⁸ A telha caleira ou romana a que Teixeira (2004) se refere apresenta as mesmas características físicas da telha cerâmica capa-canal.

⁴⁹ Acredita-se que os proprietários ou famílias, no momento da construção da sua edificação, estariam mais preocupados com as questões económicas da sua habitação do que na importância da sua edificação na composição da paisagem urbana. Considera-se que se o legislador orientava as disposições urbanísticas apenas em relação aos alinhamentos e traçados das vias, seria natural que as fachadas posteriores e laterais, bem como os gabaritos das edificações acabassem por obedecer a critérios de natureza económica e pragmática de cada proprietário ou família.

configuração frequentemente retangular resultando num coroamento plano ou tendencialmente plano.

Em Salvador, os materiais de revestimento observados são reduzidos, sendo as superfícies das empenas regulamente lisas e, em número menos significativo, verificam-se empenas texturizadas revestidas em telha cerâmica capa-canal. No Porto, constata-se um número mais significativo de materiais de revestimentos, tais como argamassas, soletos de ardósia, chapas zincadas onduladas e telha cerâmica capa-canal e, por essa razão, as superfícies são majoritariamente texturizadas.

Em meio às idiossincrasias de cada cidade, salienta-se a utilização de uma técnica construtiva que ainda hoje as aproxima: o revestimento das empenas em telha cerâmica capa-canal. Conforme descrito previamente na subseção anterior, o sistema construtivo deste revestimento é composto por fiadas de telhas fixas à parede de suporte, dispostas com o seu lado maior paralelo ao plano vertical da fachada principal, sobrepondo-se umas sobre as outras, quer no sentido horizontal, quer no vertical. No entanto, da análise efetuada depreende-se que em Salvador e no Porto, as empenas laterais revestidas em telha cerâmica apresentam diferenças entre si, conforme as figuras 44 a 49.

Em Salvador foram registrados dois sistemas construtivos semelhantes, mas pelo fato de apresentarem pequenas diferenças considera-se importante realçar. Um conjunto de empenas revestidas em telha cerâmica evidencia uma solução construtiva que apresenta a parte convexa das telhas orientada para o exterior e as juntas verticais entre telhas a serem preenchidas com argamassa, conforme a figura 44. Entre os sobrados que apresentam esta solução foram registrados, entre outros, dois na antiga Rua das Laranjeiras e um na Rua Direita de Santo Antônio (ver figuras 4 e 19). Outro conjunto de empenas revestidas em telha cerâmica evidencia uma solução construtiva composta pela sobreposição de telhas em fiadas côncavas e convexas e sem argamassas entre as fiadas das telhas, conforme a figura 46. Essa solução construtiva verifica-se, entre outras, em empenas laterais na Rua Alfredo de Brito e na Rua J. Castro Rabelo (figura 24). Ainda na cidade de Salvador, foram registradas dentro deste segundo conjunto de empenas uma variante da solução construtiva. A variante é relativa à particularidade das juntas horizontais das telhas não ser contínua. Essa empena lateral foi observada em um sobrado na Rua do Passo.

Considera-se que as várias soluções construtivas, de forma generalizada, apresentam um quadro coerente entre si, revelando apenas pequenas diferenças nas texturas. Acredita-se que a introdução do sistema construtivo com as duas fiadas sobrepostas (figura 46), além de garantir maior grau de proteção, diminui a necessidade de manutenção do sistema.

SALVADOR

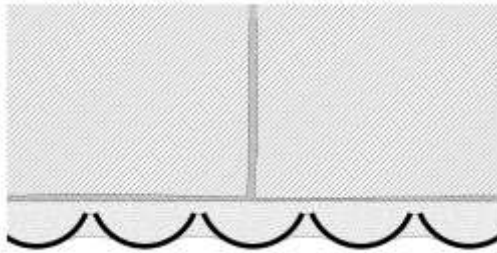


Figura 44 | Detalhamento construtivo de empena revestida em telha cerâmica capa-canal, com a parte convexa da telha orientada para o exterior e as juntas entre as telhas preenchidas com argamassa. (desenho do autor)

PORTO

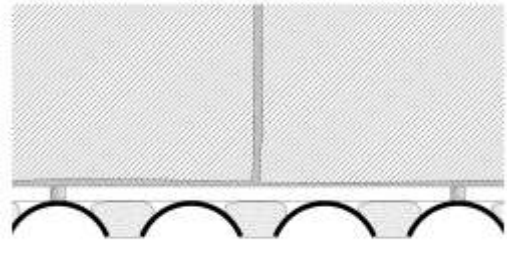


Figura 45 | Detalhamento construtivo de empena revestida em telha cerâmica capa-canal, com a parte côncava da telha orientada para o exterior e as juntas entre as telhas preenchidas com argamassa. (desenho do autor)

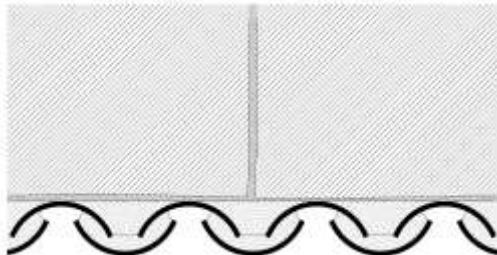


Figura 46 | Detalhamento construtivo de empena revestida em telha cerâmica capa-canal, com sobreposição de telhas em fiadas côncavas e convexas e sem argamassas entre as fiadas das telhas. (desenho do autor)

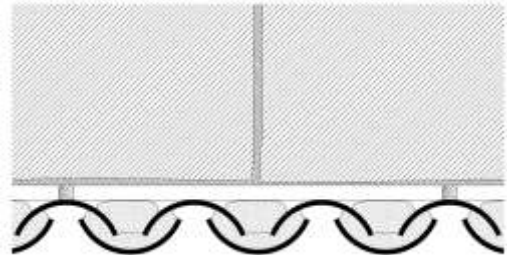


Figura 47 | Detalhamento construtivo de empena revestida em telha cerâmica capa-canal, com sobreposição de telhas em fiadas côncavas e convexas e sem argamassas entre as fiadas das telhas. (desenho do autor)



Figura 48 | Fragmentos com simulação de texturas. Do lado esquerdo a textura é relativa ao detalhamento construtivo da figura 44, e a textura da direita é relativa ao detalhamento construtivo da figura 46. (desenho do autor)



Figura 49 | Fragmentos com simulação de texturas. A textura do lado esquerdo é relativa ao detalhamento construtivo da figura 45, e a textura da direita é relativa ao detalhamento construtivo da figura 47. (desenho do autor)

No caso das empenas laterais revestidas em telha cerâmica no centro histórico do Porto, a exemplo de Salvador, verificam-se dois conjuntos diferentes. No entanto, ao contrário de Salvador, os dois sistemas são significativamente distintos um do outro. Um primeiro conjunto, majoritariamente observado em registros fotográficos da primeira metade do século XX (ver figuras 31 e 38), e por observação

direta em uma empena lateral de um edifício na Rua de Miragaia, que apresenta a parte côncava da telha orientada para o exterior e as juntas verticais entre as telhas preenchidas com argamassa (ver figura 45). O outro conjunto de empenas registrado, à semelhança de Salvador, é composto pela sobreposição de telhas em fiadas côncavas e convexas e sem argamassas entre telhas, conforme a figura 47. Verificou-se que os exemplares observados com essa solução construtiva são, prevalentemente, em edifícios reabilitados pelas ações do CRUARB, conforme a figura 42. No caso da cidade do Porto destaca-se ainda a existência de uma caixa-de-ar entre a parede de suporte e o revestimento em telha cerâmica. A existência da caixa-de-ar, através da montagem de uma estrutura de madeira sobre a qual a telha é fixa, aumenta os índices de conforto ambiental, bem como contribui para a evaporação das umidades. Considera-se que os dois sistemas construtivos verificados no centro histórico do Porto, embora revelem uma diferença significativa, só se manifestam distintos ao observador se a sua relação com as empenas laterais for aproximada, enquanto se a relação for estabelecida através de um enquadramento distante, as duas soluções acabam por apresentar uma aparência semelhante.

Dos exemplares analisados no centro histórico do Porto, quer através de observação direta, quer através de registros iconográficos, depreende-se que as empenas laterais revestidas com a parte côncava da telha orientada para o exterior seja uma tradição construtiva mais remota, enquanto as empenas revestidas com duas fiadas de telhas e as partes côncava e convexa aparentes resulte de uma técnica mais recente. Acredita-se que esta solução aumenta a proteção das empenas em relação às intempéries e diminua a necessidade de manutenção.

Considera-se assim que essa permanência arquitetônica no centro histórico de Salvador, em revestir as empenas laterais com telha cerâmica capa-canal, possa resultar da capacidade de assimilação às condições encontradas no Brasil, pela população oriunda do noroeste de Portugal que povoou Salvador. Acredita-se que a utilização desse sistema construtivo em Salvador possa derivar do fato da população recém-chegada ter encontrado determinados fatores climáticos semelhantes à sua terra de origem. Essa questão será abordada na subseção seguinte.

Com relação às questões climáticas acredita-se haver fatores que contribuem para a distinção entre os dois espaços urbanos, com influência na percepção dos

seus ambientes construídos. A transparência e a intensidade da radiação solar⁵⁰ na cidade de Salvador, associadas aos tons cândidos das fachadas e empenas, produzem um efeito de intensa luminosidade e radiância na sua paisagem urbana. Pelo contrário, na cidade do Porto, a prevalência de fachadas e empenas laterais evidenciando a textura e cor dos seus materiais de revestimento ou de suporte (granito aparente, telha cerâmica capa-canal, ardósia, chapa ondulada pintada), associadas à sua menor radiação solar e transparência⁵¹, contribuem para uma aparência mais robusta e densa da sua paisagem urbana. Ou seja, considera-se que além do fenômeno climático da radiação solar, as capacidades físicas dos elementos arquitetônicos que compõem os centros históricos de Salvador e do Porto, têm influência na absorção ou reflexão da luz natural. Segundo Arnheim (1980), essa capacidade designa-se por luminância ou qualidade refletiva. Nesse sentido, considera-se que o centro histórico de Salvador tem maior grau de luminância que o centro histórico do Porto.

Em suma, embora Salvador e o Porto sejam distintas em um conjunto significativo de características, resultando assim em dois centros históricos únicos, considera-se que a visibilidade e protagonismo das empenas laterais em ambas as suas paisagens urbanas as aproxima. As empenas laterais, além de cooperarem para a figuratividade dos seus espaços urbanos, nos casos em que são revestidas em telha cerâmica capa-canal, evidenciam uma tradição construtiva comum às duas áreas objeto de estudo, sendo o seu valor cultural relevante para a identidade do lugar e para a constituição das suas arquiteturas. Dessa forma, acredita-se que as empenas laterais contribuem para o *genius loci*⁵² dos centros históricos de Salvador e do Porto.

⁵⁰ Segundo Klüppel (2009, p.193), a cidade de Salvador tem uma insolação média aproximadamente de 219,6 horas de sol por mês, equivalente a 7,3 horas diárias.

⁵¹ De acordo com Morais (1944) a cidade do Porto tem uma média anual de 188 dias de nevoeiro, diminuindo assim a intensidade da radiação solar.

⁵² Norberg-Schultz (1980) fala da relação do Homem com o Lugar. Para essa condição estabelecer-se o Homem deve ser capaz de se identificar e orientar nesse ambiente, para assim interpretar e reconhecer o caráter ou espírito do Lugar.

2.6 O REVESTIMENTO DE EMPENAS EM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL E A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA EM SALVADOR E NO NOROESTE DE PORTUGAL

Esta seção tem como objetivo apresentar uma eventual possibilidade sobre a origem e razões para a persistência de um sistema construtivo comum nas duas áreas objeto de estudo: o revestimento de empenas laterais em telha cerâmica capa-canal. De acordo com Amaral et al. (1988 apud KLÜPPEL, 2009, p.279), no seu estudo acerca da arquitetura popular nas regiões das Beiras em Portugal, a existência de empenas revestidas em telha cerâmica seria comum e com elevada eficiência. Para Oliveira e Galhano (2003), a aplicação de telha cerâmica como material de revestimento das paredes exteriores de pisos suplementares e balcões era comum nas regiões do Douro, Minho e Trás-os-Montes. Segundo Klüppel (2009), a utilização das telhas cerâmicas como material de revestimento de empenas em Portugal e no Brasil, tinha como objetivo a proteção das fachadas que estivessem mais sujeitas às chuvas. Nesse sentido, considera-se que a permanência das empenas laterais revestidas em telha cerâmica capa-canal em Salvador e no Porto resulte de uma técnica construtiva cujo objetivo era garantir maior grau de proteção das edificações em relação às intempéries.

De acordo com as pesquisas efetuadas, depreende-se que a tradição em revestir as empenas com telha cerâmica capa-canal era uma técnica construtiva presente na arquitetura popular portuguesa, sobretudo nas regiões do Douro Litoral, Minho, Trás-os-Montes e nas Beiras, sendo possível registrar com maior intensidade a sua permanência no noroeste de Portugal, tal como os exemplos observados na cidade do Porto (ver figuras 31, 36, 38 e 42), Braga (ver figura 14), Esposende (ver figura 50), entre outras. Enquanto isso, até onde foi possível pesquisar acerca da arquitetura popular do sul de Portugal, realçando que essa área geográfica não foi objeto de estudo do presente trabalho, não se encontraram evidências da permanência de empenas revestidas em telha cerâmica.

Com base nesses pressupostos foi feita uma análise da variável meteorológica da precipitação pluviométrica, com o objetivo de avaliar os índices de precipitação de Salvador e do noroeste de Portugal. Enquanto no Brasil foi selecionada apenas uma área geográfica (Salvador - a cidade alvo do presente trabalho no contexto brasileiro), em Portugal foram selecionadas quatro áreas como

forma de exemplificar o contexto que poderá ter dado origem a esta prática comum entre as duas áreas objeto de estudo (quer pela questão da similaridade, quer pelo contraponto). As áreas seleccionadas são: (1) Porto (ponto 01 da figura 51), (2) Braga (Ponto 02 da figura 51), (3) Serra do Gerês (Ponto 03 da figura 51), e (4) Lisboa (Ponto 04 da figura 51). No exemplo de Portugal, a seleção de quatro áreas geográficas, três das quais no noroeste do país (Porto, Braga e Serra do Gerês) e uma no sul (Lisboa), pretendeu evidenciar a diferença entre os índices de precipitação no próprio país, com o objetivo da possibilidade pela qual persiste um sistema construtivo comum em Salvador e no Porto poder ser reforçada.



Figura 50 | Vista da Rua Azevedo Coutinho, freguesia de Fão, cidade de Esposende, região do Minho. No enquadramento urbano registrado realça-se a parte da empena que está revestida em telha cerâmica capa-canal, com a parte côncava das telhas orientada para o exterior. Entre os aspectos singulares deste elemento arquitetónico, destaca-se a pintura da telha-cerâmica, já observada em outros exemplares do século XX (ver figura 14), e a aparente transformação morfológica da empena. Acredita-se que a superfície texturizada corresponda a um estado anterior ao atual, já que a superfície da empena que está revestida em telha cerâmica tem um contorno claro e definido, revelando um coroamento angular em oitão. O restante das superfícies lisas da empena sugerem uma intervenção mais recente, possivelmente provocada pelo aumento do pé-direito do piso suplementar e pela introdução de um pátio sobre o alinhamento da rua que se protege atrás da platibanda. (foto realizada pelo autor, ago./2016)

De acordo com o Atlas Climático Ibérico (2017), é no noroeste peninsular que se registram os maiores índices de precipitação na Península Ibérica e é na região da Serra do Gerês que se registram os valores mais elevados. Por sua vez, quanto

mais a sul da Península Ibérica mais gradativamente inferiores são os índices de precipitação.

Com relação aos fatores climáticos a apresentar, a variável que se pretende comparar é relativa aos valores médios da precipitação acumulados mensal e anualmente (mm), de acordo com as normais climatológicas⁵³, quer no Brasil, quer em Portugal. No Brasil, os dados analisados foram da estação meteorológica de Salvador (Ondina) e em Portugal, os dados foram das estações do Porto (Serra do Pilar), de Braga (Posto Agrário) e de Lisboa (Geofísico).

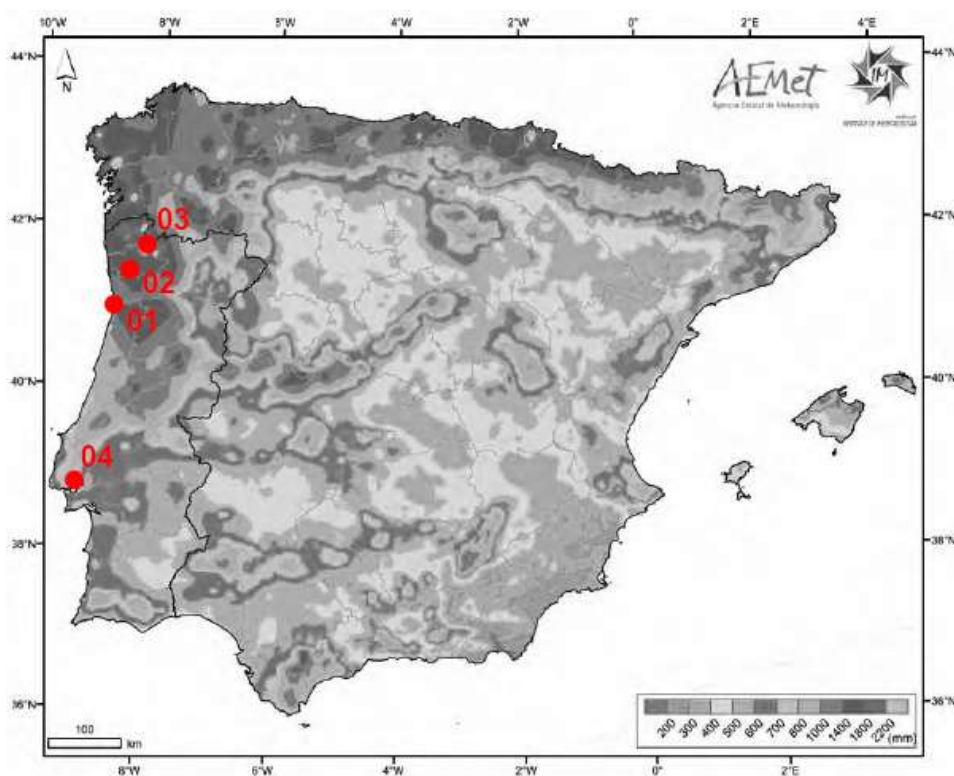


Figura 51 | Mapa com a média da precipitação total na Península Ibérica e Ilhas Baleares (1971-2000):

01) Porto, 02) Braga, 03) Serra do Gerês, e, 04) Lisboa.

(fonte: Departamento de Producción da Agencia Estatal de Meteorologia de España. Departamento de Meteorologia e Clima do Instituto de Meteorologia de Portugal, 2017, p.67)

A análise não pretende alcançar resultados conclusivos, apenas tem como intenção verificar se há indicadores climáticos que possam confirmar algumas semelhanças entre as áreas objeto de estudo. Este exercício tem como objetivo fazer apenas uma comparação, dado que os recortes temporais são distintos: no caso do Brasil o normal climatológico reporta-se ao período de 1961-1990, e em Portugal reporta-se ao período 1971-2000. Seria inapropriado estabelecer resultados

⁵³ De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) define Normais Climatológicas como “valores médios calculados para um período relativamente longo e uniforme, compreendendo no mínimo três décadas consecutivas”.

conclusivos com dados que, embora quantitativos, são muito recentes, quando comparados com o recorte temporal dos objetos de estudo que se iniciam em 1549, data da fundação da cidade de Salvador. Como os regimes de precipitação podem estar sujeitos a alterações climáticas ao longo dos séculos, esta análise não pretende aferir com rigor científico um resultado conclusivo, apenas tem como objetivo estudar a possibilidade da permanência das telhas cerâmicas capa-canal como material de revestimento de empenas, entre outros, poder resultar da similaridade das condições climáticas entre os dois contextos.

Assim, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) do Brasil, durante o período de 1961-1990, o valor médio da precipitação acumulada anual em Salvador foi de 2144,0mm. No cenário português, de acordo com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), para o período de 1971-2000, o valor médio da precipitação acumulada anual no Porto foi de 1253,5mm (ponto 01), em Braga foi de 1465,7mm (ponto 02), na Serra do Gerês foi acima dos 2200,0mm (ponto 03) e em Lisboa foi de 725,8mm (ponto 04).

Conforme referido anteriormente, segundo o Atlas Climático Ibérico⁵⁴, elaborado pelo Departamento de Producción da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha (Área de Climatología y Aplicaciones Operativas) e pelo Departamento de Meteorologia e Clima (Divisão de Observação Meteorológica e Clima), do Instituto de Meteorologia – Portugal, os valores médios anuais de precipitação mais elevados na Península Ibérica observam-se nas áreas montanhosas do noroeste de Portugal Continental.

Da análise dos dados, pode-se concluir que a precipitação em Salvador é 71,0% superior em relação ao Porto. Se se comparar Salvador em relação a Braga, a diferença diminui para cerca de 46,0% e se se comparar Salvador em relação à Serra do Gerês, os valores de precipitação são superiores no contexto geográfico português. No entanto, se se equiparar Salvador em relação a Lisboa essa diferença aumenta para 195,0%

Ao analisar os dados no contexto português, a precipitação na cidade do Porto em relação a Lisboa é cerca de 72,5% superior no Porto. Comparando os valores entre Lisboa e Braga a diferença aumenta para cerca de 102,0% e entre Lisboa e a Serra do Gerês atinge uma diferença de 203,0%. Conforme se pode

⁵⁴ Documento com dados climatológicos sobre a temperatura do ar e da precipitação em toda a Península Ibérica para o período de 1971-2000.

constatar, os índices de precipitação pluviométrica em Portugal são significativamente superiores no noroeste em relação ao sul.

Considera-se importante salientar que as cidades do Porto, Braga e a Serra do Gerês estão localizadas em regiões contíguas, o Douro Litoral e o Minho. A distância entre o Porto e a cidade de Braga é de cerca de 55km para norte, enquanto a distância entre o Porto e a Serra do Gerês é de cerca de 105km para norte. De acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger, o clima do Porto, Braga e da Serra do Gerês é classificado como quente e temperado Csb.

Relativamente a Lisboa, a distância em relação ao Porto é de cerca de 300km para sul. Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, o clima de Lisboa é classificado como quente e temperado Csa. A diferença da classificação entre as regiões do noroeste de Portugal e Lisboa é relativa ao fato do verão em Lisboa ser classificado como quente e o do noroeste ser classificado como temperado.

Após os dados analisados, considera-se que:

- a) os valores de precipitação pluviométrica de Salvador são próximos com algumas áreas do noroeste de Portugal, sobretudo em relação à região do Minho e em especial nas áreas da Serra do Gerês;
- b) os valores de precipitação pluviométrica das cidades do noroeste de Portugal são superiores em relação aos valores de Lisboa.

Dessa forma, verifica-se que a precipitação em Salvador, em relação às cidades portuguesas apresentadas, é gradualmente superior quanto mais a sul de Portugal as cidades se localizam. Já no contexto português, registra-se que a precipitação é gradualmente superior quanto mais a norte as cidades se localizam.

Perante esses fatos, embora haja uma diferença significativa dos valores da precipitação pluviométrica entre Salvador e o Porto, acredita-se que o revestimento de empenas em telha cerâmica capa-canal, presente no noroeste de Portugal e em Salvador, possa resultar dos índices de precipitação pluviométrica dessas regiões. Acredita-se que esse fator climático aproxima os dois contextos geográficos, se considerarmos que os territórios apresentados (Braga e Serra do Gerês⁵⁵), contíguos à cidade do Porto, revelam valores que se aproximam dos de Salvador.

Analisando as características dos ventos na cidade de Salvador e do Porto, é possível encontrar dados que reforcem esse argumento e, ao mesmo tempo, em

⁵⁵ A distância entre o Porto e Braga é semelhante à distância entre Salvador e Camaçari, enquanto a distância entre o Porto e a Serra do Gerês é similar à distância entre Salvador e Imbassai.

que medida as empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal podem manifestar características específicas em cada contexto. De acordo com Klüppel (2009, p.193), os ventos em Salvador, na maior parte do ano, são os ventos alísios, com rumo predominantemente de sudeste, enquanto no restante do ano, são os ventos dos quadrantes este e nordeste, presentes sobretudo durante os meses de Verão. Os períodos em que ocorrem os maiores níveis de precipitação pluviométrica no litoral brasileiro são, regularmente, entre março e agosto, ou seja, durante o outono e o inverno (KLÜPPEL, 2009, p.210). De acordo com a autora, os períodos mais chuvosos do ano são normalmente do quadrante sudeste.

No caso do litoral português os ventos dominantes são dos quadrantes sudoeste e noroeste, sendo os de noroeste os que registram maior intensidade. No caso da cidade do Porto, segundo Correia (2016), e de acordo com os dados climáticos relativos aos registros dos ventos obtidos na estação climatológica do Porto - Pedras Rubras, entre 2003 e 2011, os rumos dos ventos dominantes são dos quadrantes noroeste, este e sudoeste.

Os ventos com o rumo noroeste verificam-se com maior prevalência entre os meses de abril e setembro, os ventos com o rumo este registram-se com maior frequência entre os meses de outubro a março (CORREIA, 2016, p.59) e os ventos de sudoeste são normalmente constante durante todo o ano. Por sua vez, os períodos menos chuvosos na cidade do Porto são na primavera e verão, entre os meses de maio e setembro, enquanto os mais chuvosos são no outono e inverno, entre os meses de outubro e abril. Depreende-se assim que nos períodos com maior precipitação pluviométrica a incidência das chuvas seja prevalentemente dos quadrantes sudoeste e este, enquanto nos períodos com menor precipitação, a incidência das chuvas seja predominantemente de noroeste.

Ao analisar os registros iconográficos de Salvador, nomeadamente fotografias e postais, bem como por observação direta nas visitas efetuadas ao seu centro histórico, constata-se que, majoritariamente, as empenas revestidas com telha cerâmica capa-canal estão orientadas entre os quadrantes sudoeste e sudeste. Entre os exemplos encontrados salientam-se alguns sobrados na antiga Rua das Laranjeiras com as suas empenas sudeste revestidas em telha cerâmica (figura 4), uma empena sudeste de um conjunto de sobrados entre a Rua J. Castro Rabelo e a Rua João de Deus (figura 24), dois sobrados da Ladeira do Carmo cujas empenas sudoeste, outrora, eram revestidas em telha cerâmica (figura 13), várias empenas

sudoeste de um conjunto de sobrados da Rua do Passo (figura 26) e um sobrado localizado na Rua Direita de Santo Antônio, cujas empenas sudoeste e nordeste são revestidas em telha cerâmica capa-canal (figura 19).

Considera-se assim tratar-se de uma evidência que em Salvador há uma tradição construtiva em revestir as empenas mais expostas à incidência das águas pluviais, que são projetadas nos períodos mais chuvosos pelos ventos alísios prevalentes do quadrante sudeste, à semelhança do que se verifica na fachada sul do Forte de Santa Maria, localizado na praia do Porto da Barra, revestida em telha cerâmica capa-canal.

Da análise dos registros iconográficos da cidade do Porto, nomeadamente fotografias e postais datados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, e por observação direta através de visitas ao seu centro histórico, constata-se que as empenas revestidas em telha cerâmica estão orientadas em todas as direções. Na figura 31, a empena revestida em telha cerâmica está orientada a sudeste, enquanto na área do Barredo foi possível registrar três sobrados com empenas revestidas com telha cerâmica, duas orientadas a nascente e uma orientada a poente (figura 42). Em registros iconográficos foi possível registrar sobrados, localizados na área da Ribeira, com empenas orientadas a poente revestidas em telha cerâmica capa-canal.

Acredita-se assim que no caso do Porto o revestimento em telha cerâmica das empenas era uma tradição construtiva que resultava da simples exposição das empenas, independentemente da sua orientação, tal como se pode observar na figura 38, em que é possível observar um conjunto considerável de empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal com diferentes orientações, desde sul, norte e oeste.

Ao estabelecer-se a relação da orientação das empenas revestidas em telha cerâmica com o rumo dos ventos dominantes na cidade do Porto, observa-se que, embora os ventos dominantes nos períodos chuvosos sejam sobretudo do quadrante este e sudoeste, há demais ventos dominantes em outros períodos do ano com rumos completamente distintos e que certamente fazem incidir as chuvas, mesmo que seja em períodos menos chuvosos. Perante tais condições climáticas, considera-se que foi devido a essas características que o revestimento em telha cerâmica capa-canal nas empenas da cidade do Porto resulte de uma prática generalizada em proteger as empenas que ficassem expostas às intempéries.

Acredita-se que essa tradição construtiva em proteger as empenas, independentemente da sua orientação, fosse uma prática generalizada em outras regiões de Portugal, como o exemplo da figura 14 registrada na cidade de Braga, onde se pode observar um conjunto de superfícies revestidas em telha cerâmica capa-canal, desde as fachadas orientadas a nascente às empenas orientadas a norte. No caso da figura 50, registrado na cidade de Esposende, no distrito de Braga, a empena revestida em telha cerâmica está orientada a sudeste. Por observação direta, na cidade de Guimarães, no distrito de Braga, foi possível constatar um sobrado com empenas orientadas a norte e a sul revestidas em telha cerâmica.

Considera-se assim que a presença da telha cerâmica capa-canal como material de revestimento de empenas laterais, no centro histórico de Salvador e do Porto, resulte de uma tradição construtiva que, sendo mais comum no noroeste de Portugal, ao ser transportada para o Brasil acabou por adquirir um caráter próprio que, ao contrário da prática generalizada de revestimento das empenas independentemente da sua orientação, em Salvador apresenta o caráter específico de proteger, prevalentemente, as empenas mais expostas à incidência das chuvas projetadas pelos ventos alísios de sudeste.

Dessa forma, considera-se que no contexto de Salvador, a permanência das empenas laterais revestidas em telha cerâmica capa-canal, prevalentemente orientadas a sudoeste-sudeste, revele um domínio e conhecimento do clima, bem como o conhecimento técnico dos sistemas construtivos e dos materiais de construção disponíveis, contrariando a posição de Reis Filho (2014, p.26), acerca do primitivismo tecnológico da sociedade colonial, tal como se mencionou anteriormente na seção 2.3. Esta visão do autor, embora possa encontrar argumentos no fato da telha cerâmica ser um elemento construtivo de comum execução e a sua instalação em coberturas com telhados com vertentes não demandasse um domínio técnico significativo, encontra fragilidades já que a aplicação de telha cerâmica como material de revestimento de superfícies verticais (empenas) demandaria mão-de-obra mais qualificada, já que a execução, além de ser mais morosa, exigiria maior rigor e cuidados técnicos.

Acredita-se que a possibilidade da migração dessa técnica construtiva ter sido estabelecida entre o noroeste de Portugal e Salvador é reforçada pelo fato de se saber que, durante um período significativo de tempo, a relação entre os portos de

Salvador e do Porto era muito acentuada, com a vinda de um número significativo de pessoas da província de Entre-Douro e Minho⁵⁶ para Salvador (AZEVEDO, 1949), tal como já se apresentou anteriormente na seção 2.3.

⁵⁶ No século XVIII, as cidades do Porto e Braga, bem como a Serra do Gerês, em termos administrativos faziam parte da mesma província de Entre-Douro e Minho (COSTA, 1789). Atualmente, a cidade do Porto faz parte da região do Douro Litoral e a cidade de Braga e a Serra do Gerês fazem parte da região do Minho. Embora atualmente haja uma separação administrativa destas áreas geográficas, a realidade é que além dos seus territórios serem geograficamente contíguos, muitos dos seus valores culturais permanecem semelhantes, nomeadamente nos usos e costumes.

3 CONTRIBUIÇÃO DAS EMPENAS LATERAIS PARA A PAISAGEM URBANA E SUA RELAÇÃO COM O OBSERVADOR

Na seção anterior as empenas laterais foram abordadas enquanto elementos construtivos e arquitetônicos de acordo com uma perspectiva histórica. Acredita-se que as empenas, ao longo da expansão e transformação urbana das áreas objeto de estudo, cooperaram no passado e continuam a cooperar para as respectivas morfologias e espaços urbanos. Nesta seção pretende-se uma abordagem das empenas laterais sobre as suas influências formais e perceptivas. É objetivo entender a participação das empenas laterais nas paisagens urbanas e em que medida podem ser identificados padrões ou tendências formais significativas que produzem efeitos perceptivos nos observadores que se movimentam pelos locais das duas cidades.

Ao contrário da seção anterior em que as áreas objeto de estudo foram apresentadas separadamente, nesta seção os exemplos de Salvador e do Porto são abordados em conjunto. Acredita-se que a combinação dos dois contextos urbanos será mais fértil para a discussão do tema. Adicionalmente, na presente seção, as áreas objeto de estudo serão mais concentradas e delimitadas. Assim sendo, em Salvador a área objeto de estudo será centralizada na cidade alta, entre o trecho do Terreiro de Jesus e Santo Antônio Além do Carmo, conforme é possível observar na figura 52.

Considera-se que estas áreas apresentam um conjunto de características físicas bem definidas, tais como as formas dos edifícios, os estilos arquitetônicos, as topografias desniveladas e as diferentes escalas das vias, que permite que sejam reconhecidas e organizadas com maior facilidade pelo observador (LYNCH, 1997). Além disso, os seus espaços urbanos apresentam um conjunto de empenas laterais significativas e com maior visibilidade. Considera-se necessário salientar que a natureza desta seção e a abordagem que se pretende efetuar envolve um certo grau de subjetividade, fruto da análise qualitativa que se irá utilizar. Serão apresentados um conjunto de exercícios de análise baseados em princípios do gestaltismo e exercícios de análise de pares dicotômicos baseados na “Teoria da Visibilidade Pura”, nos pontos assinalados nas figuras 52 e 53.

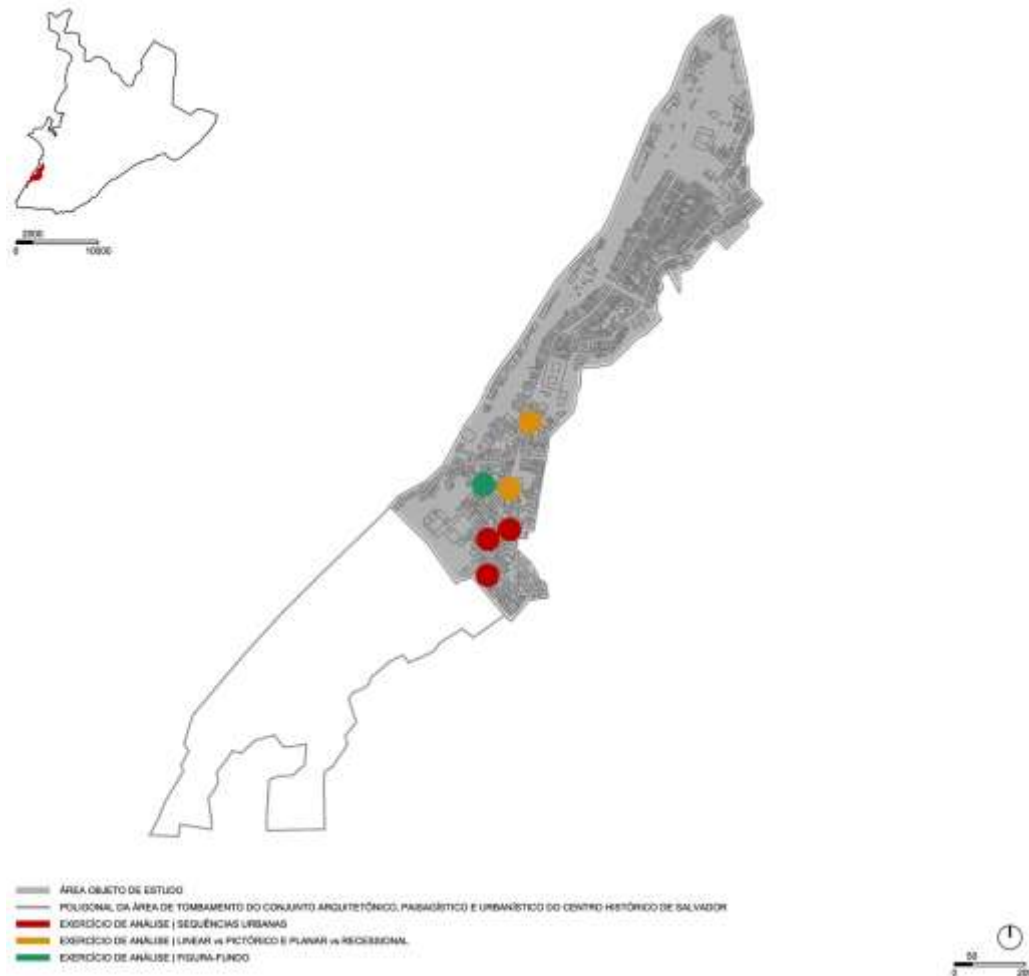


Figura 52 | Mapa geral da cidade de Salvador com a indicação do centro histórico e mapa parcial com a poligonal da área de tombamento, a área objeto de estudo e a localização dos pontos onde foram obtidos os registros fotográficos dos exercícios de análise.

Ilustração realizada pelo autor a partir do mapa da área inscrita como patrimônio mundial pela UNESCO (fonte: UNESCO. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/309/documents/>>. Acesso em 14 out.2017).

No caso do Porto, a área de estudo corresponde à área classificada como monumento nacional do centro histórico do Porto, compreendida entre as cotas alta e baixa, desde os Morros da Sé e da Vitória até ao Rio Douro, conforme a figura 53.

A perspectiva que se propõe é sobre uma possível forma de se observar e relacionar com a cidade e à qual se pode atribuir eventuais qualidades arquitetônicas (KOHLSDORF, 1996), aferindo acerca do eventual contributo das empenas laterais para essas mesmas qualidades. Considera-se pertinente esse caráter de subjetividade, tratando-se de estudar o relacionamento entre os espaços físicos urbanos e quem com eles se relaciona⁵⁷.

Trata-se, assim, de uma tentativa de adentrar e explorar o universo das manifestações da realidade, cada uma sendo em si uma singularidade, e na forma

⁵⁷ Para Gordon Cullen (1971) as cidades são acontecimentos emocionantes no meio-ambiente, definindo a "arte do relacionamento" como a conexão dos elementos que colaboram para o surgimento de determinado ambiente, combinados de forma a revelarem algum tipo de sensação ou interesse nos usuários.

como são percebidas pelo observador, de acordo com o princípio de que o observador e o meio ambiente são uma unidade indissociável (KOHLSDORF, 1975).

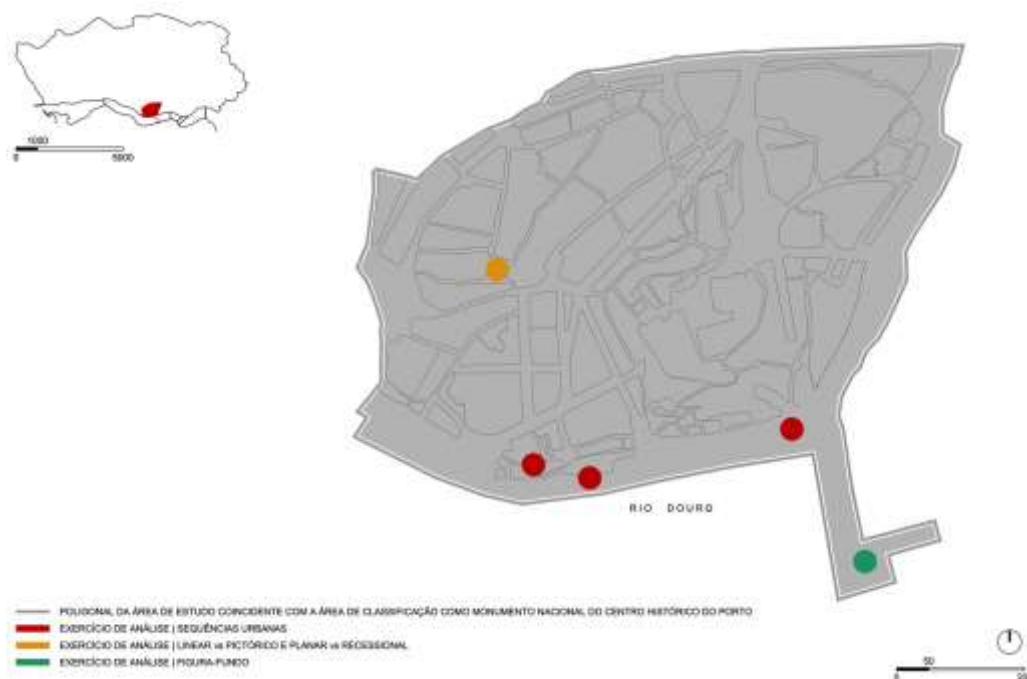


Figura 53 | Mapa geral da cidade do Porto com a indicação do centro histórico e mapa parcial com a poligonal da área objeto de estudo e a localização dos pontos onde foram obtidos os registros fotográficos dos exercícios de análise.

Ilustração realizada pelo autor a partir do mapa com o limite da área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto. (fonte: PORTO VIVO - SRU, 2012, p.11).

3.1 DEFINIÇÃO E CONCEITOS DE *GESTALT*

Como serão utilizadas abordagens do Gestaltismo⁵⁸, considera-se importante fazer uma breve introdução relativa à sua definição e aos seus conceitos.

De acordo com Arnheim (1980), a *Gestalt*, substantivo alemão que significa configuração ou forma, é uma teoria da psicologia com origem em um ensaio de Christian von Ehrenfels. Desde o início do século XX um conjunto de psicólogos alemães dedicou-se a estudos de percepção com base em princípios científicos. Para Arnheim (1980), a percepção é uma atividade do pensamento e do raciocínio, realizando ao nível sensorial, o que se pode designar como entendimento.

Segundo Feldman (2001, p.98-144), para o campo da psicologia, percepção é o processo através do qual os estímulos são interpretados, analisados e integrados com outras informações sensoriais. Este conceito diferencia-se da sensação que

⁵⁸ Na sua obra acerca da Teoria da Restauração, Cesare Brandi utiliza esse neologismo ao referir-se à importância da *Gestalt* na interpretação do espírito das lacunas.

pode ser vista como o contacto inicial que o organismo tem com os estímulos sensoriais do meio ambiente. Na opinião de Arnheim (1980), as formas físicas dos objetos dizem respeito apenas às suas propriedades físicas, enquanto a configuração perceptiva é mais dinâmica, pois resulta da interação de outros fatores, tais como a orientação espacial e o meio ambiente. Se estes fatores mudam então as formas visuais também podem mudar, estimulando assim distintas configurações perceptivas. Na opinião de Kohlsdorf (1975):

O meio ambiente apresenta-se portanto, àqueles que nele se encontram, principalmente através de suas formas físicas visualmente perceptíveis. A esta forma exterior de um corpo, aspecto, figura ou feitiço chamamos CONFIGURAÇÃO. Este "corpo" pode ser evidentemente qualquer objeto, mesmo o complexo "objeto" urbano, ou parte dele: configuração urbana, configuração de fração urbana, configuração de espaços urbanos, [...] O conceito refere-se, sempre, a um resultado físico-espacial-constructivo [...]
(KOHLSDORF, 1975, p.7)

A autora defende que o conceito de configuração é sempre relativo a um produto físico, alargando-o ao quadro urbano.

De acordo com Koffka e Leinfeller, existem três possibilidades básicas de um conjunto de elementos se puderem reunir, independentemente de se apresentarem iguais ou distintos (KOFFKA, 1972; LEINFELLER, 1966 apud KOHLSDORF, 1975, p.9). Cada um dos efeitos seria transmissor de um sistema global estabelecido pelo conjunto dos elementos e não enquanto elementos individuais. A *Coleção*, enquanto primeiro efeito, ocorre quando os elementos são colocados de forma aleatória e sem continuidade e cuja correlação entre eles é nula. O *Agregado*, enquanto segundo efeito, acontece quando os elementos têm uma disposição com alguma continuidade, mas de forma descuidada e cuja correlação entre eles acaba por ser reduzida. Por último, o terceiro efeito ocorre quando os elementos são colocados com tamanha coesão que estabelecem um novo sistema de efeitos. Neste caso, a correlação que se estabelece entre os elementos é forte e a este terceiro efeito os autores designam como *Gestalt*.

De acordo com Kohlsdorf (1975), existe um conjunto de leis gestálticas, sendo as seguintes:

- Lei da Proximidade - é relativa ao reconhecimento dos elementos que estão mais próximos entre si ao analisar-se a composição das partes de um todo.

- Lei da Semelhança - diz respeito à propensão em organizar aqueles que são do mesmo tipo quando se observa a composição de um todo composto por vários elementos distintos.
- Lei da Coesão – é relativa à capacidade das superfícies serem entendidas como unidades.
- Lei das Boas Curvas e Boas Formas – diz respeito às partes de figuras que determinam unidades através de linhas curvas contínuas.
- Lei dos Destinos Comuns - é relativa à propensão para unir os elementos que se movem para um mesmo destino.
- Lei da Experiência – refere-se à capacidade em reconhecer as unidades através do conhecimento prévio das mesmas ou quando se consegue associar a outras através da lembrança.
- Lei da Pregnância Gestáltica - ocorre quando estão estabelecidas diversas *Gestalts*, distinguindo-se aquelas com formas e associações mais simples. Essas têm a faculdade de estimular impressões mais fortes e serem gravadas na consciência com maior facilidade.

3.2 GESTALT URBANA

Kohlsdorf (1975) amplia a discussão para o domínio do espaço urbano, referindo que a *Gestalt* pode ser abordada em qualquer sistema físico-espacial-constructivo. Quando se abordam formas e espaços urbanos, independentemente da sua escala e complexidade, pode-se designar como “*Gestalt Urbana*”. O binómio Configuração Urbana-“*Gestalt Urbana*” concentra-se assim nos elementos físico-espaciais-constructivos urbanos, sendo a Configuração relativa aos elementos configurativos (espaço urbano configurado) e a *Gestalt* respeitante à capacidade dos elementos em produzir efeitos psicológicos em quem interage com eles (espaço urbano gestáltico) (KOHLSDORF, 1975).

A “*Gestalt Urbana*” situa-se na vinculação entre causas (categorias físicas) e efeitos (categorias psicológicas). De acordo com Knoezer (1969 apud Kohlsdorf, 1975, p.42), entre os conceitos físicos encontra-se a categoria das formas, composta pelas simples, conhecidas e as estruturadas. Por sua vez, as formas estruturadas são compostas por espaço, volume e superfície. A presente seção irá concentrar-se

no espaço e nos seus elementos. De acordo com Kohlsdorf (1975), os espaços urbanos são um sistema efetivo integral, constituído por um conjunto de superfícies, linhas e pontos dispostos de forma a estabelecer uma relação legível.

Entre as categorias psicológicas existem conceitos que estão mais associados à imagem e mais próximos do observador, tais como a *orientabilidade*, “*capacidade de inovação*” e *identidade*, que Kohlsdorf (1975, p.37) designa como “qualidades de primeira ordem”. A *orientabilidade* tem como componentes a *impregnabilidade*, *individualidade* e *continuidade*. De acordo com Kohlsdorf (1975), a *impregnabilidade* refere-se à capacidade de um objeto ou ocorrência apresentar ao observador uma imagem suficientemente forte que ele registre e se recorde, a *individualidade* diz respeito ao modo único e inconfundível de um objeto ou ocorrência ser, e a *continuidade* é relativa à associação de partes do meio ambiente cujos elementos estejam interligados através de um sistema estrutural claro.

Acerca da *legibilidade*, Kohlsdorf (1975) menciona que se trata de um elemento que concorre diretamente para a *orientabilidade*, referindo a sua importância de tratar-se de um efeito psicológico que é estabelecido através de elementos físicos. Autores como Lynch (1997) estudaram a *legibilidade* em relação ao modo como as partes de uma cidade são reconhecidas e organizadas pelos seus habitantes em uma estrutura coerente e, por sua vez, a identificam com a clareza evidenciada pela sua paisagem urbana. Para o autor, a *legibilidade* da paisagem urbana é uma qualidade visual, sendo importante para a organização e estruturação do ambiente urbano físico, permitindo a orientação e identificação em quem com ela interage. Segundo Lynch (1997), é adequado considerar-se que a imagem da cidade é composta por um conjunto de elementos que aludem às formas físicas perceptíveis. Esses elementos são as vias, os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos. As vias são relativas aos canais de comunicação onde os habitantes se deslocam. Os limites são elementos que, não sendo utilizados como as vias pelos habitantes, são agentes de marcação espacial entre dois momentos distintos, podendo ser barreiras físicas, mas que contribuem para a unidade de áreas distintas. Os bairros podem ser uma cidade inteira ou uma parte específica de uma cidade, desde que os seus espaços sejam de tal forma consistentes e característicos que sejam facilmente identificados pelos habitantes. Os pontos nodais são locais específicos da cidade ligados às vias, a partir dos quais o observador pode deslocar-se para outros pontos ou para ele convergir, sendo capazes de ser espaços urbanos

de referência para os bairros, podendo corresponder a um cruzamento ou uma junção a partir dos quais o bairro seja capaz de se organizar. Tal como os pontos nodais, os marcos são referências urbanas, mas neste caso o observador não se desloca dentro deles. Os marcos são elementos físicos, construídos ou naturais, com destaque visual em relação aos demais e são utilizados como subsídios de identificação espacial ou urbana. Lynch (1997) destaca ainda que a imagem que se obtém destes elementos não é estática, dependendo das circunstâncias em que é observada, podendo uma via ser um limite ou um bairro ser um ponto nodal, dependendo para isso dos meios de circulação ou das escalas urbanas.

Ainda dentro das categorias psicológicas mencionadas por Kohlsdorf (1975), além das que estão mais próximas do observador, há ainda um conjunto de qualidades que medeiam o meio ambiente e o observador e que são conhecidas como conceitos de *Gestalt*. Entre elas são conhecidas as qualidades de: (1) *clareza visual*, (2) *dominância*, (3) *intensidade*, (4) *contraste*, (5) *originalidade*, (6) *associatividade*, (7) *direcionalidade*, (8) *complexidade*, e (9) *variabilidade*. Segundo a autora, a *clareza visual* é relativa à perceptibilidade ou nitidez do aspecto de um objeto ou de uma determinada ocorrência. A *dominância* é a prevalência de determinada parte do meio ambiente físico sobre as demais por meio dos seus elementos (a autora dá como exemplo a cor ou as dimensões dos elementos). A *intensidade* expressa o poder da informação fornecida ao observador do aspecto de um objeto ou ocorrência, tornando-os *pregnantes*. O *contraste* ocorre quando os elementos que estabelecem uma associação próxima são compostos por conjuntos de elementos distintos em que, por sua vez, o caráter de cada conjunto sai reforçado. A *originalidade* diz respeito a características únicas que o meio ambiente físico possa ter. A *associatividade* ocorre quando os elementos ou sequências de elementos possam ser estruturados em grupos através de relações de várias naturezas, incluindo as relações espaciais. A *direcionalidade* representa a forma como uma série de elementos podem indicar um caminho a seguir. A *complexidade* encontra-se em elementos que são estruturados através de outros elementos. Por último, a *variabilidade* remete-se para a capacidade de determinados elementos ou ocorrências transformarem ou adaptarem o seu aspecto. Alguns destes conceitos interessam ao tema do presente trabalho e serão posteriormente aprofundados através dos exercícios apresentados em seguida. Nesse contexto, pretende-se

analisar a eventual contribuição das empenas de Salvador e do Porto, para as qualidades que medeiam o meio ambiente e o observador.

Os conceitos gestálticos podem ser divididos entre estáticos e dinâmicos. Os efeitos espaciais estáticos decorrem num determinado momento e podem alterar se o local de onde é observado também mudar, mas não dependem do movimento contínuo de quem observa. Já os efeitos espaciais dinâmicos dependem do movimento de quem observa, através da combinação temporal dos efeitos estáticos. Cada efeito estático é designado por estação ou momento e a sua combinação é chamada de sequência (KOHLSDORF, 1975), sendo as separações entre as estações designadas por intervalos que, por sua vez, têm a função de medir o espaço e o tempo entre cada registro ou estação. Os exercícios de análise das sequências urbanas admitem que o meio ambiente urbano é experienciado em movimento ou em descanso. Na opinião de Kohlsdorf (1975), a ordem das sequências urbanas está na relação entre os elementos repetidos e os elementos surpresa.

A autora classifica um conjunto de conceitos gestálticos estáticos compostos por duas definições de efeitos: os topológicos e os perspectivais. Os primeiros são relativos aos vínculos estabelecidos entre o observador e os limites físicos do espaço no qual ele está inserido e no aparente movimento dos elementos que compõem essa realidade. Os segundos são sequenciais aos efeitos topológicos e dizem apenas respeito ao aparente movimento dos elementos dos lugares.

Entre os efeitos topológicos, Kohlsdorf (1996) refere os seguintes pares: (1) *envolvimento* e *amplidão*, (2) *estreitamento* e *alargamento*, e (3) *estreitamento lateral* e *alargamento lateral*. Adicionalmente apresenta um conjunto composto pelos efeitos de: (4) *preparação para envolvimento*, (5) *preparação para amplidão*, (6) *preparação para estreitamento*, (7) *preparação para alargamento*, (8) *preparação para estreitamento lateral*, e (9) *preparação para alargamento lateral*. Para a autora, os pares funcionam em contraposição, sendo o *envolvimento* relativo à proximidade dos elementos físicos que compõem o campo visual; enquanto a *amplidão* é o efeito oposto, no qual o campo visual apresenta os limites físicos mais distantes ou com pouco significado. O *estreitamento* é relativo às paredes laterais de delimitação e que tendem a aproximar-se, enquanto o *alargamento* é o efeito da posição recuada de um elemento físico-espacial em um determinado alinhamento do espaço urbano. As variantes do *estreitamento lateral* e *alargamento lateral* dão-se quando apenas

uma das paredes laterais de delimitação espacial se desloca, aproximando-se ou afastando-se do observador. Quanto ao restante dos efeitos de preparação, a autora refere que eles verificam-se quando os efeitos anteriormente descritos se sucedem fora do local onde o observador se encontra.

De acordo com Kohlsdorf (1996) os efeitos perspectivais são: (1) *direcionamento*, (2) *visual fechada*, (3) *impedimento*, (4) *emolduramento*, (5) *mirante*, (6) *conexão*, (7) *realce*, e (8) *efeito Y*. O *direcionamento* é o efeito de sugestão de um caminho através da composição alongada das superfícies laterais. A *visual fechada* estabelece-se quando a perspectiva é fechada por um elemento físico-espacial-construtivo tornando a cena pouco profunda. O *impedimento* é o efeito de interrupção através de qualquer elemento físico-espacial que impede a trajetória visual mas que não impede o final do campo visual. O *emolduramento* é o efeito de moldura do que se observa através de elementos verticais que compõem a cena mas que não a interrompem. Os *mirantes* produzem um efeito visual maior que os demais lugares. A *conexão* é o efeito de interrupção nas superfícies laterais que determinam o alinhamento da cena perspectiva, formando intervalos nas mesmas deixando o espaço observado de estar totalmente contido. O *realce* é o elemento físico que adquire destaque na composição observada, chamando a atenção do observador e podendo funcionar como elementos-surpresa. Finalmente, o *efeito Y* é o efeito de bifurcação, podendo ser ao eixo do espaço observado. A autora menciona que a classificação dos efeitos perceptivos varia entre o muito fraco e o muito forte. Quanto maior for a sua intensidade e definição, mais facilmente a caracterização dos espaços será entendida pelo observador.

Interessa na presente seção abordar estes conceitos para entender em que medida as empenas são elementos físico-espaciais-construtivos capazes de contribuir para determinados efeitos ou estímulos nos observadores. No entanto, a abordagem pretende-se mais descomprometida e experimental, aceitando um grau de subjetividade próprio de quem observa e percepção os efeitos do meio ambiente urbano.

3.3 EXERCÍCIOS DE ANÁLISE

Nesta subseção serão apresentados três exercícios de análises com o objetivo de estudar a importância e a contribuição das empenas laterais dos centros históricos de Salvador e do Porto para as respectivas paisagens urbanas, analisando em que medida elas estabelecem vínculos em quem com elas interage.

Acredita-se que as áreas objeto de estudo e os exemplos apresentados na presente seção foram selecionados de acordo com três qualidades: a *orientabilidade*, a *legibilidade* e a *identidade*. A *orientabilidade*, sendo relativa à capacidade de movimentação no espaço urbano sem se sentir perdido, manifesta-se através da clareza formal do meio ambiente físico das áreas objeto de estudo. Acredita-se que a *legibilidade* dos elementos que informam as formas físicas perceptíveis a que Lynch (1997) se refere é clara, nomeadamente as vias, os pontos nodais, os bairros e os marcos. Em relação à *identidade*, considera-se que os centros históricos de Salvador e do Porto são meios ambientes físicos dotados de especial caráter e personalidade, permitindo que a sua descrição através das suas qualidades seja feita com maior facilidade.

O primeiro exercício resulta de uma metodologia utilizada por autores como Cullen (1971) e Kohlsdorf (1996). Cullen (1971) designa-as como visão serial e Kohlsdorf (1996) como sequências urbanas. Como o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação do observador que se movimenta pelos espaços urbanos das duas áreas de estudo, houve o cuidado em selecionar no centro histórico do Porto exemplos que se aproximassem da realidade de Salvador. No caso do Porto, devido à presença de vias dimensionadas para o automóvel (ex: Rua Mouzinho da Silveira e Avenida D. Afonso Henriques), houve a necessidade em selecionar vias cujas características físicas e funcionais são predominantemente peatonais. Já no caso de Salvador, como o caráter das vias da área objeto de estudo é majoritariamente peatonal, a seleção foi menos condicionada.

No segundo exercício é proposto um experimento formalista baseado em dois pares dicotómicos desenvolvidos por Heinrich Wölfflin, um dos mais importantes historiadores da corrente da “Teoria da Visibilidade Pura”.

No último exercício será utilizada uma análise recorrendo a um axioma do Gestaltismo, a relação de figura-fundo. Através da análise comparativa entre os registos reais e manipulados procurar-se-á entender em que medida as empenas

contribuem para o reconhecimento das paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto enquanto obras de arte coletivas.

3.3.1 Sequências Urbanas

As sequências que serão apresentadas simulam o movimento do observador em lugares das áreas objeto de estudo, estudando os possíveis efeitos que as formas físicas perceptíveis desses meios ambientes podem ter em quem interage com elas. Embora a análise tenha em consideração a composição como um todo, reconhecendo que não há dissociação entre os seus elementos físicos (ex: vias, fachadas principais, empenas laterais, coberturas), o enfoque das formas físicas perceptíveis será sobre as empenas laterais, que são o objeto que interessa estudar no presente trabalho.

Dessa forma, os exercícios de análise serão compostos com a seguinte estrutura: (1) vista aérea parcial da área objeto de estudo com a indicação e orientação dos cones visuais das estações, (2) estação A, (3) estação B, e (4) estação C.

Nesse sentido, a estrutura das sequências é constituída por uma figura inicial relativa à vista aérea parcial, incluindo a localização e orientação dos cones visuais dos registros (figuras 54, 58, 62, 66, 70 e 74). Seguidamente, são apresentadas uma série de três estações de cada sequência urbana, com o objetivo de explorar a ideia de movimento. Quanto ao tamanho do intervalo métrico definido para os registros foram estabelecidas duas distâncias distintas. Assim sendo, nas vias com maior desenvolvimento, a distância entre as estações é de 55,0m aproximadamente, enquanto nas vias com menor desenvolvimento, a distância é de 25,0m aproximadamente. No caso do centro histórico de Salvador, na Rua Gregório de Matos serão analisadas duas sequências urbanas com os dois critérios de distância, um com 55,0m e outro com 25,0m, que serão justificados nos respectivos exercícios.

O exercício A é relativo à sequência urbana apresentada nas figuras 54 a 57 e refere-se a três estações na Rua Gregório de Matos, no centro histórico de Salvador. A distância métrica entre as estações é constante e com cerca de 55,0m entre cada uma. Considera-se que a legibilidade dos elementos que compõem a imagem das formas físicas perceptíveis é clara. A via, plana e ortogonal, apresenta

uma largura de perfil constante, mas a altura do perfil vai variando em função da falta de constância dos gabaritos (ver figuras 55 a 57).



Figura 54 | Exercício A_Vista aérea parcial da cidade de Salvador com indicação dos cones visuais das estações. (fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 55 | Estação A da Rua Gregório de Matos (antiga Rua Maciel de Baixo) em direção ao Largo do Pelourinho. (foto do autor, set./2017)



Figura 56 | Estação B da Rua Gregório de Matos (antiga Rua Maciel de Baixo) em direção ao Largo do Pelourinho. (foto do autor, set./2017)



Figura 57 | Estação C do Largo do Pelourinho em direção à Ladeira do Carmo. (foto do autor, set./2017)

Nessas interrupções, devido à inconstância dos gabaritos, é possível entender, embora de modo sutil, que as empenas preenchem as formas físicas do meio ambiente urbano atribuindo-lhe continuidade e coerência, conforme a figura 56. Considera-se que esse entendimento torna-se mais claro quanto maior for a visibilidade da empena e mais próxima estiver do observador. Devido à composição das formas e à variedade de cores registradas na cena, considera-se que as empenas dão continuidade à situação, quer através das suas dimensões, quer através da utilização da cor branca semelhante à das cercaduras dos vãos das fachadas principais, conforme se pode observar nos cunhais das empenas presentes na figura 56. Por sua vez, entre os efeitos topológicos presentes nas estações, destaca-se o *envolvimento* devido à proximidade dos elementos físicos e os efeitos perspectivais de *direcionamento* e *impedimento*.

O efeito de *direcionamento* é manifestado pelas formas alongadas e definidas das paredes laterais, e em todas as estações é possível observar que o *impedimento* é estabelecido por um conjunto de elementos físicos, para o qual cooperam as empenas laterais. Esse conjunto de formas é composto por telhados das coberturas, fachadas principais e posteriores, bem como empenas laterais. Essas empenas pertencem aos edifícios da Ladeira do Carmo e da Rua do Passo.

À medida que o observador se desloca em direção ao Largo do Pelourinho, as empenas laterais adquirem maior clareza visual e torna-se possível distinguir os seus vários revestimentos, tais como telha cerâmica capa-canal e argamassa pintada à cor branco, de acordo com a figura 57.

Em relação às qualidades que medeiam o meio ambiente e o observador, a sequência urbana apresentada evidencia a qualidade de *direcionamento*, sobretudo através dos vãos e dos guarda-corpos das fachadas dos edifícios alinhados sobre a via, e cuja qualidade direciona a visão do observador para o conjunto de elementos físicos que delimitam a cena registrada. Nesse seguimento, considera-se que o *impedimento* observado das estações das figuras 55 e 56, e para o qual participam as empenas laterais, evidencia a intensidade das relações estabelecidas entre os elementos físicos perceptíveis que constituem o centro histórico de Salvador e em quem com ele interage.

O exercício B é relativo às figuras 58 a 61 e refere-se a uma sequência urbana composta por três registros perceptivos na Rua da Reboleira, no centro

histórico do Porto. Os registros têm distância métrica constante com cerca de 25,0m entre si.



Figura 58 | Exercício B_Vista aérea parcial da cidade do Porto com indicação dos cones visuais das estações.
(fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 59 | Estação A da Rua da Reboleira em direção ao Cais da Estiva, na cidade baixa do Porto.
(foto do autor, ago./2017)



Figura 60 | Estação B da Rua da Reboleira em direção ao Cais da Estiva, na cidade baixa do Porto.
(foto do autor, ago./2017)



Figura 61 | Estação C já no Cais da Estiva, na cidade baixa do Porto.
(foto do autor, ago./2017)

A legibilidade dos elementos que compõem a imagem das formas físicas perceptíveis não é tão forte quanto no exemplo anterior do centro histórico de Salvador. A Rua da Reboleira localiza-se na freguesia de São Nicolau, entre a Rua Nova da Alfândega e o Cais da Estiva, junto à Ribeira. É um arruamento de influência medieval da antiga cidade intramuros. A via, ligeiramente desnivelada e sinuosa, apresenta uma largura de perfil estreita e com uma altura de perfil elevada. Essas características resultam em cenas obscurecidas devido à dificuldade de penetração da luz natural (ver figuras 59 e 60), fenômeno que se acredita reduzir a legibilidade das formas físicas.

No entanto, a penumbra das cenas registradas, no momento em que a via alarga, acentua a dramaticidade da sequência urbana através do contraste que se estabelece com a cena fortemente iluminada, conforme se pode observar na figura 61. Entre os efeitos topológicos presentes nas estações, observa-se um *envolvimento* nas figuras 59 e 60 e um *alargamento* na figura 61. O efeito perspectivo das cenas é de *impedimento* composto por um conjunto de formas físicas perceptíveis.

O conjunto é composto, majoritariamente, pela fachada lateral e cobertura de um edifício em primeiro plano e duas empenas laterais em segundo e terceiro plano. Tal como no exemplo anterior, à medida que o observador se desloca em direção ao Cais da Estiva, as empenas laterais adquirem maior *clareza visual*, tornando-se visível as texturas e os reflexos dos materiais de revestimento, desde os soletos de ardósia até às linhas verticais produzidas pelas caneluras da chapa pintada, tal como se pode registrar na figura 61.

Devido às leis gestálticas de *proximidade*, de *semelhança* e de *coesão*, há uma tendência a organizar a informação das formas físicas entre o grupo da empena em soletos ardósia e o grupo da empena em chapa ondulada zincada (linhas verticais), conforme se pode observar na figura 61. Considera-se importante realçar que a superfície revestida em soletos de ardósia apresenta dois tipos de geometria de soletos. Um formato de soletos a terminar em arco de círculo e outro a terminar em ogiva. No entanto, essa diferença só é perceptível se o observador estiver muito próximo da empena lateral.

Relativamente às qualidades que medeiam o meio ambiente e o observador, considera-se que a sequência urbana apresentada no registro da estação C, culmina com a *intensidade* e *dominância* das empenas laterais enquanto formas físicas

perceptíveis que interagem com o observador, tornando-as assim *pregnantes*. Acredita-se que a dimensão, cores e texturas contribuem para a *intensidade* e *dominância* das empenas na cena urbana captada.

O exercício C é relativo à sequência urbana exposta nas figuras 62 a 65 e refere-se a três registros na Rua Gregório de Matos, no centro histórico de Salvador. Esta sequência apresenta uma estrutura distinta das anteriores, em que a distância métrica entre as estações tem cerca de 25,0m e a estação C apresenta, propositalmente, uma mudança de direção do observador. O objetivo desta estrutura é estudar o eventual efeito surpresa que uma empena lateral poderá estimular em quem se movimenta pelo centro histórico e, ao encontrar uma conexão entre vias, vê o cenário urbano alargado. Tal como nos registros das sequências anteriores, considera-se que a legibilidade dos elementos que compõem a imagem das formas físicas perceptíveis é clara. A via tem um desnível suave até o cruzamento com outra via perpendicular (antiga Rua das Laranjeiras) e depois o desnível é mais acentuado. Tal como a maioria das demais vias do centro histórico de Salvador, esta apresenta uma largura de perfil constante, com a altura das edificações variando em função da falta de constância dos gabaritos (ver figuras 63 e 64). Depreende-se que as estações apresentam um efeito topológico de *envolvimento* e um conjunto de efeitos perspectivísticos: *impedimento*, *conexão* e *realce*.

Nas duas primeiras estações, à semelhança da primeira sequência urbana apresentada, é possível observar que o *impedimento* é estabelecido por um conjunto de elementos físicos no qual se destaca uma empena vazada. Essa empena adquire visibilidade devido à falta de constância dos gabaritos e à altura a que o observador se encontra. À medida que o observador se desloca em direção ao conjunto de superfícies do *impedimento*, a empena vai adquirindo maior clareza visualmente, conseguindo perceber-se os vãos da empena lateral com cercaduras de valor artístico, de acordo com as figuras 63 e 64, em que na figura 63 a situação é menos clara e na figura 64 a situação apresenta maior clareza.

O efeito perspectivístico de *direcionamento* da primeira estação é seguido na segunda estação por um efeito perspectivístico de *conexão* ortogonal referente à antiga Rua das Laranjeiras (figura 64). Na terceira estação, com a mudança de direção do observador em direção à Rua das Laranjeiras no sentido noroeste, a imagem das formas físicas perceptíveis é dominada por uma empena lateral. A empena apresenta dois vãos com cercaduras e esquadrias em madeira com funcionamento

de guilhotina, com o limite superior a apresentar uma configuração tendencialmente triangular e cuja geometria é atenuada pela quebra provocada pelo piso suplementar da fachada posterior.

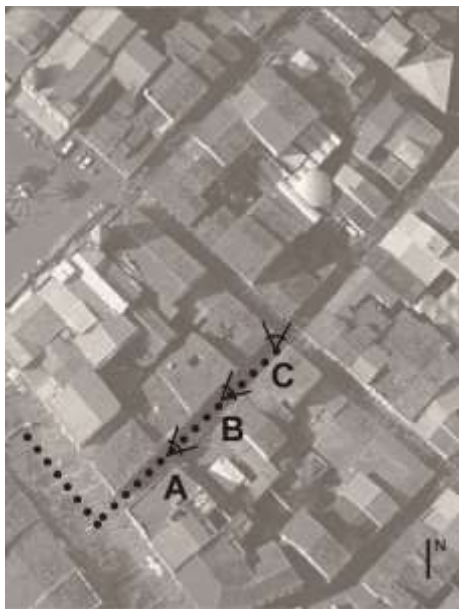


Figura 62 | Exercício C. Vista aérea parcial da cidade de Salvador com indicação dos cones visuais das estações. (fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 63 | Estação A da Rua Gregório de Matos (antiga Rua Maciel de Baixo) em direção ao Largo do Pelourinho e do Carmo. (foto do autor, abr./2017)



Figura 64 | Estação B da Rua Gregório de Matos (antiga Rua Maciel de Baixo) em direção ao Largo do Pelourinho e do Carmo. (foto do autor, abr./2017)



Figura 65 | Estação C do cruzamento entre a Rua Gregório de Matos (antiga Rua Maciel de Baixo) e a Rua Francisco Muniz Barreto (antiga Rua das Laranjeiras). (foto do autor, abr./2017)

Depreende-se que há um destaque da empena lateral, enquanto elemento físico, devido às leis gestálticas de *proximidade*, *semelhança* e *coesão* produzidas pela textura do revestimento em telha cerâmica capa-canal. Considera-se que este elemento estabelece um efeito perspectivo de *realce* no observador que se movimenta pelo lugar e que por ele acaba sendo surpreendido. Nesse sentido, acredita-se que a sequência urbana exposta revela a qualidade de *originalidade* da empena em relação ao meio ambiente (figura 65). A qualidade de *originalidade* se manifesta pela forma singular do tratamento da superfície da empena no meio ambiente físico perceptível, composto pelas fachadas principais dos edifícios e dos seus elementos compositivos, entre os quais os vãos e esquadrias, as cimalthas, as cornijas, os beirais e as coberturas.

O exercício D refere-se às figuras 66 a 69 e é relativo a uma sequência urbana composta por três estações numa via do centro histórico do Porto junto à cota baixa da cidade. Como o desenvolvimento da via é significativo considerou-se uma distância métrica entre cada estação de 55,0m aproximadamente.

Tal como no exemplo anterior, esta sequência tem uma estrutura diferente, com a estação B a apresentar uma mudança de direção do observador. O objetivo é analisar a eventual participação das empenas laterais em relação às características morfológicas do tecido urbano. A estação B registra uma alteração da configuração das quadras em relação à das estações A e C, devido ao alargamento produzido pelo Cais da Ribeira.

A legibilidade dos elementos que compõem a imagem produzida pelas formas físicas apresenta uma clareza visual consistente. A sequência urbana é compreendida entre o Cais da Estiva e o Cais da Ribeira, passando pela Praça da Ribeira. A via é plana, apresentando uma largura de perfil ampla e com altura de perfil apenas no lado norte. No lado sul localiza-se o Rio Douro, importante referência geográfica e simbólica da cidade, que se omitiu intencionalmente para dar enfoque aos edifícios que compõem o tecido urbano.

Esta simulação considera um grau de abstração elevado, na medida em que o observador dificilmente concentrar-se-á apenas nos edifícios perante a presença do Rio Douro, mas como o objetivo é procurar entender se as empenas contribuem para a composição da paisagem urbana, os registros são propositalmente orientados para o tecido urbano composto pelas edificações. A altura do perfil varia

em função da falta de constância dos gabaritos das edificações, variando entre três a cinco pavimentos.



Figura 66 | Exercício D_Vista aérea parcial da cidade do Porto com indicação dos cones visuais das estações. (fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 67 | Estação A do Cais da Estívia em direção ao Cais da Ribeira, na cidade baixa do Porto. (foto do autor, jan./2017)



Figura 68 | Estação B do casario nascente da Praça da Ribeira, na cidade baixa do Porto. (foto do autor, ago./2016)



Figura 69 | Estação C do Cais da Ribeira em direção à Ponte D. Luís I, na cidade baixa do Porto. (foto do autor, jan./2017)

Nas interrupções produzidas pelos gabaritos distintos é possível observar empenas que preenchem as formas físicas do meio ambiente urbano, conforme se pode verificar nas figuras 67 e 69. Devido à composição das formas e à variedade de cores apresentadas na cena urbana, considera-se que as empenas laterais dão continuidade à situação, manifestando semelhança entre os vários grupos de elementos, tal como se pode ver na figura 68.

Entre os efeitos topológicos presentes nas estações, destaca-se a *dúplice envolvimento-amplidão* e o *alargamento* da Praça da Ribeira. Tal como referido anteriormente, se o observador se concentrar nas edificações a norte (lado esquerdo das figuras), o efeito apresenta-se como *envolvimento*, mas se se concentrar a sul (lado direito das figuras) o efeito adquire maior *amplidão* com o panorama do Rio, cujos limites se tornam mais distantes e com menor definição.

Considera-se que as cenas registradas nas figuras 67 e 69, intencionalmente orientadas para norte devido à presença das edificações, revelam a visibilidade das empenas laterais e a sua contribuição para a paisagem urbana. Na estação B (figura 68) observa-se um *alargamento* que corresponde à Praça da Ribeira, registrando-se uma cena urbana com os edifícios do limite nascente da praça. A configuração das fachadas que delimitam a Praça da Ribeira, de acordo com o plano de melhoramentos da JOP do século XVIII, cujo objetivo seria transformar a praça num logradouro público com caráter monumental em relação ao Rio, deveria apresentar edifícios com gabaritos constantes e regulares. Na realidade apenas os edifícios dos limites norte e poente é que respeitaram essas orientações urbanísticas, enquanto os edifícios do limite nascente mantiveram a sua configuração anterior apresentando um conjunto de edifícios com gabaritos inconstantes. Acredita-se que a visibilidade das empenas laterais dos edifícios a nascente da Praça da Ribeira seja em razão desse processo de transformação urbana do centro histórico do Porto, acabando por adquirir protagonismo na composição da sua paisagem urbana, conforme se pode observar na figura 68.

Em conjunto com o fenômeno da cena urbana estar em sombra, as formas, texturas e cores dos materiais de revestimento dessas empenas (soletos de ardósia e chapa ondulada pintada) apresentam uma forte *associatividade* com o restante das formas físicas, mantendo a continuidade entre todos os elementos arquitetônicos que compõem a cena urbana registrada. Considera-se que nessa cena urbana o elemento físico que permite distinguir com maior clareza a diferença

entre as fachadas e as empenas laterais é a maior presença dos vãos e esquadrias nas fachadas principais.

Na primeira e terceira estações apresentadas (figuras 67 e 69), observa-se um efeito perspectivo de *direcionamento* pontuado por algumas empenas laterais que contribuem para a formação da imagem, enquanto na segunda estação (figura 68) o efeito é de *impedimento* e para o qual as empenas laterais contribuem enquanto elementos físicos-construtivos-perceptíveis.

Depreende-se que em todos os registros as empenas laterais têm *clareza visual*, adquirindo maior nitidez à medida que o observador se aproxima dos edifícios. Esse efeito de aproximação é mais acentuado nos exemplos de Salvador devido à escala dos espaços públicos e elementos morfológicos urbanos. Ao contrário de Salvador, no centro histórico do Porto os edifícios tendencialmente têm maior número de pavimentos e as vias têm menor largura, características que se acredita dificultarem a relação entre as empenas laterais e o observador.

Considera-se que a sequência apresentada, sobretudo na figura 68, reforça a capacidade de *associatividade* das empenas laterais, mimetizando-se com as fachadas principais e coberturas, através das suas cores, texturas e formas.

O exercício E é composto pelas figuras 70 a 73 e refere-se a três estações de uma cena urbana entre a Rua Frei Vicente e a Rua J. Castro Rabelo, no centro histórico de Salvador, registradas com uma distância métrica constante com cerca de 25,0m entre si.

Considera-se que os elementos físico-espaciais-construtivos que compõem a imagem das formas físicas apresentam clareza visual. A via tem desnível constante até à conexão (figura 71 e 72), sendo posteriormente plana (figura 73). A largura de perfil é constante e a sua altura varia em função da heterogeneidade dos gabaritos dos edifícios, permitindo a visibilidade das empenas. O efeito topológico dominante nas três estações é de *envolvimento* devido à proximidade das paredes laterais das edificações. Quanto aos efeitos perspectivos, é possível registrar que as figuras 71 e 72 apresentam um momento em que, primeiramente, se estabelece um efeito de *direcionamento*, seguido de um efeito de *conexão* com a Rua João de Deus. Na estação seguinte (figura 73) manifesta-se o efeito de *realce* através da presença da empena lateral revestida em telha cerâmica capa-canal, em contraste com a empena revestida com argamassa e pintada do lado direito do registro.



Figura 70 | Exercício E_Vista aérea parcial da cidade de Salvador com indicação dos cones visuais das estações. (fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 71 | Estação A da Rua do Frei Vicente (antiga Rua do Açouguinho) em direção à Rua Alfredo de Brito (antiga Rua das Portas do Carmo). (foto do autor, set./2017)



Figura 72 | Estação B da Rua do Frei Vicente (antiga Rua do Açouguinho) em direção à Rua Alfredo de Brito (antiga Rua das Portas do Carmo). (foto do autor, set./2017)



Figura 73 | Estação C da Rua do Frei Vicente (antiga Rua do Açouguinho) em direção à Rua Alfredo de Brito (antiga Rua das Portas do Carmo). (foto do autor, set./2017)

Consoante o observador se locomove entre a Rua Frei Vicente (área desnivelada da via) e a Rua J. Castro Rabelo (área nivelada da via), o efeito de

direcionamento definido pelas estruturas horizontalmente alongadas é subitamente pontuado por uma presença mais verticalizada, através de um elemento surpresa que contribui para a dramaticidade da cena urbana. Considera-se que a superfície revestida pelas telhas cerâmicas estabelece uma composição através das leis gestálticas de *proximidade*, *semelhança* e *coesão*, devido em parte às linhas horizontais e verticais, formas e cores das telhas.

Esta superfície, tal como o exemplo da empena lateral da antiga Rua das Laranjeiras, expõe um conjunto de características únicas no modo como se apresentam ao observador. Um exemplo dessa singularidade é o fato da textura das telhas ser tradicionalmente observada em coberturas e não em superfícies verticais.

O exercício F refere-se à sequência urbana apresentada nas figuras 74 a 77 e apresenta três registros à cota baixa do centro histórico do Porto. A sequência apresentada é oposta à sequência urbana do Porto apresentada anteriormente (figuras 66 a 69), percorrendo o caminho desde o tabuleiro inferior da Ponte D. Luís I em direção ao Cais da Ribeira. Tal como essa sequência urbana, considerou-se uma distância métrica entre cada estação com cerca de 55,0m. Considera-se que a legibilidade dos elementos que compõem a imagem é clara e nítida, desde o limite do Rio Douro até aos edifícios que fazem parte do tecido urbano.

A sequência junto ao tabuleiro da ponte é plana, apresentando um desnível em direção ao Cais da Ribeira. Depreende-se que esse desnível será importante para a relação visual entre o observador e o meio ambiente urbano, conforme é possível verificar nas figuras 76 e 77.

A altura do perfil, a exemplo das sequências urbanas anteriores, varia em função da falta de constância dos gabaritos das edificações (figura 76). No efeito perspectivo de *bifurcação* registrado na estação A (figura 75), considera-se que o muro em granito com o túnel rodoviário e as empenas laterais das edificações à cota baixa dominam a cena urbana, distribuindo-se um caminho para a direita da imagem (Túnel da Ribeira) e outro para a esquerda (Cais da Ribeira). Pelo fato das edificações terem uma volumetria heterogênea, nos planos posteriores à empena lateral do edifício em primeiro plano, sucede-se um conjunto de empenas laterais que organizam a composição a eixo do campo visual do observador. Entre elas, destaca-se uma empena revestida em “soletos” de ardósia (figuras 75 e 76). As estações B e C, figuras 76 e 77 respectivamente, evidencia o *dúplice envolvimento-amplidão* tal como no exemplo apresentado anteriormente do Porto.



Figura 74 | Exercício F_Vista aérea parcial da cidade do Porto com indicação dos cones visuais das estações.
(fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 75 | Estação A da Rua da Ribeira Negra em direção ao Cais da Ribeira. (foto do autor, dez./2016)



Figura 76 | Estação B do Cais da Ribeira em direção à Praça da Ribeira, na cota baixa da cidade do Porto.
(foto do autor, dez./2016)



Figura 77 | Estação C do Cais da Ribeira em direção à Praça da Ribeira, na cota baixa da cidade do Porto.
(foto do autor, dez./2016)

Tal como no exercício anterior, diminui-se intencionalmente a presença da amplidão do Rio Douro, registrando-se sobretudo o *envolvimento* apresentado pelos edifícios a norte. Nas cenas registradas nas figuras 76 e 77, observa-se um

momento em que se dá a preparação para *alargamento lateral* (figura 76) e, posteriormente, o *alargamento lateral* propriamente dito (figura 77), produzido através do recuo das fachadas da Rua da Lada. Esse efeito é suavizado pelo acentuado *direcionamento* do muro em granito, mas a visibilidade e a dimensão da empena lateral acabam por se evidenciar em relação ao *direcionamento* das linhas do muro, revelando um efeito de *alargamento lateral*.

Na estação B (figura 76) o enquadramento da empena lateral está alinhado em relação à linha de horizonte do observador, devido à diferença entre a cota da via onde o observador se encontra e a cota inferior em que o edifício está implantado. À medida que o observador se aproxima da empena lateral, a interação que se estabelece torna-se mais clara, percebendo-se as texturas da alvenaria de pedra pintada e a chapa ondulada pintada. Considera-se que a radiação solar reforça a textura da empena em granito, através dos gradientes produzidos pelas sombras sobre as irregularidades das juntas e as superfícies das pedras. No caso das chapas zincadas onduladas, a penumbra das partes côncavas das caneluras provocada pela radiação solar acaba por reforçar a verticalidade deste grupo de elementos. A empena lateral é composta por estes dois grupos que estabelecem um forte contraste, mas que reforçam o caráter de unidade da empena lateral.

Considera-se que a estação C (figura 77) demonstra a *intensidade* da aparência da empena lateral e a *dominância* da mesma em relação ao meio ambiente físico perceptível. Acredita-se que essas qualidades que se estabelecem entre o meio e o observador possibilitam maior facilidade das empenas laterais serem lembradas e gravadas na consciência do observador.

Em suma, considera-se que os exercícios apresentados chamam a atenção para dois aspectos. O primeiro refere-se às qualidades que medeiam as formas físicas perceptíveis do meio ambiente e o observador, e a segunda remete-se às próprias formas físicas das empenas laterais.

Relativamente às qualidades associadas aos conceitos de *Gestalt*, acredita-se que em todos os exemplos é possível depreender com nitidez a aparência e significado das empenas laterais. Considera-se que as empenas texturizadas, quer nos casos em que são revestidas em telha cerâmica capa-canal, quer nos soletos de ardósia, bem como nas chapas zincadas onduladas, são composições percebidas através das leis gestálticas da *proximidade*, da *semelhança* e de *coesão*. As empenas texturizadas, enquanto parte do todo, são compostas por uma

grande coerência de seus objetos físicos, estabelecendo uma *Gestalt* mais simples em relação às demais *Gestalts* do restante das partes das cenas urbanas, tendo assim maior capacidade de pregnância (*lei da pregnância gestáltica*). Considera-se que no caso das telhas cerâmicas e dos soletos de ardósia elas sejam entendidas pelo observador com maior simplicidade, devido às suas formas, tamanhos, texturas e cores, se revelarem ao observador sem nenhuma dificuldade em ele entender o que se lhe apresenta (ARNHEIM, 1980, p.47). Dessa forma, depreende-se que o observador estabelece um estímulo mais intenso com essas superfícies.

No caso das empenas texturizadas de Salvador, verifica-se que elas formam contraste, ora mais acentuado, ora menos acentuado, com os demais elementos físicos das cenas registradas, tais como as fachadas principais e as coberturas, mas o caráter de cada um dos elementos vê-se consolidado, estabelecendo um todo coerente. Esse contraste está associado à singularidade e *originalidade* dessas superfícies no meio ambiente físico, fruto das suas formas, tamanhos, texturas e cores, tal como se pode observar na figura 73, com a empena lateral revestida em telha cerâmica a destacar-se em relação à empena lateral revestida em argamassa pintada. De acordo com Kohlsdorf (1975), a combinação das qualidades de *originalidade* e *contraste* oferece a qualidade de *dominância*. Acredita-se assim que as empenas laterais das sequências urbanas apresentadas são elementos físicos perceptíveis com relativa prevalência sobre as outras partes do meio ambiente. Segundo a autora, as qualidades de *contraste* e *originalidade* asseguram o efeito psicológico de *impregnabilidade*. Dessa forma, considera-se que as empenas laterais apresentadas nos exercícios, sendo facilmente reconhecidas e organizadas como partes integrantes das paisagens urbanas, são capazes de estimular no observador uma imagem intensa das cenas urbanas observadas.

Nos exemplos do Porto considera-se que as empenas revestidas em soletos de ardósia apresentam as mesmas qualidades de *contraste* e *originalidade* das empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal de Salvador e os mesmos efeitos nos observadores. Além dos soletos de ardósia, os exemplos do Porto revelam maior heterogeneidade de materiais de revestimento (chapa zincada ondulada pintada, granito aparente, granito pintado, argamassas pintadas), acreditando-se que essas empenas, com as suas texturas, cores, brilhos e reflexos, apresentam qualidades de *dominância* e *intensidade*. Depreende-se que em determinadas situações, as empenas laterais conseguem evidenciar-se em relação ao restante

dos elementos físicos perceptíveis, apresentando *intensidade* à informação fornecida ao observador. Considera-se que essas qualidades se devam, além das características anteriormente descritas (forma, tamanho, cor e brilho), à sua dimensão e relação de proximidade com o observador.

Acredita-se que o segundo aspecto que os exercícios revelam é em relação à importância da configuração dos espaços urbanos na visibilidade das empenas. As vias e edifícios com larguras e alturas mais harmoniosas do centro histórico de Salvador produzem um vínculo distinto das vias de largura reduzida e edifícios com maior altura do centro histórico do Porto. No exemplo de Salvador, considera-se que se pode experienciar a surpresa quando uma empena se revela após um cruzamento e o campo visual se altera. Já no Porto essa surpresa revela-se quando, ao se movimentar por uma via com largura reduzida e prevalentemente em sombra, o espaço urbano se alarga. Depreende-se então que, embora os centros históricos de Salvador e do Porto se revelem como duas estruturas urbanas distintas, as empenas laterais que participam na composição das suas paisagens urbanas, enquanto elementos físicos perceptíveis, estimulam e contribuem para a relação entre o meio ambiente e o observador.

Em suma, considera-se que entre os exemplos apresentados, os estímulos entre as formas físicas das empenas laterais e o observador são mais intensos quanto maior for o contraste dos formatos, tamanhos, cores e texturas dessas superfícies com as demais (ex: fachadas e coberturas). Adicionalmente, quanto maior for o tamanho das empenas laterais e intensidade das suas texturas, os efeitos psicológicos entre quem observa e o que é observado se estabelecem com maior facilidade.

3.3.2 Linear vs Pictórico e Planar vs Recessional

Considera-se necessário fazer um enquadramento deste exercício de análise inspirado na “Teoria da Visibilidade Pura”. A abordagem que se pretende desenvolver na presente subseção fundamenta-se em esquemas de análise elaborados por Heinrich Wölfflin nos seus estudos acerca do Renascimento e do Barroco, mas primeiramente e de modo resumido descrever-se-á a corrente na qual o autor estava inserido. De acordo com Barros (2011), Heinrich Wölfflin foi um historiador e estudioso de arte pertencente à designada Escola de Viena, importante

corrente historiográfica da arte, cujos princípios eram dominados pela “Teoria da Visibilidade Pura”. Segundo o autor, esses conceitos desenvolvidos ainda no século XIX, em que um dos seus fundadores foi Konrad Fiedler, defendiam que as formas são compostas por uma essência própria e que é o seu valor universal que leva à figuração, sendo por sua vez através do sentido da visão que se conseguia obter uma forma de expressão artística. Esta corrente historiográfica da arte dava enfoque ao fenômeno da visualidade e ao modo como as obras de arte podiam apresentar tendências formais, à parte do tema que as mesmas estivessem a tentar transmitir (BARROS, 2011).

De acordo com Barros (2011), Wölfflin ao estudar o Renascimento e o Barroco, desenvolveu uma série de pares dicotômicos (pares de opostos) de análise formalista. Acredita-se que dois deles serão apropriados para a discussão deste trabalho: o *linear-pictórico* e o *planar-recessional*. O primeiro par dicotômico que será abordado remete-se aos conceitos de *linear* e de *pictórico*. Na opinião de Barros (2011), a formulação de *linear* refere-se à maneira como as representações de formas ou figuras inseridas em qualquer manifestação ou reprodução artística são traçadas de modo nítido, apresentando os seus limites de forma clara. Quanto à concepção de *pictórico* ela é relativa a representações em que as formas e figuras revelam uma visibilidade mais difusa, sendo as cores e os contornos mais indefinidos, ao contrário do conceito *linear*.

O segundo esquema analítico reporta-se aos conceitos de *planar* e *recessional*. Na opinião de Barros (2011), o conceito de *planar* é relativo ao conjunto de planos paralelos entre si que constituem, de forma regular, a profundidade dos elementos, enquanto o conceito de *recessional* refere-se a uma organização através de diagonais que ora se afastam, ora se aproximam do observador. Estes dois conceitos opostos referem-se sempre à profundidade do conjunto de figuras que se estão a observar, mas cuja organização dos seus planos ora se apresenta mais ordenada, regular e estável, no caso *planar*, ora se apresenta mais dinâmica, variável e incerta, no caso *recessional*.

Na aplicação histórica destes esquemas analíticos, Wölfflin (1989 apud BARROS, 2011), ao estudar obras de arte do Renascimento e do Barroco, defende que os aspectos *linear* e *planar* eram característicos do período renascentista, enquanto os aspectos *pictórico* e *recessional* eram próprios do período barroco. Para o presente trabalho considera-se que a aplicação desses esquemas analíticos

em estilos artísticos tem um objetivo historiográfico que não é o desejado. Os pares dicotômicos interessam somente enquanto técnica de análise para estudar a eventual existência de padrões ou tendências formais nas áreas objeto de estudo, não se negando com isso a possibilidade de alguns desses padrões poderem aproximar-se de algum estilo artístico ou arquitetônico. Considera-se que estes pares, estabelecidos através de definições opostas, representam uma técnica eficaz na eventual identificação de tendências formais nas cenas urbanas registradas, admitindo-se que os registros dizem respeito a paisagens urbanas com valor arquitetônico e histórico. Interessa ao presente exercício explorar os pares dicotômicos mencionados, na procura de eventuais tendências formais na configuração urbana dos centros históricos de Salvador e do Porto e na relação que se estabelece entre essas formas físicas perceptíveis e o observador.

Dessa forma, os exercícios de análise são compostos com a seguinte estrutura: (1) vista aérea parcial da área objeto de estudo, com a localização e orientação do cone visual, (2) registro fotográfico, e (3) manipulação do registro fotográfico.

A manipulação do registro fotográfico é feita através da substituição da matéria das empenas laterais que estão no registro original por uma superfície branca sem qualquer textura. O objetivo da manipulação é fazer um contraponto entre uma imagem real e uma imagem assumidamente artificiosa, para estudar os seguintes aspectos: (1) confirmação da presença de empenas na cena urbana registrada, e (2) análise da posição e distribuição das empenas e identificação de eventuais padrões ou tendências de organização.

Assim sendo, os exercícios perceptivos apresentados nas figuras 78 a 86 dizem respeito a três exemplos, dois no contexto de Salvador e um no Porto. A estrutura é idêntica em todos os exemplos, só alterando o local do registro fotográfico. A estrutura é composta por uma figura inicial (figuras 78, 81 e 84) com uma vista aérea parcial do local objeto de estudo, com a localização e orientação do cone visual do registro. A figura seguinte (figuras 79, 82 e 85) é relativa a um registro singular e único obtido naquele momento específico. A figura subsequente (figuras 80, 83 e 86) representa uma manipulação dos registros singulares através da substituição da matéria das empenas laterais por superfícies lisas e brancas.

O exemplo apresentado nas figuras 79 e 80 refere-se ao registro de uma cena urbana no Largo do Pelourinho em direção a Santo Antônio Além do Carmo, em

Salvador. Os espaços urbanos registrados mantêm uma configuração espacial próxima da que lhes deu origem, conforme é possível observar na figura 13.



Figura 78 | Exercício G_Vista aérea parcial da cidade de Salvador com indicação do cone visual. (fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 79 | Vista da Ladeira do Carmo a partir do Largo do Pelourinho. (foto do autor, mai./2017)



Figura 80 | Simulação da figura 79 sem a matéria das empenas laterais e pintadas de branco. (foto do autor, mai./2017)

Salienta-se que a análise deste registro poderá ser complementada pelo exercício A das sequências urbanas representado nas figuras 55 a 57. De acordo com as propostas de entendimento de Lynch (1997), acerca da imagem e da forma da cidade, considera-se que o Largo do Pelourinho é um importante ponto nodal do centro histórico de Salvador, sendo um local de conexão de vias. Ao articular a figura 79 com as figuras 55 a 57 da sequência urbana, de acordo com os conceitos da *Gestalt Urbana*, produz-se um efeito topológico de alargamento, devido à posição das fachadas do Largo do Pelourinho estarem fora do alinhamento das fachadas da Rua Gregório de Matos. O alargamento da cena urbana permite que os limites físicos e do campo visual se afastem do observador, apresentando maior clareza visual ao que é observado. Continuando a articulação com a sequência urbana, a figura 79 apresenta um efeito de preparação para estreitamento, produzido pela aproximação entre os edifícios da Ladeira do Carmo. Considera-se que as formas visíveis que transmitem essa informação são, em grande parte, as empenas das edificações, devido à acentuada visibilidade destas em relação às suas fachadas principais e coberturas, que se manifestam em escorço.

Relativamente às qualidades que medeiam o meio ambiente e o observador, registra-se a qualidade de direcionalidade através da sequência das empenas da Ladeira do Carmo que indica um caminho a percorrer.

Com relação à análise das imagens através dos conceitos dos pares dicotômicos *planar-recessional* de Wölfflin, considera-se que a figura 79 apresenta dois planos principais. O primeiro plano é composto pelo casario colorido do Largo do Pelourinho (à esquerda da imagem) e pela Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (à direita da imagem). O segundo plano é organizado através do casario da Ladeira do Carmo e as torres da Igreja do Santíssimo Sacramento do Passo e do Convento do Carmo.

Enquanto os elementos do primeiro plano apresentam um efeito perspectivo de direcionamento em relação ao que se observa no segundo plano, o segundo apresenta um efeito de impedimento composto por um conjunto de elementos morfológicos arquitetônicos, nos quais se destacam as empenas laterais, conforme se pode observar nas figuras 79 e 80. Conforme se pode constatar nas figuras 79 e 80, as empenas do segundo plano organizam-se de forma paralela e ordenada em relação ao observador. Acredita-se então que a singularidade da ocorrência registrada é estabelecida de forma tendencialmente *planar*.

Relativamente ao par *linear-pictórico*, o registro da cena urbana foi intencionalmente obtido num momento em que os edifícios e as vias se encontravam majoritariamente em sombra. Essa intenção teve como objetivo perceber se a diminuição da luz natural poderia ter influência na análise da capacidade de associação entre os materiais de revestimento das empenas laterais e o restante dos elementos arquitetônicos. Assim, ao analisar a figura 79 constata-se que as empenas, mesmo estando em sombra, apresentam as suas formas bem definidas. Considera-se então que o conjunto dos elementos físicos visíveis, entre os quais as empenas laterais, é apresentado com formas nítidas e bem delineadas, em que é possível observar a configuração de cada empena lateral bem como as suas cores, com a prevalência de exemplares com pintura branca, havendo ainda exemplares com pintura amarela, verde e uma enegrecida por ação de biofilme.

Ao analisar a figura 79 constata-se que a pintura branca das argamassas de revestimento das empenas laterais revela maior capacidade de contraste com os demais materiais de revestimento do restante dos elementos morfológicos arquitetônicos (ex: fachadas principais, fachadas posteriores, coberturas) presentes na paisagem. Depreende-se assim que essa característica contribui para a apresentação *linear* das empenas laterais, enquanto elementos físicos perceptíveis do centro histórico de Salvador.

Um exercício que se considera reforçar essa possibilidade é através da comparação entre a figura 79 e a figura 13. Convém salientar que a análise da figura 13 deverá ser entendida com maior grau de subjetividade, já que a leitura que será feita tem em consideração a variável cromática, e essa figura trata-se de uma imagem a preto e branco e. Assim sendo, ao explorar-se a figura 13 é possível verificar que algumas empenas do lado esquerdo da Ladeira do Carmo estão revestidas em telha cerâmica capa-canal e outras têm as suas superfícies enegrecidas, provocado eventualmente por biofilme ou pátina. Essas empenas acabam por se tornar mais difusas com as fachadas principais e com as coberturas, sobretudo se as cores forem mais próximas. Dessa forma, admite-se a interpretação de que as empenas laterais da figura se revelam menos lineares e mais pictóricas. Entende-se assim que diferentes aparências das superfícies podem alterar a percepção dos seus limites configurativos, acreditando-se então que os materiais, através das suas cores e texturas, poderão ter influência direta nas formas visíveis e na maneira como elas poderão ser observadas e entendidas.

Considera-se então que quanto mais brancas e contrastantes as empenas laterais forem em relação aos demais elementos morfológicos urbanos do centro histórico de Salvador, mais lineares e nítidas elas se tornam ao observador. Admite-se que as empenas laterais brancas, nos momentos em que as suas superfícies estão sobre a influência direta da radiação solar, pelo fato dos corpos brancos terem maior capacidade de refletir os raios solares, acabam por estabelecer uma relação mais intensa com o observador.

As figuras 82 e 83 reportam-se a um registro com um enquadramento da paisagem urbana do centro histórico do Porto. O registro fotográfico é do Morro da Sé/Pena Ventosa, com o seu casario, a Catedral e o Paço Episcopal. O conjunto edificado apresentado na figura é relativo à área onde se consolidou a nucleação original da cidade do Porto. Os espaços urbanos, nomeadamente as vias e as quadras da área observada, apresentam uma configuração de influência medieval, com vias de largura reduzida e traçado sinuoso, quadras irregulares e edifícios com testada estreita.

No que diz respeito à análise das imagens por meio dos conceitos dos pares dicotômicos *planar-recessional*, considera-se que a figura 82 apresenta um conjunto de elementos organizados através de diagonais que, ora se desenvolvem em direção ao observador, ora se afastam. Na figura 83, com a ausência da matéria das empenas laterais, considera-se que se evidencia a distribuição das empenas de acordo com uma organização mais dinâmica e variável. Acredita-se que a singularidade da ocorrência registrada é estabelecida tendencialmente de forma *recessional*. Considera-se que a distribuição destes elementos arquitetônicos deve-se ao traçado irregular e sinuoso das vias a acompanhar os desníveis do terreno, ao parcelamento e à ocupação dos lotes. Embora este registro apresente uma organização *recessional*, não se deve excluir a possibilidade em verificar-se organizações com tendência *planar*, sobretudo quando se trata de vias regulares em que as empenas laterais são visíveis, tal como se pode observar na Rua Mouzinho da Silveira, conforme a figura 40. Com relação ao par *linear-pictórico*, o registro da cena urbana na figura 82 foi intencionalmente obtido num momento em que os edifícios e as vias estavam sobre a influência direta da radiação solar. Essa intenção teve como objetivo perceber se a luminosidade natural poderia ter influência na capacidade de associação entre os materiais de revestimento das empenas laterais e o restante dos elementos morfológicos arquitetônicos.



Figura 81 | Exercício H_Vista aérea parcial da cidade do Porto com indicação do cone visual.
(fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 82 | Vista do Morro da Sé, registrada a partir do Morro da Vitória. (foto do autor, nov./2016)



Figura 83 | Simulação da figura 82 sem a matéria das empenas laterais e pintadas de branco.
(foto do autor, nov./2016)

Ao analisar-se as empenas laterais da figura 82, mesmo estando sob condições aceitáveis de radiação solar, considera-se que apresentam as suas formas majoritariamente difusas e pouco definidas. Acredita-se assim que a radiação solar não tem influência significativa na percepção das empenas laterais do centro histórico do Porto. No entanto, admite-se que as empenas, nos momentos em que se encontrem sob condições de penumbra, sejam percebidas de modo ainda mais difuso e menos definido.

Ao estudar-se os materiais de revestimento das empenas laterais, constata-se uma variedade significativa de cores e texturas, manifestadas por empenas revestidas em chapa zincada ondulada prevalentemente vermelhas, empenas revestidas com argamassas com várias cores distintas, empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal, empenas revestidas em soletos de ardósia e, inclusivamente, empenas laterais sem qualquer revestimento revelando o granito aparente. Considera-se assim que as empenas laterais da cena urbana registrada evidenciam um policromatismo acentuado.

Ao observar a figura 82 constata-se que o policromatismo das empenas laterais apresenta uma capacidade de associação significativa com o restante dos elementos morfológicos arquitetônicos da paisagem, tais como as coberturas e fachadas principais. Depreende-se assim que essa característica contribui para a apresentação *pictórica* das empenas laterais, enquanto elementos físicos perceptíveis do centro histórico do Porto. No entanto, é possível observar na figura 82 alguns exemplares rebocados e pintados de branco que, por essa razão, adquirem maior capacidade de contraste com o restante dos elementos.

Nesse sentido, considera-se que sempre que as empenas sejam revestidas através de materiais com cores e texturas que se aproximam às das fachadas e coberturas, há uma tendência para um registro mais *pictórico* e, sempre que os materiais de revestimento das empenas são contrastantes com os das fachadas e coberturas, dá-se uma tendência mais *linear*. Por sua vez, a tendência *linear* vê-se reforçada sempre que os seus materiais e cores adquirem protagonismo com a radiação solar, como é o exemplo das empenas rebocadas e pintadas de branco.

Ao comparar-se a figura 82 com a figura 38, considera-se que o registro mais antigo apresente maior nível *pictórico* do que o registro atual. Tal como referido no exemplo anterior de Salvador, o fato da imagem ser a preto e branco e as considerações serem em parte sobre a influência das cores, aumenta o grau de

subjetividade da análise, mas depreende-se que na figura 38 as empenas, enquanto elementos figurativos da totalidade da composição, apresentam-se mais “diluídas”, mimetizando-se com o restante dos elementos figurativos. Acredita-se que a intensidade pictórica deve-se ao fato das empenas laterais observadas serem, predominantemente, revestidas em telha cerâmica capa-canal, bem como à ausência de empenas rebocadas e pintadas de branco.

Ao contrário do registro de Salvador, em que a composição dos elementos se revela com uma tendência mais *planar* e *linear*, considera-se que o registro do Porto manifesta uma tendência de organização mais *recessional* e *pictórica*. No caso do exemplo da cidade do Porto, as empenas estabelecem-se de acordo com os desníveis do terreno e os traçados irregulares das vias, manifestando uma organização mais dinâmica através de diagonais (*recessional*), enquanto no exemplo de Salvador, as empenas que também se estabelecem mediante a declividade do terreno, sugerem uma organização mais regular através de uma sucessão de planos paralelos (*planar*), em parte pelo traçado das vias ser tendencialmente mais regular.

Quanto à manifestação das formas das empenas laterais (*linear vs pictórico*), o traçado é mais nítido e definido nas cenas urbanas observadas em Salvador, em parte devido ao contraste das texturas e cores que as empenas laterais têm com as fachadas e coberturas, mas também devido ao protagonismo que as empenas brancas adquirem com a radiação solar, reforçando assim a sua figuratividade (*linear*). No caso da cidade do Porto, devido ao número significativo de diferentes materiais de revestimento das empenas laterais, o contraste com as fachadas e coberturas é menos acentuado. Nesse caso, a radiação solar acaba por ter um comportamento semelhante em todas as superfícies, conferindo-lhes propriedades aproximadas. Tudo isso contribui para uma figuratividade mais difusa das empenas do Porto (*pictórico*), à exceção das que são pintadas à cor branca.

Retomando a comparação entre as figuras 38 e 82, considera-se necessário salientar alguns aspectos, designadamente quanto à forma das empenas. Entre as duas figuras há uma diferença temporal de 70 a 100 anos, mas observa-se que a forma das empenas laterais se mantém praticamente inalterada, apresentando um coroamento plano em resultado da maioria das coberturas serem compostas por telhados de quatro vertentes. Dentro desta homogeneidade destaca-se uma empena lateral com coroamento angular triangular no canto esquerdo das cenas registradas.

Esse edifício, ao contrário da maioria dos edifícios do centro histórico do Porto, apresenta uma cobertura com duas vertentes orientadas para a via e para o quintal, originando uma empena com vértice na cumeeira.

Quanto aos materiais de revestimento das empenas laterais registra-se que na cena urbana mais antiga (figura 38) havia maior número de empenas revestidas com telha cerâmica capa-canal, enquanto na cena mais recente (figura 82) prevalecem as empenas revestidas com chapa ondulada pintada e empenas pintadas.

As figuras 85 e 86 são relativas ao último exercício, com um registro obtido na Ladeira do Carmo em direção ao Largo do Pelourinho, em Salvador. Da mesma forma que o primeiro exercício, os espaços urbanos têm uma configuração semelhante desde a fundação de Salvador. A visibilidade destas empenas, além do parcelamento e ocupação dos lotes, deve-se ao fato do Largo do Pelourinho ser uma via com um desnível acentuado. Ao contrário do efeito gestáltico de alargamento que se percebe ao adentrar no Largo do Pelourinho, neste registro o efeito topológico é de preparação para estreitamento devido à inflexão dos edifícios no final da Ladeira do Carmo e o efeito perspectivo é de impedimento, definido em parte pelo conjunto de empenas laterais.

No que diz respeito à análise das imagens de acordo com o par de conceitos *planar-recessional*, considera-se que a figura 85 pode ser identificada por um conjunto de planos paralelos entre si, sendo o primeiro composto pelo casario colorido da Ladeira do Carmo e um segundo pelas empenas laterais do casario poente do Largo do Pelourinho. Por sua vez, o plano composto pelas empenas laterais apresenta-se ao observador como uma sucessão de planos organizados de forma paralela, com uma profundidade tendencialmente regular. Ao analisar a figura 86, considera-se que o conjunto das empenas é relativamente concentrado e organizado, só se tornando perceptíveis através dos beirais das coberturas e das fachadas dos pisos suplementares recuados. Acredita-se então que esta ocorrência registrada é estabelecida de modo tendencialmente *planar*. Considera-se pertinente fazer referência às propriedades luminosas do céu, pela sua possível influência na percepção das empenas. Ao analisar-se a simulação apresentada na figura 86, verifica-se que o céu leitoso não estabelece contraste com a ausência da matéria das empenas laterais, devido à base das empenas ser representada pela cor branca.



Figura 84 | Exercício I_Vista aérea parcial da cidade de Salvador com indicação do cone visual.
(fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 85 | Vista do conjunto urbano do Largo do Pelourinho, a partir da Ladeira do Carmo, apresentando um conjunto de empenas laterais, entre as quais se destaca uma empena "mutilada" no edifício onde está instalado o Hotel Pelourinho. A introdução de um pátio no limite lateral do edifício produz uma ruptura na configuração da empena. (foto do autor, nov./2016)



Figura 86 | Simulação da figura 85 sem a matéria das empenas laterais e pintadas de branco.
(foto do autor, nov./2016)

Pode depreender-se assim que se as empenas verdes do Hotel Pelourinho fossem brancas, nos dias em que o céu apresenta uma aparência mais leitosa, o seu impacto na paisagem seria atenuado, enquanto se o céu se manifestasse em cor azul, o contraste com as empenas brancas seria reforçado. Dessa forma, acredita-se que os fatores climáticos, em determinadas circunstâncias, podem influenciar o modo como as empenas são percebidas e observadas.

Quanto ao par *linear-pictórico*, considera-se que as formas do registro são delimitadas e nítidas. As empenas laterais, associadas ao fato de serem pintadas com cores distintas (brancas, rosas e verdes), apresentam formas com limites claros e bem definidos. A dificuldade pode observar-se apenas quando as empenas exibem a mesma cor e não existem elementos de delimitação auxiliar (ex: telhas cerâmicas das coberturas, beirais). Mesmo assim, depreende-se que as empenas laterais deste exemplo apresentam, na sua maioria, uma tendência *linear*. À semelhança do primeiro exemplo de Salvador, acredita-se que a composição dos elementos perceptíveis registrados na cena denuncia uma tendência *planar e linear*.

Assim sendo, do conjunto dos exercícios apresentados depreende-se que, quanto maior for o contraste das cores e texturas entre os materiais de revestimento das empenas laterais e do restante dos materiais das fachadas principais e coberturas, maior é a tendência *linear* da composição. Ao invés, quanto menor for esse contraste, maior é a capacidade de associação entre todos os elementos e, por sua vez, maior é a tendência pictórica da composição. Por sua vez, considera-se que quanto maior for a tendência *linear*, mais intensas e dominantes se tornam as empenas laterais nas cenas urbanas registradas.

A outra leitura refere-se à relação entre o traçado das vias, o parcelamento e a ocupação dos lotes com o par de opostos *planar-recessional*. Conforme descrito na primeira seção, embora na cidade do Porto seja possível registrar distintos parcelamentos e ocupações dos lotes ao longo dos séculos, nas áreas objeto de estudo essas características são prevalentemente de influência medieval da cidade que se desenvolveu intramuros, com os edifícios encostados entre si a ocupar a totalidade dos lotes, alinhados sobre vias com traçados sinuosos e formando quadras com geometrias irregulares. No caso de Salvador, observa-se prevalentemente um parcelamento com lotes de largura reduzida e profundidade significativa, bem como uma ocupação dos lotes através de edifícios alinhados sobre as vias públicas e quintais no interior das quadras. Uma diferença significativa entre

as duas áreas objeto de estudo é com relação ao traçado tendencialmente regular das vias e quadras de Salvador, em contraste com o traçado tendencialmente irregular do Porto. Assim sendo, considera-se que o traçado das vias e das quadras, enquanto elementos morfológicos, têm uma forte contribuição para a distinção entre os dois espaços urbanos.

Nesse sentido, admite-se assim uma outra leitura deste exercício de análise, que consiste no fato de quanto maior for a regularidade do traçado das vias e das quadras, maior é a tendência *planar* dos elementos figurativos da composição. As vias, quer sejam niveladas, quer sejam desniveladas, se apresentarem um traçado mais regular, com os edifícios inseridos em parcelas predominantemente ortogonais entre si, produzem empenas laterais que se organizam em planos paralelos. Para essa situação ser reforçada, a falta de constância dos gabaritos desempenha um papel ativo. No sentido oposto, quanto maior for a sinuosidade do traçado das vias e irregularidade das quadras, maior é a tendência *recessional* na organização das formas físicas perceptíveis. Conforme se pode observar no centro histórico do Porto, quando as vias são irregulares e as parcelas onde os edifícios se implantam apresentam configurações menos ortogonais, as empenas laterais visíveis tendem a organizar-se de forma menos ordenada. Admite-se assim a possibilidade que quanto maior for a influência medieval, mais variável e incerta se torna a profundidade do conjunto da cena urbana registrada. Nesse seguimento, considera-se que quanto maior for a racionalidade e organização do traçado urbano, maior é a regularidade da profundidade do conjunto. No caso em que a visibilidade das empenas laterais está associada à regularidade dos traçados das vias, depreende-se que elas sugerem uma percepção através de um padrão mais estável, e no caso da visibilidade estar associada à irregularidade dos traçados a percepção é estabelecida através de um padrão menos fixo e mais dinâmico.

É conveniente não esquecer que estas leituras têm sempre de ser entendidas segundo o grau de visibilidade das empenas, pois quanto menor for a sua visibilidade, menor é a intensidade com que se processam cognitivamente em quem com elas interage. Nos casos dos centros históricos de Salvador e do Porto, em função da sua topografia acidentada, esse fenômeno de visibilidade apresenta-se com maior frequência, considerando-se que essa característica é essencial para a relação que se estabelece entre quem se movimenta pelos lugares e as paisagens urbanas observadas.

3.3.3 Relação de Figura-Fundo

Este exercício de análise baseia-se no axioma gestáltico da figura-fundo. De acordo com Brandi (2004), a relação de figura e de fundo é um esquema espontâneo do processo cognitivo que se estabelece na presença de uma percepção visiva. Segundo Arnheim (1980), ao referir-se à bidimensionalidade como sistema de planos frontais, afirma que a relação figura-fundo é a forma mais primária dela ser representada. Uma forma resumida de descrever essa relação seria aquilo se torna mais significativo sobre aquilo que se torna menos significativo, em que uma parte se apresenta na frente da outra.

Os exercícios de análise da relação figura-fundo são compostos com a seguinte estrutura: (1) vista aérea parcial da área objeto de estudo, com a localização e orientação do cone visual, (2) registro fotográfico, e (3) manipulação do registro fotográfico.

À semelhança do exercício de análise anterior, a manipulação do registro fotográfico é feita através da substituição da matéria das empenas laterais do registro original por uma superfície lisa branca. O objetivo dessa manipulação é estabelecer uma comparação entre uma imagem real e uma imagem assumidamente artificiosa, para estudar os seguintes aspectos: (1) confirmação da presença de empenas na cena urbana registrada, e (2) análise da contribuição das empenas laterais enquanto elemento constituinte do “tecido figurativo”⁵⁹ das paisagens urbanas, entendidas como obras de arte coletivas.

Na opinião de Arnheim (1980), qualquer obra de arte para poder ser compreendida tem de ser considerada como um todo, afirmando que a composição total manifesta o ser de determinada ocorrência, independentemente de ser composta por um conjunto de elementos. Para o autor é a composição total que transmite uma mensagem antes sequer de se identificar os seus elementos constituintes. Tal entendimento também é defendido na *Gestalt* que advoga que o todo não é o mesmo que a soma das suas partes. É com base neste princípio que os exercícios desta subseção pretendem identificar a importância e visibilidade das empenas enquanto tecido figurativo da “totalidade” das paisagens urbanas das áreas objeto de estudo, bem como analisar em que medida elas podem apresentar ou

⁵⁹ O termo “tecido figurativo” é utilizado por Brandi no seu livro “Teoria da Restauração”, ao referir-se à problemática das lacunas. Para o autor, as lacunas, no que se refere às obras de arte, representam uma alteração do “tecido figurativo”.

configurar padrões ou tendências formais que possibilitem o estabelecimento de efeitos nos observadores.

De acordo com Lamas (2004), a forma urbana é estabelecida por um conjunto de elementos morfológicos com diferentes “escalas de leitura”⁶⁰. Segundo o autor, este termo refere-se à necessidade em se estabelecer os elementos mínimos do espaço urbano. Na mesma obra, os elementos morfológicos com maior escala de leitura que formam o espaço urbano são o solo, os edifícios e monumentos, os lotes, os quintais, as quadras, as vias e as praças, a vegetação e o mobiliário urbano. Referindo-se às cidades tradicionais, o autor defende que é através das fachadas que se estabelece a comunicação entre os edifícios e os espaços urbanos, referindo também a condição, por vezes existente, das fachadas “entaladas” entre as empenas. Nas cidades de Salvador e do Porto, conforme se tem vindo a referir no trabalho, a topografia acidentada, o tipo de parcelamento e ocupação dos lotes, a falta de constância dos gabaritos dos edifícios, e a aparente ausência de regulamentação urbana específica, são alguns dos fatores que contribuíram para que as empenas laterais acabassem por adquirir visibilidade enquanto elemento físico-espacial-constutivo, concorrendo com as coberturas e as fachadas, quer as principais, quer as posteriores, para a morfologia urbana de ambas as permanências urbanas. Dessa forma, depreende-se assim que as empenas colaboram para a forma dos elementos morfológicos urbanos, participando por sua vez, na formação dos espaços urbanos. Na opinião de Lamas (2004):

Pode-se também verificar que, sendo os elementos morfológicos relativamente constantes na arquitetura, é através do modo como se estruturam e se organizam que provém a comunicação estética do objeto arquitetônico.

Esta constatação é também extensiva ao espaço urbano. Na cidade, o sentido figurativo, como obra de arte coletiva, provém dos objetos – edifícios (ou construções) – e da sua articulação com o espaço por eles definido. (LAMAS, 2004, p.80)

Considera-se que o autor, quando menciona os elementos morfológicos constantes da arquitetura, esteja a referir-se ao que Kohlsdorf (1975) entende como configurações ou formas físicas visualmente perceptíveis, depreendendo-se que esteja a referir-se a todos os elementos formais da arquitetura, nos quais se incluem as empenas laterais, a partir do momento em que estas se manifestem enquanto

⁶⁰ Termo utilizado pelo autor referindo-se ao estabelecimento dos elementos mínimos do espaço urbano, dando como exemplo os postes de iluminação e a fiação elétrica que, embora contribuindo para a forma urbana, têm um grau de leitura distinto dos demais.

elementos visíveis. Acredita-se então que quando o autor menciona a “*comunicação estética do objeto arquitetônico*” esteja a remeter-se a um atributo qualitativo da mensagem que é estabelecida entre o que é observado e quem observa. Se está confirmada a presença das empenas nos centros históricos de Salvador e do Porto, infere-se assim que essas superfícies participam na comunicação estética entre o que é observado e quem observa. No momento em que o autor alude à organização e estruturação desses elementos morfológicos ou formas físicas perceptíveis, acredita-se que esteja a referir-se à coesão desses elementos que acabam por estabelecer uma correlação tão forte entre si, que só poderão ser entendidos de forma “inteira”. Considera-se então que as empenas laterais são superfícies que contribuem para o entendimento “inteiro” das paisagens urbanas que o observador faz, colaborando para a comunicação estética das mesmas.

Segundo Lamas (2004), a cidade pode ser classificada figurativamente como obra de arte coletiva, justificando que esse entendimento deriva da relação dos elementos físico-espaciais-constructivos (edifícios ou construções) e dos espaços por eles e entre eles estabelecidos. Na opinião de Brandi (2004), a obra de arte só o é a partir do momento em que dá o seu reconhecimento enquanto obra de arte, afirmando:

Revelar-se-á, então, de pronto, que o produto especial da atividade humana a que se dá o nome de obra de arte, assim o é pelo fato de um singular reconhecimento que vem à consciência. [...] Essa é, sem dúvida, a característica peculiar da obra de arte, quando não questionada na sua essência e no processo criativo que a produziu, mas quando começa a fazer parte do mundo, do particular ser no mundo de cada indivíduo. (BRANDI, 2004, p.27)

Considera-se assim adequada a interpretação de que a figuratividade das cidades, enquanto obras de arte coletivas, são reconhecidas como tal a partir do momento em que cada indivíduo ou observador as entenda como assim sendo, sem que para isso duvide do seu processo criativo ou da sua natureza artística. Nas reflexões de Brandi (2004), acerca das intervenções de restauração nas obras de arte, o autor menciona que:

[...] é essencial para a obra de arte o seu reconhecimento como tal, e que nesse momento se dá o reingresso da obra de arte no mundo. A ligação entre restauração e obra de arte se estabelece, pois, no ato do reconhecimento [...] mas o ato do reconhecimento tem as suas premissas e as suas condições. A partir desse reconhecimento serão levadas em consideração não apenas a matéria através da qual a

obra de arte subsiste, mas também a bipolaridade com que a obra de arte se oferece à consciência. (BRANDI, 2004, p.29)

O autor refere-se à matéria da obra de arte como “consistência física”, atribuindo-lhe uma importância primordial. É a matéria que concretiza a manifestação da imagem, transmitindo-a à consciência do observador. Para Brandi (2004), imagem e matéria são indissociáveis, afirmando que:

Por isso, só nos podemos servir de um ponto de vista fenomenológico e, sob esse aspecto, a matéria se mostra como “aquilo que serve à epifania da imagem.” (BRANDI, 2004, p.36)

Considera-se então que a imagem é definida através do processo cognitivo que o indivíduo estabelece na sua relação com a natureza (relação interior-exterior), e para o qual (processo cognitivo) é a matéria, em primeira instância, que conduz a essa apreensão. Ao explorar o conceito de matéria na obra de arte, Brandi (2004) defende que a matéria é composta por aspecto e estrutura, admitindo a possibilidade de as duas funções poderem entrar em conflito. Admite-se que isso se possa verificar nas empenas laterais, se entendidas enquanto “tecido figurativo” das obras de arte coletivas. No caso da figura 43, registrada no Morro da Vitória, na cidade do Porto, observa-se um conjunto de empenas laterais em que uma apresenta destacamento das argamassas de revestimento, apresentando partes do granito da estrutura da parede e partes revestidas com o asfalto da impermeabilização. Considera-se que o granito (matéria enquanto estrutura) quando adquire visibilidade acaba por cooperar com as argamassas (matéria enquanto aspecto), não sendo clara a diferença entre as duas matérias, mas quando a camada de asfalto (matéria enquanto estrutura) assume visibilidade, o contraste com as argamassas é acentuado. Ou seja, o granito quando passa da condição de matéria enquanto estrutura para matéria enquanto aspecto, apresenta gradientes mais suaves com a paisagem, ao invés do asfalto.

Brandi (2004) menciona que a ligação entre a restauração e a obra de arte é produzida através do reconhecimento da obra de arte em si, definindo que esse reconhecimento tem como princípio o fato da obra de arte permanecer através da matéria, bem como na “bipolaridade” com que ela se manifesta na consciência do indivíduo, afirmando:

Como produto da atividade humana, a obra de arte coloca, com efeito, uma dúplici instância: a instância estética que corresponde ao fato basilar da *artisticidade* pela qual a obra de arte é obra de arte; a

instância histórica que lhe compete como produto humano realizado em um certo tempo e lugar e que em certo tempo e lugar se encontra. (BRANDI, 2004, p.29)

Acerca da instância histórica, o autor refere que há uma “duplicidade histórica”, sendo a primeira referente ao tempo e ao lugar no momento que a obra de arte foi produzida ou criada, e a segunda historicidade é estabelecida no presente da consciência do indivíduo, num tempo e lugar em que está inserido (presente histórico). Por sua vez, entre o momento da criação e o presente, existe uma continuidade de presentes históricos que, entretanto, se tornaram passado, e que durante esse percurso poderão ter deixado marcas na obra de arte. Acredita-se que esse fenômeno verifica-se nas áreas objeto de estudo do presente trabalho, ainda mais tratando-se dos domínios da arquitetura e do urbanismo, mais sujeitos a intervenções no transcorrer dos tempos. Ao observar-se um conjunto de pares de figuras obtidas em tempos distintos, é possível verificar como ao longo desse recorte temporal foram sendo conservados alguns traços e introduzidas alterações. Nas figuras 13 e 79, com o enquadramento da Ladeira do Camo a partir do Largo do Pelourinho, em Salvador, verificam-se algumas alterações nos edifícios e, no caso do nosso objeto de estudo, as empenas laterais evidenciam alguns traços desse recorte temporal. Entre as diferenças nos dois registros, constata-se a alteração dos materiais de revestimento em algumas das superfícies das empenas, introdução de envasaduras e ligeiras alterações nas inclinações de alguns telhados. No caso das figuras 38 e 82, relativas ao enquadramento urbano do Morro da Sé, no Porto, embora se mantenha uma morfologia urbana coerente nos dois registros, constatam-se alterações significativas, nomeadamente na demolição de um conjunto de edifícios junto à Catedral, fruto das ações higienistas da DGEMN. Com relação às empenas laterais, as maiores alterações observam-se nos materiais de revestimento, nomeadamente na diminuição dos exemplares revestidos com telha cerâmica capa-canal, em substituição por revestimentos em chapa ondulada pintada. Por último, nas figuras 41 e 42, obtidas na Rua S. Francisco de Borja, na Ribeira-Barredo, no Porto, constata-se que após as intervenções do CRUARB, uma empena em granito foi revestida por telha cerâmica capa-canal.

Considerando-se demonstrada a importância da contribuição das empenas laterais para o reconhecimento das paisagens urbanas das áreas objeto de estudo como obras de arte, apresentam-se nas figuras 87 a 92 dois exercícios, um na

cidade de Salvador e um na cidade do Porto. A estrutura é composta por uma figura inicial (figuras 87 e 90) com a vista aérea parcial da área objeto de estudo e a localização e orientação do cone visual do registro. A figura seguinte (figuras 88 e 91) é relativa ao registro intacto, obtido naquele momento singular. A figura subsequente (figuras 89 e 92) representa um registro manipulado das imagens, através da substituição da matéria das empenas laterais por superfícies brancas sem textura.

A simulação da substituição da matéria das empenas por superfícies brancas planas pretende apenas reforçar a sua forma, para assim entender se essas superfícies estão presentes na paisagem e de que modo a sua presença é tão intensa que possa alterar o axioma figura-fundo do registro real. O objetivo dos exercícios é entender se os esquemas gestálticos da relação figura-fundo se alteram entre a imagem real e a manipulada.

A figura 88 foi obtida em um edifício na Rua Alfredo de Brito, no centro histórico de Salvador. O efeito topológico estabelecido é de *amplidão* por meio dos limites físicos e do campo visual estarem mais indefinidos. Quanto ao efeito perspectivo é o de *direcionamento* devido ao efeito de sugestão de um caminho através da composição das empenas laterais. Na composição da imagem é possível observar o realce das torres dos edifícios religiosos em relação ao restante dos elementos arquitetônicos, funcionando como marcos na forma da cidade.

De acordo com o axioma gestáltico figura-fundo, a figura 88, se se considerar como registro bidimensional composto por um sistema de planos frontais, evidencia um plano composto pelo conjunto dos elementos morfológicos que compõe o espaço urbano e que se aproxima do observador, apresentando-se como figura, enquanto o plano com o céu azul, estando mais distante apresenta-se como fundo. Quanto à figura 89 os outrora “tecidos figurativos” das empenas revelam-se agora como formas brancas dominantes da imagem.

Considera-se que a organização, tamanho, cor e forma das empenas brancas da cena urbana manipulada (figura 89), são fundamentais para que as mesmas sejam apresentadas agora como figura da imagem, colocando-se o restante dos elementos da imagem como o próprio fundo. Da leitura conjunta das figuras 88 e 89, considera-se que as empenas visíveis apresentam-se como um conjunto de formas mais simples, majoritariamente definidas por polígonos regulares e constantes, com uma organização tendencialmente *planar*.



Figura 87 | Exercício J_Vista aérea parcial da cidade de Salvador com indicação do cone visual.
(fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 88 | Vista do casario da Rua do Passo e da Ladeira do Carmo, com o enquadramento da Igreja do Santíssimo Sacramento do Passo e Igreja e Convento do Carmo, registrada a partir do edifício do Hotel do Pelourinho. Considera-se pertinente salientar que as empenas da Ladeira do Carmo adquirem mais visibilidade que as da Rua do Passo, em função da topografia do terreno. (foto do autor, mai./2017)



Figura 89 | Simulação da figura 88, sem a matéria das empenas laterais e pintadas de branco. As empenas dos edifícios religiosos foram mantidas. (foto do autor, mai./2017)

A organização regular e constante das empenas laterais, associada ao contraste das suas cores com os demais elementos da paisagem, aumenta a capacidade de serem gravadas na consciência do observador, respondendo assim à lei da pregnância gestáltica.

Entre os conceitos gestálticos, observa-se a qualidade de *dominância*, através das suas formas e tamanhos e a qualidade de *direcionamento* estabelecida pela sua organização, sugerindo dois percursos a seguir, um pela Ladeira do Carmo e outro pela Rua do Passo. Considera-se assim que as qualidades observadas contribuem para uma maior impregnabilidade que, de acordo com Kohlsdorf (1975), é uma capacidade que possibilita que o meio ambiente estimule no observador uma imagem forte da situação.

Com relação ao exercício do Porto, a figura 91 foi registrada num ponto privilegiado à cota alta da cidade de Gaia sobre o panorama do centro histórico do Porto. Tal como no exemplo de Salvador, o efeito topológico é de *amplidão*, devido aos limites físicos e do campo visual estarem mais afastados, bem como o efeito perspectivado é o de *mirante* devido à maior cobertura visual da cena captada.

De acordo com o axioma gestáltico figura-fundo, a figura 91 evidencia um plano que se apresenta mais próximo do observador, composto pelo conjunto dos elementos morfológicos que compõe o espaço urbano e o Rio Douro. Segundo os elementos físicos identificados por Lynch (1997), de acordo com a *legibilidade* da imagem das cidades, admite-se que o conjunto edificado seja entendido como bairro e o Rio Douro com uma dúplici leitura, sendo uma via para os observadores que se deslocam em embarcações e um limite para os observadores que se locomovem pelas vias da cidade. Esse plano mais próximo do observador apresenta-se como figura, enquanto o plano formado pelo céu azul do horizonte apresenta-se como fundo.

Com relação à figura 92 é simulada a substituição da matéria das empenas laterais por superfícies brancas sem textura. Ao analisar a imagem manipulada considera-se que a organização, tamanho, cor e forma das empenas laterais, ao contrário do exemplo de Salvador, revela-se com menor intensidade como figura, não sendo tão evidente a apresentação do restante dos elementos da imagem como fundo. Da leitura conjunta das figuras 91 e 92, considera-se então que as empenas visíveis se apresentam com maior dificuldade de pregnância, estabelecendo menor vínculo entre o observador e a imagem da situação.



Figura 90 | Exercício K_Vista aérea parcial da cidade do Porto com indicação do cone visual.
(fonte: <https://www.google.com/earth/>)



Figura 91 | Vista do centro histórico do Porto, a partir de um mirante à cota alta da cidade de Gaia. Destaca-se a Ribeira Barredo à cota baixa e o Morro da Vitória e parte do Morro da Sé, à cota alta. À semelhança do exemplo de Salvador, a visibilidade das empenas deriva, sobretudo, da topografia do local e da falta de constância dos gabaritos.
(foto do autor, ago./2016)



Figura 92 | Simulação da figura 91 sem a matéria das empenas laterais e pintadas de branco. É possível observar que as empenas são visíveis desde a cota baixa até à cota alta, acompanhando a declividade do terreno. (foto do autor, ago./2016)

Nesta subseção considera-se inadequado estabelecer a comparação entre as duas áreas objeto de estudo devido à dificuldade em obter registros fotográficos com campos visuais semelhantes, sobretudo em relação à proximidade do observador com as empenas laterais e com as próprias condições de visibilidade das mesmas. Não é possível negar que no exemplo da cidade de Salvador há um menor afastamento entre a cena observada e o observador, fator que cria limitações comparativas.

No entanto, acredita-se que este exercício revela tendências que permitem uma leitura conjunta dos dois cenários urbanos. Depreende-se assim que, embora no caso da cidade do Porto, a imagem evidencie uma menor pregnância das empenas pelos fatores já descritos, em ambos os exercícios as empenas laterais, enquanto “tecido figurativo”, contribuem para a unidade potencial da obra de arte coletiva, entendida neste caso como as paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto. O “tecido figurativo” das empenas pode ser justificado pela sua visibilidade e pelas suas consistências material e formal.

Em suma, considera-se que as empenas laterais presentes nas áreas objeto de estudo manifestam um conjunto de tendências formais que desenvolvem estímulos com o observador. Embora se possa considerar que existe um conjunto de aspectos e características comuns entre Salvador e o Porto, constata-se que a paisagem urbana de cada uma das permanências urbanas evidencia uma identidade única e singular.

Os exemplos do exercício de análise das sequências urbanas evidenciam os efeitos psicológicos, topológicos e perspectivais que se estabelecem em quem se movimenta pelas áreas objeto de estudo e qual a contribuição que as empenas têm para esses efeitos. Da análise efetuada, admite-se que quanto maior for a visibilidade das empenas e maior for o contraste das suas cores e texturas com os demais elementos da paisagem urbana, maior é a intensidade que se estabelece, quer enquanto elementos de surpresa, mais comuns em Salvador (ver figuras 65 e 73), quer enquanto elementos de destaque, mais comuns no Porto (ver figuras 61 e 77). No caso de Salvador, considera-se que empenas laterais como a do sobrado no cruzamento entre a Rua das Laranjeiras e a Rua Gregório de Matos (figura 65) e a do sobrado no cruzamento da Rua João de Deus e a Rua J. Castro Rabelo (figura 73), pelas suas dimensões, cores, texturas e relações com o logradouro público, têm uma presença intensa em relação às fachadas e coberturas dos demais edifícios. No

entanto, esses efeitos não são produzidos de forma imediata, pois a relação que as empenas estabelecem com os logradouros públicos não sendo panorâmica, ela só é observada e percebida quando o observador, ao percorrer o centro histórico, se depara com elas, sendo surpreendido pela sua presença. No caso do Porto, acredita-se que o efeito de surpresa é menor tendo em consideração que a sua visibilidade é mais panorâmica e mais ampla, tal como o exemplo da empena no Cais da Estiva (Largo do Terreiro), conforme se pode observar na figura 61 e o exemplo da empena no Cais da Ribeira (figura 77). No entanto, pelas mesmas características descritas acerca das empenas de Salvador, considera-se que estes dois exemplos do centro histórico do Porto revelem um efeito de destaque, pela relação que estabelecem com os demais elementos arquitetônicos da paisagem urbana na qual estão inseridas.

Com relação aos exemplos do exercício do esquema analítico de pares dicotômicos de Wölfflin, as imagens do centro histórico de Salvador apresentam-se com uma profundidade tendencialmente organizada por planos paralelos e as formas visíveis são mais definidas e claras. No caso dos exemplos do Porto, o conjunto dos elementos observados apresenta-se tendencialmente sobre diagonais que, ora se aproximam, ora se afastam, do observador e as suas formas são mais difusas. Considera-se que em todos os exemplos, a contribuição das empenas laterais reforça as tendências formais analisadas.

Nos exemplos do exercício da relação figura-fundo, as empenas foram abordadas enquanto participantes no “tecido figurativo” da paisagem urbana, para procurar entender a sua cooperação na constituição das paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto. Nos exemplos apresentados acredita-se que as empenas colaboram para a unidade potencial das paisagens urbanas, entendidas aqui como obras de arte coletivas.

Depreende-se que em todos os exercícios apresentados foi possível registrar o papel ativo das empenas laterais, admitindo-se que as mesmas se apresentam na paisagem urbana em dois tipos de situação, um enquanto elementos individuais, em que só se consegue registrar a empena enquanto unidade, e outro enquanto conjunto de elementos, formando assim um grupo de empenas ou unidade coletiva, a exemplo do que acontece com as empenas laterais da Ladeira do Carmo visíveis a partir do Largo do Pelourinho.

Na situação em que podem ser entendidas como unidade, considera-se que as empenas texturizadas revelam um papel de maior protagonismo. As texturas relativas a revestimentos em telha cerâmica capa-canal, soletos de ardósia e chapa ondulada, estabelecem em si próprias leis gestálticas, seja pela *lei da semelhança*, seja pela *lei da proximidade*, ou ainda pela *lei da coesão*. Essas empenas percebidas por essas leis gestálticas, associadas aos vínculos entre o observador e as formas físicas e perceptíveis dos locais onde se encontra, contribuem para o estabelecimento de efeitos perspectivos de *impedimento* e de *realce*.

O segundo tipo de situação, em que podem ser entendidas como unidade coletiva, considera-se que tende a surgir quando as empenas laterais formam um conjunto estabelecido por fatores tais como a organização, repetição, dimensão, formas, cores e tamanhos, produzindo efeitos perspectivos, ora de *impedimento*, ora de *direcionamento* (ex: empenas da Ladeira do Carmo).

Finalizando, considera-se que as empenas, quer enquanto unidade, quer enquanto grupo de elementos, colaboram para estes efeitos que se estabelecem entre sujeito (observador) e objeto (observado), cooperando assim para qualidades como *dominância*, *intensidade*, *contraste*, *originalidade* e *direcionamento* que, por sua vez, vinculam a características psicológicas mais próximas do sujeito (observador) tais como a *continuidade*, *impregnabilidade* e *legibilidade* e, por sua vez, às chamadas qualidades de primeira ordem de Kohlsdorf (1975), as qualidades de *identidade* e *orientabilidade*.

Acredita-se que as paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto têm características singulares que lhes atribuem uma personalidade e caráter únicos, contribuindo para que a imagem de ambas as cidades fique impressa na consciência de quem as observa, facilitando também a orientação e interação entre as formas físicas e perceptíveis dos respectivos espaços urbanos e em quem nele se movimenta. Considera-se que os exercícios apresentados demonstram a contribuição das empenas para essas características singulares.

4 PROPOSTA PARA UMA CATEGORIZAÇÃO DE EMPENAS LATERAIS

Perante a presença e contribuição das empenas laterais para a constituição das paisagens urbanas e a relação que estabelecem entre o observador e os respectivos espaços urbanos das áreas objeto de estudo, nomeadamente nas situações em que a sua visibilidade é tal que os espaços onde estão inseridas evidenciam o seu protagonismo, nesta seção pretende-se apresentar uma proposta de categorização de empenas laterais. A proposta das categorias tem como objetivo subsidiar a análise sobre a natureza e especificidades de tipos de empenas e, se possível, colaborar para a eventual criação de um instrumento técnico que possa ser utilizado pelas instituições de proteção e salvaguarda do património arquitetónico.

O objetivo desta seção é criar um conjunto de categorias cujos conceitos são estabelecidos através de critérios qualitativos, admitindo-se dessa forma um possível grau de subjetividade da proposta, em parte devido às questões de natureza perceptiva. Serão esses critérios que permitirão subsidiar a análise de uma determinada empena lateral enquadrando-a em uma categoria específica. Em cada categoria serão discutidas as ações e medidas de preservação ou de intervenção, de acordo com o estado de conservação das empenas, bem como de acordo com os conceitos de autenticidade e integridade dos seus valores culturais. Considera-se pertinente salientar que a análise das empenas laterais deve ser estabelecida caso a caso. Cada situação deverá ser entendida como uma ocorrência específica, reduzindo-se assim os riscos de eventuais generalizações e estratégias dogmáticas.

No entanto, não é objetivo da presente seção catalogar as empenas laterais. De acordo com o vasto universo de formatos, tamanhos, cores, texturas e demais elementos próprios observados nas duas áreas objeto de estudo, essa tentativa de catalogação seria uma tarefa praticamente interminável. A análise das empenas tem como objetivo a ampliação da discussão e da reflexão sobre o tema acerca da sua importância nas paisagens urbanas dos centros históricos de Salvador e do Porto.

4.1 CRITÉRIOS

Nesta subseção pretende-se identificar um conjunto de critérios qualitativos baseados nas propriedades visuais das formas das empenas, de modo a obter-se uma análise coerente. Será através da compreensão da imagem dos tipos de

empenas que se assemelham entre si, que se poderá fazer o seu enquadramento nas categorias que serão posteriormente propostas. De acordo com Ching (2008, p.34), as formas referem-se à estrutura interna e ao perfil exterior de cada objeto, quanto ao princípio que proporciona unidade ao todo. Para o autor, as propriedades visuais das formas são estabelecidas pelo formato, tamanho, cor e textura. O formato refere-se ao aspecto essencial pelo qual são identificadas as formas, o tamanho é relativo às dimensões físicas de uma forma (comprimento, largura e profundidade), a cor é o atributo que distingue de modo mais nítido a forma do meio ambiente onde está inserida através de um fenômeno de luz e percepção visual, e por último, a textura diz respeito à qualidade visual e tátil da superfície de uma forma, sendo determinante para os ângulos de reflexão ou absorção da luz (CHING, 2008). Tendo como referência as propriedades visuais mencionadas pelo autor, estabeleceram-se os seguintes critérios (ver figuras 93 a 96): (1) recorte, (2) confinamento, (3) tratamento de superfície, e (4) destaque. Os três primeiros critérios representam as propriedades visuais das formas, enquanto o quarto critério, embora contribuindo para a imagem das empenas, tem uma vertente mais acessória que será detalhada e justificada posteriormente.

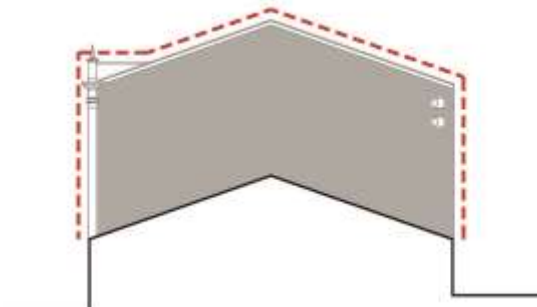


Figura 93 | Recorte da empena lateral.
(desenho do autor)

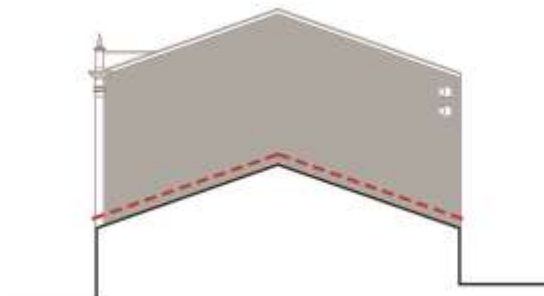


Figura 94 | Confinamento da empena lateral.
(desenho do autor)

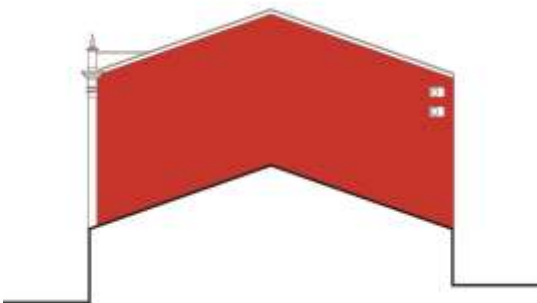


Figura 95 | Tratamento de superfície da empena lateral.
(desenho do autor)

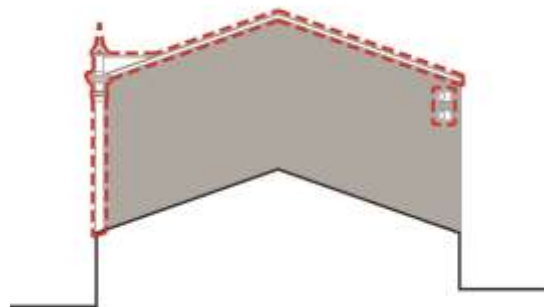


Figura 96 | Destaque da empena lateral.
(desenho do autor)

O recorte e o confinamento são relativos ao formato e tamanho das empenas laterais (figuras 93 e 94). Considera-se importante salientar que o desdobramento das propriedades relativas ao formato e tamanho em dois critérios foi por uma questão operacional, que teve como objetivo sintetizar a quantidade de exemplos de empenas laterais registrados. Acredita-se que se fosse estabelecido apenas um critério, o número de exemplares a registrar seria porventura demasiado extenso, tornando a análise mais complexa.

Quanto ao tratamento de superfície ele é relativo à materialidade das empenas laterais, no que se refere às cores e texturas dos seus materiais de revestimento ou de suporte (figura 95).

O destaque é um critério excepcional que tem como objetivo identificar elementos que possam contribuir para os valores funcionais das empenas, ou para os valores histórico e/ou arquitetônico, designados como não funcionais. Por sua vez, permitirá identificar eventuais elementos dissonantes e intrusivos (figura 96).

Os quatro critérios são acompanhados por descrições complementares detalhadas para assim identificar as variáveis dentro de cada critério, as quais são designadas por categorias e tipos. Seguidamente, nas subseções de cada critério será feita a descrição das respectivas categorias e tipos. Acredita-se que a proposta destes critérios e respectiva estrutura possa contribuir para a interpretação das múltiplas naturezas e pormenores que as empenas laterais nos apresentam, quer as de ordem material, quer as de ordem imaterial.

Tal como na seção anterior, as duas áreas objeto de estudo serão apresentadas simultaneamente a partir de cada critério. Além de permitir uma análise conjunta, tornando mais claras eventuais semelhanças ou diferenças entre cada contexto, considera-se que dessa forma os critérios tendem a ser mais consistentes ao poderem ser aplicados em duas permanências urbanas distintas. Considera-se mais adequada a ilustração dos critérios através de desenhos esquemáticos em perspectiva isométrica, pois o recurso a registros fotográficos poderia dificultar a análise das formas devido às distorções provocadas pelos ângulos de visão. Outra das dificuldades encontrada foi relativa aos inesgotáveis formatos que as empenas apresentam devido às diferentes profundidades e gabaritos dos edifícios, bem como às inúmeras declividades das vertentes dos telhados. Acresce a estes fatores, a existência de um número considerável de empenas que, embora com o mesmo formato, apresentem texturas e cores distintas.

Em função disso, optou-se por estabelecer um sistema único de representação por meio de um edifício com 20,0m de profundidade, mantendo-se essa dimensão igual em todos os exemplos. Em cada ilustração a empena tem uma superfície lisa e cor cinza, que deve ser entendida como uma abstração para realçar apenas a empena em si, devendo ter-se em consideração que essa mesma empena poderá ser observada nos espaços urbanos com diferentes materiais de revestimento. Assim sendo, salienta-se que as ilustrações, em si, referem-se a modelos meramente representativos, pois o que é pertinente é o significado do critério e não o exemplo em si.

Os exemplos apresentados têm um conjunto de regras gráficas para facilitar a sua análise. Nos critérios de recorte e confinamento, os esquemas apresentam a empena lateral enquadrada por um conjunto de três sobrados, enquanto nos critérios de tratamento de superfície e de destaque os esquemas apresentam a empena lateral enquadrada apenas com a cobertura do edifício adjacente. As fachadas principais estão em primeiro plano com a representação do passeio do logradouro público (lado esquerdo das figuras), com as empenas laterais a desenvolverem-se para o interior dos quintais (lado direito das figuras). Na coluna da esquerda são apresentados os exemplos da cidade de Salvador e na coluna da direita os da cidade do Porto.

Estes critérios foram estabelecidos de acordo com as análises feitas por observação direta, acompanhadas por croquis e registros fotográficos obtidos nas visitas às áreas objeto de estudo, bem como na utilização de subsídios cadastrais e recursos digitais de visualização aérea.

4.1.1 Recorte

As figuras 97 a 119 referem-se ao critério de recorte, sendo este relativo à linha de contorno superior da empena lateral, produzida pelas fachadas principal e posterior e pelo desenvolvimento da cobertura, conforme se pode observar na figura 93. Fazendo uma analogia com o rosto humano, o recorte pode ser entendido como o perfil da empena.

Os exemplos do recorte de empenas laterais são inúmeros, apresentando-se seguidamente o conjunto daqueles que se consideram ocorrer com maior frequência, incluindo também aqueles que se verificam excepcionalmente. O recorte

é subdividido em duas categorias: (1) comum, e (2) singular. São considerados recortes comuns aqueles que apresentam formas mais frequentes e com maior simplicidade, enquanto os recortes singulares dizem respeito a exemplares cujas formas são menos frequentes e mais complexas, havendo situações que se podem considerar exclusivas. Por sua vez, dentro das categorias, existem diferentes tipos e são relativos ao coroamento produzido pelas águas dos telhados das coberturas. Assim sendo, em cada tipo existem os seguintes coroamentos: (1) angular, (2) plano, e (3) misto. Os angulares são relativos aos que produzem declividades nas empenas, os planos são relativos àqueles que são retos e os mistos são os que evidenciam um coroamento composto por partes angulares e planas.

Na área objeto de estudo de Salvador, os recortes comuns são, na sua maioria, compostos por telhados com duas vertentes (figura 97), fator que proporciona um coroamento angular com configuração triangular das empenas laterais, conhecidas também como Oitões ou Outões. Além das duas vertentes que produzem uma configuração triangular das superfícies das empenas, observa-se com frequência sobrados que apresentam pisos suplementares com múltiplas soluções (figuras 99 e 101). Nestes exemplos, o coroamento das empenas mantém-se angular, mas a configuração das empenas torna-se tendencialmente triangular, com diversidade de formatos, dependendo se os pisos suplementares apresentam fachada apenas para o logradouro público, ou para o quintal e, ainda as situações em que apresentam fachada para ambos. Há ainda um formato de empena com coroamento misto composto por uma configuração tendencialmente triangular da empena e um segmento plano numa das fachadas, conforme a figura 103. Nestes casos o segmento plano corresponde, prevalentemente, à platibanda da fachada principal, sendo possível observar, não raras vezes, o seu aproveitamento para a introdução de terraços, cuja prática se considera recente no contexto do centro histórico de Salvador. Em Salvador constata-se um conjunto pouco significativo de empenas com coroamento plano, ao contrário das empenas com coroamento angular. Essas empenas planas decorrem de duas situações distintas (figura 105). Uma manifesta-se em edifícios com telhados de duas águas localizados nos cantos das quadras (esquema direito da figura 105), e a outra revela-se num reduzido número de edifício com três ou quatro águas e cujas vertentes principais drenam para os limites laterais dos lotes (esquema esquerdo da figura 105).

SALVADOR



Figura 97 | Empena lateral com recorte comum e coroamento angular triangular de duas águas. Também conhecida por Oitão ou Outão. (desenho do autor)

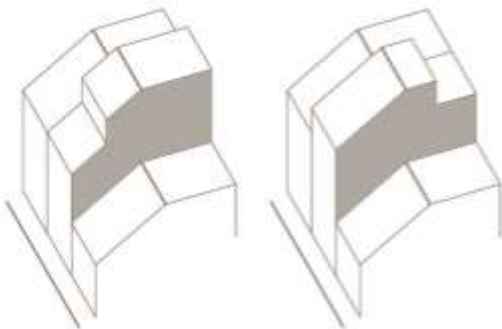


Figura 99 | Empena lateral com recorte comum e coroamento angular tendencialmente triangular de duas águas e piso suplementar recuado em relação a uma fachada. Pode ocorrer quer na fachada principal, quer na posterior. (desenho do autor)

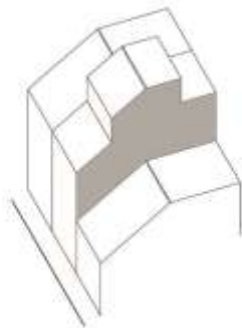


Figura 101 | Empena lateral com recorte comum e coroamento angular tendencialmente triangular de duas águas e piso suplementar recuado em relação às duas fachadas. (desenho do autor)

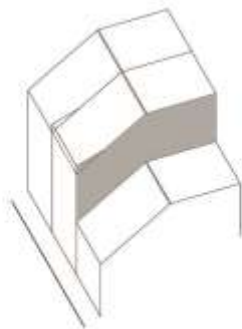


Figura 103 | Empena lateral com recorte comum e coroamento misto de duas águas e platibanda ou murete. Pode ocorrer quer na fachada principal, quer na posterior. (desenho do autor)

PORTO

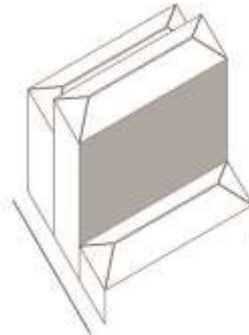


Figura 98 | Empena lateral com recorte comum e coroamento plano de água-mestra. (desenho do autor)

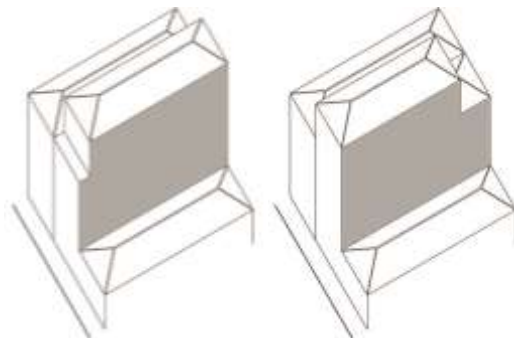


Figura 100 | Empena lateral com recorte comum e coroamento plano de água-mestra e piso suplementar recuado em relação a uma fachada. Pode ocorrer quer na fachada principal, quer na posterior. (desenho do autor)

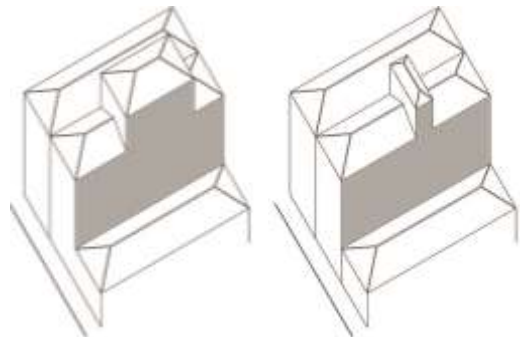


Figura 102 | Empena lateral com recorte comum e coroamento plano de água-mestra e piso suplementar recuado em relação às duas fachadas. (desenho do autor)



Figura 104 | Empena lateral com recorte comum e coroamento plano de água-mestra e pisos suplementares recuados e sobrepostos. (desenho do autor)

Os edifícios acantoados, como é o caso do edifício entre a Rua J. Castro Rabelo e a Rua João de Deus (figura 25), ao contrário da maioria dos edifícios que têm empenas paralelas, têm empenas perpendiculares devido à sua localização, originando assim uma empena com coroamento angular e outra com coroamento plano. O reduzido número de edifícios com as vertentes principais a drenar para os limites laterais dos lotes pode ser observado no cruzamento do Largo do Pelourinho com a Rua Padre Agostinho Gomes, na Ladeira do Carmo e na ligação desta via com a Rua do Carmo.

No caso dos recortes comuns na área objeto de estudo do Porto, embora se constate a existência de telhados com duas vertentes, ao contrário de Salvador, a sua frequência não é tão comum (figura 110). Essa circunstância pode dever-se ao fato da introdução de sobrados com telhados de duas águas ter ocorrido apenas a partir do século XIX. Na cidade do Porto predominam os edifícios compostos por telhados de três, quatro águas ou mais águas, com prevalência dos de quatro águas. A configuração dos telhados com três e quatro águas produz comumente uma empena lateral com coroamento plano (figura 98), provocado pelo fato de receber a vertente maior, chamada de água-mestra. As empenas com coroamento plano, tal como as empenas de duas águas de Salvador, apresentam grande heterogeneidade de formatos devido à existência de pisos suplementares recuados (figura 100 e 102) e pisos suplementares sobrepostos (figura 104). Como prática recente, em algumas situações constata-se o aproveitamento do recuo entre o plano da fachada principal e do piso suplementar recuado para a colocação de balcões encerrados ou terraços. Outros recortes comuns que se registram, mas com menor frequência, são empenas laterais com coroamento misto produzidos por empenas planas de água-mestra recortadas por tacaniças simples, quando se revelam apenas numa das fachadas (figura 106), ou tacaniças duplas, quando se manifestam nas duas fachadas (figura 108). A designação de tacaniça foi adotada devido à declividade que estas produzem no segmento plano da empena, embora registrem-se situações em que o desenvolvimento da água de tacaniça é tão acentuado que o seu papel quase supera o das águas mestras, conforme se pode observar nas figuras 106 e 108. Os exemplos de recorte singular registrados são referentes a empenas com formatos incomuns que acentuam as especificidades únicas dos centros históricos de Salvador (figuras 105, 107, 109, 111, 113, 115 e 117) e do Porto (figuras 112, 114, 116, 118 e 119).

SALVADOR

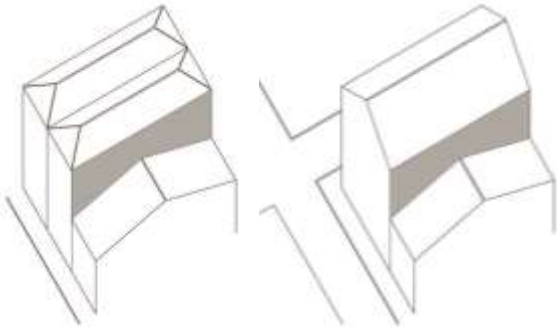


Figura 105 | Empena lateral com recorte comum e coroamento plano. Pode ser de água-mestra ou de uma das águas de um telhado de duas vertentes. No caso dos telhados de duas vertentes, por norma o edifício localiza-se no cruzamento da quadra, conforme a ilustração do lado direito. (desenho do autor)

PORTO

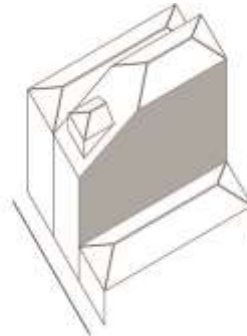


Figura 106 | Empena lateral com recorte comum e coroamento misto de água-mestra e tacaniça simples. Pode observar-se a tacaniça quer na fachada principal, quer na fachada posterior. (desenho do autor)



Figura 107 | Empena lateral com recorte comum e coroamento angular tendencialmente triangular de duas águas e pisos suplementares recuados e sobrepostos. (desenho do autor)

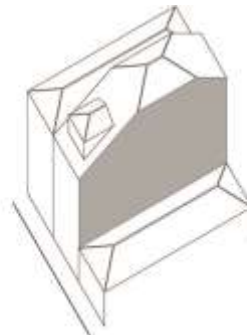


Figura 108 | Empena lateral com recorte comum e coroamento misto de água-mestra e tacaniça dupla. (desenho do autor)

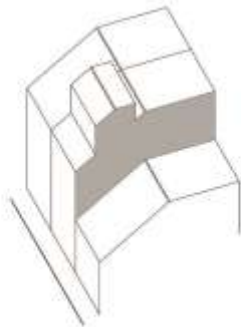


Figura 109 | Empena lateral com recorte singular e coroamento angular tendencialmente triangular de duas águas e piso suplementar recuado e inserido apenas em uma das águas. (desenho do autor)

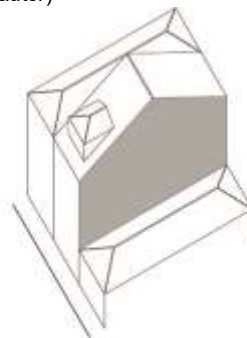


Figura 110 | Empena lateral com recorte comum e coroamento angular triangular de duas águas. Também conhecida por Oitão ou Outão. (desenho do autor)

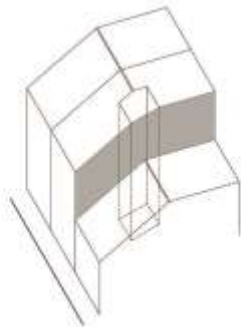


Figura 111 | Empena lateral com recorte singular e coroamento misto de duas águas e segmento plano. O desenvolvimento plano é relativo a um pátio interior. (desenho do autor)

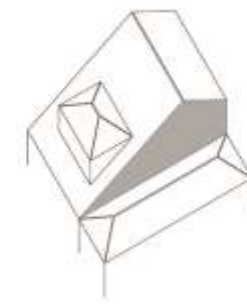


Figura 112 | Empena lateral com recorte singular e coroamento angular de duas águas com apenas uma fachada. Pode ocorrer quer na fachada principal, quer na posterior. (desenho do autor)

SALVADOR

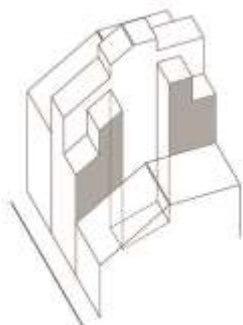


Figura 113 | Empena lateral mutilada com recorte singular e coroamento angular tendencialmente triangular de duas águas com piso suplementar recuado em relação às duas fachadas. A interrupção é provocada por um pátio interior. (desenho do autor)



Figura 115 | Empena lateral mutilada com recorte singular e coroamento angular de pisos suplementares recuados em relação às duas fachadas, inseridos em cada uma das águas do telhado. A interrupção é provocada por um pátio interior. (desenho do autor)

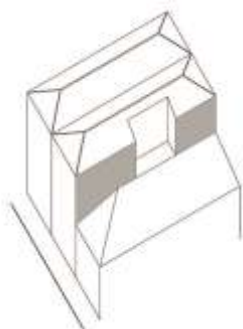


Figura 117 | Empena lateral mutilada com recorte singular e coroamento plano de água-mestra. A interrupção é provocada por um pátio interior. (desenho do autor)

PORTO

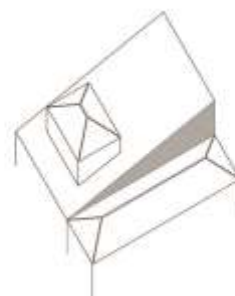


Figura 114 | Empena lateral com recorte singular e coroamento angular de uma água. (desenho do autor)

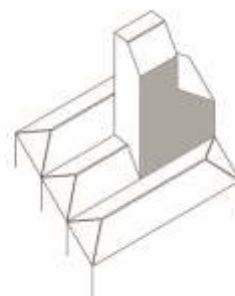


Figura 116 | Empena lateral com recorte singular e coroamento misto de água-mestra e uma água dos pisos suplementares recuados e sobrepostos, em relação às duas fachadas. (desenho do autor)

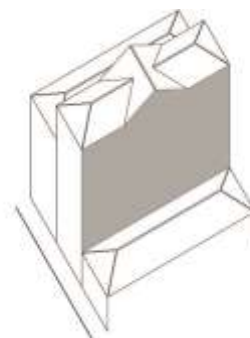


Figura 118 | Empena lateral com recorte singular e coroamento misto composto pela interseção de uma empena plana de água-mestra e uma empena de duas águas. (desenho do autor)

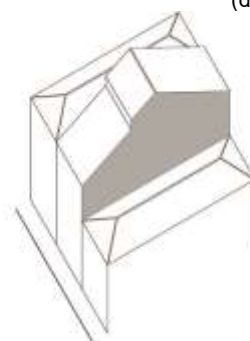


Figura 119 | Empena lateral com recorte singular e coroamento angular tendencialmente triangular de duas águas e piso suplementar recuado em relação à fachada principal. (desenho do autor)

Entre os exemplos registrados em Salvador destacam-se as empenas laterais de coroamento angular com pisos suplementares recuados sobrepostos (figura 107), uma empena de coroamento angular com piso suplementar recuado inserido apenas em uma das águas do telhado localizada na Ladeira do Carmo (figura 109), uma empena de coroamento misto composta por duas águas e um segmento plano situada no Largo do Pelourinho (figura 111), cujo desenvolvimento plano diz respeito a um pátio de ventilação no interior do sobrado, e um conjunto de situações incomuns em que as empenas apresentam a sua configuração (recorte) mutilada, através da interrupção da sua superfície (figuras 113, 115 e 117). As interrupções provocam polígonos com formatos, ora simétricos (figuras 113 e 115), ora assimétricos (figura 117). As interrupções correspondem à introdução de pátios para introdução de iluminação e ventilação natural no interior dos edifícios. No caso da figura 109, ao observar-se fontes iconográficas da Ladeira do Carmo, acredita-se que o piso suplementar recuado seja, possivelmente, fruto da modificação do contexto original.

Na cidade do Porto, entre os exemplos de empenas com recorte singular, destaca-se uma empena de coroamento angular de duas águas produzida apenas por uma fachada, que tanto pode ser a principal como a posterior, sendo mais frequente a fachada posterior (figura 112). Nestas situações, uma das águas que compõe a configuração triangular da empena não apresenta um dos segmentos verticais. A forma expressa-se como uma empena de oitão assimétrica e correspond à diferença de pavimentos entre as fachadas principal e posterior. Além deste exemplo, pode observar-se duas empenas de coroamento angular com uma água no Largo do Terreiro (Cais da Estiva) e na Rua da Fonte Taurina (figura 114), uma empena de coroamento misto com pisos suplementares recuados sobrepostos na Rua de São Francisco (figura 116), a qual será abordada posteriormente no critério de tratamento de superfície, uma empena de coroamento misto na Rua de Cimo do Muro (Cais da Ribeira), resultante da interseção entre uma cobertura de duas águas e uma de quatro águas (figura 118), e uma empena com coroamento angular tendencialmente triangular com uma configuração semelhante às empenas de duas águas com piso suplementar recuado de Salvador (figura 119), localizada na Rua das Flores. Ao contrário da cidade de Salvador, em que se registram sobrados com a introdução de pátios junto a um dos limites laterais dos sobrados provocando a mutilação da configuração (recorte) das empenas, na cidade do Porto a solução

construtiva para introdução de iluminação natural nos edifícios com maiores profundidades é efetuada através de claraboias nas coberturas, não produzindo assim efeitos formais nas empenas.

Quer no caso de Salvador, quer no caso do Porto, é possível observar a heterogeneidade de recortes, admitindo-se ainda a possibilidade da existência de empenas exclusivas, cujo recorte possa ser composto pela articulação de duas ou mais das situações apresentadas.

4.1.2 Confinamento

As figuras 120 a 128 dizem respeito ao segundo critério, designado como confinamento, que se refere à linha de contorno inferior produzida pela edificação adjacente e/ou o solo, conforme se pode observar na figura 94. Ao contrário do recorte, o confinamento da empena lateral reporta-se sempre a uma fronteira comum, seja da empena com o (s) edifício (s) adjacente (s), seja da empena com o solo. Juntos, o confinamento e o recorte, formam o contorno das empenas.

Relativamente ao confinamento das empenas através das edificações adjacentes, ela apresenta três categorias: (1) integral, (2) parcial, e (3) radical. Por sua vez, quando o confinamento é integral, registram-se dois tipos: (1) completo, e (2) incompleto.

O confinamento integral é quando a empena lateral está confinada apenas pela cobertura do edifício adjacente. O confinamento integral completo verifica-se nas situações em que a empena lateral se manifesta visivelmente entre as fachadas principal e posterior, tal como se pode observar nas figuras 120 e 121, e o confinamento integral incompleto é quando a visibilidade das empenas ocorre apenas em uma das fachadas, seja na principal, seja na fachada posterior, conforme se pode observar nas figuras 122 e 123).

No caso do confinamento integral incompleto da empena ser na fachada posterior a sua visibilidade é, na sua maioria, apenas no interior dos quintais. No entanto, nem sempre essa regra é garantida, pois existem situações em que, devido à topografia acidentada das áreas em que se encontram, os quintais dos lotes podem adquirir protagonismo na paisagem, como é o exemplo dos quintais dos edifícios sudeste da Rua do Passo, cujas fachadas posteriores, empenas laterais e muros têm uma visibilidade acentuada a partir do Largo do Pelourinho.

SALVADOR

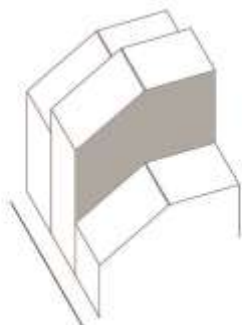


Figura 120 | Empena lateral com confinamento integral completo. Empena confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente. (desenho do autor)

PORTO

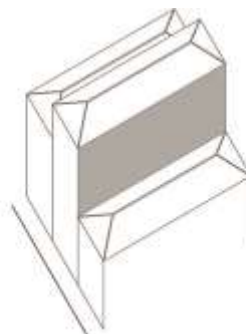


Figura 121 | Empena lateral com confinamento integral completo. Empena confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente. (desenho do autor)

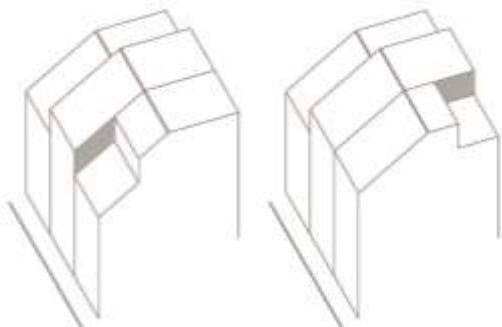


Figura 122 | Empena lateral com confinamento integral incompleto. Empena confinada a uma das fachadas pelo edifício adjacente. Pode ocorrer quer na fachada principal, quer na posterior. (desenho do autor)

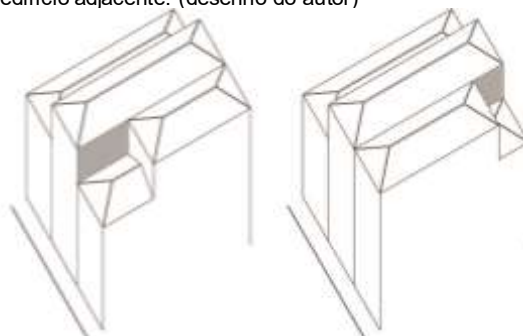


Figura 123 | Empena lateral com confinamento integral incompleto. Empena confinada a uma das fachadas pelo edifício adjacente. Pode ocorrer quer na fachada principal, quer na posterior. (desenho do autor)



Figura 124 | Empena lateral com confinamento parcial. Empena confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente e pelo solo do quintal. (desenho do autor)

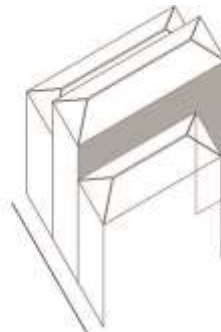


Figura 125 | Empena lateral com confinamento parcial. Empena confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente e pelo solo do quintal. (desenho do autor)

Quanto à categoria parcial, o confinamento das empenas laterais em relação às edificações vizinhas não é total, o que significa que o restante do confinamento da empena é produzido por outros elementos, entre os quais o solo. Essas situações verificam-se quando os edifícios têm uma das suas fachadas desalinhada com a edificação adjacente. Na área objeto de estudo de Salvador foi possível registrar esse confinamento através do edifício adjacente e o solo dos quintais, conforme a figura 124. Depreende-se que este tipo de confinamento se deva à falta de regularidade das profundidades dos edifícios, característica comum nas duas áreas

objeto de estudo. No caso da cidade de Salvador considera-se que a visibilidade destas empenas é maior, devido à possibilidade de acesso público ao interior de algumas quadras, fruto de intervenções do PRCHS. No entanto, essa visibilidade em alguns desses espaços é condicionada pela existência de elementos físicos que obstruem o campo visual, mais frequentemente através de coberturas ligeiras.

Com relação à área objeto de estudo do Porto, além de se registrar o mesmo confinamento de empenas laterais de Salvador (figura 125), foi possível observar um conjunto maior de confinamentos parciais. No que se refere aos confinamentos parciais registram-se assim três tipos: (1) um igual ao de Salvador em que o confinamento é feito através da edificação adjacente e do solo do quintal (figura 125), (2) um em que o confinamento parcial é produzido pela edificação adjacente e pelo solo do logradouro público, conforme se pode observar na figura 126, e (3) um em que o confinamento é produzido através da edificação adjacente e pelo solo de outro lote urbano ou outra edificação vizinha superior, conforme a figura 127.

PORTO

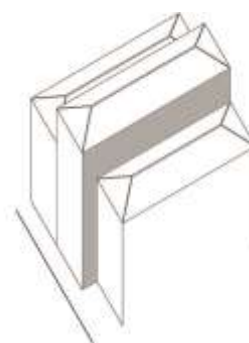


Figura 126 | Empena lateral com confinamento parcial. Empena confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente e pelo solo do logradouro público. (desenho do autor)

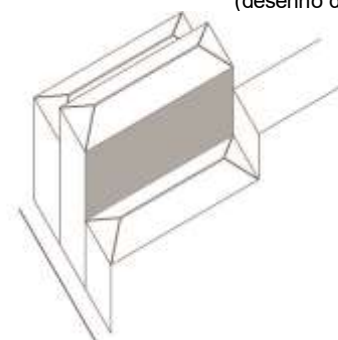


Figura 127 | Empena lateral com confinamento parcial. Empena confinada entre as duas fachadas pelo(s) edifício(s) adjacente(s) e pelo solo de outro(s) lote(s) urbano(s). (desenho do autor)

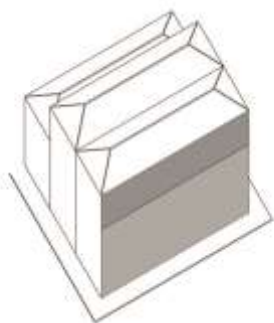


Figura 128 | Empena lateral de confinamento radical. Empena confinada apenas pelo solo do logradouro público. (desenho do autor)

Considera-se que nos casos em que o confinamento parcial é feito pelo edifício adjacente e o solo do logradouro público, cuja ocorrência é rara, seja relativa a desalinhamentos presentes em algumas das vias da antiga cidade intramuros. Estas “interrupções” nas fachadas principais estão associadas a ligeiras quebras nos alinhamentos das vias. O confinamento parcial produzido pelos edifícios adjacentes e o solo de outros lotes urbanos, registrado na figura 127, que também se observa com pouca frequência, revela-se em edifícios que ocupam a totalidade dos lotes, ficando a fachada posterior totalmente encostada ao terreno ou a edificações vizinhas elevadas. Considera-se que estes tipos de empena lateral com confinamento parcial possa representar um modelo de construção edilícia que Fernandes (1999) refere como sendo o resultado de uma adaptabilidade mais pragmática de ocupação do solo, bem como da economia dos terrenos intramuros da antiga cidade medieval.

Quanto ao confinamento radical, a sua designação deriva do seu sentido de “raiz”, já que estas empenas encontram-se totalmente confinadas pelo solo dos logradouros públicos (ver figura 128). Acredita-se que estes exemplos de empenas ocorram por duas hipóteses. A primeira hipótese é que a sua visibilidade possa resultar de eventuais operações de demolição para melhoria das condições de salubridade das construções ou por derrocadas provocadas por fenômenos naturais e cuja permanência e tratamento das superfícies tenha acabado por se consolidar com os espaços urbanos. A segunda hipótese, registrada na Rua de Miragaia, na cota baixa da cidade, acredita-se poder resultar do processo de expansão urbana. As quadras desta área apresentam lotes totalmente ocupados pelos edifícios, sem qualquer quintal e com as duas fachadas alinhadas sobre dois logradouros públicos. Nestas quadras os sobrados acabam por ter duas fachadas principais. A

configuração longitudinal das quadras faz com que os edifícios das esquinas (topos) acabem por apresentar três fachadas, conforme se pode observar na figura 128. Algumas das fachadas das esquinas apresentam um tratamento e caráter de empena lateral.

O critério de confinamento divide-se então em três categorias: integral, parcial e radical. Os confinamentos integrais e parciais envolvem sempre contacto com as edificações adjacentes, enquanto no confinamento radical a empena é limitada apenas pelo solo do logradouro público. No caso dos exemplos das empenas confinadas pelos edifícios vizinhos, elas são integrais quando o limite é estabelecido apenas pelos próprios edifícios, sendo parciais quanto esse limite é complementado pelo solo, seja no logradouro público, seja no quintal.

No caso das duas áreas de estudo, considera-se que em Salvador a regularidade das quadras e das vias, bem como o alinhamento das fachadas principais, acabam por evidenciar uma organização mais homogênea do confinamento das empenas, enquanto no Porto o confinamento apresenta maior grau de variabilidade e heterogeneidade, depreendendo-se que isso possa dever-se à irregularidade dos traçados medievais da cidade intramuros.

4.1.3 Tratamento de Superfície

As figuras 129 a 149 dizem respeito ao terceiro critério designado como tratamento de superfície que se refere ao que está no centro da empena lateral, conforme se pode observar na figura 95. Enquanto os dois primeiros critérios trataram da questão dos formatos e tamanhos, este critério ocupa-se da superfície da empena. O tratamento da superfície deve ser entendido como a essência da empena, sendo composto por três categorias: (1) texturizada, (2) lisa, e (3) mista. Por sua vez, todas as categorias têm três tipos: (1) vazada, (2) cega, e (3) figurativa. O terceiro tipo, relativo às empenas laterais figurativas apresenta duas manifestações: (1) mensagem publicitária, e (2) instalação artística.

As categorias das empenas texturizadas, lisas ou mistas correspondem aos materiais de revestimento das empenas e, por sua vez, os tipos vazados ou cegos são relativos à presença ou não de aberturas nas empenas, seja através de pequenos vãos sem esquadrias, seja através de vãos com esquadrias.

No caso do tipo das empenas figurativas, tal como o nome indica, correspondem a manifestações figurativas, seja através de eventuais mensagens publicitárias, seja através de instalações artísticas, ambas inseridas nas superfícies das empenas laterais. Nas empenas figurativas as suas manifestações podem ocorrer simultaneamente com os tipos vazados ou cegos. As três categorias, tal como menciona Ching (2008), referem-se assim às propriedades visuais das formas estabelecidas pelas texturas e cores.

Com relação às categorias das empenas texturizadas, lisas ou mistas, no centro histórico de Salvador verifica-se que a maioria das empenas laterais são lisas (figuras 129 e 131), com revestimento em argamassa pintada, prevalentemente de cor branca, sendo possível observar outras cores em número significativamente mais reduzido, tal como tons amarelos, rosas e verdes. Das fontes iconográficas observadas, acredita-se que no passado as cores das empenas eram majoritariamente pintadas em tons brancos (figuras 13 e 18), apresentando um contraste cromático com as pinturas das fachadas principais que, de acordo com Galvão e Marocci (1989), podia dever-se à sua menor visibilidade e à dificuldade de acesso.

Já nas intervenções dos anos 90 do século XX promovidas pelo PRCHS, é possível constatar a aplicação de tintas com a mesma cor nas empenas laterais e nas fachadas principais dos sobrados, conforme se pode observar na figura 25. Atualmente essas empenas coloridas apresentam-se pintadas de branco em contraste com o cromatismo das fachadas principais.

Quanto às empenas texturizadas no centro histórico de Salvador (figuras 133, 135 e 137), em número de exemplares significativamente inferior às lisas, verificou-se que entre as texturas há uma prevalência das empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal. Os exemplares em telha cerâmica capa-canal localizam-se em várias áreas, entre as quais no trecho entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho, com os exemplares mais significativos na Rua das Laranjeiras e na Rua J Castro Rabelo devido à sua dimensão e visibilidade em relação aos logradouros públicos. Entre o Largo do Pelourinho e o Forte de Santo Antônio Além do Carmo, é possível registrar alguns exemplares na Rua do Passo e na Rua Direita de Santo Antônio. No caso da Rua do Passo a visibilidade das empenas é menor devido à relação da largura das vias com os gabaritos dos sobrados, sendo a sua observação mais direta através de mirantes (figura 142).

SALVADOR

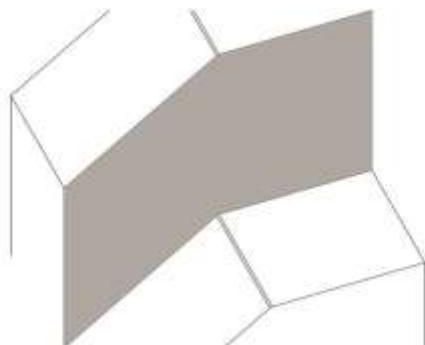


Figura 129 | Empena lateral com tratamento de superfície lisa e cega. (desenho do autor)

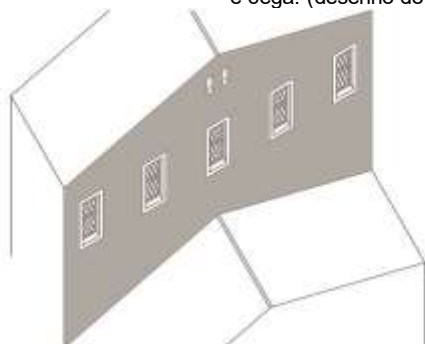


Figura 131 | Empena lateral com tratamento de superfície lisa e vazada, com pequenos vãos de ventilação e vãos de maiores dimensões com esquadrias. Os diferentes tipos de vãos podem ocorrer simultaneamente, ou apenas com um tipo. (desenho do autor)

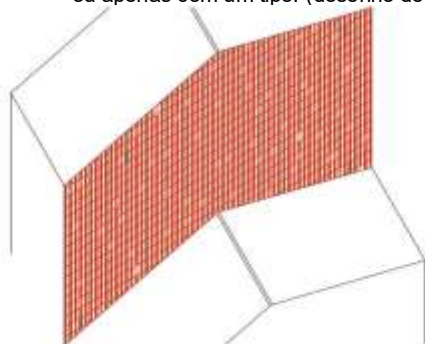


Figura 133 | Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega. Revestimento em telha cerâmica capa-canal. (desenho do autor)

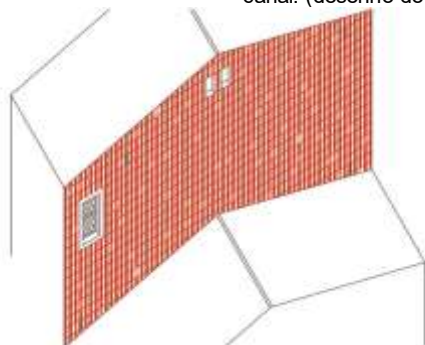


Figura 135 | Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e vazada, com pequenos vãos de ventilação e vãos de maiores dimensões com esquadrias. Os diferentes tipos de vãos podem ocorrer simultaneamente, ou apenas com um tipo. Revestimento em telha cerâmica capa-canal. (desenho do autor)

PORTO

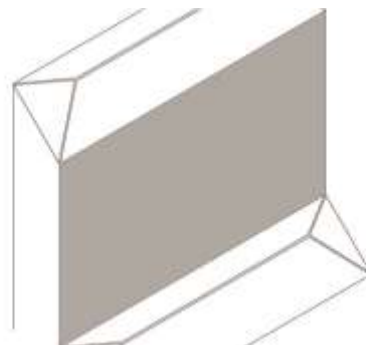


Figura 130 | Empena lateral com tratamento de superfície lisa e cega. (desenho do autor)

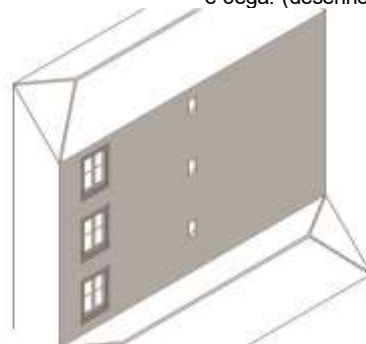


Figura 132 | Empena lateral com tratamento de superfície lisa e vazada, com pequenos vãos de ventilação e vãos de maiores dimensões com esquadrias. Os diferentes tipos de vãos podem ocorrer simultaneamente, ou apenas com um tipo. (desenho do autor)

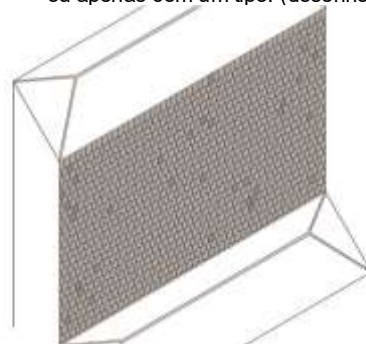


Figura 134 | Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega. Revestimento em soletos de ardósia. (desenho do autor)

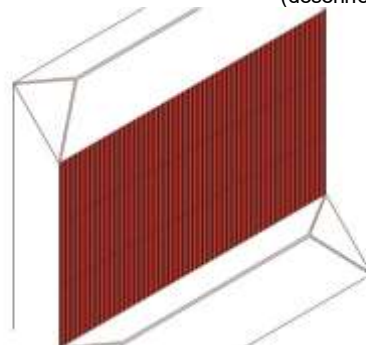


Figura 136 | Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega. Revestimento em chapa zincada ondulada pintada. (desenho do autor)

SALVADOR

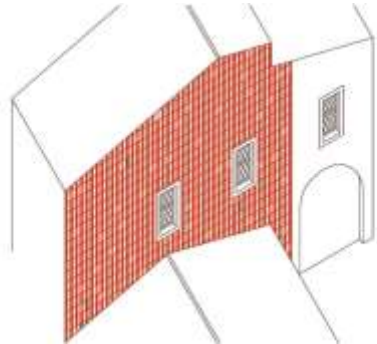


Figura 137 | Empena lateral com tratamento de superfície mista (texturizada e lisa), vazada com vãos de maiores dimensões com esquadrias e arco. (desenho do autor)

PORTO

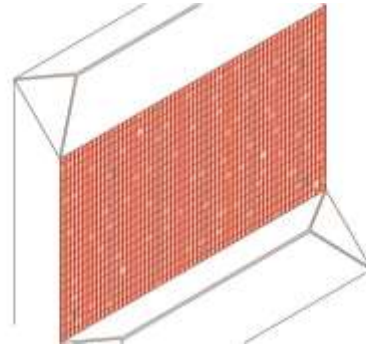


Figura 138 | Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega. Revestimento em telha cerâmica capa-canal. (desenho do autor)



Figura 139 | Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e cega. Empena em alvenaria de granito sem materiais de revestimento. (desenho do autor)

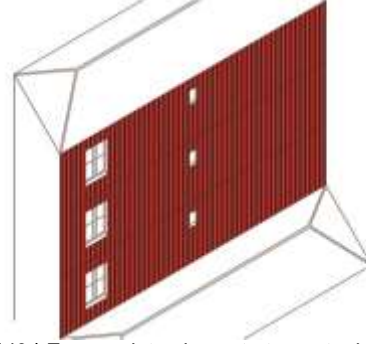


Figura 140 | Empena lateral com tratamento de superfície texturizada e vazada, com pequenos vãos de ventilação e vãos de maiores dimensões com esquadrias. Os diferentes tipos de vãos podem ocorrer simultaneamente, ou apenas com um tipo. Exemplo com revestimento em chapa zincada ondulada pintada, podendo também ser em telha cerâmica ou soletos de ardósia. (desenho do autor)

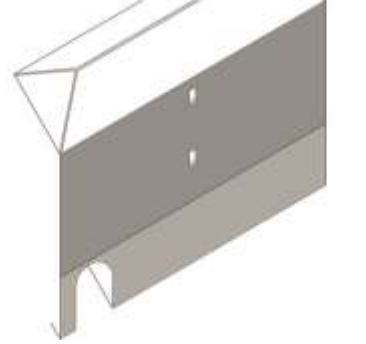


Figura 141 | Empena lateral com tratamento de superfície lisa e vazada, com pequenos vãos de ventilação e arco. (desenho do autor)

Além da telha cerâmica capa-canal, foram observados na Rua Direita de Santo Antônio, em número pouco significativo, revestimentos de empenas em chapa ondulada, bem como revestimentos em cerâmica, um na Ladeira do Carmo e outro na Rua do Passo. O exemplo do revestimento cerâmico da empena da Ladeira do Carmo tem uma visibilidade reduzida. Depreende-se que a sua introdução seja para proteção da superfície da empena onde também está instalado um chuveiro de parede, acreditando-se que essa intervenção resulte de alterações mais recentes. Considera-se que os revestimentos em cerâmica são dissonantes em relação à autenticidade da cidade histórica e inadequados em relação ao tratamento que as empenas laterais das áreas objeto de estudo são merecedoras.



Figura 142 | Vista do casario da Rua do Passo registrada a partir do edifício do Hotel do Pelourinho. De modo mais destacado pode-se observar empenas texturizadas com revestimento em telha cerâmica capa-canal e uma empena revestida parcialmente com argamassa pintada de branco e o restante da parede de suporte sem qualquer revestimento. Nas empenas revestidas com telha cerâmica, as telhas apresentam a parte convexa orientada para o exterior (foto do autor, mai./2017)

É pertinente salientar que em Salvador são poucos os exemplares que apresentam mais do que um material de revestimento, entre os quais um sobrado na Rua das Laranjeiras e um sobrado adjacente à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em direção à Ladeira do Carmo. Em ambas as situações o tratamento da superfície é misto, com revestimento liso em argamassa pintada e revestimento

texturizado em telha cerâmica capa-canal. No edifício próximo à Igreja do Rosário, a telha cerâmica capa-canal tem a particularidade de ser pintada de branco, situação que se considera inusitada no contexto do restante das empenas laterais revestidas em telha cerâmica.

Ao contrário de Salvador, na área objeto de estudo do Porto as empenas texturizadas (figuras 134, 136, 138 e 139) apresentam-se significativamente em maior número que as lisas (figuras 130, 133 e 141). Entre os materiais de revestimento em empenas laterais observados no Porto destacam-se: (1) as empenas revestidas em soletos de ardósia que, por sua vez, exibem diversos formatos (ogivais, semicirculares e retangulares), (2) empenas revestidas em chapa ondulada pintada com cores que variam entre diferentes tons de vermelho, marron, cinza e branco, (3) empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal, e (4) empenas sem qualquer revestimento mas que apresentam a superfície extremamente tátil, como são os casos das empenas em granito aparente ou granito pintado em tons de amarelo ou rosa.

Entre as empenas revestidas em chapa zincada ondulada, constatam-se ainda alguns exemplares em que as chapas apresentam tons avermelhados devido ao acentuado processo de oxidação das suas superfícies. Ocorrem ainda situações em que devido à falta de manutenção, as argamassas destacaram-se do seu suporte, deixando visíveis as alvenarias de granito com o negro do alcatrão (figura 43).

Embora em número mais reduzido, é possível observar no centro histórico do Porto empenas lisas revestidas em argamassa pintada ou em sistema ETICS, conforme algumas das empenas da figura 82. Além das empenas laterais pintadas de branco, as cores registradas variam entre diferentes tons de amarelo, cinza, rosa, marron e verde. Das fontes iconográficas analisadas, verifica-se que os materiais de revestimento das empenas laterais regularmente não tinham relação com os materiais de revestimento das fachadas principais (figuras 31 e 38). Essa característica era mais evidente quando as empenas laterais eram texturizadas. Atualmente foi possível registrar um conjunto de edifícios que apresentam os mesmos materiais de revestimento e as mesmas cores nas fachadas principais e empenas laterais, tal como se pode observar num edifício localizado na Rua Mouzinho da Silveira, com a sua fachada principal e empenas laterais revestidas com argamassas pintadas em tom verde-escuro.

Considera-se apropriado referir que se constata várias empenas com mais do que um material de revestimento, sendo frequente observar dois materiais e, raras vezes, com três materiais, como no caso da empena da Rua de Cimo do Muro (ver figura 77). De acordo com o arquiteto António Moura, responsável pela intervenção nessa empena lateral, a aplicação dos três materiais de revestimento deveu-se à tentativa de atenuar o impacto que a superfície poderia adquirir no caso de ser revestida apenas por um único material (ver anexo V).

Com relação ao tipo das empenas cegas-vazadas, a prevalência é das empenas cegas, quer nas empenas texturizadas, quer nas lisas, bem como nas mistas. Essa prevalência constata-se tanto em Salvador (figuras 129 e 133), como no Porto (figuras 130, 134, 136, 138 e 139).

Quanto às empenas vazadas observam-se dois modelos de aberturas, os de menor dimensão e tratamento mais simplificado e os de maior dimensão e tratamento mais elaborado. Os de menores dimensões têm a função de iluminar e ventilar cômodos interiores sem luz natural (figuras 131 e 135). No caso do centro histórico de Salvador, essas aberturas frequentemente correspondem apenas ao vão sem a existência de qualquer esquadria. Considera-se que entre as boas práticas arquitetônicas observadas, constatou-se em fachadas revestidas com telha cerâmica capa-canal a existência de aberturas de pequenas dimensões que correspondem à ausência de uma das telhas, mantendo assim a superfície uma aparência uniforme e coerente. Essa solução construtiva está presente quer em Salvador, quer no Porto. Quanto aos de maiores dimensões, muitas vezes apresentam um tratamento idêntico às aberturas das fachadas principais, desde a sua proporção com existência de cercaduras com ornatos ou cantarias, bem como no funcionamento e desenho das esquadrias. Depreende-se assim que esses vãos desempenham a mesma função que os vãos das fachadas principais. Além de iluminar e ventilar os espaços interiores, mantêm uma relação visual entre interior e exterior. Até onde se conseguiu saber não se encontrou legislação antiga específica sobre a abertura de vãos em empenas laterais. Numa das subseções das categorias propostas para as empenas laterais esta questão será abordada, apresentando-se possibilidades para a ocorrência de tal fenômeno.

Por último, há a destacar a rara existência de empenas laterais que apresentam aberturas em arco, quer na área objeto de estudo de Salvador (figura 137), quer no Porto (figura 141). Em Salvador observa-se numa empena localizada

na quadra compreendida entre a Rua das Laranjeiras, Rua Gregório de Matos, Rua Frei Vicente e Rua João de Deus, e na cidade do Porto verifica-se numa empena localizada na Rua de Miragaia e outra na Rua da Lada. Em relação às empenas cegas e vazadas, as duas áreas apresentam características semelhantes, seja pela prevalência das empenas cegas, seja pelo tratamento das aberturas das empenas vazadas. No entanto, considera-se que na cidade de Salvador as empenas apresentam um tratamento de superfície mais homogêneo, ao contrário do Porto que se evidencia mais heterogêneo e mais policromático, devido ao maior número de materiais de revestimento, texturas e cores.

De forma intencional apresenta-se isoladamente um conjunto de exemplares registrados na área objeto de estudo do Porto que não se verificam na de Salvador. No centro histórico do Porto observam-se empenas laterais com mensagens publicitárias ou instalações artísticas, ao qual se atribui o tipo figurativo (ver as figuras 143 e 144). Este tipo é complementar aos outros dois, os cegos e os vazados.

PORTO



Figura 143 | Empena lateral com tratamento de superfície lisa, cega e figurativa com mensagem publicitária. Pode ocorrer também em empenas laterais texturizadas e/ou vazadas. (desenho do autor)

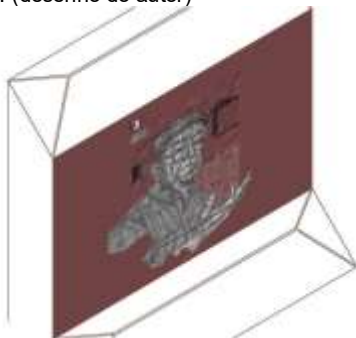


Figura 144 | Empena lateral com tratamento de superfície lisa, cega e figurativa com instalação artística. Pode ocorrer também em empenas laterais texturizadas e/ou vazadas. (desenho do autor)

No caso das mensagens publicitárias acredita-se que a sua presença se deva ao seu enquadramento singular e visibilidade excepcional. As empenas relativas à mensagem publicitária apresentam a logomarca da Sandeman⁶¹ e localizam-se em um edifício na quadra entre a Rua Nova da Alfândega e a Rua de São Francisco, na freguesia de São Nicolau, à cota baixa, inserida dentro da antiga cidade intramuros, conforme se pode observar na figura 145. O gabarito do edifício em questão apresenta uma diferença de altura considerável em relação aos edifícios vizinhos. O número incomum de sete pavimentos de gabarito expõe duas empenas laterais, a nascente e a poente, com um tamanho e proporção extraordinários em relação à morfologia urbana do centro histórico. Depreende-se assim que as suas dimensões e a sua visibilidade no espaço urbano foram determinantes para a seleção destas empenas enquanto suporte para comunicar uma mensagem com conteúdo publicitário. A mensagem está materializada através de pintura sobre as argamassas de revestimento das empenas.



Figura 145 | Vista do conjunto edificado da Rua Nova da Alfândega e da Rua de São Francisco, no qual é possível observar a empena nascente com mensagem publicitária. (foto do autor, dez./2016)

⁶¹ Atualmente a Sandeman é uma marca da empresa Sogrape Vinhos, S.A. Foi fundada no final do século XVIII e dedica-se desde a sua fundação, à produção e comercialização de vinho do Porto (fonte: www.sograpevinhos.com).

Através de fontes iconográficas foi possível constatar que a presença da logomarca da Sandeman no centro histórico é visível, pelo menos desde os anos sessenta do século XX, conforme se pode observar na figura 146, numa empena lateral na Rua da Lada, na área da Ribeira-Barredo. Atualmente esse conteúdo publicitário já não existe. Considera-se que cinquenta anos, enquanto recorte temporal, têm pouca expressividade no processo de transformação e expansão urbana entre a antiga cidade intramuros e o atual centro histórico do Porto.

Acredita-se que, mesmo nas situações em que estes símbolos podem ser representativos da identidade cultural e da singularidade de toda uma região (territórios e comunidades), a reflexão e discussão deste tema deve envolver todos os responsáveis pelas intervenções nos centros históricos, desde os órgãos de proteção e tutela até às próprias comunidades, pois acredita-se que a utilização dos edifícios enquanto suporte de mensagens publicitárias em áreas tombadas pode não ser adequada para o caráter histórico de cidades como o exemplo do Porto, cuja área de tombamento é composta por uma arquitetura cujas origens nada têm a ver com a introdução de mensagens publicitárias.



Figura 146 | Fotografia das obras dos anos sessenta no Barredo. CMP [1968].
(fonte: AHMP. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/284084/?q=CAIS+DA+RIBEIRA>>. Acesso em 4 nov. 2016).

No entanto, admite-se que em situações em que o valor histórico, ou em situações em que se dá o duplice valor histórico e artístico de determinado símbolo, for de tal modo intrínseco aos valores culturais da cidade e dos seus habitantes, excepcionalmente, possa admitir-se a possibilidade da sua instalação ou preservação. É pertinente salientar que no caso da mensagem em questão ela é anterior à inscrição do centro histórico do Porto na lista de património mundial pela UNESCO, no ano de 1996 (figura 147). Porém, isso não quer dizer que no processo de inscrição a presença desse símbolo fosse considerada como um elemento de valor cultural.



Figura 147 | Postal com panorama do centro histórico do Porto. Fotografia de Fernando Aroso [1992]. Do lado esquerdo da paisagem urbana é possível registrar a figura negra do símbolo da logomarca, representada na empena do edifício.
(fonte: AHMP. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/52386/?q=fernando+aroso%3B+porto>. Acesso em 30 out. 2016).

No que se refere às instalações artísticas, a CMP, em conjunto com a PortoLazer⁶², criou o Programa de Arte Urbana que tem como objetivo a promoção de intervenções de arte urbana em edifícios, muros e instalações públicas (iluminação pública). Parte das intervenções artísticas são em empenas laterais de determinados edifícios, tal como se pode observar na Avenida Vímara Peres (ver figura 148), bem como na Rua Nova da Alfândega (próximo a Miragaia) e na Rua

⁶² A Porto Lazer é uma empresa municipal que se dedica à dinamização cultural da cidade do Porto através de atividades de animação, lazer e desporto (fonte: www.portolazer.pt).

Miguel Bombarda. Considera-se que a CMP entenda que determinadas empenas laterais, em função da sua relação com os logradouros públicos, podem ser utilizadas enquanto suporte de comunicação de manifestações artísticas.

O exemplo que se apresenta é relativo a uma instalação executada em 2015, com o título de “An.fi.tri.ão”, do artista plástico Frederico Draw, conforme se pode observar na figura 148. Essa instalação artística está numa empena lateral situada na Avenida Vímara Peres, na freguesia da Sé, à cota alta da cidade e o título deve-se ao fato deste ser um ponto de entrada na cidade, junto ao tabuleiro superior da Ponte D. Luís I.



Figura 148 | Vista da empena de edifício na Avenida Vímara Peres, na qual é possível observar a instalação artística “An.fi.tri.ão”. Este registro simula o enquadramento de quem acede à cidade do Porto através da cota alta. (foto do autor, ago./2016)

Não é objetivo do presente trabalho questionar os méritos da instalação artística. A questão que se pretende colocar é relativa ao valor histórico da cidade e qual o papel dos órgãos públicos que promovem essas ações. Acredita-se que essas intervenções, ao priorizarem a utilização da arquitetura apenas enquanto suporte para comunicar uma determinada mensagem, acabam por ter o efeito de cooperar para a perda do valor histórico da arquitetura e do seu entorno, comprometendo assim a autenticidade da cidade histórica. Conforme se pode observar na figura 149,

ao comparar-se com a figura 148, constata-se que o tratamento de superfície da empena lateral foi perdendo a sua consistência física ao longo dos anos.



Figura 149 | Bairro da Sé antes das intervenções da DGMEN. Fotografia Alvão [1920-1950]. É possível observar a presença de um conjunto significativo de empenas com configuração triangular, em contraponto com a hegemonia das empenas com configuração plana. A empena que foi alvo da intervenção artística está assinalada com um círculo verde. (fonte: CPF. Cota PT-CPF-ALV-006617)

Nesse sentido, considera-se que embora a intervenção atual seja detentora de inegável valor artístico e aceitando que a apropriação da arquitetura tem especificidades diferentes da pintura e da escultura, acredita-se que esta solução de arte urbana não é adequada para esta empena em específico, pois a instalação artística continua a participar no processo de descontinuidade da aparência da empena lateral em relação ao restante dos elementos arquitetônicos que compõem a paisagem urbana.

4.1.4 Destaque

As figuras 150 a 155 são relativas ao último critério, designado como destaque, que se refere aos elementos que se apresentam salientes e cuja massa ou volume produza relevo sobre o plano da empena, conforme se pode observar na

figura 96. O destaque é composto por duas categorias: (1) valor não funcional, e (2) valor funcional.

Os elementos de valor não funcional (figuras 150 a 152), por norma, representam elementos arquitetônicos, tal como o exemplo do prolongamento dos ornatos das fachadas principais sobre os cunhais ou platibandas dos sobrados que, devido ao seu relevo nas empenas laterais, acabam por se projetar sobre o lote vizinho. No caso dos elementos de valor funcional (figuras 154 e 155), referem-se a instalações prediais que se tornam visíveis e cuja existência corresponde a uma necessidade funcional, seja para drenagem das águas pluviais, seja para climatização ou ventilação dos espaços interiores.

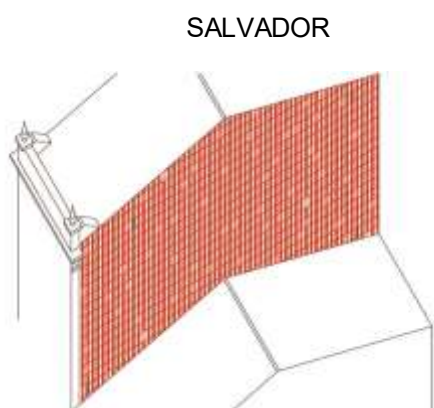


Figura 150 | Empena lateral com destaque não funcional. Empena lateral com platibanda e/ou cunhal ao gosto eclético. (desenho do autor)

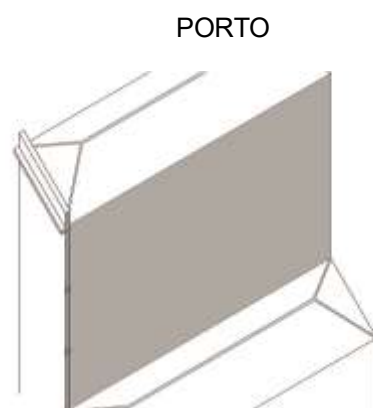


Figura 151 | Empena lateral com destaque não funcional. Empena lateral com platibanda e/ou cunhal oitocentista ou das primeiras décadas de noventa. (desenho do autor)

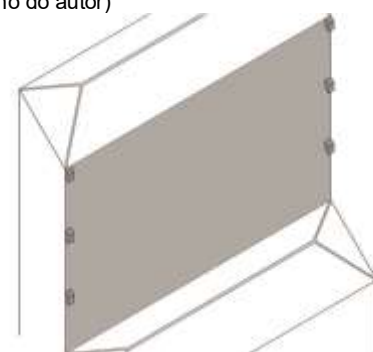


Figura 152 | Empena lateral com destaque não funcional. Empena lateral com pedras de espera nos cunhais. (desenho do autor)

Entre as empenas com destaques de valor não funcional, na área objeto de estudo de Salvador registra-se um número considerável de empenas que apresentam os cunhais com ornatos, entre os quais capiteis decorativos de várias ordens clássicas, platibandas com coruchéus e vasos (figura 150).

Acredita-se que a presença destes elementos arquitetônicos, tal como Cardoso e Baeta (2015) mencionam, se deva às adaptações ao gosto eclético que os sobrados sofreram entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Também se registra um elemento construtivo cuja visibilidade é frequente em várias empenas, que são os topos das terças de madeira da estrutura dos telhados das coberturas, conforme se pode observar nas figuras 25 a 27. Esse detalhe construtivo revela um caráter mais pragmático na solução construtiva dos telhados das coberturas, ao contrário da exuberância decorativa dos cunhais ao gosto eclético. No entanto, mesmo tratando-se de uma manifestação pragmática, considera-se que os topos de madeira visíveis nas empenas laterais têm a importância de representar uma evidência técnica no modo de se construir e produzir arquitetura.

No caso da cidade do Porto, as empenas laterais que apresentam cunhais ou platibandas salientes são pouco significativas (figura 151). Esse fator, tal como aconteceu na cidade de Salvador, deveu-se ao fato das platibandas começarem a ser introduzidas a partir de meados do século XIX, devido à proibição dos telhões de beiral salientes dos telhados, através de uma postura publicada em edital do dia 31 de dezembro de 1845. Como a área objeto de estudo é a mais antiga e consolidada da cidade, considera-se que os reduzidos exemplares de empenas com platibandas, poderão representar adaptações em edifícios cuja construção é anterior à aplicação da lei ou edifícios pontuais construídos posteriormente à entrada em vigor da lei. As vias que apresentam os edifícios majoritariamente com platibandas foram executadas durante o século XIX, tal como a Rua Mouzinho da Silveira, a Rua de Ferreira Borges e a Rua Nova da Alfândega.

Existe ainda um número reduzido de exemplos em que é possível observar nos cunhais entre as fachadas e as empenas laterais pedras de granito salientes (figura 153). Essas peças designam-se como pedras de espera e tinham a função de permitir que o edifício vizinho que viesse a ser construído no futuro, encontrasse elementos construtivos que permitissem a amarração entre as edificações (COSTA, 2003). Para o arquiteto António Moura, responsável por um conjunto de intervenções no âmbito do processo de reabilitação urbana do centro histórico do Porto promovido pelo CRUARB, a presença das pedras de espera poderia ser testemunho de uma tradição construtiva, ou resultado de uma eventual legislação (ver anexo V).

Tal como mencionado na primeira seção, devido à aparente ausência de regulamentos específicos, não estava garantido que as edificações fossem construídas com o mesmo gabarito da que estava a seu lado. Acredita-se que devido a esse fator, a presença das pedras de espera tenha acabado por persistir até aos nossos dias.



Figura 153 | Vista da Rua da Vitória, no Morro da Vitória, de um edifício com empena lateral revestida em chapa zincada ondulada e com a presença de uma pedra de espera. (foto do autor, dez./2016)

Será durante o século XX, a partir das ações da DGMEN e, sobretudo, através da atuação do CRUARB, acompanhada por planos de gestão territorial da CMP a partir dos anos oitenta e noventa, que se começam a definir leis, regulamentos e estratégias quanto às questões de proteção e preservação das áreas históricas. É durante este processo de gestão e valorização do centro histórico do Porto por parte das entidades públicas, que as empenas laterais acabam por se consolidar e preservar. Depreende-se então que as pedras de espera presentes em empenas laterais, cujo objetivo inicial era meramente funcional, acabaram por perder esse significado tornando-se um testemunho de uma forma passada em se fazer cidade e com isso acabaram por adquirir um inegável valor histórico (figura 153). Estes elementos arquitetônicos não são comuns no Brasil.

No que se refere às empenas laterais que apresentam destaques cujo atributo é meramente funcional, observa-se em ambas as áreas objeto de estudo algumas empenas com instalações prediais salientes, cuja existência deve ser considerada como válida, tal como a tubulação aparente para drenagem das águas pluviais. No entanto, há um conjunto de outras instalações prediais que se consideram dissonantes em relação à harmonia da paisagem urbana.

Em Salvador e no Porto é possível observar algumas empenas laterais com coletores de águas pluviais (figuras 154 e 155), cuja integração nas empenas é cuidadosa e coerente, embora verifiquem-se situações em que as soluções são descuidadas. Acredita-se que os aspectos a ter em consideração em relação a estes elementos dizem respeito ao tipo de material a utilizar, às cores do material e ao traçado dos coletores.



Figura 154 | Empena lateral com destaque de valor funcional. Empena lateral com instalações prediais diversas (ex: ar-condicionado, coletores de águas pluviais, fiações elétricas e aparelhos de TV). Os diferentes tipos de instalações podem ocorrer simultaneamente ou apenas com um tipo. (desenho do autor)

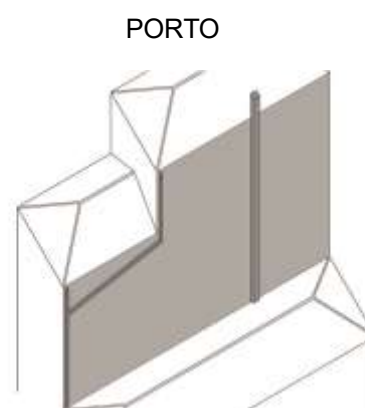


Figura 155 | Empena lateral com destaque de valor funcional. Empena lateral com instalações prediais diversas (ex: ar-condicionado, coletores de águas pluviais, chaminés e aparelhos de TV). Os diferentes tipos de instalações podem ocorrer simultaneamente ou apenas com um tipo. (desenho do autor)

No caso do Porto acresce ainda outra infra-estrutura cuja frequência não é comum, que são as chaminés (figura 155). Tal como nos coletores, considera-se que a sua presença deve ser encarada como um elemento necessário, partindo do pressuposto que a presença das chaminés decorre do aperfeiçoamento das leis acerca da necessidade de ventilação e exaustão de fumos em estabelecimentos comerciais, tais como restaurantes. Se a sua instalação não fosse possível, possivelmente essas atividades comerciais deixariam o centro histórico e, conseqüentemente, prejudicariam a dinâmica social e económica das suas comunidades.

As chaminés registradas, majoritariamente em chapa metálica pintada, são relativas a restaurantes instalados em edifícios antigos, como no exemplo da figura 77. Acredita-se que a sua instalação aparente nas empenas laterais seja devido à impossibilidade da colocação das tubulações no interior dos edifícios, sob o risco da destruição da compartimentação espacial original, além dos custos serem mais elevados. Considera-se que a presença das chaminés deverá reunir dois pressupostos: (1) ser sempre a última solução possível, e (2) estar associada ao fato da atividade em causa contribuir para as dinâmicas culturais, sociais e econômicas da comunidade local. Quando a sua visibilidade é a única solução possível, a sua posição, forma e acabamento deverão ter um tratamento adequado para uma integração coerente e harmoniosa com os edifícios.

Além destas instalações, quer em Salvador, quer no Porto, verificaram-se algumas empenas com instalações totalmente inadequadas e conflitantes com a harmonia dos edifícios, tais como fiações elétricas, aparelhos de ar-condicionado e antenas de TV. Acredita-se que a instalação destes equipamentos possa dever-se a uma menor valorização das empenas laterais enquanto elemento morfológico urbano. Se nos casos em que a visibilidade das empenas é reduzida estas instalações são indesejáveis, quando a relação das empenas com os logradouros públicos é mais próxima e intensa, as instalações acabam por adquirir um protagonismo ainda maior.

Considera-se que estes equipamentos e instalações devam ser devidamente integrados. Se as questões de conforto ambiental nos espaços interiores dos sobrados devem ser asseguradas e estabelecidas como prioritárias, sempre que demandem a instalação de equipamentos, estes deverão ser instalados de modo a que a sua presença seja o mais neutra possível. No caso de aparelhos de ar-condicionado, acredita-se que a sua instalação em águas-furtadas de pequenas dimensões poderia produzir um impacto visual menor.

Em resumo, acredita-se que o conjunto dos quatro critérios apresenta uma estrutura adequada para a identificação das propriedades visuais das empenas. Além das questões formais, considera-se que estes critérios de análise revelam a importância das empenas laterais enquanto documentos que testemunham os processos de transformação e expansão urbana das duas cidades, integrando nas suas configurações elementos que permitem a leitura das suas arquiteturas, como são os exemplos dos pátios de iluminação e ventilação natural no interior de

sobrados, ou dos cunhais com elementos decorativos ao gosto eclético em Salvador, bem como as pedras de espera nos cunhais de edifícios do Porto.

Tabela 1 | Tabela com a estrutura dos critérios das empenas laterais.

CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPOS	
RECORTE	Comum	Coroamento Angular	
		Coroamento Plano	
		Coroamento Misto	
	Singular	Coroamento Angular	
		Coroamento Plano	
		Coroamento Misto	
CONFINAMENTO	Integral	Completo	
		Incompleto	
	Parcial	Edifício Adjacente e Solo do Quintal	
		Edifício Adjacente e Solo do Logradouro Público	
		Edifício (s) Adjacentes (s) e Solo de Outros Lotes Urbanos	
	Radical	Logradouro Público	
TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Texturizada	Cega	
		Vazada	
		Figurativa	Mensagem Publicitária
		Instalação Artística	
	Lisa	Cega	
		Vazada	
		Figurativa	Mensagem Publicitária
		Instalação Artística	
	Mista	Cega	
		Vazada	
		Figurativa	Mensagem Publicitária
		Instalação Artística	
DESTAQUE	Funcional		
	Não Funcional		

4.2 CATEGORIAS

Considerando-se assim estabelecidos os critérios de análise das propriedades visuais das formas das empenas e cuja estrutura permitirá subsidiar os estudos acerca dos seus valores históricos e arquitetónicos, nesta subsecção será apresentada uma proposta de categorias de empenas.

A proposta consiste na organização hierárquica de três categorias de empenas, cuja lógica é fundamentada através dos critérios apresentados e na forma como cada um deles se manifesta. No entanto, a atribuição de determinada categoria a uma empena lateral deverá, sempre que possível, obedecer a uma metodologia baseada em pesquisa histórica-arquitetônica e ser complementada com subsídios que possam contribuir para a consistência da análise, tais como documentos cadastrais, fotográficos ou demais fontes iconográficas.

Com relação à utilização de designações em empenas, Ascensão (2011), no seu estudo sobre as fachadas do centro histórico do Porto, quando menciona o termo de “empenas consolidadas” refere-se ao seu estado de conservação e ao ano de construção. Por sua vez, a autora refere que as empenas dos edifícios novos, cuja implantação se prolonga até aos limites laterais dos lotes apresentando assim empenas cegas, são designadas como “empenas expectantes”. Segunda a autora isso deve-se ao fato de serem superfícies cuja função principal é aguardar o encosto de uma futura construção vizinha, alargando esse conceito a todo o contexto urbano. No seu estudo ainda é feita referência às empenas cuja visibilidade deriva da demolição de edifícios vizinhos encostados, sem atribuir uma terminologia específica para essas situações.

Relativamente aos fatores que a autora menciona ao definir a empena “consolidada”, considera-se adequado o vínculo ao estado de conservação, mas em relação ao ano de construção acredita-se que esse vínculo poderá resultar em eventuais equívocos. Com relação ao estado de conservação considera-se ser possível estabelecer uma associação imediata com a consistência física das empenas laterais enquanto matéria, mas quanto ao ano de construção acredita-se que a relação possa tornar-se mais ambígua, não se conseguindo perceber a partir de que momento temporal da sua existência é que uma empena lateral se poderá tornar consolidada. Acredita-se que a associação entre os critérios apresentados nas subseções anteriores e os fatores mencionados pela autora poderão tornar a definição mais precisa e consistente.

Com relação ao termo utilizado pela autora como “expectante”, considera-se pertinente apenas a sua noção temporal, pois em relação ao contexto urbano a que autora se refere ele é distinto das áreas objeto de estudo do presente trabalho, logo, poderia levar a interpretações imprecisas. No caso do estudo apresentado por Ascensão (2011), pelo fato das empenas expectantes poderem estar localizadas em

áreas de expansão urbana, aceita-se a sua colmatação através do encosto de edifícios novos. Esta atitude, que se considera adequada em áreas de expansão urbana, em áreas como as do presente trabalho, poderia comprometer empenas e fachadas de edifícios que estão consolidadas e que contribuem para o valor cultural das cidades históricas. Saliencia-se que alguns dos termos utilizados por Ascensão (2011) serão aplicados neste trabalho (ex: empenas consolidadas), embora com significados diferentes. Assim sendo, são apresentadas três categorias de empenas laterais: (1) consolidadas, (2) semi-fragilizadas, e (3) fragilizadas.

Considera-se pertinente salientar que a categorização proposta não se refere apenas à consistência material das empenas laterais, mas também à relação que essas superfícies estabelecem com o seu entorno, ou seja, à sua imagem (percepção) e ao seu significado. Embora o objeto de estudo do presente trabalho sejam as empenas laterais, de forma intencional será suprimido nas categorias propostas o adjetivo lateral, por uma questão de simplificação das designações.

4.2.1 Empenas Consolidadas

As empenas consolidadas dizem respeito aos exemplares em que os três primeiros critérios estejam reunidos de tal forma, que o inteiro da empena resulte em uma unidade coerente e harmoniosa, conforme a figura 156 relativa a um exemplo no centro histórico de Salvador e a figura 157 relativa a um exemplo no Porto.

Sempre que o recorte, confinamento e tratamento de superfície de uma empena lateral se apresentarem perfeitamente definidos, estabilizados, consistentes e em bom estado de conservação, enquadram-se na categoria das empenas consolidadas. Nestes casos, as empenas laterais, enquanto elementos que cooperam para o reconhecimento dos centros históricos como obras de arte, não evidenciam qualquer interrupção formal com o ambiente físico e espacial no qual estão inseridas. Outros exemplos de empenas laterais que se consideram consolidadas podem ser observadas no caso do centro histórico de Salvador nas figuras 4, 26, 73 e 79, e no caso do Porto, nas figuras 5, 42, 43, 61, 68 e 69. Na figura 43 do centro histórico do Porto, a maioria das empenas laterais presentes na imagem enquadram-se na categoria das empenas consolidadas. No entanto, verifica-se uma empena cuja inconsistência material dos revestimentos é tal que evidencia o negro do alcatrão. Nesse caso, considera-se que se trata de uma

situação em que a empena está fragilizada, que será devidamente descrita na respectiva categoria.



Figura 156 | Vista da Rua das Laranjeiras a partir da Rua Santa Isabel, com o campo visual dominado por uma empena que manifesta os quatro critérios consolidados. A empena de oitão é texturizada e vazada, salientando-se a presença do algeroz no encosto do edifício adjacente (foto do autor, out./2016)

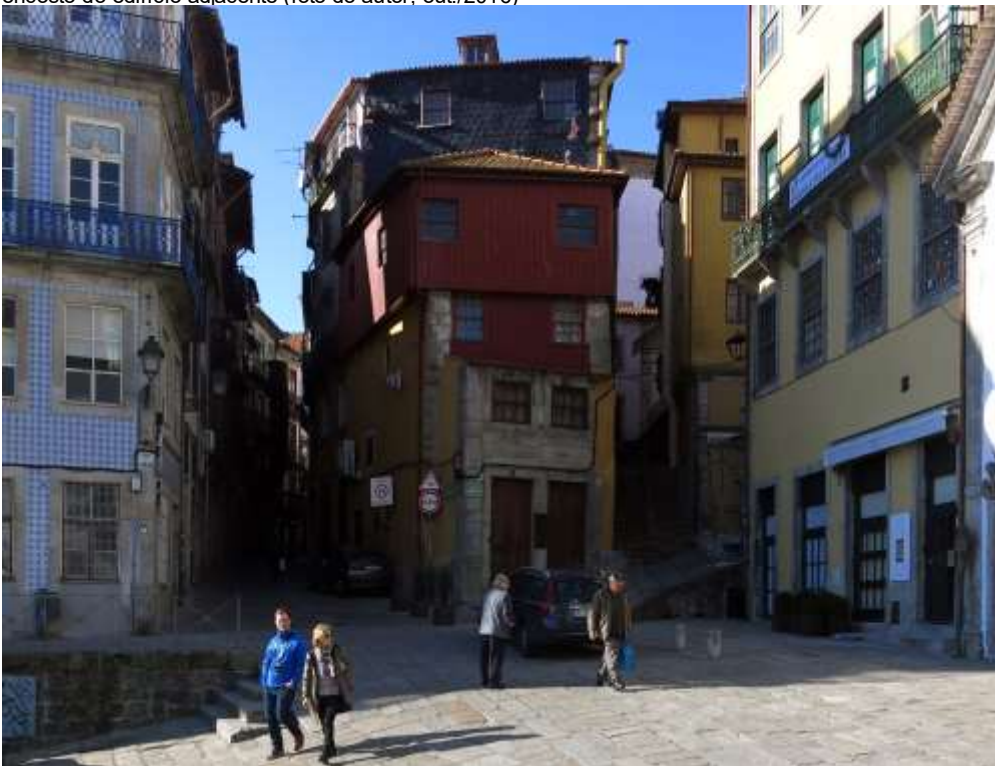


Figura 157 | Vista do Largo do Terreiro em direção à bifurcação entre a Rua da Reboleira e a Travessa de São Nicolau. A empena revestida em soletos de ardósia apresenta os quatro critérios consolidados. Destaque para as pedras de espera nos cunhais e a pitoresca chaminé pintada de amarelo. (foto do autor, dez./2016)

Quanto ao critério do destaque ele só terá de contribuir para esta categoria se a empena apresentar algum, ou alguns, dos elementos descritos no próprio critério. Nessa situação, se a empena lateral tiver algum tipo de destaque, seja funcional ou não funcional, ele terá de apresentar as mesmas características que os demais critérios.

As empenas consolidadas serão todas aquelas cujas propriedades visuais estejam em tal condições que só seja necessário serem alvo de simples intervenções de preservação. Sempre que um edifício com empenas laterais, ou uma edificação que embora não tendo empenas laterais confine com uma edificação com empenas, for alvo de intervenção, admiti-se apenas que as intervenções nessas empenas laterais sejam voltadas à sua conservação.

A Carta de Washington (1986) define que a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior), enquanto elementos materiais que expressam a imagem bem como o caráter histórico das cidades antigas, devem ser preservados. Perante tudo o que foi exposto no presente trabalho, considera-se que as empenas consolidadas se enquadram nessa definição, seja na sua cooperação para a forma e aspecto dos edifícios em si, seja na sua contribuição para o caráter histórico das cidades, devendo ser protegidas e salvaguardadas.

4.2.2 Empenas Semi-Fragilizadas

Considera-se importante salientar que, à semelhança da própria proposta de categorização, a aplicação do termo “fragilizada” não é referente apenas à consistência dos seus materiais, mas também a eventuais questões de natureza imaterial, como nos casos em que os materiais até possam apresentar-se de modo consistente e em bom estado de conservação, mas cuja aplicação possa ser considerada inadequada ou descontextualizada.

Nesse sentido, as empenas semi-fragilizadas ou levemente fragilizadas, referem-se aos exemplares em que um dos três primeiros critérios apresenta algum tipo de inconsistência sutil que possa fragilizar a coerência da unidade da empena, tal como se pode observar nas figuras 158 e 159. No entanto, essa fragilidade não será suficientemente intensa que comprometa a coerência e integridade da empena, conforme se pode observar na figura 19, no centro histórico de Salvador.

Assim sendo, sempre que o recorte, o confinamento ou o tratamento de superfície de uma empena lateral, se apresente com alguma vulnerabilidade em relação à consistência do próprio critério, considera-se que se trata de uma empena semi-fragilizada. É importante salientar que as situações verificadas que se enquadram em empenas semi-fragilizadas, prevalentemente, referem-se ao critério do tratamento de superfície.

Nas empenas semi-fragilizadas o critério comprometido não prevalece em relação à coerência dos demais critérios. Nessas empenas a sua aparência, manifestada pelos seus formatos, tamanhos, texturas e cores, continua a evidenciar um inteiro. A questão é que esse inteiro não se encontra de modo totalmente harmonioso e consolidado.

Quanto ao critério do destaque ele só terá de contribuir para a classificação da categoria se a empena contiver algum, ou alguns, dos elementos descritos no próprio critério e se revelar igual perda de consistência. Tomando como exemplo a figura 21 na cidade de Salvador, considera-se que se trata de uma empena semi-fragilizada exatamente pelo critério do destaque, já que se acredita que a presença do aparelho de ar-condicionado é um pequeno acréscimo que interfere na imagem da empena lateral.

Nos exemplos apresentados na figura 158, relativa ao centro histórico de Salvador e na figura 159 relativa ao Porto, destaca-se a perda parcial da consistência material do revestimento de ambas as empenas laterais.

Na empena de Salvador, a superfície revestida em telha cerâmica capa-canal apresenta áreas com ausência de telhas cerâmicas no critério do tratamento de superfície da empena, provocando uma leve alteração no seu tecido figurativo. Essa vulnerabilidade, provocada pela inconsistência parcial dos materiais de revestimento da empena, fragiliza assim a sua unidade. Nesse exemplo, considera-se que uma das soluções que se poderiam propor passaria pela substituição das telhas cuja consistência física esteja comprometida por novas telhas cerâmicas em material, tamanho, textura e cor semelhantes às existentes, bem como a colocação de novas telhas cerâmicas nas áreas em que se perdeu o revestimento. No entanto, a diferença entre os materiais existentes e os novos só deverá ser perceptível se o observador estiver muito próximo, já que à distância deverá ter a capacidade de se integrarem da forma mais homogênea possível. O objetivo dessa diferença é que se perceba que a intervenção é atual mas cuja unidade da empena não fique

comprometida, como seria no caso das novas telhas terem um material, textura e cor demasiado contrastantes com as existentes. Outra medida que se considera adequada seria a limpeza das superfícies enegrecidas pela ação de biofilme mas com a manutenção da pátina.



Figura 158 | Vista de sobrado na Rua Direita de Santo Antônio, em Salvador. A empena revestida em telha cerâmica canal apresenta perda de consistência física do seu tratamento de superfície, devido ao descolamento de telhas, além de áreas enegrecidas pela presença de biofilme. Paralelamente, considera-se que a introdução de um piso suplementar recuado com relação à fachada principal, através da criação de um plano vertical envidraçado e um terraço, produzem um impacto negativo na morfologia da empena lateral e, conseqüentemente, na morfologia do próprio sobrado. (foto do autor, nov./2016)

No caso do Porto, considera-se que o tratamento de superfície da empena lateral encontra-se vulnerável devido ao descolamento parcial das argamassas de revestimento. As argamassas de revestimento pintadas de amarelo, nas áreas de descolamento evidenciam a cor e textura do granito da parede de suporte, promovendo assim a alteração do tecido figurativo da empena. Salienta-se que a perda de consistência dos revestimentos em argamassa revelando a alvenaria de granito, embora fragilizando a empena, mantém relativa uniformidade da aparência da sua superfície, enquanto se a perda de consistência dos revestimentos em argamassa revelassem o negro da camada de asfalto, conforme a figura 43, a aparência da superfície imediatamente manifestaria um grau de fragilidade e

incoerência maiores. Esse assunto será abordado com maior detalhe na categoria seguinte.



Figura 159 | Vista de edifício na Rua do Infante D. Henrique (antiga Rua Nova), junto à Igreja de São Nicolau, na cota baixa da cidade do Porto. Em primeiro plano é visível uma empena consolidada com tratamento de superfície lisa revestida em argamassa e pintada à cor amarelo e vazada. Em segundo plano é visível uma empena semi-fragilizada devido à falta de consolidação do seu tratamento de superfície, devido ao descolamento parcial das argamassas de revestimento. É de destacar a presença de um balcão encerrado no último pavimento, bem como um conjunto de pedras de espera no cunhal. (foto do autor, dez./2016)

Considera-se que as intervenções permitidas em empenas semi-fragilizadas devem concorrer, sempre que possível, apenas para a melhoria do seu estado de conservação, preservando assim as transformações sofridas no decorrer do tempo sempre que estas não comprometam os seus valores arquitetónicos. O objetivo da intervenção deverá ter como resultado a passagem de uma empena semi-fragilizada para uma empena consolidada.

No entanto, no caso de estarmos na presença de empenas semi-fragilizadas, além das ações de conservação e restauro para atenuar as suas fragilidades, excepcionalmente, poderia admitir-se a possibilidade de intervenções de caráter significativamente mais profundo.

Nesse âmbito, apresentam-se algumas propostas de intervenção que se acredita serem adequadas para a promoção da consolidação das empenas que se consideram semi-fragilizadas. Tal como referido ao longo do presente trabalho, é

importante salientar que se tratam de sugestões para resolução de eventuais vulnerabilidades das empenas laterais e não a defesa de qualquer receita dogmática.

O exemplo apresentado nas figuras 160 e 161 simula uma empena cujo confinamento é radical através do logradouro público e de um edifício adjacente, revelando um tratamento de superfície fragilizado devido ao descolamento parcial das argamassas de revestimento comprometendo assim a sua unidade.

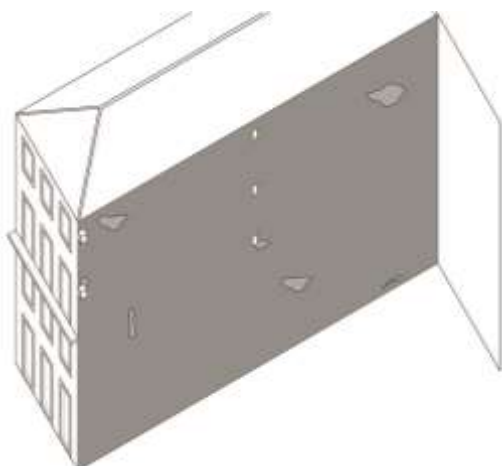


Figura 160 | Empena lateral com perda de consistência parcial das argamassas de revestimento, revelando alterações no seu tecido figurativo. (desenho do autor)

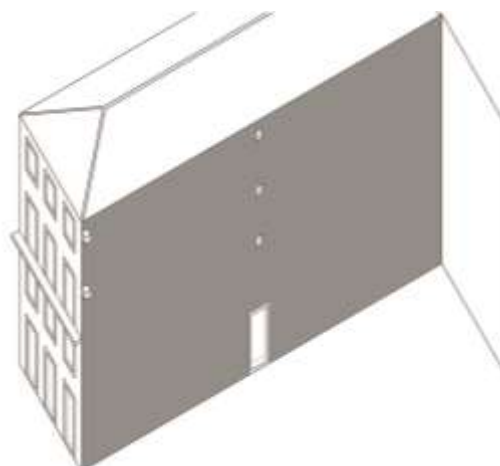


Figura 161 | Proposta de consolidação do material de revestimento da empena e inserção de um vão. (desenho do autor)

Como exemplo das intervenções mais profundas admitidas nesta categoria de empenas que confinam com o logradouro público, poder-se-ia admitir a introdução de um vão exterior, tal como é possível observar na figura 161. Esse regime de exceção só poderia admitir-se se ele se revelasse como absolutamente necessário (ex: devido a um uso específico que se pretendia instalar no edifício, e cujas disposições legais e regulamentares exigiam a criação de uma nova saída de emergência além das saídas existentes nas fachadas principal e posterior) e cuja localização fosse devidamente enquadrada e harmoniosa com a composição da empena lateral. A inserção do vão deveria surgir enquadrada com a caixa de escadas interior e dar acesso ao logradouro público (ex: por norma, as caixas de escadas neste tipo de edifício no Porto ocupam uma posição central). À semelhança do exemplo das telhas cerâmicas, esse vão deveria manifestar-se na empena de um modo contextualizado e discreto, mas assumidamente contemporâneo para assim identificar-se com maior facilidade a sua introdução.

Outro exemplo que se considera tratar-se de empenas semi-fragilizadas, são os casos em que os materiais de revestimento utilizados são considerados inadequados para a autenticidade material dos centros históricos, como na figura 162. No entanto, o caso de se considerar apenas como semi-fragilizada está associado ao fato dessa superfície não adquirir demasiada visibilidade nem estabelecer protagonismo com o logradouro público no qual está inserida. Se o seu protagonismo fosse considerado intenso em relação à paisagem, então este caso deveria ser considerado como empena fragilizada.



Figura 162 | Vista parcial do conjunto urbano da Rua do Passo, no centro histórico do Salvador. A empena lateral em primeiro plano revela-se como uma empena com tratamento de superfície misto, com revestimento superior liso em argamassa e revestimento inferior texturizado em cerâmica. Embora o revestimento em cerâmica não assuma protagonismo em relação ao espaço urbano, considera-se inadequada a utilização deste material como revestimento de superfícies no contexto do centro histórico de Salvador (foto do autor, out./2016).

Outro exemplo de materiais de revestimento em empenas laterais que se considera inadequado é o caso da figura 163. A empena localiza-se na Rua de Cimo de Vila, dentro da antiga cidade intramuros, sendo revestida em chapa zincada ondulada à cor natural. O revestimento em chapa zincada ondulada à cor branca que se observa na figura é da fachada posterior. Ao analisar-se o revestimento da empena lateral, o que assume protagonismo é o revestimento inusitado das pedras de espera nos cunhais da empena lateral que, possivelmente, foi introduzido para

proteção da empena em relação às infiltrações. O protagonismo é reforçado pela ausência de cuidado com os detalhes e remates.



Figura 163 | Vista de um sobrado na Rua de Cimo de Vila, no centro histórico do Porto, com revestimentos metálicos na empena lateral e nas pedras de espera. (foto do autor, dez./2016)

Tal como referido anteriormente no critério do destaque, as pedras de espera são evidências de um determinado modo de se fazer cidade e, por isso, com significativo valor histórico, considerando-se que o seu protagonismo deve advir apenas e só da sua presença, ao contrário do que a situação atual apresenta. O revestimento das pedras de espera em chapa metálica com esta qualidade de acabamento inverte a lógica da presença das pedras, acabando por assumir um destaque negativo. Considera-se que a figura 163 se revela como uma desfiguração da imagem da empena. Nesses exemplos, considera-se que uma boa prática seria manter a empena lateral revestida com a chapa zincada ondulada, deixando as pedras de espera aparentes. As pedras, pelo fato de ficarem aparentes e sujeitas às

intempéries, teriam de ter tratamento adequado com aplicação de hidrorrepelente incolor à base de silicone (OLIVEIRA, 2011, p.144) para resolver a questão das infiltrações. Considera-se que ao assumir a aparência das pedras de espera, a intervenção seria mais apropriada para a autenticidade da cidade histórica, tal como o exemplo observado na Rua da Vitória, apresentado na figura 153.

4.2.3 Empenas Fragilizadas

Tal como nas empenas semi-fragilizadas, a fragilidade e inconsistência das empenas fragilizadas refere-se quer às questões da matéria, quer às questões perceptivas. No entanto, ao contrário das semi-fragilizadas, as empenas fragilizadas seriam todas aquelas em que um dos três primeiros critérios (recorte, confinamento ou tratamento de superfície) se encontre num estado de fragilidade tal, que comprometa de modo significativo a coerência e harmonia, quer da própria empena, quer a relação com o seu entorno, conforme as figuras 164 a 166.

Ao contrário das semi-fragilizadas, nas empenas fragilizadas o critério que se encontrar comprometido prevalece em relação à eventual coerência dos demais critérios. Com base nesse pressuposto, considera-se que uma das situações que se tratam de empenas fragilizadas são aquelas em que as empenas laterais ficam expostas à intempérie pela derrocada de edifícios vizinhos, revelando assim um tratamento de superfície, confinamento ou recorte inadequado perante a sua nova condição de visibilidade e exposição, tal como se pode observar nas figuras 164 e 165. Nessas situações, quando a alteração do seu sentido figurativo prejudica a estrutura da empena lateral, como nas situações em que os espaços interiores podem ficar comprometidos, admite-se que as intervenções possam ser de restauro. No entanto, essas intervenções devem participar para que os dois momentos, pré-derrocada e pós-derrocada, permaneçam harmoniosos mas distinguíveis.

Um tema que se considera importante salientar é com relação à presença de aberturas em empenas laterais após a derrocada de edifícios vizinhos, que se constatou nas visitas às áreas objeto de estudo, conforme é possível observar nas figuras 164 e 165, do centro histórico de Salvador e do Porto, respectivamente.



Figura 164 | Vista de sobrado na Rua Leovigildo de Carvalho, em Salvador. O sobrado revela uma empena lateral cujo tratamento de superfície se apresenta sem qualquer tipo de acabamento, possivelmente pela eventual derrocada da edificação adjacente. (foto do autor, out./2016)



Figura 165 | Vista parcial do conjunto urbano na Rua de Miragaia, na freguesia de Miragaia, à cota baixa do Porto, na qual é possível constatar uma empena lateral cujo tratamento de superfície se manifesta sem revestimento, possivelmente pela eventual derrocada do edifício vizinho. (foto do autor, dez./2016)

No caso de Salvador, no sobrado da Rua Leovigildo de Carvalho, o último pavimento, aparentemente, é fruto de uma ampliação devido à diferença do sistema

de aparelhagem dos tijolos da parede. Nos dois pavimentos inferiores, pela configuração da alvenaria de tijolo, há fortes indícios de, outrora, haver existido um conjunto de vãos na empena lateral que agora se encontram encerrados.

Acredita-se que a existência dessas aberturas, cujas dimensões evidenciam esquadrias de dimensão retangular, sugira duas hipóteses: (1) tratem-se de esquadrias de comunicação interna entre as edificações adjacentes, ou (2) tratem-se de esquadrias exteriores, à semelhança da fachada principal e posterior. No caso da segunda hipótese depreende-se que o tratamento da empena lateral como fachada resultaria da aceitação por parte de quem construía o seu edifício que, no momento em que o edifício vizinho fosse construído, poderia obstruir e encerrar as esquadrias da empena.

É importante registrar a paradoxal importância que pode adquirir um acontecimento acidental com consequências nefastas para a preservação dos edifícios e dos seus sistemas construtivos tradicionais, bem como para o sentido figurativo da paisagem urbana dos centros históricos. A visibilidade das empenas laterais, decorrente de um processo de derrocada do edifício vizinho, pode revelar eventuais características ou indicadores do modo de se fazer a cidade tradicional.

Considera-se que outro exemplo de empenas fragilizadas são aquelas evidenciam a degradação total dos seus materiais de revestimento devido à ausência de ações de manutenção, conforme uma empena com coroamento angular no centro histórico do Porto, presente nas figuras 148 e 149. Ao compararmos os dois registros, em momentos temporais distintos, a falta de consistência material da empena alterou de tal modo a sua aparência, que ela se revela com um aspecto totalmente diferente, sendo essa percepção agravada pela presença das superfícies negras do alcatrão de impermeabilização, tal como no exemplo da empena lateral da figura 43, também no centro histórico do Porto. Considera-se importante realçar que a presença da instalação artística na empena lateral da figura 148 acaba por atenuar a percepção do negro do alcatrão.

Nesses casos, o estado de conservação além de alterar a figuratividade da própria empena, compromete a sua função de proteção contra as intempéries. Nesse momento, a empena será classificada como empena fragilizada e deverá priorizar-se uma solução suficientemente profunda com vista a atenuar, quer a sua alteração figurativa, quer a sua insuficiente proteção, admitindo-se entre as soluções várias possibilidades de materiais, cores e texturas, sempre dentro de um espírito

contextualizado. Uma das possibilidades seria a colocação de uma camada de argamassa suficientemente fina que mantivesse a textura do suporte, com o objetivo de atenuar a visibilidade das interrupções provocadas pela presença do negro do alcatrão. A argamassa de revestimento deveria manter os gradientes provocados pela radiação solar nas texturas existentes, devendo ter a capacidade de ser impermeável à água mas permeável ao vapor de água.

Além dos exemplos apresentados que são relativos à fragilidade do estado de conservação, considera-se que poderão existir empenas fragilizadas que podem apresentar materiais de revestimento em bom estado de conservação. Esses casos resultam da utilização inadequada de um determinado material de revestimento, que pela sua dissonância (material, formato, cor ou textura) estabelece um contraste tal com o restante dos elementos morfológicos urbanos, que a empena lateral acaba por assumir um protagonismo inapropriado na paisagem urbana, conforme a figura 166. O enquadramento do conjunto urbano registrado nessa imagem evidencia duas empenas laterais revestidas em chapa zincada ondulada pintadas de branco.



Figura 166 | Vista parcial do conjunto urbano da área da Vitória, no centro histórico do Porto, na qual é possível constatar duas empenas laterais cujo tratamento de superfície se apresenta com revestimento em chapa zincada ondulada branca. De acordo com as cores e texturas dos materiais utilizados na arquitetura corrente do centro histórico, essas empenas laterais manifestam-se com protagonismo na paisagem urbana, devido ao contraste que estabelecem com os demais elementos. Salienta-se a prevalência de empenas com recorte comum e coroamento plano e tratamento das superfícies em chapa zincada ondulada cinzenta (foto do autor, ago./2017).

Em uma análise superficial as empenas brancas assemelham-se às empenas pintadas de branco das imagens manipuladas dos exercícios de análise da seção anterior, tal é o contraste que apresentam com os demais elementos arquitetônicos. Considera-se assim que as empenas fragilizadas são todas aquelas que, mesmo em bom estado de conservação, além de participarem na alteração do tecido figurativo da paisagem urbana, acabam por enfraquecer a sua contribuição para com os valores históricos e arquitetônicos dos centros históricos onde estão inseridas.

Nessa categoria o critério do destaque não concorre em termos qualitativos. A sua consistência ou inconsistência não são suficientemente determinantes para atenuar a inconsistência que algum dos outros critérios possa evidenciar.

Nos casos dos edifícios que apresentem empenas fragilizadas forem sujeitos a obras de intervenção ou em edifícios que, embora não tendo empenas fragilizadas, encostem em edifícios com empenas dessa categoria, forem sujeitos a obras de intervenção, as ações poderão ser mais profundas com o objetivo de atenuar as fragilidades das empenas cooperando para assim para a sua unidade. Por sua vez, a unidade da empena deverá contribuir para a unidade do edifício, atingindo como meta a diminuição da alteração que elas possam representar para o sentido figurativo da paisagem urbana.

Nessas intervenções é fundamental a pesquisa e análise histórica do edifício e do entorno para validação das escolhas e decisões de projeto, bem como para minimização dos riscos em falsear a história da cidade, sob o risco que se possa estar a resgatar um eventual sistema construtivo ou material de revestimento que poderá nunca ter existido. A identificação das formas e visibilidade originais, bem como dos materiais de revestimentos, será determinante para que as opções técnicas além de revelarem a contemporaneidade da intervenção, promovam uma continuidade harmoniosa e contextualizada com o seu entorno.

Nesse âmbito, as figuras 167 e 168 são relativas a uma proposta de intervenção que se acredita ser adequada para a promoção da consolidação das empenas que se consideram fragilizadas. Tal como descrito no critério relativo ao recorte (figuras 111, 113, 115 e 117), existe um conjunto de empenas na área objeto de estudo de Salvador, cujas configurações revelam uma interrupção significativa que altera a morfologia original das empenas, conforme se pode observar nas figuras 27 e 85. Essas interrupções correspondem à colocação de pátios num dos limites laterais dos edifícios, para introdução de iluminação e ventilação naturais em

espaços interiores. Acredita-se que essas interrupções fragilizam as empenas, quer enquanto elementos morfológicos urbanos, quer enquanto à relação que estabelecem com o entorno. Considera-se que essa fragilidade, além da interrupção figurativa, decorre de uma modificação que não se considera produzir uma síntese entre o seu passado e a situação presente, evidenciando-se apenas como uma mutilação. Constata-se assim que nessas situações dá-se uma aporia, que se estabelece entre os seus valores técnicos e os valores estéticos. Enquanto a introdução de iluminação e ventilação natural considera-se válida e consistente do ponto de vista da melhoria do conforto ambiental dos edifícios, a desfiguração e interrupção das empenas provocada pela introdução dos pátios, apresenta-se como uma mutilação das formas originais da arquitetura corrente do centro histórico de Salvador, comprometendo assim a sua autenticidade.

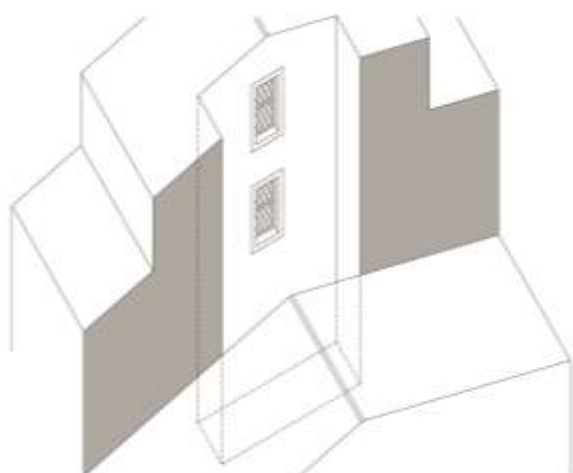


Figura 167 | Empena lateral mutilada com a colocação de um pátio interior no limite lateral do lote, para introdução de iluminação e ventilação natural no interior do edifício. (desenho do autor)

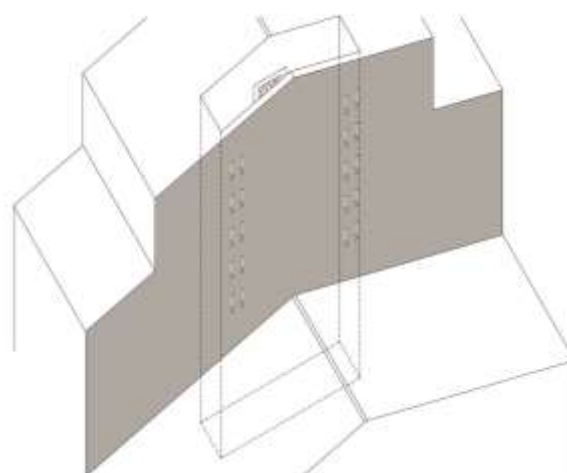


Figura 168 | Proposta de consolidação da empena através da introdução de parede no limite lateral do lote, dando continuidade à superfície da empena. A parede poderia ser pontuada por um conjunto de pequenas aberturas para manutenção da iluminação e ventilação natural. (desenho do autor)

Dessa forma, para atenuar o conflito estabelecido, propõe-se uma solução arquitetônica que teria como objetivo a manutenção da iluminação e ventilação natural e, ao mesmo tempo, colmatar a interrupção da empena contribuindo assim para a sua unidade. A proposta consiste na execução de uma nova parede no limite lateral do lote no local da interrupção da empena. Para manutenção do conforto ambiental seriam introduzidas na parede pequenas aberturas. A distribuição e proporção das aberturas deveria ser estudada de acordo com a dimensão e visibilidade de cada empena, para que a sua aparência resultasse em uma superfície homogênea, bem como para não se correr o risco da empena acabar por

ser dominada pela presença das próprias aberturas. A figura 168 apresenta um modelo esquemático de uma sugestão arquitetônica.

Em suma, acredita-se que a proposta das três categorias de empenas laterais, fundamentada nos critérios relativos às propriedades visuais das suas formas, quer de natureza material, quer imaterial, permite identificar de modo mais objetivo as empenas, bem como o seu estado de conservação e a sua relação com a paisagem urbana, enquanto elementos arquitetônicos que cooperam para o reconhecimento dos centros históricos de Salvador e do Porto como obras de arte.

Por sua vez, a cada tipo de categoria de empena lateral devem corresponder níveis de intervenção distintos, que poderão ser desde simples obras de manutenção até reconstruções que, nesse caso, deverão ser assumidamente contemporâneas para assinalar o seu momento na história da cidade. Em todas as categorias salienta-se ainda a importância da utilização de uma metodologia baseada em pesquisas histórico-arquitetônicas que subsidiem as intervenções para que se minimize o risco de falsear o testemunho documental que as empenas laterais poderão representar.

4.3 EXEMPLOS

Nesta subseção foram selecionados quatro edifícios com empenas laterais, dois na área objeto de estudo de Salvador, um na Rua Francisco Muniz Barreto nº4/5 (antiga Rua das Laranjeiras) e o outro na Rua Alfredo de Brito nº20 (antiga Rua das Portas do Carmo), e dois na área objeto de estudo do Porto, um na Rua de Cimo do Muro nº18/20 e outro na Rua Campo Mártires da Pátria nº152/154, para aplicação dos critérios e das categorias propostas.

Para cada centro histórico são apresentadas duas empenas laterais, uma classificada como empena consolidada e a outra como empena fragilizada. O exemplo da empena consolidada foi selecionado de acordo com os seguintes critérios: (1) preservação os seus valores históricos e arquitetônicos, (2) visibilidade imediata com os espaços urbanos e com o observador, e (3) exemplos considerados como boa prática profissional. O exemplo da empena fragilizada foi selecionado de acordo com os seguintes critérios: (1) visibilidade imediata com os espaços urbanos e com o observador, (2) um dos critérios propostos no presente trabalho considera-se de tal modo fragilizado que se sobrepõe à coerência e consistência dos demais

critérios, e (3) os exemplos de Salvador e do Porto apresentam fragilidades em critérios distintos para se estudar situações distintas.

Para o exemplo da empena fragilizada da área objeto de estudo do Porto são apresentadas duas propostas de intervenção, para ampliação da discussão das soluções que poderão permitir que a sua nova condição seja classificada como empena consolidada.

No caso de Salvador trata-se de uma empena cuja fragilidade está associada ao critério de recorte e ao que a sua situação atual representa em termos da sua imagem e seu significado para com os valores culturais do centro histórico onde está inserida, enquanto no Porto a fragilidade da empena está associada aos critérios de tratamento de superfície e confinamento e ao que a sua situação atual representa, sobretudo em termos da sua inconsistência física e em relação ao logradouro público.

É importante reforçar que as propostas apresentadas são sugestões que devem ser acompanhadas com um grau de subjetividade, inerente ao fato de se tratar de uma abordagem do autor em relação àquilo que se considera ser adequado para a visibilidade e significado das empenas laterais, quer através das formas, quer através dos materiais. Trata-se apenas de sugestões que, dependendo da interpretação de outro autor, poderiam ter outras abordagens e é nessa riqueza e diversidade que reside um dos grandes estímulos à percepção do tecido urbano.

4.3.1 Centro Histórico de Salvador: Empena Consolidada

As figuras 169 a 172 são relativas a uma empena lateral da área objeto de estudo de Salvador, localizada na Rua Francisco Muniz Barreto nº4/5 (antiga Rua das Laranjeiras) e que foi objeto de estudo na segunda seção do presente trabalho, no exercício C (ver páginas 126 a 128) das sequências urbanas dos exercícios de análise.

A seleção desta empena lateral, além do fato de se considerar tratar-se de uma empena com os quatro critérios consolidados, deveu-se ao fato de tratar-se de uma empena revestida em telha cerâmica capa-canal, bem como por estar orientada a sudeste, evidenciando assim algumas das questões abordadas na perspectiva gestáltica e na perspectiva histórica. O edifício tem dois pavimentos de gabarito e um piso suplementar recuado, apresentando para o logradouro público o gabarito

com os dois pavimentos, enquanto o piso suplementar só se apresenta para o quintal.



Figura 169 | Fotografia do cruzamento entre a Rua das Laranjeiras e a Rua Gregório de Matos, com parte do enquadramento da empena do lado esquerdo da imagem.

Autor desconhecido [1964-1990]. (fonte: AHMS. Pasta nº1154. Documento nº6237)



Figura 170 | Fotografia das quadras do entorno do Terreiro de Jesus, com o enquadramento da empena com as torres dos edifícios religiosos. Fotografia de Ivan Chiaverini e Dilton Mascarenhas [1981].

(fonte: AHMS. Pasta nº618. Documento nº8736)

Entre os critérios propostos no presente trabalho considera-se que a empena lateral apresenta: (1) Recorte comum com coroamento angular tendencialmente triangular, com piso suplementar recuado em relação à fachada posterior, (2) confinamento parcial de empena, confinada entre as duas fachadas pelo edifício

adjacente e o solo do quintal, (3) tratamento de superfície misto, com a superfície texturizada através de revestimento em telha cerâmica capa-canal e com a superfície lisa através da argamassa pintada à cor branco, (4) empena vazada através de vãos em esquadrias de guilhotina com cercaduras e um arco, e (5) destaque não funcional através de beiral saliente, cunhal com capitel decorativo e moldura arrematando as duas águas da empena. Considera-se que todos os critérios descritos estão estabilizados e coerentes.

No trabalho de pesquisa histórica encontraram-se dois registros fotográficos (figuras 169 e 170), um sem data e outro de 1981, em que é possível observar que as propriedades visuais da forma da empena lateral já se encontravam definidas e consistentes, nomeadamente o seu coroamento tendencialmente angular e o tratamento de superfície com o revestimento em telha cerâmica capa-canal.

Nos registros fotográficos atuais é possível observar que as propriedades da empena lateral foram conservadas e preservadas, conforme se pode verificar nas figuras 171 e 172, constatando-se assim que os seus valores históricos e a sua integridade foram respeitados.



Figura 171 | Vista da empena lateral a partir da Rua das Laranjeiras. (foto do autor, mar./2016)



Figura 172 | Vista parcial da empena a partir do interior da quadra. (foto do autor, abr./2016)

A atualização que se considera mais relevante é com relação à introdução das esquadrias de guilhotina, que não existiam nos registros mais antigos. Nos registros antigos os vãos eram protegidos por elementos em madeira maciça.

Conforme descrito anteriormente, a visibilidade da empena lateral em relação ao espaço urbano e o destaque da sua superfície texturizada, produz um efeito de surpresa em quem se movimenta pelo lugar. Além do seu protagonismo na paisagem e na intensa relação que estabelece com o observador, considera-se que se trata de uma das empenas laterais mais significativas da arquitetura civil presentes no centro histórico de Salvador, quer pelo seu valor histórico, quer pelo seu valor arquitetônico.

4.3.2 Centro Histórico de Salvador: Prancha Geral da Empena Consolidada

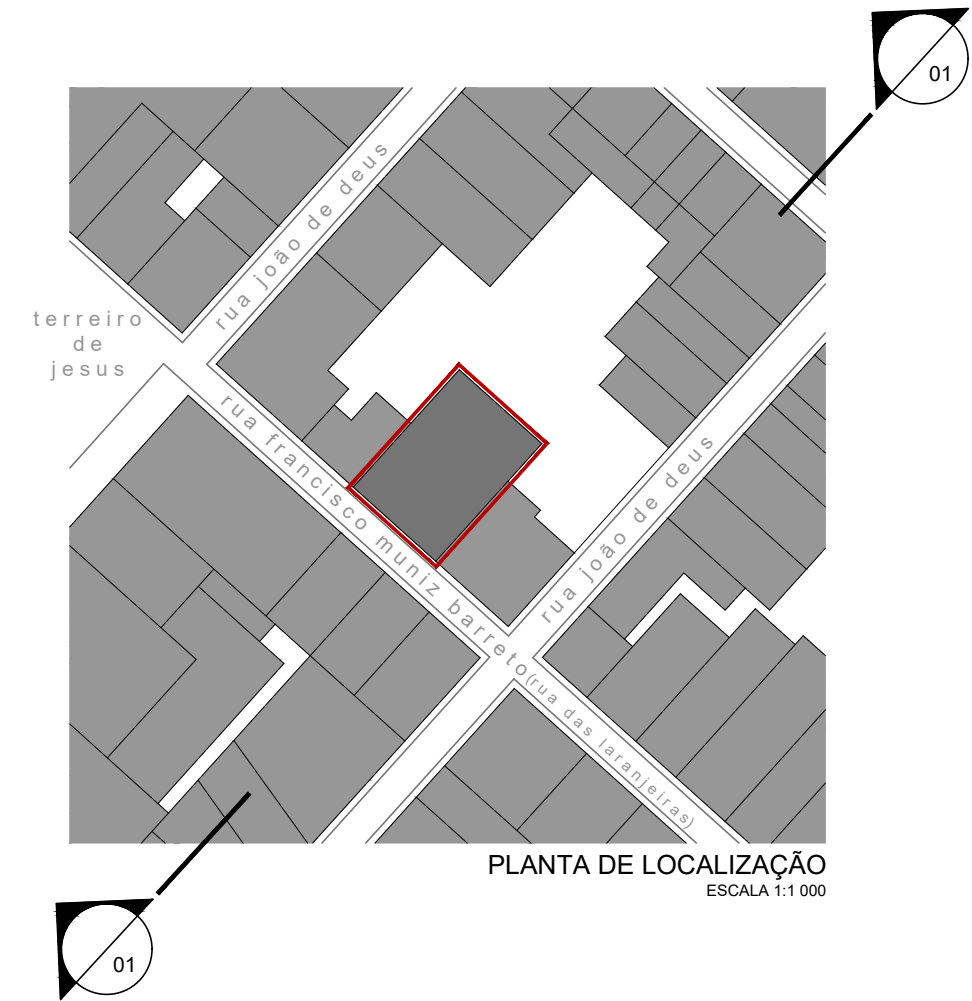
(Ver a prancha geral nº01)

SITUAÇÃO EXISTENTE

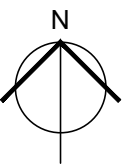
CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPO
RECORTE	Comum.	Coroamento Angular. Coroamento tendencialmente triangular, com piso suplementar recuado com relação à fachada posterior.
CONFINAMENTO	Parcial.	Empena confinada entre edifício adjacente e solo do quintal.
TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Mista. Texturizada com telha cerâmica capa-canal e lisa com argamassa pintada.	Vazada através de vãos com esquadrias de guilhotina e arco.
DESTAQUE	Não funcional.	Beiral, cunhais e moldura arrematando o beiral das vertentes do telhado.



CORTE 01 | Vista sudeste do edifício com a empena lateral
ESCALA 1:100



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESCALA 1:1 000



instituição
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

título da dissertação
AS EMPENAS LATERAIS E A SUA IMPORTÂNCIA NA PAISAGEM URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES DE SALVADOR E DO PORTO

responsável
SÉRGIO MIGUEL CASAIS MACHADO DA SILVA

cidade | estado | ano
SALVADOR | BAHIA | 2017

endereço do projeto
RUA FRANCISCO MUNIZ BARRETO (ANTIGA RUA DAS LARANJEIRAS) | 4/5 | SALVADOR | BAHIA | BRASIL

título do desenho
PRANCHA GERAL: Situação Existente | Planta de Localização e Corte 01

escala prancha revisão
várias 01 00

4.3.3 Centro Histórico de Salvador: Empena Fragilizada

O exemplo selecionado como empena fragilizada do centro histórico de Salvador, localiza-se na Rua Alfredo de Brito nº20 (antiga Rua das Portas do Carmo), onde está instalado o Hotel do Pelourinho (figura 173). Os sobrados apresentam duas empenas laterais, mas só será analisada a empena lateral de primeiro plano, pelo fato de se considerar que a interrupção formal que apresenta é que contribui para a fragilidade do critério de recorte. A empena lateral está inserida num edifício que tem um gabarito de três pavimentos em relação à fachada principal e com piso suplementar recuado em relação às duas fachadas. A introdução de um pátio no limite lateral do lote para introdução de iluminação e ventilação natural nos espaços interiores provocou uma interrupção na figuratividade da empena. Devido a essa alteração a parte esquerda da empena apresenta um pavimento superior, enquanto a parte direita apresenta dois pavimentos superiores, em função do aproveitamento do desvão das vertentes dos telhados.

Entre os critérios propostos no presente trabalho considera-se que a empena lateral apresenta: (1) Recorte comum com coroamento angular tendencialmente triangular, com piso suplementar recuado em relação às duas fachadas, (2) confinamento integral completo, confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente, (3) tratamento de superfície liso através de revestimento em argamassa pintada à cor verde, (4) empena vazada com pequenos vãos de ventilação e vãos com esquadrias de guilhotina, e (5) destaque não funcional com a presença de cunhais.

De acordo com a categorização das empenas laterais, considera-se que se trata de uma empena fragilizada pelo fato de se acreditar que a interrupção se manifesta como uma mutilação do recorte da empena, comprometendo assim a sua unidade, bem como a sua contribuição para a paisagem urbana do centro histórico de Salvador. Considera-se que esta empena, devido à topografia acidentada entre o Largo do Pelourinho e a Ladeira do Carmo, bem como pela falta de constância dos gabaritos, revela-se com um protagonismo significativo na paisagem urbana do centro histórico de Salvador, conforme se pode observar na figura 173.

Conforme descrito anteriormente, a descontinuidade formal da empena lateral estabelece um dilema técnico vs estético. Enquanto a interrupção apresenta-se como uma novidade (mutilação) na configuração da arquitetura civil do centro

histórico de Salvador, contribuindo para a fragilização dos seus valores históricos e arquitetônicos, ao mesmo tempo ela resulta da necessidade de melhorar a iluminação e ventilação natural dos espaços interiores do sobrado.



Figura 173 | Vista a partir do Largo do Pelourinho das empenas laterais do sobrado onde está instalado o Hotel do Pelourinho. De acordo com a declividade do terreno e a falta de constância dos gabaritos dos sobrados, as empenas revestidas em argamassa pintada à cor verde adquirem uma visibilidade e protagonismo acentuados. (foto do autor, out./2016)

Nesse sentido, apresenta-se uma proposta de intervenção com a colmatação da interrupção da empena lateral através da execução de parede no limite lateral do lote, unindo assim as duas vertentes num ponto de cumeeira, consolidando dessa forma o recorte da empena, conforme se pode observar no desenho da subseção seguinte. Para a manutenção da iluminação e ventilação natural, são propostas aberturas ocupando a maioria da superfície nova da empena lateral, no trecho do pátio. Essas aberturas seriam compostas por cóbógós em concreto pré-moldado pintados à cor da empena lateral. Para consolidação da estrutura dos cóbógós e

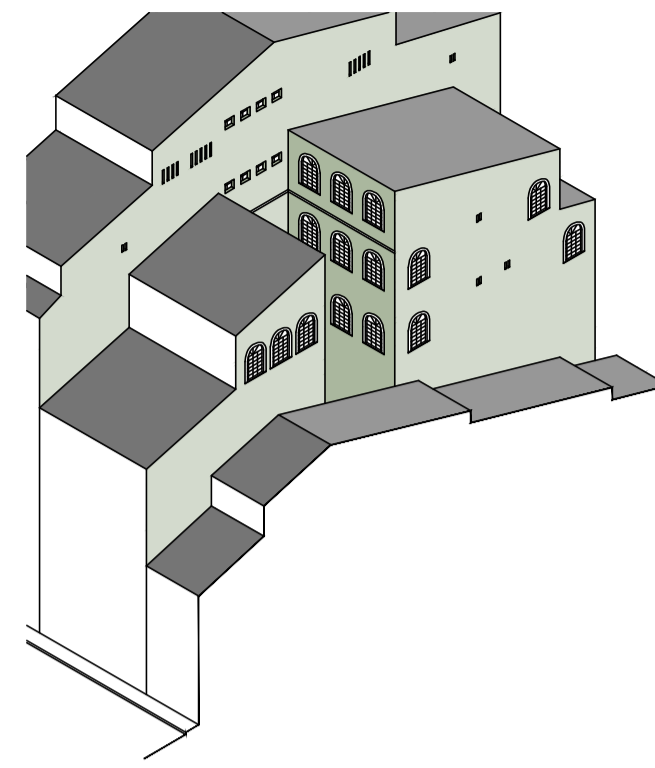
para consolidação do critério de recorte, colocar-se-ia uma viga superior e inferior, dando continuidade à linha de beiral.

Dessa forma, considera-se que a proposta apresentada atenuaria a interrupção figurativa da empena através de uma solução assumidamente contemporânea, mas que se considera contextualizada.

4.3.4 Centro Histórico de Salvador: Prancha Geral com Proposta de Intervenção para a Empena Fragilizada.

(Ver a prancha geral nº02)

SITUAÇÃO EXISTENTE		
CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPO
RECORTE	Singular	Coronamento Angular Multilado Coronamento tendencialmente triangular, com piso suplementar recuado com relação às duas fachadas.
CONFINAMENTO	Integral	Completo Empresa confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente.
TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Lisa	Vizada com pequenas abas de ventilação e vãos com esquadrias de güfrolina.
DESTAQUE	Não funcional	Carbais.

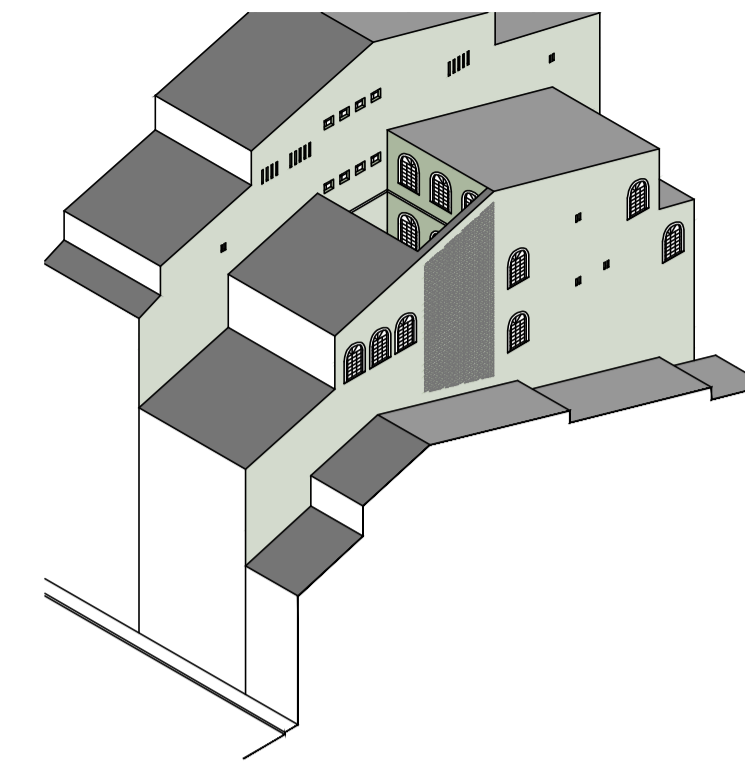


SITUAÇÃO EXISTENTE
PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:500

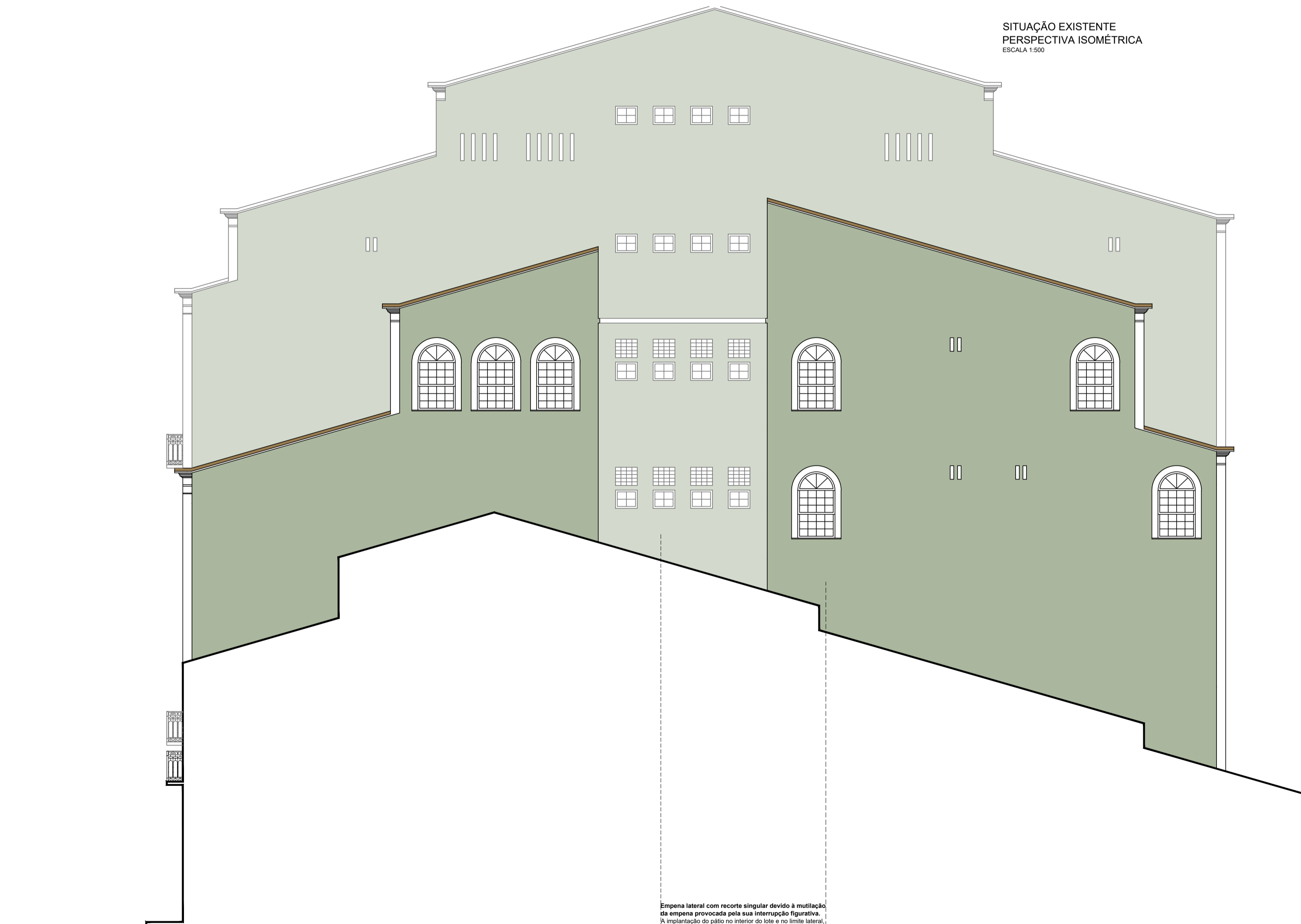
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO		
CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPO
RECORTE	Singular	Coronamento Angular com piso suplementar recuado com relação às duas fachadas.
CONFINAMENTO	Integral	Completo Empresa confinada entre as duas fachadas pelo edifício adjacente.
TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Lisa	Vizada com pequenas abas de ventilação e vãos com esquadrias de güfrolina.
DESTAQUE	Não funcional	Carbais.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta consiste na contextualização da intervenção da empresa lateral através da execução de parede no limite lateral do lote, unindo assim as duas vertentes num ponto de convergência, para dessa forma se consolidar o recorte da empresa.
Para a manutenção da iluminação e ventilação natural, propõe-se a introdução de pequenas aberturas ocupando a maioria da superfície nova da empresa lateral. Essas aberturas seriam compostas por cobogós em concreto pré-moldado, pintados à cor da empresa lateral. Para consolidação da estrutura dos colôgos e para consolidação do critério de recorte, colocar-se-ia uma viga superior e inferior, dando continuidade à linha da beirada, alinhando assim a interrupção figurativa da empresa, com uma intervenção assustivamente contemporânea mas que se considera contextualizada.

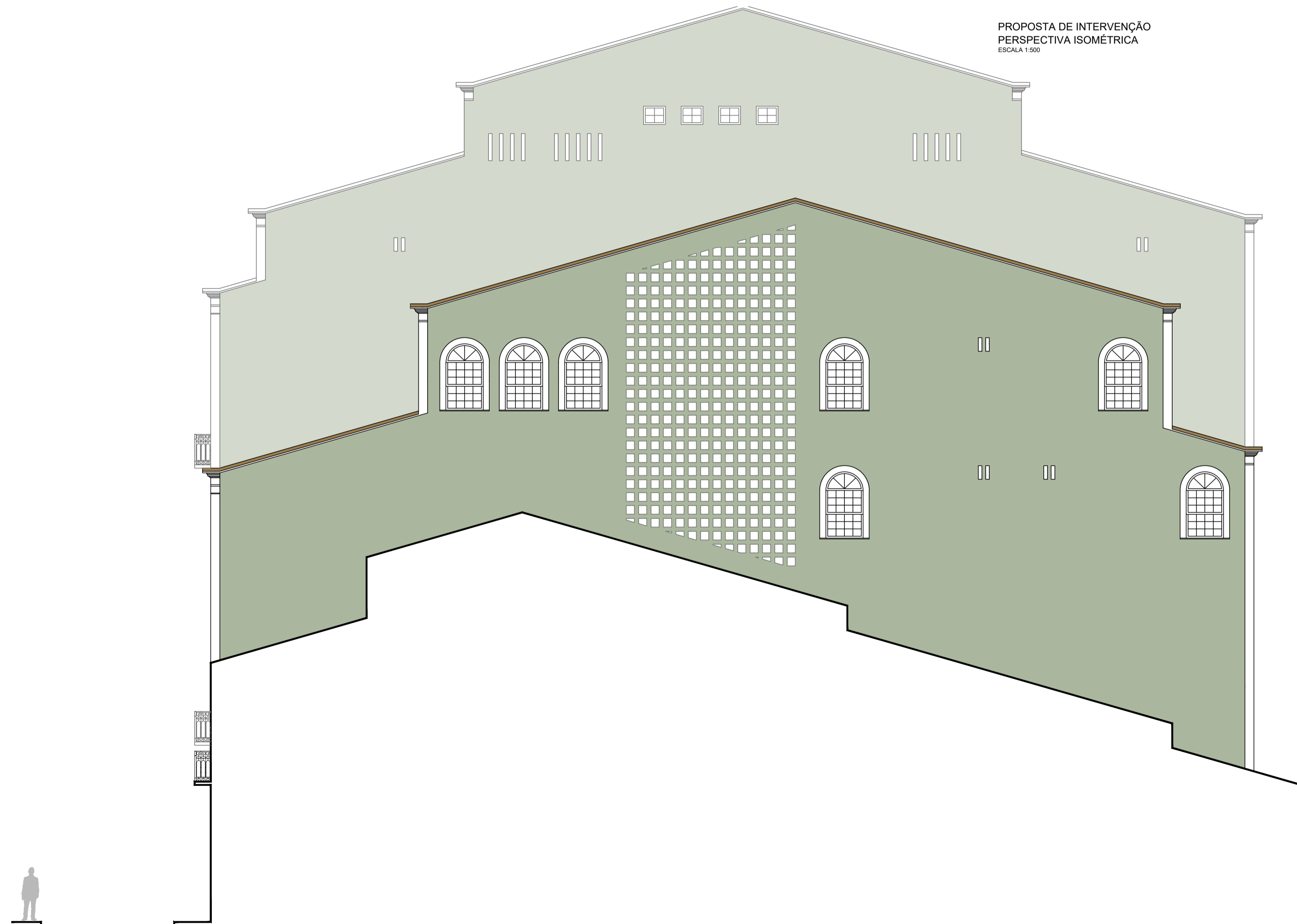


PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:500



SITUAÇÃO EXISTENTE
CORTE 02 | Vista nordeste do edifício com a empresa lateral
ESCALA 1:100

Empresa lateral com recorte singular devido à mutilação da empresa provocada pela sua interrupção figurativa. A implantação do pélo no interior do lote e no limite lateral, para introdução de iluminação e ventilação natural, provoca uma significativa alteração na morfologia da empresa lateral.



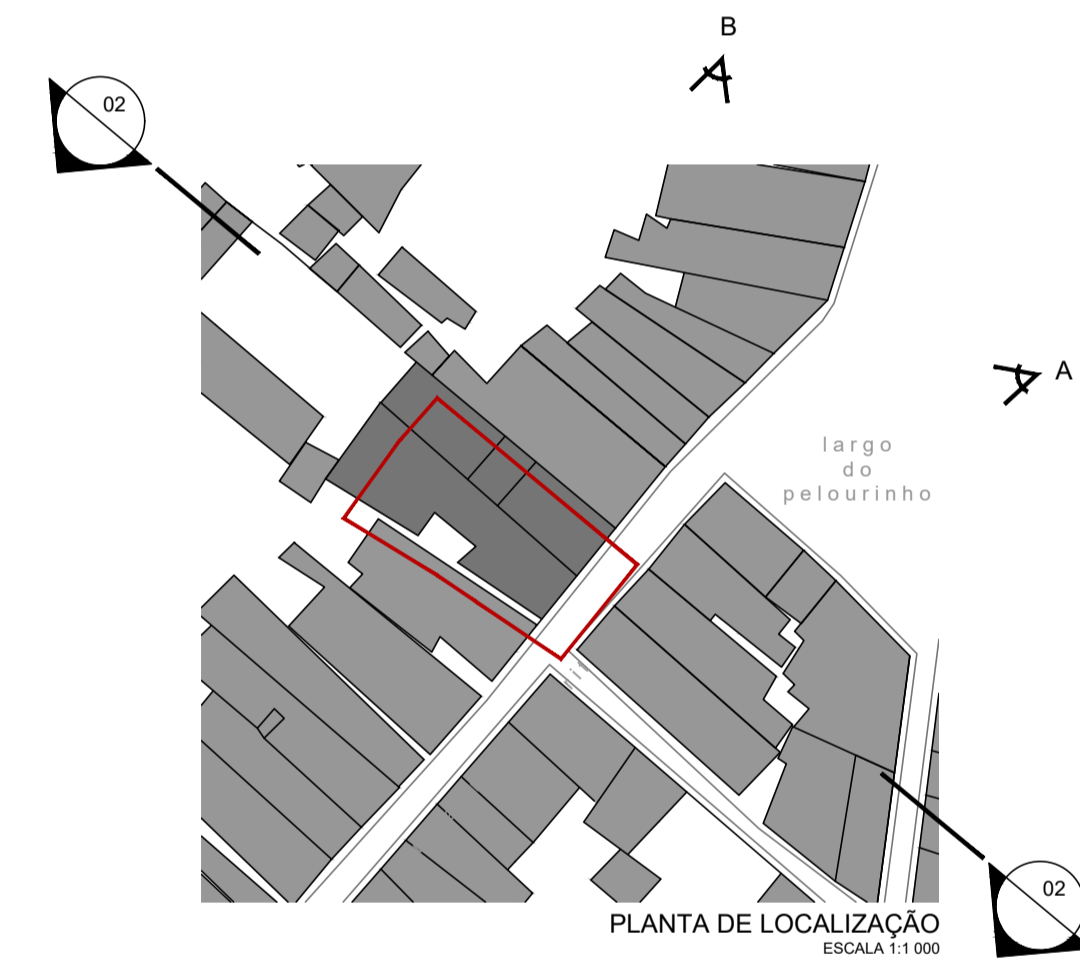
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
CORTE 02 | Vista nordeste do edifício com a empresa lateral
ESCALA 1:100



FOTO A | Vista a partir do Largo do Pelourinho das empresas laterais do sobrado onde está instalado o Hotel do Pelourinho. (foto do autor, out/2016)



FOTO B | Vista a partir da Ladeira do Carmo das empresas laterais do sobrado onde está instalado o Hotel do Pelourinho. (foto do autor, nov/2016)



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESCALA 1:1.000

Instituição
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Título da dissertação
AS EMPRESAS LATERAIS E A SUA IMPORTÂNCIA NA PAISAGEM URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS
CIDADES DE SALVADOR E DO PORTO
responsável
SÉRGIO MIGUEL CASALS MACHADO DA SILVA
cidade | estado | ano
SALVADOR | BAHIA | 2017
ordenamento do projeto
RUA ALFREDO DE BRITO (ANTIGA RUA DAS PORTAS DO CARMO) | 20 | SALVADOR | BAHIA | BRASIL
Título do desenho
PRANCHA GERAL: Situação Existente e Proposta de Intervenção | Planta de Localização, Corte 02 e Perspectiva
escala | prancha | revisão
várias | 02 | 00

4.3.5 Centro Histórico do Porto: Empena Consolidada

As figuras 174 a 178 são relativas a um edifício situado no centro histórico do Porto, na Rua de Cimo do Muro nº18/20, com a singularidade desta via servir os pavimentos superiores do edifício, enquanto o pavimento inferior é acessado pelo Cais da Ribeira. Tal como o exemplo de Salvador, a empena lateral do edifício em questão foi objeto de estudo no exercício F (ver páginas 133 a 136) das sequências urbanas apresentadas na segunda seção do presente trabalho.

A seleção desta empena lateral deve-se ao fato de ser um exemplar com coroamento plano e com confinamento radical, à sua intensa visibilidade em relação ao espaço urbano onde está inserida, bem como pela sua superfície apresentar três materiais distintos, em uma clara referência ao policromatismo do centro histórico do Porto.

O edifício da empena lateral tem um gabarito com seis pavimentos ocupando a totalidade do lote. Considera-se que se trata de uma empena consolidada com todos os critérios manifestando-se de modo consistente, apresentando uma unidade coerente. Entre os critérios propostos no presente trabalho, considera-se que a empena revela: (1) recorte comum com coroamento plano de água-mestra, (2) confinamento radical através do solo do logradouro público, (3) tratamento de superfície texturizado composto por três texturas, sendo uma superfície inferior em granito aparente, outra intermédia com camada fina de argamassa sobre o suporte em granito e pintada de amarelo e uma superior em chapa ondulada pintada em tom marron-avermelhado, (4) empena vazada com esquadrias de ventilação e um arco, (5) destaque não funcional com pedras de espera nos pavimentos superiores da fachada principal e posterior, e (6) destaque funcional com a chaminé do restaurante do pavimento térreo.

No trabalho de pesquisa histórica encontrou-se um conjunto considerável de fontes iconográficas, entre as quais uma planta topográfica do século XIX (figura 174) e vários registros fotográficos dos quais se apresenta um de 1909 (figura 175). Em ambos os documentos é possível registrar a presença de dois edifícios adjacentes ao edifício da empena em questão. Da pesquisa histórica efetuada acredita-se na possibilidade desses edifícios terem desabado devido aos estragos provocados pelas cheias do Rio Douro nos anos sessenta do século XX. Até ao momento da derrocada, a empena tinha menor visibilidade sendo revestida em telha

cerâmica capa-canal e nos cunhais dos pavimentos superiores já eram evidentes as pedras de espera.

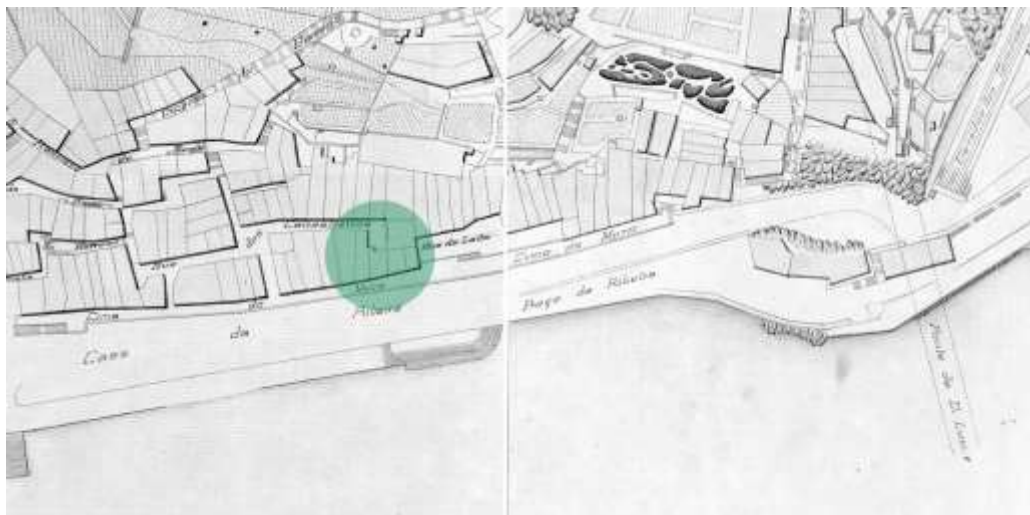


Figura 174 | Fragmentos da planta topográfica da cidade do Porto, elaborada sob a direção de Augusto Teles Ferreira [188?] – [1892]. Fragmento da esquerda corresponde a um detalhe da quadrícula nº260 e o fragmento da direita à quadrícula nº281, assinalando com círculo verde o edifício com a empena e o seu entorno imediato. (fonte: AHMP. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/519583/?q=planta+topogr%C3%A1fica+quadr%C3%ADcula+cais+da+ribeira>>. Acesso em 11 nov. 2016).

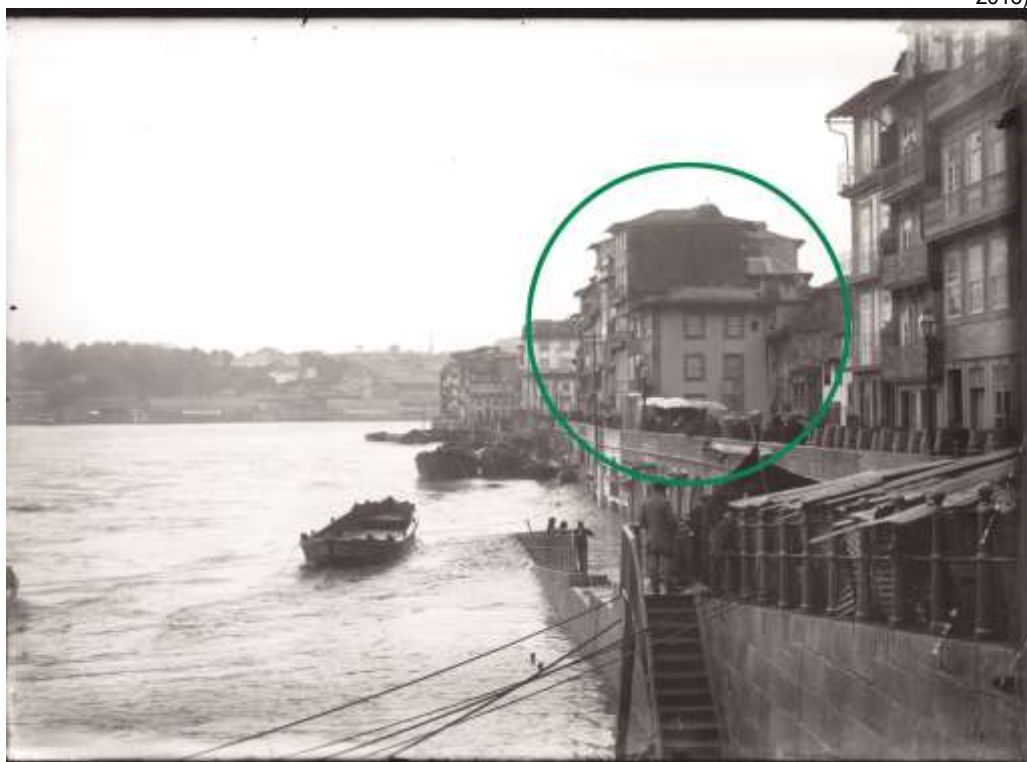


Figura 175 | Cheias da Ribeira, Porto. Fotografia Alvão [1909]. Na primeira década do século XX, a empena só tinha visibilidade nos dois pavimentos superiores devido à presença de dois edifícios contíguos, atualmente inexistentes. Em detalhe observa-se o revestimento da empena em telha cerâmica capa-canal, bem como a presença de pedras de espera nos cunhais. (fonte: CPF. Cota PT-CPF-ALV-004733)

No fim da década de sessenta, a área da Ribeira-Barredo foi alvo de intervenções de beneficiação e a empena lateral já se manifestava com a visibilidade

que hoje se conhece. No estudo verificou-se que a diferença entre a superfície onde o edifício vizinho outrora estava encostado e a parte superior da empena era evidente, só que o revestimento em telha cerâmica havia desaparecido.

Nos anos noventa, o edifício e a respectiva empena lateral foram alvo de uma intervenção de reabilitação urbana, cujo projeto foi da autoria do arquiteto António Moura (ver anexo V), conforme se pode observar na figura 176.

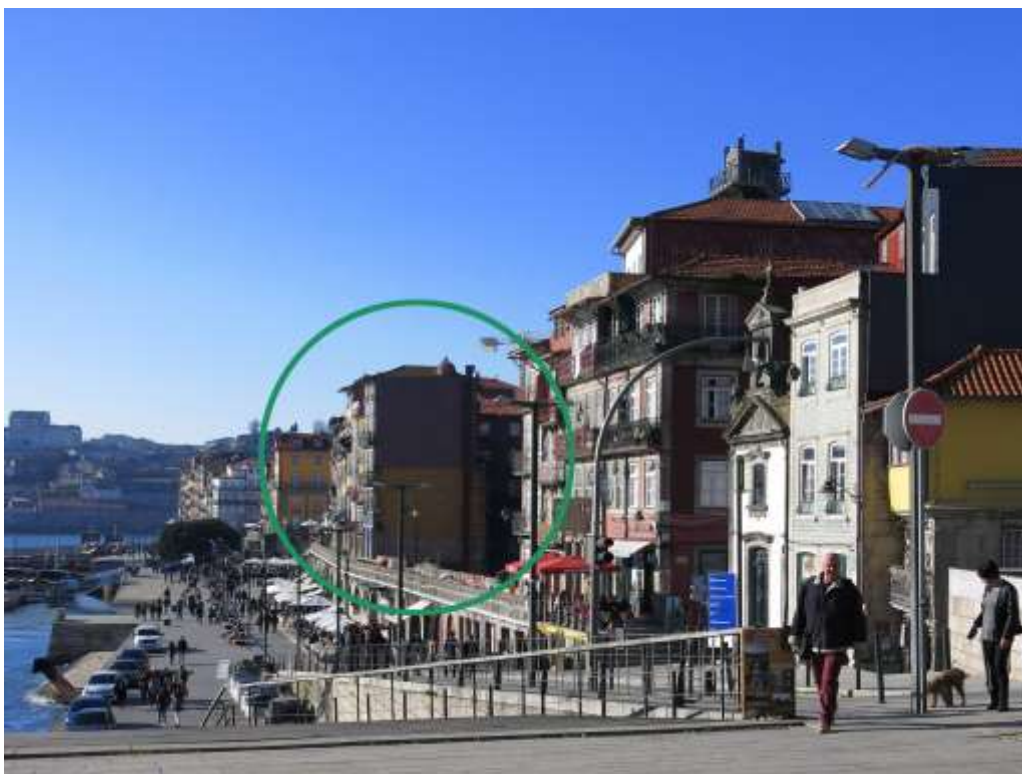


Figura 176 | Vista do conjunto urbano do Cais da Ribeira, na freguesia de São Nicolau, à cota baixa do Porto, na qual é possível identificar na empena a superfície que ficou exposta após a derrocada dos edifícios vizinhos. (foto do autor, dez./2016)

De acordo com o autor do projeto, devido à sua dimensão e relação privilegiada com o entorno, a utilização de vários níveis de texturas teve como objetivo atenuar o protagonismo que a empena poderia adquirir caso se aplicasse apenas um material de revestimento. O autor salientou apenas que a chaminé não fez parte do projeto original. Esse elemento foi introduzido posteriormente para exaustão dos fumos do restaurante instalado no pavimento térreo. Considera-se pertinente destacar o cuidado em preservar a diferença dos materiais de revestimento dos últimos pavimentos com o restante dos pavimentos, respeitando de certo modo a história pelo fato de ter existido um edifício até esse limite. Em função das dimensões e visibilidade desta empena, considera-se que a solução

arquitetônica, além de ter diminuído o efeito da interrupção figurativa provocada pela derrocada do edifício vizinho, é harmoniosa e contextualizada em relação ao seu entorno.

Considera-se importante destacar que, na fase final da elaboração do presente trabalho, em agosto deste ano, foi possível constatar por observação direta em uma visita à área objeto de estudo, uma alteração produzida no tratamento da superfície da empena, conforme as figuras 177 e 178. Durante essa visita de estudo verificou-se que foi introduzida uma mensagem publicitária na empena lateral. Essa alteração, num primeiro momento, produz um efeito imediato no critério de tratamento de superfície, passando de empena texturizada para empena texturizada figurativa com mensagem publicitária. No entanto, essa alteração tem um efeito mais profundo em relação à discussão sobre a utilização da arquitetura enquanto suporte de publicidade em centros históricos como o do Porto.



Figura 177 | Vista da empena lateral da Rua de Cimo do Muro. De acordo com o critério de tratamento de superfície, nesse momento tratar-se-ia de uma empena texturizada e vazada. (foto do autor, dez./2016)



Figura 178 | Vista da empena lateral da Rua de Cimo do Muro, na atualidade. De acordo com o critério de tratamento de superfície, trata-se de uma empena texturizada, vazada e figurativa com mensagem publicitária. (foto do autor, ago./2017)

Acredita-se que a instalação da mensagem publicitária, enquanto elemento de comunicação, deriva da relação privilegiada que esta empena estabelece com o seu

entorno, depreendendo-se dessa forma o reconhecimento da importância que as empenas laterais podem assumir em relação à paisagem urbana e ao observador.

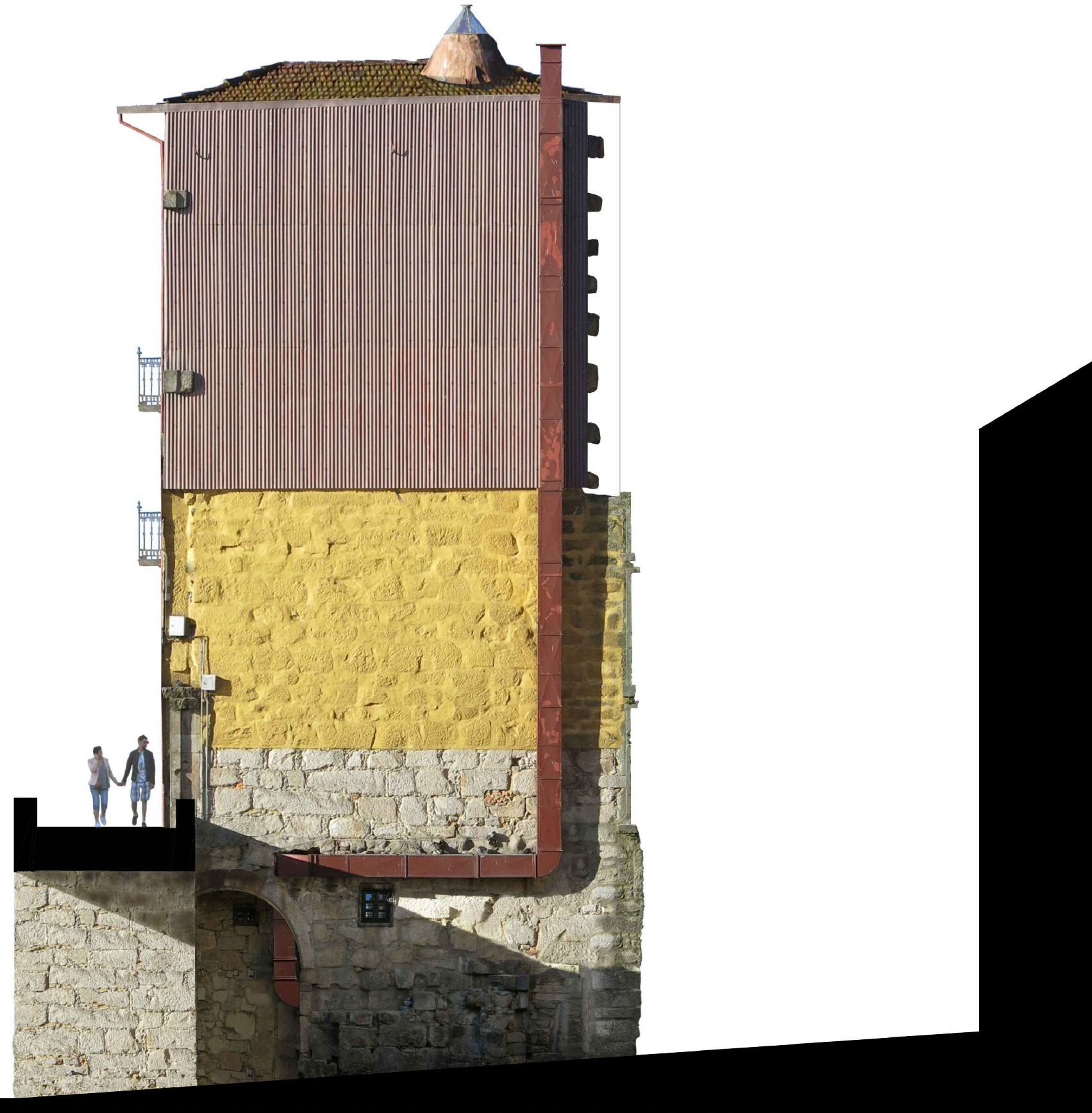
A questão que se coloca é se o reconhecimento da importância das empenas laterais deve ser orientado para a sua conservação enquanto elementos arquitetônicos que cooperam para a constituição da paisagem urbana ou se deve ser orientada para a sua utilização enquanto suporte publicitário? Tal como referido na descrição do critério relativo ao tratamento de superfície, considera-se que a instalação de mensagens publicitárias poderá ter efeitos prejudiciais na imagem do centro histórico do Porto. Se as instalações não forem executadas através de rigorosos critérios de controlo, corre-se o risco do protagonismo da imagem da cidade ser estabelecido mais pelas mensagens publicitárias e menos pelos próprios elementos morfológicos urbanos que compõem a sua paisagem.

4.3.6 Centro Histórico do Porto: Prancha Geral da Empena Consolidada

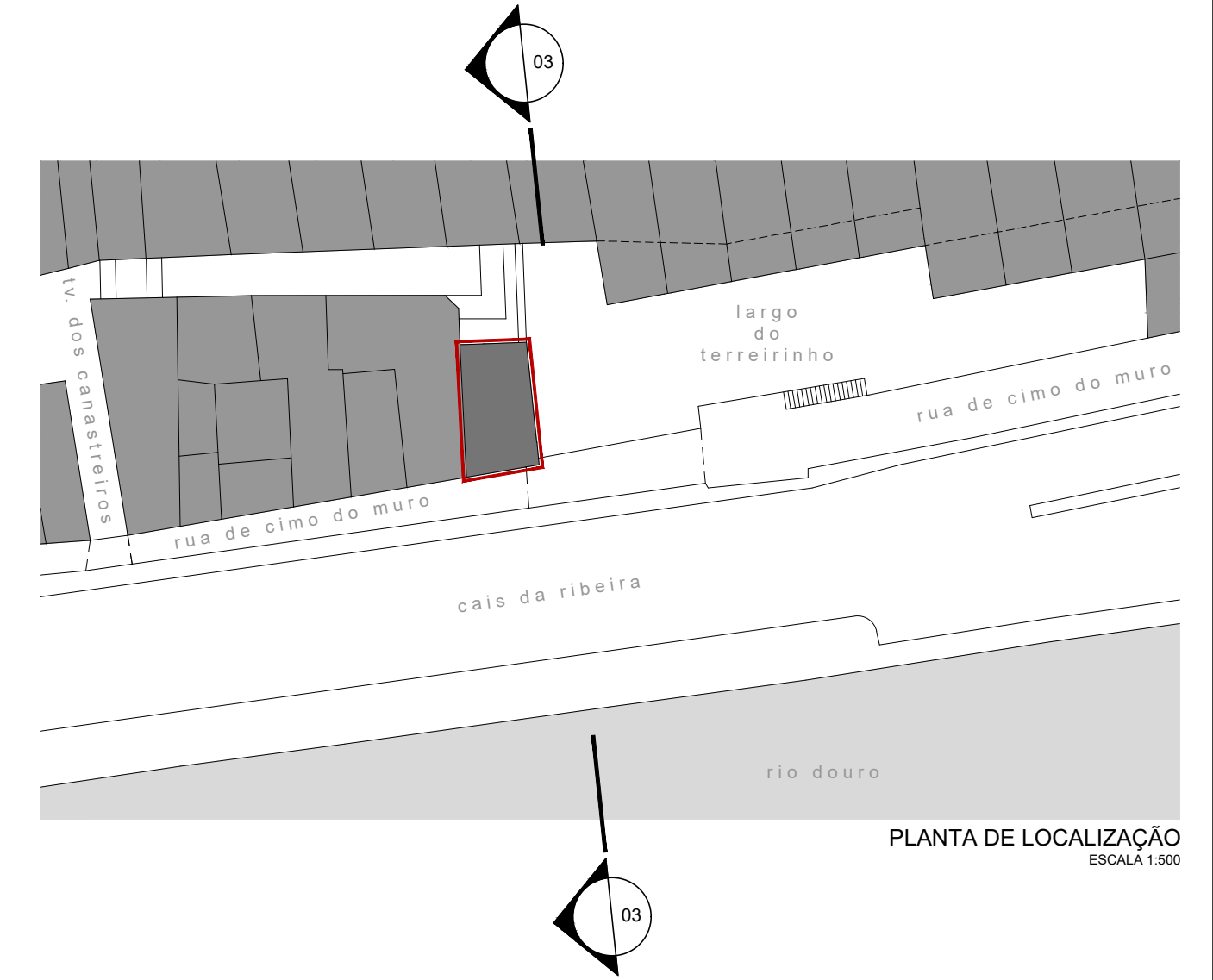
(Ver a prancha geral nº03)

SITUAÇÃO EXISTENTE

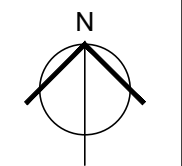
CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPO
RECORTE	Comum.	Coroamento plano de água-mestra.
CONFINAMENTO	Radical.	Empena confinada pelo logradouro público.
TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Texturizada com granito aparente, argamassa fina pintada e chapa zincada ondulada pintada.	Vazada com pequenos vãos de ventilação.
DESTAQUE	Funcional e Não Funcional.	Chaminé e presença de pedras de espera nos cunhais.



CORTE 03 | Vista nascente do edifício com a empena lateral
ESCALA 1:100



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESCALA 1:500



instituição
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

título da dissertação
AS EMPENAS LATERAIS E A SUA IMPORTÂNCIA NA PAISAGEM URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES DE SALVADOR E DO PORTO

responsável
SÉRGIO MIGUEL CASAIS MACHADO DA SILVA

cidade | estado | ano
SALVADOR | BAHIA | 2017

endereço do projeto
RUA DE CIMA DO MURO | 18-20 | PORTO | PORTUGAL

título do desenho
PRANCHA GERAL: Situação Existente | Planta de Localização e Corte 03

escala prancha revisão
várias 03 00

4.3.7 Centro Histórico do Porto: Empena Fragilizada

O exemplo selecionado como empena fragilizada do centro histórico do Porto, situa-se na Rua Campo Mártires da Pátria nº152/154 e tem a particularidade de apresentar duas empenas laterais. A seleção deste exemplo deveu-se a um conjunto de fatores, entre os quais: (1) a circunstância de serem duas empenas laterais que se articulam entre si e que poderão ser colmatadas por uma construção futura, e (2) a sua visibilidade decorrer do processo de derrocada de um edifício.

O lote urbano onde estão inseridas as empenas laterais corresponde a uma parcela de terreno cujo edifício existente colapsou. Atualmente não apresenta qualquer edificação, sendo delimitado com o logradouro público através de uma parede em bloco de concreto. A derrocada do edifício tem mais de seis anos e a sua situação mantém-se expectante, porventura por problemas associados aos direitos de propriedade.

As empenas laterais pertencem a dois edifícios distintos que são contíguos ao lote em questão. O edifício da Rua Campo Mártires da Pátria tem um gabarito de cinco pavimentos e o da Rua São Bento da Vitória tem quatro pavimentos de gabarito. As empenas laterais têm uma posição privilegiada em relação ao espaço urbano onde estão inseridas, estando localizadas junto ao canto norte do edifício da antiga Cadeia da Relação, na Vitória.

Entre os critérios propostos no presente trabalho considera-se que as empenas laterais apresentam: (1) recorte comum com coroamento plano de água-mestra, (2) confinamento parcial através do edifício adjacente e pelo solo de outro lote urbano, (3) tratamento de superfície misto, com a superfície texturizada através de revestimento em chapa zincada ondulada à cor natural (cinzento), granito aparente e com a superfície lisa através de argamassas, (4) empena cega, e (5) destaque não funcional com a presença de cunhais.

De acordo com a categorização das empenas laterais, considera-se que se trata de uma empena fragilizada pelo fato do critério do tratamento de superfície se encontrar fragilizado pela inconsistência material dos seus materiais de revestimento, contribuindo para que os edifícios existentes fiquem desprotegidos em relação às intempéries, bem como do critério de confinamento manifestar fragilidades decorrentes do processo de derrocada. Quanto ao critério do recorte apresenta apenas ligeiras fragilidades decorrentes do descolamento de materiais.

Dessa forma, considera-se que as fragilidades dos critérios do confinamento e, sobretudo, do tratamento de superfície comprometem a unidade das empenas laterais que, em si, estaria sempre comprometida pois a sua visibilidade decorre de um acontecimento imprevisível. Esse acontecimento acabou por tornar visíveis as suas superfícies em relação ao espaço urbano, conforme é possível observar na figura 179.



Figura 179 | Vista a partir da Rua Campo Mártires da Pátria em direção à Rua São Bento da Vitória. Devido à derrocada do edifício no canto da quadra, as duas empenas laterais dos edifícios adjacentes adquiriram visibilidade e, em função da sua dimensão e relação com a paisagem urbana, apresentam um protagonismo significativo. De acordo com as categorias propostas no presente trabalho, considera-se que se tratam de duas empenas fragilizadas. (foto do autor, ago./2017)

Tendo consciência que a melhor solução, quer do ponto de vista arquitetónico, quer urbanístico, seria através da execução de um edifício no canto da quadra que colmatasse o vazio urbano provocado pela derrocada, propõe-se duas soluções que se consideram “paleativas”. Dessa forma, como a construção do

edifício novo não poderá ser compulsória, propõe-se duas soluções temporárias que manter-se-iam apenas até ao momento em que se construísse a edificação.

Nesse sentido, apresentam-se duas propostas com a consolidação dos recortes e confinamentos das empenas laterais através da demolição da parede em bloco de concreto no limite do lote, bem como a consolidação do tratamento de superfície através da introdução de novos materiais de revestimento.

Quanto ao tratamento das superfícies apresentam-se duas propostas. A proposta de intervenção A consiste na aplicação de uma camada de argamassa suficientemente fina para manutenção das texturas existentes das duas empenas laterais. A manutenção das texturas das empenas tem como objetivo atenuar o protagonismo das superfícies quando são planas, lisas e monocromáticas. Essa argamassa deverá ser impermeável à água e permeável ao vapor de água. À semelhança da situação existente, propõe-se o revestimento do último pavimento da empena poente do edifício da Rua Campo Mártires da Pátria, em chapa zincada ondulada pintada de cinzento. A marcação do alinhamento do beiral da empena sul teria como objetivo contextualizar a intervenção, identificando o antigo gabarito do edifício desaparecido. No entanto, a proposta A não resolve as questões do conforto ambiental dos espaços interiores dos edifícios. Assim sendo, a proposta B apresenta uma sugestão de revestimento de ambas as empenas laterais através de painéis em chapa ondulada pintada de cinzento. A altura dos painéis de revestimento seria alinhada pelos balcões e as caneluras seriam desalinhasadas entre cada pavimento. Assim sendo, atenuava-se o efeito de verticalidade das caneluras das chapas, introduzindo linhas horizontais contextualizadas com o entorno.

A introdução do revestimento em chapa zincada ondulada teria como objetivo proteger as empenas laterais em relação às intempéries, através de uma solução construtiva presente em demais empenas laterais do centro histórico do Porto (ver figura 166). Tecnicamente a chapa ondulada funcionaria como forro exterior das empenas laterais, com aplicação de placas de poliestireno extrudado entre a estrutura de suporte das chapas e as paredes dos edifícios (APPLETON, 2003, p.220), contribuindo assim para a isolamento e o conforto ambiental dos espaços interiores.

Por último, propõe-se um exercício meramente acadêmico relativo ao aproveitamento da área do lote para logradouro público. Tendo consciência que essa transformação levantaria questões fundiárias profundas, propõe-se a

revitalização do pequeno vazio urbano como espaço público. O pavimento seria devidamente nivelado, com introdução de um banco contínuo rematado por uma árvore para delimitação espacial. Dessa forma, esse espaço tornar-se-ia um logradouro público cujo cenário urbano no qual estaria inserido, entre outros, era configurado por duas empenas laterais.

4.3.8 Centro Histórico do Porto: Prancha Geral com duas Propostas de Intervenção para a Empena Fragilizada.

(Ver a prancha geral nº04)

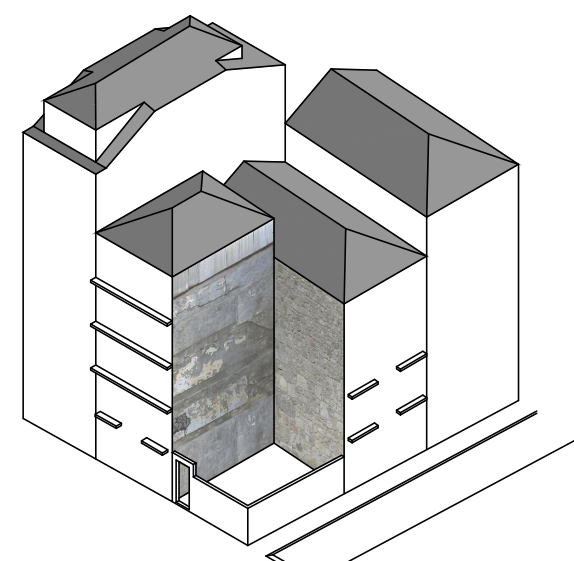
SITUAÇÃO EXISTENTE

CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPO
RECORTE	Comum.	Coroamento plano de água-mestra.
CONFINAMENTO	Parcial.	Empena confinada por um edifício adjacente e o solo de outro lote urbano.
TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Mista. Texturizada com chapa ondulada e granito aparente e lisa com argamassa pintada.	Cega.
DESTAQUE	Não funcional.	Cunhais.

A seleção deste exemplo deveu-se ao fato dele representar uma situação mais complexa, em função da existência de duas empenas laterais que se articulam diretamente e da sua visibilidade decorrer em função do processo de deterioração de um edifício. O lote urbano correspondente ao edifício demolido foi delimitado por uma parede em bloco de concreto. A deterioração do edifício tem mais de seis anos e a sua situação ainda não foi resolvida, porventura por problemas associados a direitos de propriedade. Assim sendo, tendo consciência que a melhor solução, quer do ponto de vista arquitetónico, quer urbanístico, seria através da execução de um edifício na esquina da quadra, este exercício pretende estudar uma solução alternativa de se resolver as eventuais questões de propriedade se enquadrasse numa solução definitiva.



FOTO C | Vista a partir do Largo Amor de Perdição, em direção à Rua São Bento da Vitória. Devido à deterioração do edifício da esquina da quadra, as duas empenas laterais dos edifícios adjacentes adquiriram visibilidade e, em função da sua dimensão e relação com a paisagem urbana, apresentam um protagonismo significativo. De acordo com as categorias propostas no presente trabalho, considera-se que se tratam de duas empenas fragilizadas. (foto do autor, ago. 2017).



SITUAÇÃO EXISTENTE PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:500

SITUAÇÃO EXISTENTE CORTE 05 | Vista oeste do edifício da Rua Campo Mártires da Pátria, com a empena lateral.
ESCALA 1:100



SITUAÇÃO EXISTENTE CORTE 04 | Vista norte do edifício da Rua São Bento da Vitória, com a empena lateral.
ESCALA 1:100

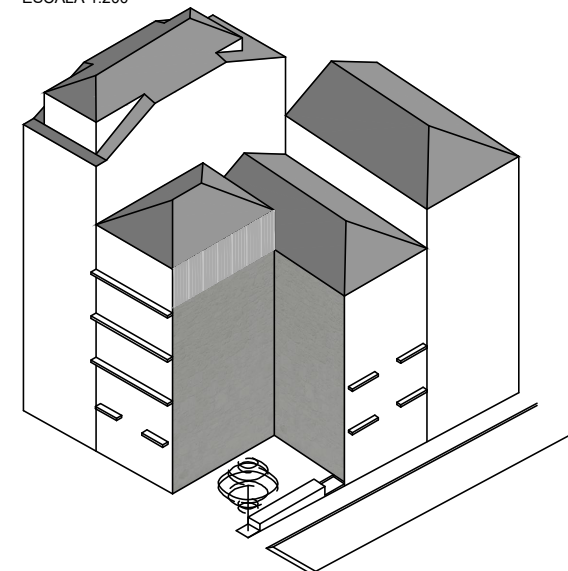
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO A

CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPO
RECORTE	Comum.	Coroamento plano de água-mestra.
CONFINAMENTO	Parcial.	Empena confinada por um edifício adjacente e o solo de outro lote urbano.
TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Texturizada em chapa ondulada zincada à cor natural, soletos de argilosa e granito aparente.	Cega.
DESTAQUE	Não funcional.	Cunhais.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO A
De acordo com a categorização de empenas, considera-se que se trata de duas empenas laterais fragilizadas profundas, devido à incorreção do seu tratamento de superfície e, de forma menos significativa, à fragilidade dos seus recortes e confinamentos. Nesse sentido, a proposta de intervenção A consiste na aplicação de uma camada de argamassa suficientemente fina para manutenção das texturas existentes das duas empenas laterais. A manutenção das texturas das empenas tem como objetivo reduzir o efeito da utilização de apenas uma cor na argamassa. Essa argamassa deverá ser impermeável à água e permeável ao vapor de água. À semelhança da situação existente, propõe-se o revestimento do último piso da empena poente do edifício da Rua Campo Mártires da Pátria, em chapa zincada ondulada pintada de cinzento. A marcação do alinhamento do beiral da empena sul teria como objetivo contextualizar a intervenção identificando o antigo galvão do edifício desaparecido. No entanto, considera-se que a proposta A não resolve os problemas de conforto ambiental dos espaços interiores dos edifícios, provocados pela deterioração do edifício da esquina. Por uma questão de melhoria dos espaços públicos, propõe-se a revitalização do pequeno vazio urbano como espaço público de permanência para a comunidade. O pavimento seria nivelado e lajeado, com introdução de um banco contínuo rematado por uma árvore para delimitação espacial, bem como para resolver o problema de cotas devido ao desnível da Rua São Bento da Vitória. Dessa forma, esse espaço tornaria-se um espaço público de permanência cujo cenário urbano no qual estaria inserido, entre outros, era configurado por duas empenas laterais.



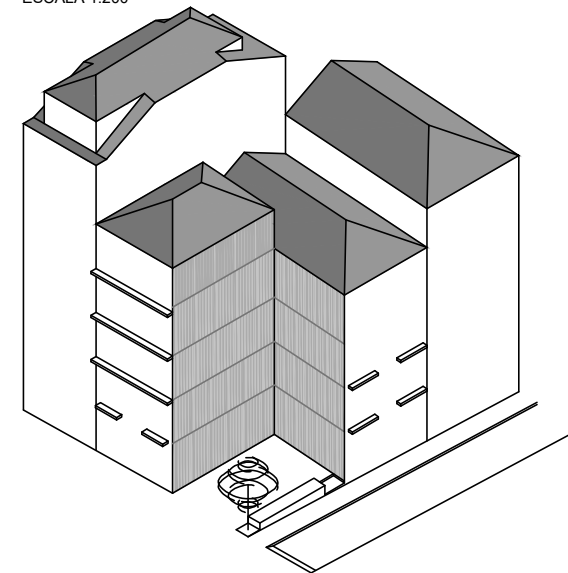
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO A CORTE 04 | Vista norte do edifício da Rua São Bento da Vitória, com a empena lateral.
ESCALA 1:200



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO A PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:500



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO B CORTE 04 | Vista norte do edifício da Rua São Bento da Vitória, com a empena lateral.
ESCALA 1:200



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO B PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:500

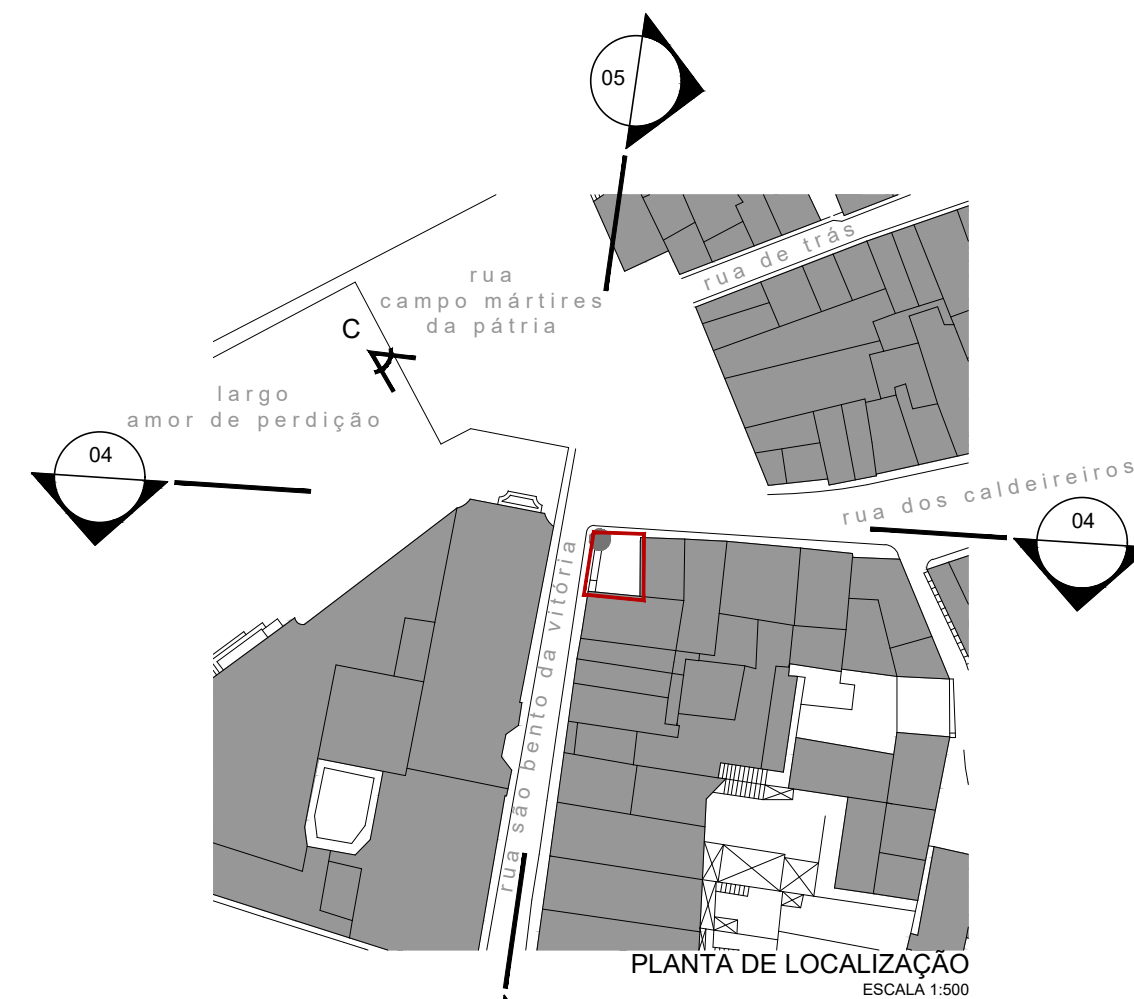
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO A CORTE 05 | Vista oeste do edifício da Rua Campo Mártires da Pátria, com a empena lateral.
ESCALA 1:200



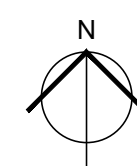
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO B CORTE 05 | Vista oeste do edifício da Rua Campo Mártires da Pátria, com a empena lateral.
ESCALA 1:200



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO B CORTE 05 | Vista oeste do edifício da Rua Campo Mártires da Pátria, com a empena lateral.
ESCALA 1:200



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESCALA 1:500



instituição
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
título da dissertação
AS EMPENAS LATERAIS E A SUA IMPORTÂNCIA NA PAISAGEM URBANA DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES DE SALVADOR E DO PORTO
responsável
SÉRGIO MIGUEL CASAS MACHADO DA SILVA
cidade | estado | ano
SALVADOR | BAHIA | 2017
endereço do projeto
RUA CAMPO MÁRTIRES DA PÁTRIA | 152-154 | PORTO | PORTUGAL
título do desenho
PRANCHA GERAL: Situação Existente, Propostas A e B | Planta de Localização, Corte 04, Corte 05 e Perspectiva
escala prancha revisão
várias 04 00

5 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho constatou-se que os centros históricos de Salvador e do Porto se evidenciam como duas permanências urbanas distintas. No entanto, destaca-se a importância da participação das empenas laterais na composição de ambas as paisagens urbanas, cooperando para a relação que se estabelece entre os seus elementos morfológicos urbanos e o observador.

Entre os aspectos que as distinguem e que se acredita contribuírem para a visibilidade das empenas laterais, salienta-se o traçado das vias e configuração das quadras, o parcelamento e ocupação dos lotes, bem como a relação entre a largura das vias e a altura dos edifícios. Embora esses elementos morfológicos urbanos manifestem uma mesma influência na tradição urbanística lusa, sobretudo através do alinhamento das fachadas principais sobre as vias e da construção dos edifícios sobre os limites laterais dos lotes, denunciando um modelo que se tentava adaptar com maior facilidade à topografia do território, verificou-se que se revelam únicos e distintos em cada uma das áreas objeto de estudo.

No caso de Salvador, a largura das vias apresenta uma relação mais harmoniosa com a altura dos edifícios. O perfil das vias revela uma escala humana mais equilibrada, enquanto na cidade do Porto a largura das vias, predominantemente mais estreitas e com edifícios com maior altura, produzem um perfil de vias com uma escala humana mais condicionada. Em Salvador, a relação entre as empenas laterais e o observador é mais explícita e clara, enquanto no Porto, em razão da maior altura dos edifícios e menor largura das vias, a relação entre as empenas e o observador é menos evidente.

Ao analisar-se e comparar-se os processos de transformação urbana dos centros históricos de Salvador e do Porto, verifica-se que os sistemas construtivos dos telhados das coberturas, além de serem determinantes para a própria morfologia das empenas laterais, contribuem para as diferenças das duas permanências urbanas. Em Salvador, os telhados dos edifícios da arquitetura civil são, predominantemente, com duas vertentes a encaminhar as águas pluviais para a frente-fundo do lote, produzindo majoritariamente empenas com uma configuração angular triangular ou tendencialmente triangular. No caso do Porto, constatou-se que os telhados das coberturas são majoritariamente de três, quatro ou mais águas, produzindo empenas de configuração tendencialmente plana. No entanto, registra-se

também um número significativo de telhados de duas águas orientadas para a frente-fundo.

Ao comparar-se as morfologias das coberturas e das respectivas empenas laterais das duas áreas objeto de estudo, considera-se que em Salvador verifica-se maior homogeneidade formal das empenas, enquanto no Porto a configuração das coberturas e das empenas laterais manifesta-se de modo mais heterogêneo e incerto. Quanto aos materiais de revestimento das empenas laterais, constatou-se que, à semelhança das características formais, em Salvador registra-se maior homogeneidade de materiais, cores e texturas, enquanto no Porto verifica-se maior heterogeneidade. Nesse sentido, constata-se que as empenas laterais de Salvador, quer nas suas configurações, quer nos seus materiais de revestimento, manifestam-se através de formas mais simples e homogêneas, enquanto no centro histórico do Porto, pela diversidade de configurações e de materiais de revestimento, as empenas laterais revelam-se com formas mais complexas e heterogêneas.

Considera-se assim que as empenas laterais do centro histórico de Salvador, caracterizando-se por ser tendencialmente mais coerentes e homogêneas entre si, apresentando uma posição prevalentemente mais próxima do observador, produzem uma relação mais direta e clara com quem se movimenta pelos seus espaços urbanos. No caso do Porto, o fato das empenas laterais evidenciarem maior heterogeneidade e complexidade entre si, além da sua posição ser regularmente mais afastada em relação ao observador, revelam tendencialmente um vínculo mais indireto em quem com elas interage.

Acredita-se que um exemplo dessa diferença de relações pode-se observar em Salvador, em que alguns conjuntos de empenas laterais produzem um efeito de direcionamento nas cenas urbanas registradas (ex: Ladeira do Carmo), conforme é possível observar nas figuras 79 e 88. Esse efeito não é comum no Porto.

Outro aspecto que se considera relevante destacar é relativo à existência, no centro histórico de Salvador, de um conjunto de sobrados que apresentam mutilações nas empenas laterais, ora através da alteração das pendentes entre os beirais das fachadas e a cumeeira do telhado para introdução de um piso suplementar recuado em relação à fachada principal, ora através da introdução de pátios nos limites laterais dos lotes para introdução de ventilação e iluminação natural no interior dos edifícios (ver figura 27). Essas ações, ao promover alterações

significativas nas morfologias das empenas laterais, acabam por comprometer a sua unidade, fragilizando assim a sua autenticidade.

Quanto às características que aproximam os dois centros históricos, salienta-se a utilização da telha cerâmica capa-canal como material de revestimento de empenas laterais. Acredita-se que essa singularidade e permanência arquitetônica nas duas áreas objeto de estudo possa derivar da conjugação de dois fatores. O primeiro fator refere-se a uma eventual influência cultural, já que, segundo Azevedo (1949), a maioria dos portugueses chegados ao Brasil durante o século XVIII era da província de Entre-Douro e Minho. O segundo fator é relativo às questões climáticas, já que ao analisar os dados da precipitação pluviométrica em Salvador e em um conjunto de locais de Portugal, foi possível registrar valores muito semelhantes entre a cidade de Salvador e o noroeste de Portugal, mais precisamente na Serra do Gerês, localizada na região do Minho.

Com relação à utilização das telhas cerâmicas como material de revestimento de empenas laterais em Salvador e no Porto, considera-se a possibilidade dos dois fatores apresentados terem reunido as condições para o estabelecimento de um fenômeno a que Dias (1961 apud MACAGNO, 1999, p.112) se refere como a Lei da Afinidade:

Esbocei um dia uma hipótese etnológica a que chamei lei da afinidade. Isto é, quando um povo emigra para outra parte do mundo, a sua força de assimilação é função da afinidade que existe entre a sua pátria de origem e o país onde se foi fixar. Se estas condições são idênticas, ele tem maior capacidade de triunfo e assimilação. (DIAS, 1961, p.170 apud MACAGNO, 1999, p. 112)

Ao analisar-se os registros iconográficos do século XIX do Porto, constatou-se que as empenas laterais eram revestidas em telha cerâmica capa-canal independentemente da sua orientação, o que se acredita evidenciar uma tradição construtiva em proteger as empenas laterais sempre que ficavam expostas às intempérie. Já em Salvador, verificou-se que as empenas revestidas em telha cerâmica capa-canal são prevalentemente orientadas entre os quadrantes sudoeste e sudeste, protegendo assim as superfícies contra os ventos alísios de sudeste que são predominantes no período mais chuvoso.

Dessa forma, acredita-se que a presença de empenas laterais revestidas em telha cerâmica capa-canal decorra de uma tradição construtiva que, sendo comum

nas regiões do centro e do norte de Portugal, acabou por migrar para o Brasil onde adquiriu propriedades distintas. Enquanto em Portugal o revestimento das empenas aparentemente não advinha da sua orientação, em Salvador ele era propositalmente utilizado nas superfícies mais expostas à projeção das chuvas.

Até onde foi possível efetuar a pesquisa, não foi possível confirmar se a prática de revestir predominantemente apenas as empenas orientadas a sudoeste-sudeste em Salvador foi implementada desde o estabelecimento dos portugueses no Brasil, ou se foi decorrente de um processo de adaptação ao longo do tempo, em razão de um aprimoramento técnico às características geográficas e climáticas de Salvador. Embora se saiba que os portugueses já durante o século XVI dominavam o conhecimento dos ventos do hemisfério sul, fruto da sua experiência nas navegações marítimas, não é possível afirmar que esse domínio fosse um indicador que nos revelasse uma resposta. Considera-se mais adequada a interpretação de que a permanência em Salvador do revestimento em telha cerâmica, sobretudo nas empenas laterais expostas aos ventos alísios, tenha decorrido de um aprimoramento técnico e de adaptação às características locais.

Com relação aos exercícios de análise gestáltica das sequências urbanas, acredita-se que as empenas, quando texturizadas e com visibilidade, são os elementos arquitetônicos que se destacam em relação ao restante dos elementos da cena urbana observada, sobretudo nos exemplares revestidos em telha cerâmica capa-canal de Salvador e do Porto (figuras 4, 19, 42, 73, 156 e 158), bem como nos exemplares revestidos em soletos de ardósia no caso do Porto (figuras 5, 42, 61 e 157). As empenas texturizadas, sendo compostas através da coerência entre os seus objetos físicos (ex: telhas cerâmicas e soletos), são percebidas pelo observador através das leis gestálticas da *proximidade*, da *semelhança* e da *coesão*. Desse modo, nas empenas texturizadas estabelece-se uma *Gestalt* mais simples do que as *Gestalts* do restante das cenas urbanas observadas. Por sua vez, o estabelecimento de *Gestalts* mais simples acaba por contribuir para a maior capacidade de pregnância em quem com elas interage, contribuindo assim para que as mesmas sejam gravadas na consciência do observador com maior facilidade.

No caso de Salvador, considera-se que a perspectiva formalista revela uma paisagem urbana composta por edifícios com uma distribuição e organização mais regular e com as suas superfícies a apresentar maior nível de definição, enquanto na cidade do Porto a perspectiva formalista indica uma paisagem urbana desenvolvida

por edifícios com tendência para uma distribuição e organização mais irregular e as superfícies a evidenciar maior capacidade de se “camuflarem” entre si, resultado da heterogeneidade dos materiais de revestimento, sobretudo das texturas e cores, bem como das suas formas. Nesse sentido, verifica-se que as texturas e respectivas cores dos materiais de revestimento das empenas laterais são determinantes para a capacidade de associação ou contraste com os demais elementos arquitetônicos. As empenas laterais do centro histórico de Salvador apresentam maior capacidade de contraste com o restante dos elementos arquitetônicos da paisagem urbana, ao contrário da cidade do Porto em que as empenas laterais, regularmente, evidenciam maior capacidade de associação. Tomando como exemplo o branco, constata-se que a sua utilização em empenas laterais no centro histórico de Salvador, embora apresente contraste com as demais cores das fachadas e das coberturas, mantém a coerência e integridade da paisagem urbana, conforme se pode observar nas figuras 26, 79, 85 e 88. Pelo contrário, no caso do centro histórico do Porto, constata-se que a utilização do branco como cor em revestimentos de empenas laterais poderá representar uma alteração significativa no tecido figurativo da paisagem urbana, adquirindo um protagonismo que poderá não ser o desejado, tal como se pode observar na figura 166. Ao analisar essa figura observam-se duas empenas laterais cujo protagonismo revelado pelas suas superfícies brancas é tão intenso que a cena urbana real parece assemelhar-se às manipulações apresentadas nos exercícios de análise das subseções 3.3.2 e 3.3.3.

Para reduzir os riscos deste tipo de situações, considera-se que no momento da submissão dos projetos de arquitetura nas entidades de tutela dos centros históricos, poderiam ser apresentados desenhos detalhados com a identificação e justificação dos materiais de revestimento a aplicar nas empenas laterais, de modo a avaliar as relações que se irão estabelecer entre essas superfícies e o seu entorno. Os projetos deveriam identificar detalhadamente as opções construtivas e os materiais de revestimento das empenas laterais, tal como já acontece em relação às fachadas principais. Em virtude disso, acredita-se que a utilização de uma metodologia de intervenção baseada em pesquisas históricas poderá contribuir para se encontrar soluções menos descontextualizadas e que não comprometam a integridade dos seus centros históricos.

Na proposta de categorização das empenas laterais, considera-se que fica confirmada a diversidade e complexidade destas superfícies enquanto elementos

morfológicos. Tomando como referência as fachadas principais da arquitetura civil dos centros históricos de Salvador e do Porto, verifica-se que a complexidade das empenas laterais é consideravelmente superior. Enquanto nas fachadas principais os seus formatos, tamanhos e composições estão associados, sobretudo, à sua maior verticalidade ou horizontalidade e ao ritmo compositivo dos seus vãos, nas empenas laterais verifica-se uma heterogeneidade e variabilidade de formatos e tamanhos, bem como uma inconstância compositiva quanto à presença e tipo de fenestrações. Quanto ao tratamento de superfície, as empenas laterais evidenciam uma natureza mais pragmática na resolução da mesma, justificada em soluções que, ora garantam maior proteção contra as intempéries, ora exijam menor manutenção, ao contrário das fachadas principais que manifestam uma natureza mais estética. Por sua vez, acredita-se que a presença de empenas laterais no centro histórico do Porto com mensagens publicitárias e com instalações artísticas reforce a natureza pragmática e funcional das empenas. Essas mensagens dificilmente seriam aceites se fossem executadas em fachadas principais.

Considera-se que a prevalência da natureza pragmática em relação à natureza estética nas empenas laterais derive do seu carácter híbrido, porventura da sua origem resultar de um processo construtivo que une uma fachada principal associada ao logradouro público a uma fachada posterior associada à vida privada, bem como por representar uma divisão física entre duas ou mais propriedades privadas, cujo acesso é difícil e esporádico. Em virtude disso, acredita-se que as empenas laterais, em inúmeras situações, sejam consideradas como meros elementos de divisão espacial e territorial, cujo tratamento das suas superfícies deva apenas garantir a proteção da estrutura do edifício e dos seus espaços interiores.

Constatou-se que, ao contrário das fachadas principais e das coberturas, as empenas laterais evidenciam uma organização e estrutura menos constante, sendo a sua articulação mais dinâmica e variável. No entanto, essas características reforçam a sua participação no sentido figurativo dos espaços urbanos das duas áreas objeto de estudo, tornando-as únicas e singulares.

Nesse sentido, a proposta de categorização das empenas laterais, tendo como base os critérios relativos às propriedades visuais das formas das empenas, responde a três objetivos: (1) criar um instrumento que valorize e identifique as propriedades gerais e específicas das empenas laterais, à semelhança do que sucede com as fachadas principais; (2) analisar e estudar as eventuais

vulnerabilidades das empenas laterais, de modo a procurar as soluções mais adequadas com vista ao restabelecimento da sua unidade (ex: empenas mutiladas pela introdução de pátios nos limites laterais dos lotes); e (3) contribuir para a criação de bibliografia que amplie a reflexão sobre a atuação prática dos profissionais da arquitetura e do urbanismo em empenas laterais.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para a valorização das empenas laterais enquanto elementos arquitetônicos dos centros históricos de Salvador e do Porto, bem como para o reconhecimento da sua participação nos valores culturais de ambas as permanências urbanas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. **Cor e Cidade Histórica: Estudos cromáticos e conservação do patrimônio**. Santa Maria da Feira: Rainho & Neves, Lda., 2002.

ALBERNAZ M. P; LIMA C. M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1997-1998. v I.

APPLETON, J. **Reabilitação de Edifícios Antigos. Patologias e tecnologias de intervenção**. 1. ed. Amadora: Edições Orion, 2003.

ARNHEIM, R. **Arte e Percepção Visual**. Uma Psicologia da Visão Criadora. São Paulo: Pioneira – Thomson Learning, 1980.

ASCENÇÃO, A. **Fachadas do Casco Histórico - Porto: os casos das Fachadas Fenestradas às Cegas**. 2011. 158f. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Artes. Universidade Lusíada do Porto, Porto.

AZEVEDO, T. **Povoamento da Cidade de Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1949.

BARROS, J. A. Heinrich Wölfflin e sua Contribuição para a Teoria da Visibilidade Pura. Existência e Arte - **Revista Eletrônica do Grupo PET** -Ciências Humanas, Estética da Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, ano VII, n. VI., p.65-81, jan./dez. 2011.

BERRANCE, L. **Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844**. Porto: Arquivo Histórico, 1993.

BIERRENBACH, A. Fluxos e influxos: Arquiteturas modernas, modernização e modernidades em Salvador na primeira metade do século XX. **Arquitextos**. São Paulo, dez. 2011, ano 12, nº139.02. Disponível em:< <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4158>>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CARDOSO, L. A. F.; BAETA, R. A Construção da Paisagem Urbana da Área Central de Salvador: da Fundação até Finais do Século XIX. In: **Diálogos Metropolitanos: Lima/Salvador: Processos Históricos e Desafios do Urbanismo Contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 101-148.

CARDOSO, L. A. F.; SANTOS, J. Estado Novo Português e Estado Novo Brasileiro: Afinidades e Divergências nas Relações com o Patrimônio Arquitetônico (Décadas de 30 e 40) In: Encontro Internacional ArchiMemória Sobre preservação do patrimônio edificado, 4. 2013. Bahia. **Anais eletrônicos do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia**. Bahia: IAB-BA. 2013. Eixo Temático: 5. Novos Conceitos e “Novos Patrimônios”. Disponível

em:<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20221/1/Acta__Estado-Novo_VersaoFinal.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CHING, F. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

CHING, F. **Dicionário Visual de Arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. **Proposta de valorização do Centro Histórico de Salvador**. Salvador: [s.n], 1978.

CORREIA, A. **Os ventos velozes em análise: Causas, Danos e Perdas. Casos de Estudo em Portugal (Porto, Odemira e Évora)**. 2016. 129f. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território) – Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto.

COSTA, A. Glossário da Construção Civil/Arquitetura. **Net**. São Paulo, Jun. 2003. Seção Laboratórios do Instituto das Artes da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:<http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/Gloss%20rios/glossario_da_construcao.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017.

COSTA, A. R. **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto**. 1. ed. Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

COSTA, F. P. **Enciclopédia Prática da Construção Civil**. Fascículo 13 – Obras de Alvenaria. Lisboa: Portugália Editora, 1955.

COSTA, F. P. **Enciclopédia Prática da Construção Civil**. Fascículo 14 – Obras de Alvenaria. Lisboa: Portugália Editora, 1955.

COUTO, A. et al. **Centro Histórico de Salvador, Bahia: Patrimônio Mundial**. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2000.

CRUARB. **Porto Patrimônio Mundial III – CRUARB 25 Anos de reabilitação urbana: As intervenções de 1974 a 2000**. 1. ed. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

Departamento de Producción da Agencia Estatal de Meteorologia de España. Departamento de Meteorologia e Clima do Instituto de Meteorologia de Portugal. **ATLAS CLIMÁTICO IBÉRICO. TEMPERATURA DO AR E PRECIPITAÇÃO (1971-2000)**. Instituto de Meteorologia, I.P e Agência Estatal de Meteorologia. Disponível em: <<http://www.aemet.es/documentos/es/conocermas/publicaciones/Atlas-climatologico/Atlas.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FELDMAN, R. Sensação e Percepção. In: **Compreender a Psicologia**. 5ª Edição. Amadora: Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda, 2001. Cap. 4, p.98-144.

FERNANDES, E. L. P. **Os Painéis de Azulejo da Estação de S. Bento: História, Contexto e Iconografia**. 2010. Relatório de Estágio de Mestrado em História da Arte Portuguesa - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto.

FERNANDES, F. B. **Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade**. Porto: FAUP Publicações, 1999.

FERNANDES, J. A. V. R. Centro Histórico e Urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto. In: Seminário Centros Históricos: Passado e Presente, 2010, Porto. **Atas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente**. Porto: FLUP, 2010. p.12-25.

FERNANDES, J. A. V. R. Porto: Um percurso urbano. Publicado no livro de apoio à saída de estudo da Reunião do Grupo “Monitoriand Citries of Tomorrow” da União Geográfica Internacional, em 2005). Departamento de Geografia - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto, 2005. Disponível em: <<http://www.campoaberto.pt/wp-content/uploads/2010/03/Porto-percurso-urbano.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2017.

FERNANDES, J. A. V. R.; VASCONCELOS, P. A. Porto e Salvador: As proximidades de dois percursos urbanos distintos. Revista **O Tripeiro**, Porto, série 7, ano 21, n. 8, p. 228-254, ago. 2002, Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12481.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2017.

FERRÃO, B. **Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758/1813 – Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina**. 3. ed. Porto, FAUP Publicações, 1997.

FERREZ, G. **Bahia. Velhas Fotografias 1858/1900**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora; Salvador, Banco da Bahia Investimentos, S.A., 1988.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2016.

Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **10 anos de Fundação**. Salvador: [s.n], 1979.

GALVÃO, A. MAROCCI, G. A velha Salvador, seus sobrados e suas cores. **RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Salvador, v. 2, n. 3, p.75-98, 1989.

GIOVANNONI, G. Velhas Cidades e Nova Construção Urbana. In: KÜHL, B. (Org.). **Gustavo Giovannoni – Textos Escolhidos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

GUARDIA, M. MONCLÚS, J. OYÓN J., **Atlas histórico de ciudades europeas (AHDLCE)**, vol. I - Península Ibérica” Barcelona, CCCB, Salvat Editores, pp. 128-151, 1995.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Washington** – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Washington, 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2017.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Veneza** – Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2017.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Secretaria de Educação. **Centro Histórico de Salvador**. Salvador: IPAC, 1984.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Bahia - Centro Histórico de Salvador: programa de recuperação**. Salvador: Corrupio, 1995.

KLÜPPEL, G. **A Casa e o Clima: (Trans)Formações da Arquitetura Habitacional no Brasil (Século XVII - Século XIX)**. 2009. 426 f. Trabalho de Conclusão de Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KOHLSDORF, M. E. **Gestalt Urbana: Considerações Sobre os Espaços do Plano Piloto de Brasília**. 1975. 126 f. Monografias Sobre o Distrito Federal – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

LAMAS, J. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3. ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LYNCH, K. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACAGNO, L. Lusotropicalismo e Nostalgia Etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. **Revista Afro-Ásia**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, nº28, p.97-124, 2002.

MASCARENHAS, J. **Sistemas de Construção - VI Coberturas Inclinadas (1ª Parte)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

MERLIN, P. CHOAY, F. **Dictionnaire de L'Urbanisme et de L'Aménagement**. 2 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

MORAIS, J. A radiação solar em Portugal: sua importância como factor do clima. **Revista Memórias e Notícias** das Publicações do Núcleo Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra. Coimbra, nº13, p.3-28, 1944.

MOREIRA, R. O arquiteto Miguel Arruda e o primeiro projeto para Salvador. In: **Anais do IV Congresso de História da Bahia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Fundação Gregório de Mattos, v. 1, p.123-147, 2001.

Museu do Chiado. **Frederick William Flower: Um pioneiro da fotografia portuguesa**. Lisboa: Electa, 1994.

NORBERG-SCHULTZ, C. **Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture**. Nova York, Rizzoli, 1980.

OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. **Portugal de Perto. Arquitetura Tradicional Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003.

OLIVEIRA, M. M. **As Fortificações Portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.

OLIVEIRA, M. M. **Tecnologia da Conservação e da Restauração. Materiais e Estruturas**. Salvador: EDUFBA, PPGAU, 2011.

PANE, R. **Città Antiche: Edilizia Nuova**. Napoli: Università degli Studi di Napoli, Facoltà di Architettura, 1959.

PINTO, L. SANTOS, T. Porto, Patrimônio Mundial – A classificação e a intervenção. Encontra-se o título “Porto, Patrimônio Mundial” em risco?. In: Seminário Centros Históricos: Passado e Presente, 2010, Porto. **Atas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente**. Porto: FLUP, 2010. p.221-244.

PORTO VIVO, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto (Porto Vivo - SRU). **Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto em Instrumento Próprio**. Porto: Porto Vivo – SRU, 2012.

Prefeitura Municipal do Salvador. **Mario Kertész: Palavra e Obra**. Salvador: [s.n], 1988.

PRIMO, A. **Estudo da Durabilidade de Materiais e Sistemas Construtivos: Sistema ETICS**. 2008. 215 f. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil com Especialização em Construções Civas) - Faculdade de Engenharia. Universidade do Porto, Porto.

REIS FILHO, N. Contribuição ao Estudo da **Evolução Urbana do Salvador (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REIS FILHO, N. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

RIEGL, A. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROSSI, A. **A Arquitectura da Cidade**. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

SANT'ANNA, M. **A Recuperação do centro histórico de Salvador**: origens, sentidos e resultados. Rua, Campinas, SP, nº1, v.6, p.44-59, 2003.

SANT'ANNA, M. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento**: a norma da preservação de áreas urbanas no Brasil. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANTOS, M. H. P. P. **A Rua Nova do Porto (1395-1520): Sociedade, Construção e Urbanismo**. 2010. Trabalho de Dissertação (Mestrado em História Medieval e do Renascimento) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto.

SANTOS, M. **O Centro da Cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SEGURADO, J. **Materiais de Construção**. 6. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

SEGURADO, J. **Trabalhos de Carpintaria Civil**. 8. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

SMITH, R. Arquitetura Civil do Período Colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** do Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, n. 17, p.27-126, 1969.

SMITH, R. **Casas do Porto (Século XIV ao XIX)**. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1961.

SOUZA, D. VIEIRA, N. Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador – BA). **Revista Cronos**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, v.11, nº1, p.79-102, 2010.

TEIXEIRA, H. R. L. **Porto, 1114-1518: A Construção da Cidade Medieval**. 2010. Trabalho de Dissertação (Mestrado em História Medieval e do Renascimento) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto.

TEIXEIRA, J. J. L. **Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os Séc. XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal**. 2004. 215 f. Trabalho de Conclusão de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (Prova para Carreira Docente Universitária) - Faculdade de Arquitectura. Universidade do Porto, Porto.

TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M. **O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitectura. Centro de Estudos da Arquitectura na Bahia. **Evolução Física de Salvador** / Centro de Estudos da Arquitectura na Bahia. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979. 2v.: il – (Estudos Baianos; 12)

Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitectura. Centro de Estudos da Arquitectura na Bahia. Fundação Gregório de Mattos. **Evolução Física de Salvador**. Edição Especial. Salvador: Pallotti, 1998.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador: Transformações e Permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VAUTHIER, L.L. Casas de Residência no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** do Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, n. 7, p.128-208, 1943.

VENTURI, R. **Learning From Las Vegas**. Massachusetts: MIT Press, 1977.

VITORINO, P. **Vistas do Pôrto nos Séculos XVII e XVIII**. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, Porto, v.1, f. 1, mar. 1938.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 30 de nov. 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 10 406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

SALVADOR. Lei nº 3 289/83, de 21 de setembro de 1983. Acerca do acervo arquitetônico tombado pela SPHAN e das áreas de proteção cultural e paisagística. Salvador, BA, 21 set. 1983. Disponível em: < <https://cm-salvador.jusbrasil.com.br/legislacao/232852/lei-3289-83>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

SALVADOR. Decreto nº 12 642, de 28 de Abril de 2000. Acerca do ordenamento da publicidade da paisagem do Município. Salvador, BA, 28 abr. 2000. Disponível em: < http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/12642_decreto.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2017.

SALVADOR. Lei nº 9 069/2016, de 1 de Julho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador. Salvador, BA, 1 jul. 2016. Disponível em: < <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n-9.069-PDDU-2016.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

SALVADOR. Lei nº 9 148/2016, de 13 de Setembro de 2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador. Salvador, BA, 13 set. 2016. Disponível em: < <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalouossancionada.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

SÃO PAULO (SP). Decreto nº56 630, de 19 de Novembro de 2015. Dispõe sobre a execução e manutenção de jardins verticais. São Paulo, SP, 19 nov. 2015. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5663/56630/decreto-n-56630-2015-dispoe-sobre-a-celebracao-de-termos-de-cooperacao-com-a-iniciativa-privada-de-que-trata-o-artigo-50-da-lei-n-14223-de-26-de-setembro-de-2006-que-tenham-por-objeto-a-execucao-e-a>>

manutencao-de-jardins-verticais-visando-melhorias-urbanas-ambientais-e-paisagisticas>. Acesso em: 5 abr. 2017.

PORTUGAL. Decreto-Lei Nº 38 382. Aprova o Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Diário do Governo, 1.^a série — N.º 166, de 7 de agosto de 1951. Portugal, Lisboa, 7 ago. 1951. Disponível em: < <https://dre.pt/application/file/a/289115>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

PORTUGAL. Decreto-Lei Nº 47 344. **Código Civil Português**. Diário do Governo, 1.^a série — N.º 274, de 25 de novembro de 1966. Portugal, Lisboa, 25 nov. 1966. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/477358>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

PORTUGAL. Lei nº13/85. Estabelece o regime de proteção e valorização do patrimônio cultural português. **Diário da República**, 1.^a série — N.º 153, de 6 de julho de 1985. Portugal, Lisboa, 6 jul. 1985. Disponível em: < <https://dre.pt/application/file/a/182933> >. Acesso em: 5 jan. 2018.

PORTUGAL. Decreto-Regulamentar nº14/94. Acerca da área crítica de recuperação e reconversão urbanística do Município do Porto. **Diário da República**, 1.^a série B— N.º 138, de 17 de junho de 1994. Portugal, Lisboa, 17 jun. 1994. Disponível em: < <https://dre.pt/application/file/a/321662>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PORTUGAL. Decreto nº67/97. Acerca da classificação da Zona Histórica do Porto como Imóvel de Interesse Público. **Diário da República**, 1.^a série B— N.º 301, de 31 de dezembro de 1997. Portugal, Lisboa, 31 dez. 1997. Disponível em: < <https://dre.pt/application/file/a/304651>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PORTUGAL. Lei nº107/2001. Estabelece as bases da política e dos regimes de proteção e valorização do patrimônio cultural. **Diário da República**, 1.^a série A— N.º 209, de 8 de setembro de 2001. Portugal, Lisboa, 8 set. 2001. Disponível em: < <https://dre.pt/application/file/a/629698>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2006. Ratifica a revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. **Diário da República**, 1.^a série 1 - N.º 25, de 3 de fevereiro de 2006. Portugal, Lisboa, 3 fev. 2006. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/552282>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

PORTUGAL. Decreto-Regulamentar nº9/2009. Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo. **Diário da República**, 1.^a série — N.º 104, de 29 de maio de 2009. Portugal, Lisboa, 29 mai. 2009. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/494182>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

PORTUGAL. Aviso nº15173/2010. Torna público a inclusão do Centro Histórico do Porto na lista de patrimônio mundial a Unesco. **Diário da República**, 2.^a série — N.º 147, de 30 de julho de 2010. Portugal, Lisboa, 30 jul. 2010. Disponível em: < <https://dre.pt/application/file/a/1435096>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº53/2014. Estabelece o regime excepcional e temporário à reabilitação de edifícios. **Diário da República**, 1.^a série — N.º 69, de 8 de abril de 2014. Portugal, Lisboa, 8 abr. 2014. Disponível em: < <https://dre.pt/application/file/a/25344956>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PORTO. Código Regulamentar do Município do Porto, de 30 de março de 2017. Portugal, Porto, 30 mar. 2017. Disponível em: < <https://cmpexternos.cm-porto.pt/>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

SITES CONSULTADOS

AHMP	http://gisaweb.cm-porto.pt/
Biblioteca Nacional Digital do Brasil	http://acervo.bndigital.bn.br/
BNP	http://purl.pt/
Centro Antigo de Salvador	http://www.centroantigo.ba.gov.br/
CMP	http://www.cm-porto.pt/
DGPC	http://www.patrimoniocultural.gov.pt/
Diário da República de Portugal	https://dre.pt/
Google Earth	https://www.google.com/earth/
Guia Geográfico Cidade de Salvador	http://www.cidade-salvador.com/
INMET	http://www.inmet.gov.br/
IPAC	http://www.ipac.ba.gov.br/
IPHAN	http://portal.iphan.gov.br/
IPMA	https://www.ipma.pt/
Movimento 90°	http://movimento90.com/
New Oporto Apartments	http://newoportoapartments.com/
Porto Lazer	http://www.portolazer.pt/
PPGAU	http://ppgau.ufba.br/
Presidência da República do Brasil	http://www2.planalto.gov.br/
Repositório da Universidade do Porto	https://repositorio.up.pt/
Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo	http://www.sucom.ba.gov.br/
SIPA	http://www.monumentos.pt/
Sogrape Vinhos Portugal	https://www.sograpevinhos.com/
UNESCO	http://whc.unesco.org/en/list/
Universidade Estadual de Campinas	http://www.unicamp.br/
Vitruvius	http://www.vitruvius.com.br/

ANEXO I | REQUERIMENTO DA LICENÇA DE OBRA Nº1166/1925

DETERMINAÇÃO
da Comissão Executiva
em sessão de 4 de Julho de 1925
Julio Humberto

0475
de que. l. do. m. p. l.

366

CMP
AG

Registado
L. n.º 3871
20/7/25

Ex.ª Camara
Municipal do Porto
Dij Francisco Pereira
que carendo de mandar
caiar e pintar e concertar a
empena e concertar os degraus
da escada do prédio da rua do
Barredo Nº 6 assim como a
frente do mesmo prédio
de cor azul

Por esse sufficiente
de V.ª Ex.ª a respeito
licença como requer
Porto 4 de Julho de 1925
Cabequente Jose dos Santos Botelho
rua de Catedral N.º 24 a

1166
10 Agosto 25

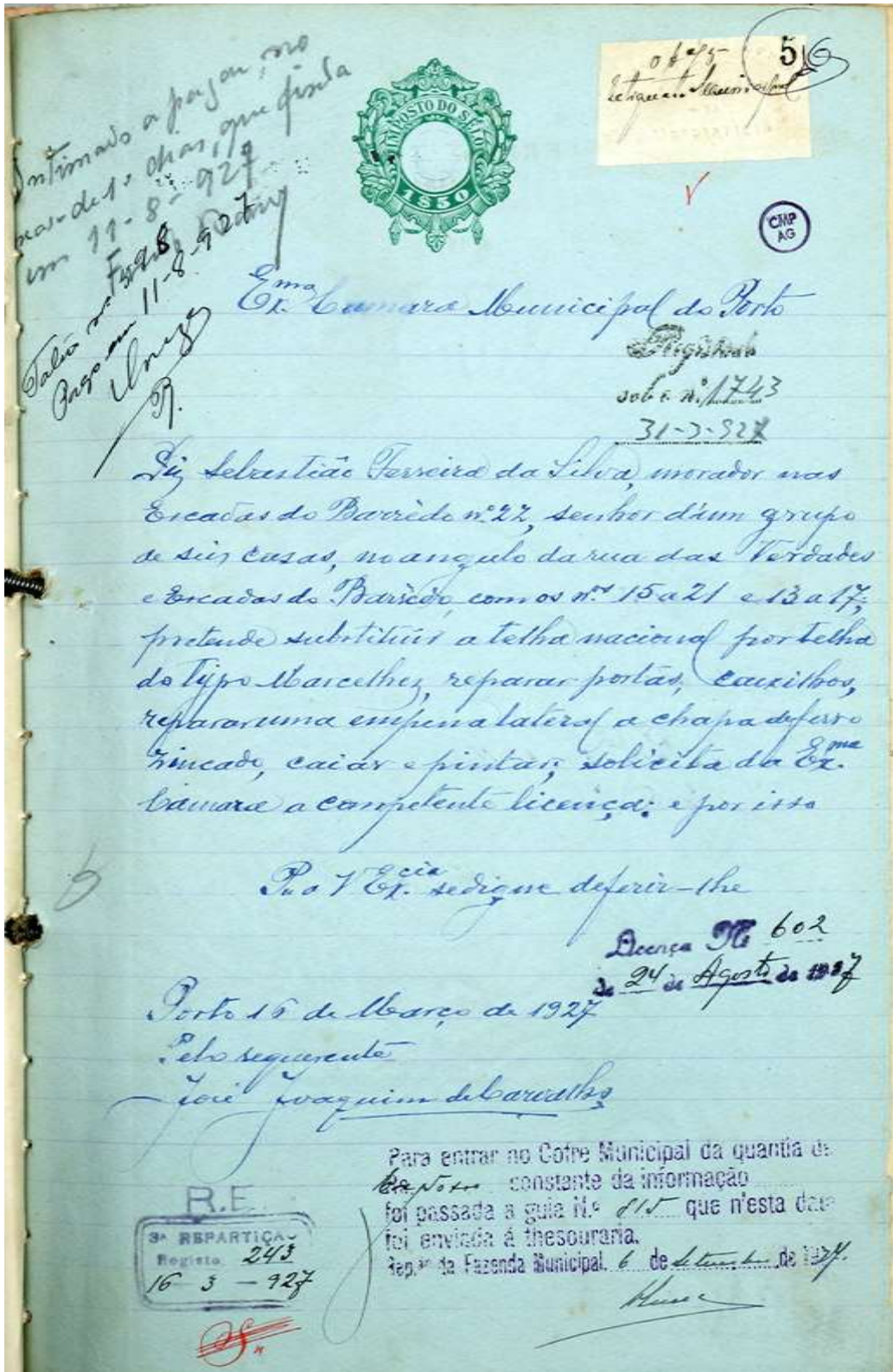
1339

R. E.
5.ª REPARTIÇÃO
Registo 1339
4 - 7 - 1925

Recebi 23400
20-7-1925
Francisco

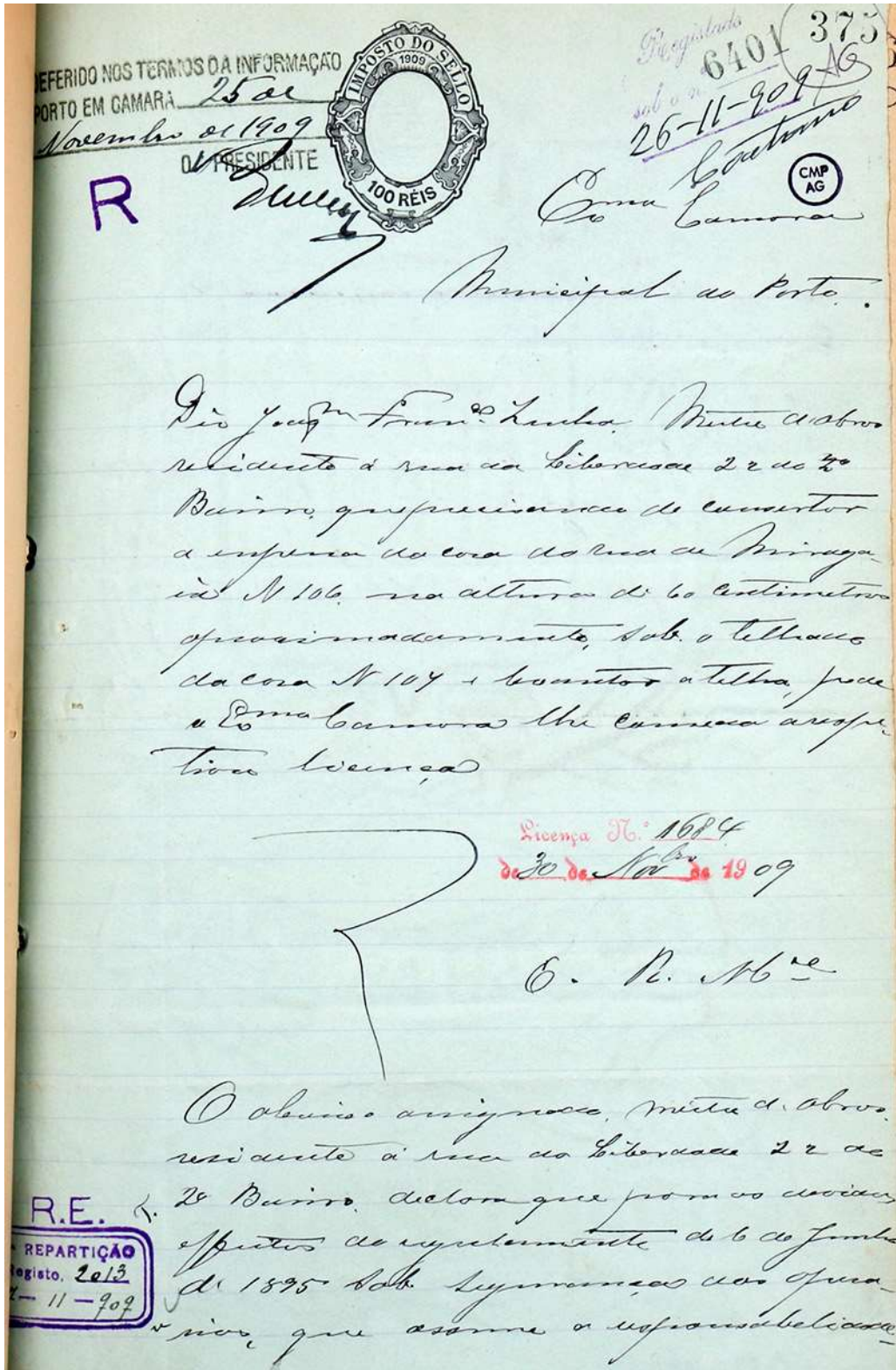
Requerimento da licença de obra nº1166/1925 de 04/07/1925, no qual consta a seguinte informação:
"Francisco Pereira que carendo [carecendo?] de mandar caiar e pintar e concertar a empena e concertar os degraus da escada do prédio da rua do Barredo nº6 assim como a frente do mesmo prédio a cor azul"
(fonte: AHMP, Livro das Plantas de Casas, cota LO-1166-1925-366)

ANEXO II | REQUERIMENTO DA LICENÇA DE OBRA Nº602/1927



Requerimento da licença de obra nº602/1927 de 16/03/1927, no qual consta a seguinte informação: "Sebastião Ferreira da Silva, morador nas Escadas do Barredo nº22, senhor d'um grupo de seis casas no angulo da rua das Verdades e Escadas do Barredo com os nº15 a 21 e 13 a 17, pretende substituir a telha nacional por telha tipo marcelhez, reparar portas, caixilhos, reparar uma empena lateral a chapa de ferro zincado, caiar e pintar, solicita da Exma. Câmara a competente licença e por isso" (fonte: AHMP, Livro das Plantas de Casas, cota LO-602-1927-005)

ANEXO III | REQUERIMENTO DA LICENÇA DE OBRA Nº1684/1909



Requerimento da licença de obra nº1684/1909 de 30/11/1909, no qual consta a seguinte informação:
 "Joaquim Francisco Zenha, mestre de obras, residente à rua da Liberdade 22 do 2º Bairro, que precisando de construir a empena da casa da rua de Miragaia nº106, na altura de 60 aproximadamente, sob o telhado da casa nº107 e levanta a telha."
 (fonte: AHMP, Livros das Plantas de Casas, cota LO-1684-1909-375)

ANEXO IV | REQUERIMENTO DA LICENÇA DE OBRA Nº305/1923

DEEBIDO nos termos
da confirmação
em sessão da Comissão Executiva,
Janeiro de 1923

19
24

Etiqueta Municipal nº 50

Camara

1923

12

O mestre d'obras Joaquim de
Souza Braga, pedizando mandar pregar
louças bem como fazer consertos nos telhados
dos predios n.º 19 e 21 da rua da Reboleira
por ordem da Companhia de Assucar d'Angola
por isso muito respeitosa e muito

Pede a V. Ex.ª a digna
Considerar a licença

Posto 4 de Janeiro de 1923

Pelo requerente
Bernardino Gonçalves da Costa
L.º de 1923 nº 50
27-1-1923
H.º de 1923

R. E.
REPARTIÇÃO
Registo 12
4-1-1923

Licença Nº 305
de 27 de Janeiro de 1923

Requerimento da licença de obra nº305/1923 de 04/01/1923, no qual consta a seguinte informação:
"O mestre de obras Joaquim de Souza Braga, pedizando mandar pregar louças (ardósias) bem como fazer
consertos nos telhados dos prédios nº19 e 21 da rua da Reboleira por ordem
da Companhia do Assucar d'Angola por isso muito respeitosa e muito
(fonte: AHMP, Livros das Plantas de Casas, cota LO-305-1923-019)

ANEXO V | ENTREVISTA AO ARQUITETO ANTÓNIO MOURA

Entrevista ao arquiteto António Moura, realizada em dois momentos, um primeiro momento através de uma reunião na Direção Municipal de Cultura da Câmara Municipal do Porto, no dia 24 de Agosto de 2017, e o segundo em uma visita ao centro histórico do Porto, no dia 28 de Agosto de 2017.

O arquiteto António Moura foi o autor de um conjunto significativo de projetos de reabilitação urbana no centro histórico do Porto, inseridos nas ações do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB). Entre os seus projetos de reabilitação de edifícios e requalificação de espaços públicos, são de destacar:

- A instalação de equipamento social (Lar de Idosos) no edifício da Rua da Reboleira nº57 e os arranjos urbanísticos da Praça da Ribeira (ambas premiadas com o Prémio de Defesa do Patrimônio Cultural, atribuído pela Secretaria de Estado da Cultura de Portugal em 1991);
- A construção de um conjunto de habitações, espaços comerciais, equipamento coletivo e ascensor na Lada;
- A reabilitação de um conjunto de 26 edifícios na Rua de Cimo do Muro, na Ribeira (obra premiada com uma Menção Honrosa do Prémio João de Almada, atribuído pela Câmara Municipal do Porto em 2000).

De acordo com o autor, as argamassas dos revestimentos exteriores das edificações seriam predominantemente pintadas em tons amarelo-ocre, enquanto as edificações nos cantos das quadras seriam pintadas em tons óxido-de-ferro, como elementos de marcação espacial. Segundo António Moura, essa possibilidade deve-se a amostras que eram coletadas nas suas obras. As amostras de argamassas com as várias camadas cromáticas eram coletadas preferencialmente junto aos beirais, em áreas menos degradadas pela ação das intempéries. De acordo com o autor, a primeira camada de argamassa de recobrimento das alvenarias era, predominantemente, pintada de amarelo-ocre.

Nas suas intervenções de reabilitação urbana, o arquiteto sustentava a sua atuação prática através de um manual elaborado por si, no qual dedicava especial atenção ao revestimento das empenas laterais. De acordo com o autor, as empenas, desde a sua construção original, não teriam como objetivo evidenciar as alvenarias de granito das paredes estruturais. Haveria sempre uma preocupação com a

aplicação de materiais ou sistemas de revestimento para a sua proteção contra as intempéries. Nos trabalhos de pesquisa histórica verificou que muitas empenas seriam revestidas em telha cerâmica capa-canal. Para o autor, é já no século XIX, em resultado da Revolução Industrial, que se vê introduzido o revestimento das empenas através de chapas zincadas onduladas. No mesmo século, seria também introduzido o revestimento em soletos de ardósia, aproveitando a disponibilidade do material nas proximidades da cidade do Porto, nas pedreiras de Valongo. Assim sendo, nos seus projetos em que existissem empenas laterais, o autor admitia a possibilidade das mesmas serem revestidas com esses três materiais/sistemas construtivos: telha cerâmica capa-canal, soletos de ardósia e chapa zincada ondulada pintada. Mediante as especificidades de cada projeto, sempre que possível, seria selecionado o revestimento considerado mais adequado para a integração da edificação com o entorno.

Curiosamente, numa das suas obras premiadas, na Rua de Cimo do Muro, há uma empena para a Rua da Lada em que o arquiteto aplica mais materiais de revestimento. Essa empena apresenta três materiais distintos. Um primeiro nível em alvenaria de granito aparente alinhado pelo muro existente, um segundo nível revestido com uma argamassa fina pintada à cor amarelo e um nível superior revestido em chapa ondulada pintada. De acordo com o autor, a utilização dos diferentes materiais e cores, tomando como referência a cidade histórica, deve-se à tentativa de atenuar o impacto que a superfície poderia adquirir no caso de ser revestida apenas por um único material.

Por último, foi abordada a questão das pedras de espera presentes nos cunhais dos edifícios, entre as fachadas principais e as empenas laterais. Para o autor, a presença das pedras de espera pode ser testemunho de um costume ou tradição construtiva, ou resultado de uma eventual legislação.